

ALFA
Revista de Lingüística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Vice-Reitor

Julio Cezar Durigan

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Apoio:

PROPe

Pró-Reitoria de Pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 1981-5794 (ON LINE)
ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.54	n.1	p.1-324	2010
------	-----------	------	-----	---------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Univ Estadual Paulista,
Pro-Reitoria de Pesquisa
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 – São Paulo – SP
alfa@unesp.br

Editoria Executiva
Cristina Carneiro Rodrigues
Gládis Massini-Cagliari
Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher
Rosane de Andrade Berlinck
Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Editor responsável
Arnaldo Cortina

Capa
Adriana Bessa Dammann

Revisão
Sílvia Maria Gomes da Conceição Nasser

Revisão dos Abstracts
Bento Carlos Dias da Silva

Assessoria Técnica
Ana Paula Meneses Alves

Diagramação
Eron Pedroso Januskevictz

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Nivia Roncarati de Souza (UFF), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPB), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Borges Neto (UFPR), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luís Carlos Travaglia (UFU), Maria Augusta Bastos de Mattos (UNICAMP), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete M. Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariângela Rios de Oliveira (UFF), Mary Aizawa Kato (UNICAMP), Pedro de Souza (UFSC), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rosa Virgínia Barretto de Mattos Oliveira e Silva (UFBA), Rosemary Arrojo (State University of New York), Seung Hwa Lee (UFMG), Silvana Mabel Serrani Infante (UNICAMP), Sirio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/*Bi-annual publication*

Alfa: Revista de Linguística / UNESP – Universidade Estadual Paulista – v.1 (1962) – v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977; 1980 –

Semestral
Publicação suspensa de 1978-1979

ISSN 0002-5216 (Impressa) 1981-5794 (On line)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

BLL – Bibliography of Linguistic Literature

CLASE – Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

Francis Database

IBZ – International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Science Galé

LLBA – Linguistic and Language Behavior Abstracts

MLA – International Bibliography.

APRESENTAÇÃO

Neste primeiro volume do número de 2010 da *Alfa*: revista de linguística, doze textos são publicados. A disposição de cada um deles na revista acabou obedecendo a uma ordem imprecisa, porque os artigos tratam de diferentes objetos por meio de abordagens distintas, mas, mesmo diante da diversidade, procurou-se estabelecer algum critério de regularidade. Os cinco primeiros são artigos produzidos a partir da perspectiva de uma certa Análise de Discurso, que ora mantém um tom mais analítico ora, um tom mais teórico. O sexto artigo, embora também se filie a uma análise de discurso, dá maior ênfase às questões culturais para tratar de um discurso específico, qual seja, o provérbio, em duas diferentes línguas, o português e o espanhol. Os três seguintes abordam, cada um num objeto distinto, aspectos da semântica, da enunciação e da argumentação. O décimo e o décimo primeiro artigo inserem-se na discussão de elementos gramaticais dos estudos linguísticos, enquanto o último, o décimo segundo, propõe uma forma de abordagem da descrição de línguas sinalizadas. Todos eles, por sua vez, refletem algumas tendências dos estudos linguísticos atuais e sua reunião neste volume da revista pretende oferecer ao leitor uma oportunidade de examinar o que dizem, ao mesmo tempo que o convida a entrar no debate.

Arnaldo Cortina.

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- A circulação da energia social inscrita na vitalidade dos textos
The circulation of the social energy inscribed in the vitality of texts
Luciana Salazar Salgado 11
- Gêneros (digitais) em foco: por uma discussão sócio-histórica
Digital genres: a social-historical debate
Petrilson Alan Pinheiro 33
- Dialogismo e construção composicional em reportagens da revista “Superinteressante”
Dialogism and Compositional Structure in articles from Superinteressante magazine
Carolina Cristovão de Macedo e Sheila Vieira de Camargo Grillo 59
- Autoconfrontação simples: condições de produção e autoconhecimento
Ordinary self-confrontation: production conditions and self-knowledge
Maria Ieda Almeida Muniz e Arlete Ribeiro Nepomuceno 81
- Textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan
Michel Pêcheux’s foundation texts and concepts: revisiting Althussser and Lacan
Bethania Mariani 113
- Distancias Lingüísticas y culturales: dios en los refraneros del español y el portugués
Familiarity breeds contempt: history of a Spanish proverb
Germán Zárate-Sández 129
- Um estudo semântico enunciativo da corrupção em dicionários e documentos governamentais
A semantic-enunciative study of the term “Corrupção” in dictionaries and government documents
Julio Cesar Machado 145
- La persona en lengua española
The category of person in Spanish
Elenice Maria Larroza Andersen 177

▪ A função de conectores argumentativos no texto da proposta curricular de Minas Gerais The role of the argumentative connectors in the text of the curriculum of the state of Minas Gerais <i>Gustavo Ximenes Cunha</i>	203
▪ (In-) certezas no dizer: um estudo sobre as partículas evidenciais em Parkatêjê Saying (un-)certainties: a study of evidential particles in Parkatêjê <i>Marília de Nazaré Ferreira</i>	223
▪ Teoria da otimidade, gramática harmônica e restrições conjuntas Optimality theory, harmonic grammar, and conjoined constraints <i>Ubiratã Kickhöfel Alves</i>	237
▪ Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados Sign language description: the role of transcription <i>Leland McCleary; Evani Viotti e Tarcísio de Arantes Leite</i>	265

RESENHA / REVIEW

▪ Contemporary phonology in Brazil <i>Luiz Carlos Cagliari</i>	293
▪ ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	309
▪ SUBJECTS INDEX.....	311
▪ ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX.....	313
▪ ÍNDICE DE RESENHA / REVIEW INDEX.....	315

**ARTIGOS ORIGINAIS /
*ORIGINAL ARTICLES***

A CIRCULAÇÃO DA ENERGIA SOCIAL INSCRITA NA VITALIDADE DOS TEXTOS

Luciana Salazar SALGADO*

- RESUMO: Há hoje um farto universo de produções e regulamentações que fazem do livro um foco de atenções inéditas no Brasil. Com isso, também ganham terreno temas a princípio bem diversos, como letramento e marketing cultural, por exemplo. Aqui, com base em desdobramentos teóricos da Análise do Discurso de tradição francesa, examinaremos a relação entre o trabalho dos autores e o de seus interlocutores editoriais, os quais, vistos dessa perspectiva, permitem observar a diversidade de práticas e semioses que constituem o processo de criação dos textos cujo destino é circular publicamente. O que se verifica é que, sendo objetos culturais, os textos a publicar não se bastam como organização estritamente linguística ou, antes, a própria organização linguística não se basta, sua autonomia é relativa, pois está submetida a muitas coerções que são de outra ordem – a do discurso, se entendemos por isso que todo texto lido é uma enunciação efetivada e, assim, está sujeito a um conjunto de restrições semânticas que são indissociáveis de um conjunto de práticas sociais e históricas.
- PALAVRAS-CHAVE: Livro. Texto. Criação. Práticas editoriais.

Introdução

Desde meados dos anos 1990 e mais intensamente nos anos 2000, as publicações sobre livro se multiplicaram. Crônicas, ensaios, artigos científicos e livros sobre livros têm circulado no mundo todo; no Brasil, reedições e traduções há muito esperadas compõem o universo de produções que fazem do livro um assunto da ordem do dia. Na esteira desse acontecimento não raro como ramificações de um assunto tão vasto, também ganham terreno temas a princípio bem diversos, como letramento e *marketing* de produtos culturais, por exemplo. Em diversos campos de saber, o livro e tudo o que tem a ver com ele está em pauta.

É possível dizer que isso aconteceu no ilustrado século XVIII ocidental também, ou antes, quando o formato códex ganhou circulação na Europa modificando as condições de acesso aos textos escritos e seus usos. Mas isso

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Semiótica e Linguística Geral. São Paulo – SP – Brasil. 05359-260 – lucianasalazarsalgado@gmail.com

terá sido em conjunturas distintas da que vemos agora, quando uma espécie de vertigem tecnológica põe nova lenha numa fogueira acesa noutros tempos: os livros podem deixar de existir?

Ao que tudo indica, os livros seguem sendo objetos instigantes. São escritos e circulam cada vez mais em diferentes suportes para preocupação de uns, que veem nessa atual difusão o perigo do barateamento, e para contentamento de outros, que entendem a farta produção e a múltipla distribuição como formas de viabilizar o acesso, dando conta da diversidade das populações humanas nas largas escalas que caracterizam o século XXI¹.

Há já uma tradição de estudos historiográficos ligados à leitura, à escritura e a algumas relações entre elas. No que tange aos estudos linguísticos, formas de abordar os livros, em termos de leitura e escritura, têm se multiplicado também. Mais recentemente, entre as práticas de escritura, começam a acontecer estudos voltados às diversas modalidades de revisão de textos. A revista *Langages*, uma referência importante para os campos de investigação da linguagem, em seu número 164, de dezembro de 2006, traz a edição temática “*La révision de texte. Méthods, outils et processus*”, cujo texto introdutório se intitula “*L’étude de la révision de texte: de la mono – à la pluridisciplinarité*”. Nela, pesquisadores de diferentes áreas avaliam, em situações bastante variadas, as atividades de revisão que acontecem no curso da produção escrita. A diretriz de todos eles é compreender os processos complexos e ainda pouco estudados de *ajustes, melhoramentos, reelaborações* e toda sorte de contribuições que, outrora pensadas como posteriores à produção dos textos, têm sido vistas como constitutivas, inclusive nos casos em que um outro opera esses rearranjos (*parceiro, professor* ou *programador de software escolar*, para mencionar alguns dos exemplos estudados). Há, nessa reunião de artigos em torno dos métodos, instrumentos e processos de revisão de textos, pesquisadores da neurolinguística, da psicolinguística, da linguística textual e da crítica genética, e podemos dizer que uma hipótese fundamental guia essa confluência: a revisão de textos é um caminho de apropriação da textualidade; reler “ativamente” o próprio texto é que faz dele um texto próprio.

Noutros campos, muitos dos estudos sobre propriedade legal abordam aspectos da reelaboração dos textos, uma discussão também de outrora que se põe renovada, quando novos meios materiais impõem perguntas como: o texto

¹ Esse não é um embate entre duas posições bem definidas e desdobra uma complexa problemática. Para situar minimamente os discursos que põem em relevo essa preocupação, cito a introdução do artigo “Sobre o valor e o valor da obra de arte”, de H. J. Koellreutter, publicado na revista *Estudos Avançados*, em 1999, numa seção dedicada a discutir as condições atuais da *criação*: “Numa época em que grande número de valores tradicionais, até a própria verdade tem sua validade posta em questão, a educação para a seleção e para o senso de valor e desvalor adquire uma importância capital. Permito-me, por isso, enfatizar que a educação artística e estética moderna, hoje, deveriam tratar especialmente dos conceitos de valor. Tal teoria de valores, porém, encontraria dificuldades consideráveis no campo relativista da arte.” (KOELLREUTER, 1999, p.251).

de um livro é o mesmo texto se for divulgado em CD-ROM? Se a massa de texto for redistribuída para leitura na tela, quem fizer essa redistribuição terá feito um novo texto? Que direitos terá sobre essa nova forma de dar o texto a ler? E se o texto virar uma peça de teatro, um clipe...?

Essas questões foram abordadas em recente reflexão sobre as práticas de retomada de um texto autoral, com base no quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente em desdobramentos que permitem problematizar a configuração da autoria (SALGADO, 2007), com vistas a pensar nos textos do modo como Jean-Michel Adam (1999) propõe em sua “reconcepção da estilística”. Segundo essa orientação, para abordar a produção dos sentidos num texto, do modo como esse objeto interessa aqui, devemos considerar que os textos têm sido definidos em toda teoria textual, desde a Antiguidade, tanto por sua condição de inteireza quanto por sua condição de abertura; em seu duplo funcionamento, um texto é uma unidade e é inacabável, uma composição que é também possibilidade de recomposições.

Isso é evidente no caso dos livros ou, se se quiser melhor referir os textos em circulação, de todo texto preparado para ir a público. Esses objetos elaboram-se no contato com os textos ditos originais, que não são imunes a esse contato, em que diferentes semioses se articulam, influenciando-se. Nenhum recurso gráfico de disposição do texto verbal é desimportante: notas de rodapé ou de fim, quebras de página ou de seção, sumário, índice, orelha, quarta-capa, assim como ilustrações, capa, formato e tipo de papel, estilo de fonte... Tudo isso se conjuga na composição do que, afinal, vai a público. As questões técnicas de legibilidade e as interpretações de um texto ultrapassam o que há nele de estritamente linguístico. Vejamos um exemplo esclarecedor.

Breve história de uma segunda edição

Em 2006, a editora Briquet de Lemos publicou uma nova edição do famoso – e há muito esgotado – *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, de Rubens Borba de Moraes, com um detalhe pouco usual na capa: logo abaixo do título, lê-se *Segunda Edição*, por extenso, em itálico e com iniciais maiúsculas. Essa peculiaridade tem razão de ser: o material, que é um levantamento pioneiro, foi publicado em 1979 e, nesses mais de vinte e cinco anos entre uma edição e outra, nem nos melhores sebos se encontrava um exemplar.

Festejada por estudiosos da área, a nova edição traz uma apresentação de José Mindlin, figura emblemática da dedicação aos livros, que, na sua página introdutória, registra a amizade que tinha com o autor e o apreço pelo que fez o editor na versão ora publicada. Abre seu curto texto (de uma página) dizendo:

Esta edição da obra de Rubens Borba de Moraes sobre livros e bibliotecas no período colonial é um excelente serviço que Briquet de Lemos presta aos estudiosos desse tema, pois o livro está esgotado há muitos anos e devia estar fazendo falta. (MINDLIN, 2006).

Depois de algumas linhas sobre Borba de Moraes, encerra seu texto, que está indicado, desde a folha de rosto, como *Apresentação de José Mindlin*:

Mas voltemos ao presente livro. De fato, como consta da nota do editor, a primeira edição continha falhas e gralhas que foram, na medida do possível, corrigidas nesta reedição. O editor acrescentou elementos que conseguiu encontrar após a publicação do livro, e isso torna essa edição ainda mais útil que a primeira. Bem haja Antonio A. Briquet de Lemos pelo esforço que fez em favor dos estudiosos e da memória de Rubens Borba de Moraes, meu querido e saudoso amigo. (MINDLIN, 2006).

Essa voz socialmente autorizada a falar sobre livros de modo afetivo, respaldada pela renomada biblioteca que cultiva e por tudo que se diz sobre ela (sabidamente, José Mindlin é bastante solicitado como figura pública representativa do amor aos livros), referenda o trabalho de um editor de pequeno porte, bastante especializado (em biblioteconomia e ciências da informação), sediado fora do eixo editorial São Paulo-Rio de Janeiro (está em Brasília) e que não tem um sistema de publicidade programada nas mídias de largo alcance. E esse editor, que decerto foi quem convidou Mindlin a referendar esse trabalho, pois uma apresentação e seu apresentador são decisão editorial, em sua Nota do Editor, que sucede a referida apresentação, descreve o trabalho o qual empreendeu e que, possivelmente, como diz Mindlin (2006), tornou “essa edição ainda mais útil que a primeira”.

Logo no primeiro parágrafo, informa:

A primeira edição, feita em 1979, apresentava um grande número de gralhas e deficiências de produção editorial. Uma das mais evidentes era a ausência, na parte destinada a documentos, no final do volume, do anúncio de livros recebidos pela livreria de Paulo Martin.

Solicitei ao Dr. José Mindlin que me informasse se, nos documentos deixados por Rubens Borba de Moraes, havia encontrado algum exemplar dessa primeira edição anotado pelo autor, com correções e acréscimos. Sua resposta foi negativa. (LE MOS, 2006).

Não tendo encontrado trabalho do próprio autor sobre seu texto, Briquet de Lemos procedeu à preparação dos “originais” a que teve acesso. E aqui é interessante notar que essa “origem” é a primeira edição publicada, o que confirma noções como interdiscursividade – uma espécie de teia de dizeres, de textos, de livros, tecida sempre de algo que já está. Aliás, diga-se que a expressão “originais do autor”, corrente no mercado editorial, é muito sugestiva do que se costuma

entender por autoria, uma verdadeira origem de tudo; entretanto, na prática, não se trata de uma elaboração primeva. No caso em tela, sobre a primeira edição, que serviu de originais à segunda, o editor nos informa:

Na preparação desta edição procurei sanar erros tipográficos e um ou outro lapso de redação, nada, porém, de maior importância ou que alterasse o conteúdo original. (LEMOS, 2006).

O que seria o “conteúdo original” que não se altera? Em que medida os “lapsos de redação” não são “de maior importância”? Em se tratando de um editor criterioso, especializado justamente em publicações sobre livros, é muito razoável que apresente com detalhe os passos de recomposição da obra que está editando e diga ao público leitor – de especialistas ou de curiosos – que não adulterou o original, não o maculou, não feriu o lugar do autor, não se chocou contra seu texto, ainda que tenha identificado passagens em que reformulações pareciam necessárias. Difícil dizer que se mexeu num texto que já estava pronto e que isso não fez dele outro texto. Mais difícil ainda assumir que isso foi feito com critérios necessariamente próprios. Briquet de Lemos, como um conhecedor do ofício, prossegue na enumeração das manobras:

Foram conferidas com os originais quase todas as citações feitas pelo autor e padronizadas as referências. A ortografia das citações foi atualizada. As notas de rodapé foram transferidas para o final dos capítulos e passaram a conter apenas os dados bibliográficos mínimos. As referências completas aparecem na bibliografia no final do volume. São também mencionadas as edições mais recentes.

O fac-símile da lista de novidades da livraria de Paulo Martin foi incluído no lugar previsto, no anexo intitulado Documentos.

Obtive da Biblioteca Nacional uma cópia em microfilme do catálogo dos livros de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que cotejei com a transcrição constante da primeira edição. Foi constatado que houve empastelamento de linhas e outras falhas tipográficas. O texto ora transcrito reproduz a sequência do manuscrito, com exceção dos cabeçalhos das duas listas principais, que se achavam deslocados no próprio volume, falha que o autor corrigira na primeira edição. Convém salientar que não consultei o apógrafo original, que deve estar guardado no Arquivo Nacional, mas um filme da cópia fac-similar existente na Biblioteca Nacional. Substituí a fotografia do teto da biblioteca do antigo colégio dos jesuítas em Salvador por outra, com melhor definição e colorida. O índice foi revisto. (LEMOS, 2006).

Embora sejam o “mesmo” texto e as “mesmas” partes do livro, as “pequenas” mudanças aparecem documentadas num tom que procura dar ao leitor a certeza do que foi feito, de que houve cuidados para preservar o dito original. Mas, do ponto

de vista discursivo, a atualização da ortografia das citações é já uma intervenção importante, pois é, em certa medida, uma declaração de propósitos dentro de um quadro de práticas. No mínimo, uma tentativa de tornar mais fluente a leitura do interlocutor de hoje; logo uma suposição do que deve ser a leitura do interlocutor de hoje. É também o caso das manobras de transferência das notas de rodapé, com “apenas os dados bibliográficos mínimos”, para notas de fim, uma tendência das formas acadêmicas atuais – o que filia ou, pelo menos, enquadra a publicação: ela se pretende fonte para pesquisadores ao assumir uma prática de escritura que caracteriza uma dada produção intelectual.

Constata-se que se buscou facilitar o trabalho dos pesquisadores, supostamente os principais interlocutores, a quem se informam as “edições mais recentes” das obras citadas na edição de 1979. Além disso, incluiu-se um documento previsto pelo autor, mas ausente na primeira edição, outros documentos consultados têm suas fontes explicitadas, e uma crítica sutil a elas aparece no contraste entre o rigor com que o editor descreve minúcias da preparação que faz e a passagem em que lhe parece conveniente *salientar* que não consultou o apógrafo original, “que deve estar guardado no Arquivo Nacional” – *deve estar*, não se sabe ao certo...

Houve, ainda, a troca da fotografia. A nova é do mesmo teto, do mesmo colégio, mas foi tirada por outro fotógrafo em outro momento com fins de catalogação de patrimônio (consta de material publicado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) em 2002) e é colorida. Isso tudo não significa que o editor subverteu o original, mas, também, não há como deixar de ver atuarem nessas manobras diversos critérios de modificação e as próprias modificações, das quais resultam inclusive efeitos que escapam aos critérios que as regeram. Afinal, o enquadramento e as cores da nova fotografia predispõem uma leitura outra. Ainda que possa parecer muito sutil, essa manobra é importante e algo distinta da revisão do índice ou do cotejo de citações, que pretendem uma fidelidade à matriz.

Enfim, podemos dizer que não há dúvida de que tais manobras se dão em diferentes instâncias do texto, mas estão articuladas e produzem uma totalidade textual.

O editor segue contando que tentou fazer a pesquisa sugerida pelo autor:

A diferença principal entre esta edição e a anterior está na tentativa de identificar as obras incluídas na famosa lista da livreria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Rubens Borba de Moraes cita, em seu texto, as obras que considerava principais e adverte que havia “outras de identificação difícil ou de pouco interesse” (p.39), e que divulgava o catálogo que ainda estava inédito “na esperança de que alguém o estude com maiores detalhes.” (p.43). [sic] (LEMOS, 2006).

E, então, Briquet de Lemos declara que sua pesquisa não é *absolutamente certa*, pois o catálogo da Biblioteca Nacional lhe parece falho, seu sistema de informatização, pouco confiável para esse grau de precisão, e a consulta ao *velho catálogo em fichas* lhe foi vedada. Depois desse registro, indica uma coletânea com estudos posteriores ao de Borba de Moraes – *Leitura, história e história da leitura*, organizada pela Professora Márcia Abreu e publicada por uma parceria entre a editora Mercado de Letras, a Associação de Leitura do Brasil e a Fapesp² – e encerra sua Nota com votos de continuidade dos trabalhos, o de Borba de Moraes e esse que, como editor, empreendeu. Diz:

Espero que esta nova edição venha estimular o surgimento de novos estudos, tanto de sínteses quanto de abertura de novas frentes de investigação. (LEMOS, 2006).

Não seriam esse propósito e o fato de a nova edição sair em 2006, com mais de 25 anos de intervalo entre edições, uma característica importante dos sentidos produzidos nesse texto? O modo como circula agora é distinto em muitos aspectos do modo como circulou na sua primeira edição; alteraram-se as possibilidades de leitura desse texto nalguma medida. A *Segunda Edição* tem ares de evento de gala, recebeu cuidados de uma ourivesaria engajada. O cerne da publicação é o texto escrito por Borba de Moraes, não há dúvida, mas, sobre ele, quantas manobras se operaram e, destas, quantas lograram ser fiéis ao original? E o que seria essa fidelidade passados tantos anos, renovados os interesses relativos à sua pesquisa? Seria possível dizer que não se alterou o texto do autor? Ou que uma nova leitura desse texto se faz ver nessas manobras do editor?

A noção de *semântica global* elaborada por Dominique Maingueneau (2005) nos permite abordar discursivamente essas manobras, chegando a compreender como os sistemas de restrições semânticas em sua coesão promovem os sentidos

² Gostaria de acrescentar a essa indicação outros trabalhos consultados que podem ser úteis a pesquisas sobre o tema: organizado por José Carlos Rocha e publicado em 1987 pela Com-Arte, da ECA-USP, *Políticas editoriais e hábitos de leitura*; de Sandra Reimão, também pela Com-Arte, em coedição com a Fapesp, *Mercado editorial brasileiro (1960-1990)*, que parte de dados estatísticos sobre a produção editorial desses trinta anos e analisa pesquisas sobre “livros mais vendidos”, procurando estabelecer relações entre as publicações e as condições sociais, políticas e culturais do país; de Aníbal Bragança, com participação de outros autores, *O Consumidor de livros de segunda mão. Perfil do cliente dos sebos*, produzido em 1992 pela ECA-USP, faz levantamentos de uma relação específica de consumo de livros por parte de quem não tem outros meios de comprar certas obras e por parte de pescadores de raridades e curiosidades.

Mais recentemente, de John Milton, com a colaboração de Afonso Teixeira Filho, *O Clube do Livro e a Tradução*, lançado em 2002 pela Edusc, de Bauru, conta uma história do livro que só muito recentemente passou a interessar aos pesquisadores brasileiros: a da tradução. O autor focaliza as traduções feitas para as publicações do Clube do Livro, que tiveram, ainda que pouco consideradas pela crítica especializada, uma grande influência em nossa produção cultural, ampliando o público da literatura de ficção. E também de 2002, *O Preço da Leitura*, de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, lançado pela editora Ática, de São Paulo, que trata da crise por que passaram os livros no Brasil durante a década de 1990, com ênfase em questões relativas aos direitos autorais.

de um discurso textualizado e, também, como a mudança de um dos elementos do sistema põe em questão toda a dinâmica sistêmica, provavelmente produzindo novos sentidos, pois se trata, com essa mudança, de uma discursivização sobre a discursivização-primeira – houve uma nova textualização. Essa é uma temática cara aos estudos da tradução, e penso que muitos pontos de contato são possíveis, mas, para o momento, retenho a problemática do novo arranjo de um texto num mesmo idioma.

Quando um autor entrega sua versão “final” a um editor, dá-se início a uma nova etapa de escritura. Não há nesse momento um texto acabado, mas uma proposta nuclear, um eixo que lastreia os movimentos de novas textualizações possíveis (que não são necessariamente textos novos). E, se toda textualização é também uma discursivização, ou a atualização de uma prática discursiva, é algo sem começo virginal nem fim derradeiro, caracterizado por uma coesão sistêmica cujas notas tônicas convivem com desdobramentos melismáticos.

Vistos assim, os textos são eternamente perfectíveis, mas ao processo editorial caberá trabalhar com o autor justamente para que se defina uma versão “final” – sobre a qual, é certo, sempre se poderá trabalhar mais uma vez. Por isso é tão relevante, no mercado editorial, a diferença entre *reimpressões* e *edições*: numa nova edição, diversas manobras acontecem para além da revisão e da ampliação, uma releitura acontece e, com isso, uma nova textualização se tece.

Noutra ocasião, pude detalhar essa noção de textualização em seus aspectos mais diretamente linguísticos. Aqui, sucintamente, penso que é preciso garantir-lhe uma filiação discursiva, considerando que “[...] refletir em termos de discurso nos obriga a considerar o ambiente imediato do texto (seus ritos de escrita, seus suportes materiais, sua cena de enunciação...) [...]” (MAINGUENEAU, 2006a, p.44), uma vez que as discursividades não se reduzem a usos específicos da língua nem às condicionantes sociais, históricas ou geográficas; a ordem do discurso supõe o contato entre esses usos e condicionantes ou, mais precisamente, os movimentos (os processos e as dinâmicas) instituintes e legitimantes desses usos e de suas condições. Assim, a análise discursiva olha os textos como materialidade linguística em permanente diálogo com outras semioses, inclusive com seus modos de circulação social, até certo ponto apreensíveis mas, também, escapáveis. É de movimento que se trata.

A noção de semântica global contempla essas “flutuações” na medida em que, sem pretender alcançá-las extensiva e exaustivamente, leva-as em conta, considera-as constitutivas, aponta sua ocorrência ao apontar o caráter dinâmico daquilo de que fazem parte. Em *Gênese dos discursos* (MAINGUENEAU, 2005), assim como o primado do interdiscurso, a semântica global aparece como um fundamento teórico: as práticas discursivas são conjuntos temáticos indissociáveis

de conjuntos formais, os quais são indissociáveis de práticas outras, não discursivas. Para essa análise do discurso,

[...] distinguir o fundamental do superficial, o essencial do acessório leva a um impasse, na medida em que é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser visada em seu conjunto. Não pode haver fundo, “arquitetura” do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões. (MAINGUENEAU, 2005, p.80).

Ainda que pensemos em termos de memória discursiva – que é uma história das filiações, das adesões e das recusas –, constatamos que ela faz parte das práticas presentes e é também por elas afetada: não se pensa um passado sempre do mesmo modo. Assim, se consideramos que os sentidos das palavras não são definíveis *a priori*, mas construídos por aproximações a outros termos, conforme as condições de produção do que se enuncia, entendemos que o que “um texto quer dizer” não é nunca algo retomável ilibadamente como uma unidade de significação fixa, reproduzível com perfeita exatidão. Ocorre que também não é uma variação espraiada ao indizível, posto que todo texto está balizado pela memória que evoca ao se pôr numa dada forma de aparecimento; “[...] do ponto de vista de um sistema de restrições global, uma hierarquia dos temas não tem grande interesse: já que o conjunto da temática se desdobra a partir dele [o sistema], sua ação é perceptível em todos os pontos do texto.” (MAINGUENEAU, 2005, p.85). Isso parece particularmente claro no caso de peças publicitárias, rótulos, embalagens, grifes, nos quais todos os elementos do sistema devem, por definição, evocar muito prontamente certas coisas (e, ao mesmo tempo, rechaçar outras) de modo contundente.

Mas essa totalidade apreensível é feita de vários elementos distinguíveis e de instâncias diversas. No caso de um texto escrito, podemos pensar em expedientes como a paragrafação ou a forma de organizar tópicos, títulos e subtítulos, enumerações e nas relações entre eles; podemos pensar em cores (ou na falta delas), nos formatos de letra, tamanhos, efeitos gráficos (sublinhas, itálicos, negritos etc.), e nos suportes de circulação; podemos pensar também em modos de abrir e de encerrar um fluxo textual (num artigo acadêmico isso é, via de regra, diferente do que se passa numa pregação religiosa ou num discurso de campanha política, por exemplo); há ainda o tom do texto, o momento em que é proferido, o tempo que toma do leitor, os esforços de interpretação que exige e todas as suas reverberações e ressonâncias. E não há planos privilegiados, uma vez que o eventual privilégio de algum desses elementos é já um efeito de sentido que encontrará ratificações em outros planos, como a falta de relevo de certos outros elementos. “O sistema de restrições define tanto uma relação com o corpo, com o outro... quanto com ideias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo.” (MAINGUENEAU, 2005, p.101).

Disso é que fala Briquet de Lemos na sua Nota do Editor: não era possível reeditar, neste momento dos estudos da área, com esse selo especializado (Briquet de Lemos Livros), a segunda edição de uma obra de referência há tanto tempo esgotada sem trabalhar sobre a primeira – que, justamente por isso, passa a funcionar como “originais”. Tal origem é estabelecida pelas mãos do editor, que, a partir de certo momento, em dadas condições, toma a palavra. E não seria possível trabalhar sobre esses originais sem dialogar com todas as suas instâncias, as mais e as menos formais, as eminentemente editoriais e as relativas à bibliofilia que parece mover o editor. Para que esse trabalho não fosse adulteração, leviandade, falta de ética ou coisa semelhante, o editor explicita seus métodos de “mexer no texto”, como se diz no meio editorial, procurando mostrar que há um efeito em cadeia e, assim, tocar numa parte é já tocar no todo. Por isso o texto renasce, trazendo consigo a memória do que já foi, mas sendo um novo “si mesmo”, pois “[...] efetivamente, uma obra sempre é lida ou ouvida em um de seus estados particulares.” (CHARTIER, 2007, p.16).

Isso parece bastante claro no que tange aos textos de quarta-capa, orelhas, prefácios e posfácios, também epígrafes e dedicatórias e mesmo no caso dos agradecimentos e da bibliografia. Tudo isso faz parte do texto que se publica, dos sentidos que nele se produzem. No caso que analisamos, a apresentação de Mindlin vale por ser de Mindlin. Na sua breve página, não há informações adicionais, reflexões sobre a obra, indicações de leitura ou qualquer outra orientação ou acréscimo. Ele nem mesmo tinha em mãos, apesar de amigo do autor, os originais que teriam sido uma base mais consistente para o trabalho de edição. Mas é sua assinatura, sua breve passagem pela abertura do livro que faz de tudo o que se segue a essa folha coisa distinta da primeira edição. Ainda que não leiamos uma apresentação, se sabemos algo sobre quem a assina, já estamos sob efeito disso, e é assim que entramos no texto do miolo.

Uma enquete feita no portal da Câmara Brasileira do Livro (CBL), em janeiro de 2007, apontava que 38% dos internautas afirmam que os textos da orelha e da quarta-capa são fatores decisivos na escolha de um livro. Um dado interessante, se o conjugamos ao fato de as editoras costumarem contratar redatores (às vezes os próprios revisores) para produzir esses textos a que chamam *serviços*. Em termos de negócios, essa informação sobre os serviços é relevante, pois eles podem ajudar nas vendas. Em termos discursivos, é crucial. Ainda mais porque não é raro que esses textos sejam produzidos por pessoas que entram em contato com edições anteriores ou com o projeto gráfico, recebem um pequeno *briefing* editorial e, sem ler todo o texto do autor, inclusive porque o prazo costuma ser curto e a contratação em regime de urgência, falam sobre o texto e, assim, fazem parte dele também, contribuem para os sentidos que ali se produzem. Uma publicação não é só o texto de um autor ou de autores. Mesmo que se recortem trechos dos

textos autorais para os serviços – uma quarta-capa, por exemplo – quem decide qual o recorte? De acordo com que diretrizes?³

Os textos, suas materialidades e suas inscrições

Em muitos de seus trabalhos, o historiador Roger Chartier insiste no fato de que os textos produzidos para circular publicamente não coincidem com os trâmites de impressão. Em toda a Antiguidade, durante a Idade Média e mesmo até fins do século XIX, nalguns casos, levar um texto a público significava, sobretudo, declamá-lo, encená-lo ou fazê-lo circular em formulações orais ou manuscritas, com fins pedagógicos e morais ou, ao contrário, alimentando o fluxo de textos clandestinos, apócrifos, pornográficos etc. Um fluxo que, aliás, com o advento da impressão, foi condição de existência de certas publicações.

Segundo Robert Darnton (1992, p.15), desde que se estabeleceu a imprensa,

[...] quanto mais severa é a proscricção, mais aumenta o preço do livro, mais suscita curiosidade de lê-lo, mais ele é comprado e lido [...]. Quantas vezes o livreiro e o autor de uma obra privilegiada, se tivessem ousado, não teriam dito ao magistrado de polícia: “Senhores, por favor, um decretinho que me condene a ser dilacerado e queimado embaixo de sua grande escadaria!” Quando se grita a sentença de um livro, os trabalhadores da tipografia dizem: “Bom, mais uma edição!”

Os livros proibidos guardam traços de clandestinidade que, mesmo noutra circunstância histórica, se deixa de haver a proibição, seguem sendo elementos característicos do texto, na medida em que faz diferença que seja lido com ou sem a informação de ter circulado clandestinamente outrora, por tais e quais razões. Os suportes e os modos de circulação dos textos também condicionam as leituras. Mesmo nas leituras não programáticas, “[...] a leitura das obras é sub-repticiamente atravessada pelas interpretações que dela foram feitas.” (MAINGUENEAU, 1996, p.37). Isso tem a ver com a alteridade constitutiva que faz dos textos que circulam publicamente *textualizações*, isto é, *trabalhos em progressão*.

Nas palavras de Chartier (2007, p.12):

[...] convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios *textos*, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres impressores, dos compositores e

³ Em trabalhos recentes, alguns dos quais publicados no Brasil em *Cenas da Enunciação*, D. Maingueneau (2006b) vem formulando abordagens desse tipo de texto, que é “destacado” de um corpo textual-primeiro para compor, noutra disposição gráfica, inclusive, uma nova totalidade textual. As noções de *destacabilidade* e de *hiperenunciação* parecem bastante proveitosas para a problematização de manobras editoriais como essas.

revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas [...]. Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições.

Cruzando a história da cultura escrita com a sociologia dos textos, como propõem historiadores e sociólogos voltados ao estudo não dissociado das significações simbólicas e das formas materiais nas quais são transmitidas, é que podemos nos perguntar se os modos de circulação dos textos não fazem parte de sua semântica global. Ou seja: os caminhos de recepção dos textos que são escritos para ir a público não passam a ser também, no curso da história, “planos de expressão” das discursividades aí linearizadas?

Sem pretender uma resposta, creio que vale a pena fazer uma breve digressão sobre maneiras de levar a público os textos e de o público consumi-los, pinçando, numa certa tradição historiográfica, traços marcantes das *transações entre as obras e o mundo social*. Desse modo, será possível pensar em aspectos relativos ao *status* da leitura – e também dos livros – no mercado editorial atual, que é, nalguma medida, herdeiro de práticas retomadas (eventualmente transformadas) em diferentes épocas. O que os livros e a leitura representam na vida social? Como os textos chegam a alcançar um público? De que modo o público se põe a consumir essa produção, legitimando-a?

No que diz respeito a práticas sistemáticas de produção escrita anteriores à cultura impressa, Alberto Manguel (1997), em *Uma história da leitura*, relata as seguintes passagens, que abrem o capítulo “O autor como leitor”:

Uma noite, no primeiro século da era cristã, Caio Plínio Cecílio Segundo (conhecido pelos futuros leitores como Plínio, o Moço, para distingui-lo de seu erudito tio, Plínio, o Velho, que morreu na erupção do monte Vesúvio, em 79 d.C.) saiu da casa de um amigo romano cheio de justificada cólera. Assim que chegou ao seu gabinete, sentou-se e, para ordenar os pensamentos (ou talvez de olho no volume de cartas que reuniria e publicaria mais tarde), escreveu ao advogado Cláudio Restituto sobre os acontecimentos daquela noite. “Acabei de sair indignado de uma leitura na casa de um amigo meu e sinto que preciso escrever-te neste instante, já que não posso falar-te pessoalmente. O texto que leram era extremamente polido, de qualquer ângulo que se considere, mas duas ou três pessoas espirituosas – ou que assim se julgam – escutaram-no como se fossem surdos-mudos. Em nenhum momento abriram os lábios, ou moveram as mãos, ou mesmo esticaram as pernas para mudar de posição. Qual o objetivo dessa conduta e cultura sóbria, ou, antes, dessa indolência e presunção,

dessa falta de tato e bom senso que leva alguém a passar um dia inteiro sem fazer outra coisa senão causar desgosto e transformar em inimigo o querido amigo que se veio ouvir?”

É um pouco difícil para nós, a uma distância de vinte séculos, compreender a consternação de Plínio. Em sua época, a leitura feita por autores tornara-se uma cerimônia social da moda, e, como em qualquer cerimônia, havia uma etiqueta estabelecida para autores e ouvintes. Dos ouvintes, esperava-se que oferecessem uma reação crítica, com base na qual o autor aperfeiçoaria o texto – motivo pelo qual Plínio ficou tão ultrajado com a impassibilidade da plateia [...]. Além disso, esperava-se que os ouvintes ficassem até o fim da apresentação, independentemente do tempo que durasse, de forma a não perder nenhuma parte da obra, e Plínio julgava que quem usava as leituras como mera diversão social não valia muito mais que um desordeiro. [...]

O autor também estava obrigado a seguir certas regras, se quisesse ter sucesso em suas leituras, pois havia toda espécie de obstáculo a ser superado. Antes de mais nada, era preciso encontrar um local de leitura apropriado. Homens abastados imaginavam-se poetas e, em opulentas casas de campo, recitavam suas obras para um grande número de conhecidos – no *auditorium*, uma sala construída especialmente com esse objetivo. Alguns desses poetas ricos, como Tícínio Capito, eram generosos e emprestavam seus auditórios para as apresentações de outros [...]. Uma vez reunidos os amigos no local designado, o autor tinha de encará-los de uma cadeira colocada sobre um tablado, usando uma toga nova e exibindo todos os seus anéis. [...] Ao elogiar o desempenho de um leitor, Plínio observou que “ele mostrou uma versatilidade adequada, ao elevar e baixar o tom, e a mesma agilidade na passagem de temas elevados para inferiores, do simples para o complexo ou de assuntos mais leves para mais graves. A voz notavelmente agradável foi outra vantagem, realçada pela modéstia, pelos rubores e pelo nervosismo, que sempre acrescentam encanto a uma leitura. Não sei por quê, mas cai melhor num autor do que a segurança.” (MANGUEL, 1997, p.279-281).

Haverá duas maneiras diferentes de dizer uma mesma coisa? Ao estudar as relações entre discurso, estilo e subjetividade, Sírio Possenti (2001, p.161) recusa a “[...] existência de um conteúdo prévio ou independente, que possa ser veiculado de forma intocada por vários recursos expressivos [...]” e oferece exemplos de relevância da forma, do modo como se enunciam os enunciados, a começar pelos jargões ou os eufemismos para referir males e tabus. Chama atenção para “[...] o quanto a disposição gráfica de textos publicados é relevante para alguns de seus objetivos [...]” (POSSENTI, 2001, p.163) e para o fato de que “[...] ninguém pode desmentir o que disse ‘literalmente’, tamanha é a força da forma, mas pode desmentir o que disse implicitamente. A forma impõe consequências tais que às vezes é estratégico evitar sua ‘terrível materialidade’.” (POSSENTI, 2001, p.166).

Donde a força das imagens em nossa cultura, principalmente as televisivas, cuja banalização cotidiana costura gestos e fragmentos de dizeres, desenhando figuras e situações que frequentemente nem são identificadas pelos que viveram a experiência empírica a partir da qual se fizeram tais construções.

Os modos de enunciação e as formas de recepção também constroem sentidos, e as práticas de controle, ou melhor, que pretendem algum controle do fio discursivo, de suas textualizações possíveis, com o advento da imprensa e da veloz multiplicação das cópias, assumiram características típicas das tecnologias envolvidas nessa transformação, as quais, por sua vez, são típicas porque se desenvolvem à medida que se desenvolvem outras práticas e as crenças que as sustentam.

Em debate conduzido por Chartier na Radio France (em 1985), num programa em que se discutia *a leitura como uma prática cultural*, Pierre Bourdieu aborda a problemática do livro como produto cultural, entendendo que “[...] o próprio das produções culturais é que é preciso produzir a crença no valor do produto [...]” (CHARTIER, 1996, p.239), e prossegue:

[...] entre as condições que devem ser preenchidas para que um produto intelectual seja produzido, está a produção da crença no valor do produto. Se, querendo produzir um objeto cultural, qualquer que seja, eu não produzo simultaneamente o universo de crença que faz com que seja reconhecido como um objeto cultural, como um quadro, como uma natureza morta, se não produzo isto, não produzi nada, apenas uma coisa. (CHARTIER, 1996, p.240).

David Hall (1996), historiador da cultura impressa, chama atenção para a trajetória do artefato livro lembrando que, no Ocidente, a difusão do códex se dá sobretudo com os cristãos que leem a Bíblia e outros livros religiosos, com os quais se difundem edições que trazem instruções de leitura. A leitura, ato sagrado ou de consagração, deve ser feita de certos modos, seguindo certas trilhas (HALL, 1996). No século XIX, identificada com a propriedade de livros, indicativa da condição social, a leitura está mais ligada à produção dos livros – já existe uma pequena indústria com preocupações gráficas, mesmo no Brasil, a profissão de editor já se formalizara, e a solenidade da atividade letrada começava a conviver com a “frivolidade” da leitura como mero entretenimento. Nesse período, os gêneros são especialmente importantes, inclusive porque definem categorias de produção, atribuições profissionais e modos de distribuição. As novelas, por exemplo, começam a arrogarem-se ares de seriedade (que os folhetins novelescos seus ancestrais não pretendiam) e passam a incluir uma nota de ironia impensável antes (HALL, 1996,). Depois disso, na primeira metade do século XX, “[...] a história dos padrões de leitura parece demonstrar uma crescente sobreposição da homogeneidade, sendo que o grande perdedor é a cultura da leitura e o grande

vencedor é o nexu entre leitura e lazer ou entre leitura e ‘cultura do consumo’.” (HALL, 1996, p.177-178).

Na segunda metade do século XX, esse consumo se confundiu com as necessidades ligadas à instrução e ao letramento e, enquanto ações políticas procuram fomentar a produção de livros e sua distribuição como medidas de inclusão social, *holdings* administradas por quadros de *business* esforçam-se para “elevar” o livro à condição de produto altamente competitivo. Na convergência dessas ações, há ganhos e perdas ainda por avaliar.

De todo modo, uma certa mística em torno do livro parece transcender, em qualquer época, a racionalidade política ou a empresarial. Na quarta-capa do livro de Manguel (1997), uma obra que já foi traduzida para trinta línguas com o “mesmo” texto em muitas das quartas-capas, lê-se um excerto do miolo que aponta para o apelo universal que há na experiência de contato com os livros:

Leitor voraz e ciumento, um grão-vizir da Pérsia carregava sua biblioteca quando viajava, acomodando-a em quatrocentos camelos treinados para andar em ordem alfabética. Em 1536, a *Lista de preços das prostitutas de Veneza* anunciava uma profissional que se dizia amante da poesia e tinha sempre à mão algum livrete de Petrarca, Virgílio ou Homero. Na segunda metade do século XIX, em Cuba, os operários de algumas fábricas pagavam um *lector*, um leitor que se sentava junto à bancadas de trabalho e lia alto enquanto eles manuseavam o fumo. Lia, por exemplo, romances didáticos, compêndios históricos e manuais de economia. A ditadura de Pinochet baniu *Dom Quixote*, identificando ali apelos à liberdade individual e ataques à autoridade instituída. (MANGUEL, 1997).

Como se vê, as práticas ligadas aos livros se modificam conforme as representações que assumem no seio das comunidades discursivas, nos lugares ocupados por quem lê ou convive com livros. Entretanto, como observa Canfora (2003), parece haver uma nota perene: os livros estão sempre ligados ao acesso a algo importante ou precioso que, uma vez acessado, não se pode perder, sob pena de deixar de pertencer a um mundo, deixar de experimentar o sentimento de pertença.

Para a cultura ocidental, desde o Império Romano, pelo menos os livros podem representar uma condição social de pertencimento a esferas douradas. Embora isso nem sempre aconteça hoje, à época, esperava-se dos mais ricos que os ostentassem⁴. Diante disso, havia quem criticasse a atitude ostentatória,

⁴ É forçoso levar em conta que há hoje uma prática crescente de decoração (de residências, escritórios e mesmo de bibliotecas em instituições privadas) que consiste em comprar livros “por metro”. Em 2006, um metro (cerca de 20 livros) de romances franceses com capa de couro custava 300 reais na livraria paulistana O Belo Artístico. (VIVA LEITURA, 2005).

procurando dissociar a posse de livros do estudo, do conhecimento e da sabedoria. Por exemplo,

Sêneca escarnece das casas dos ricos, cheias de livros nunca lidos. A biblioteca é ornamento obrigatório, como a sala de banhos ou as termas: *os livros fazem boa figura na sala de jantar. As coleções completas dos oradores e dos historiadores podem ser encontradas na casa de quem menos estuda, em estantes que chegam até ao teto; hoje, numa casa com salas de banhos e termas, é indispensável aparelhar uma luxuosa biblioteca.* (CANFORA, 2003, p.45, grifo do autor).

Dizia Sêneca que os 40 mil rolos que queimaram na Biblioteca de Alexandria “tinham sido feitos para ostentação” (CANFORA, 2003, p.45).

A partir do Renascimento, os textos lidos para convivas ou como um objeto gráfico em circulação entre homens de razão e saber, ao se multiplicarem, manuscritos ou impressos, se põem na vida pública como um objeto específico, e toda uma divisão de trabalho se organiza para publicá-los. Nas palavras de Ortega y Gasset, citado por Canfora (2003, p.56) em *Livro e liberdade*, no Renascimento, “[...] o livro pela primeira vez foi socialmente percebido como uma necessidade [...]. A atração pelo livro, a esperança no livro já não pertenciam a esta ou àquela vida individual, mas possuíam aquele caráter anônimo, impessoal, próprio de toda esperança coletiva.”

Hoje, com a dimensão planetária de distribuição e o grande mercado que funciona *on demand*, talvez se tenha chegado a um extremo em que os *best-sellers* e o *star system* massificaram em vez de coletivizar e, com isso, em vez de se produzirem perspectivas, “[...] encurtaram o horizonte financeiro, o ciclo de vida dos livros e o ciclo de emprego dos editores a serviço dos conglomerados.” (ZAID, 2004, p.108). A concentração mercadológica de que participam muitos editores, agentes literários e livreiros de corporações, encarregados de promover sucessos e, como exige esse sistema, renová-los a cada temporada, demanda reinvestimentos cada vez maiores, donde as fusões e outras estratégias de negócios, perigosamente autofágicas. Muitos deles são maus negócios porque “[...] a tendência para a concentração no mercado editorial tem limites, ao passo que a tendência para a diversidade não [...]” (ZAID, 2004, p.109), afinal, apesar de todos os esforços das grandes corporações, os livros só são produtos efetivamente vendáveis e lucrativos se uma série de condições culturais favorece isso. Ocorre que tais condições de consumo são menos evidentes e, tudo indica, menos facilmente manipuláveis do que as condições que levam ao consumo de produtos de limpeza ou de vestuário, por exemplo.

Sucessos e fracassos de produtos editoriais são menos compreensíveis dentro dessa lógica. O editor Jason Epstein ilustra fartamente isso em seu *O negócio do*

livro – presente, passado e futuro do mercado editorial, de 2002. Relata que nos Estados Unidos, ainda o maior mercado editorial do planeta,

[...] quando os conglomerados editoriais das décadas de 1970 e de 1980 descobriram que em vez de terem adquirido um exército de escritores famosos haviam se tornado uma fonte de capital de alto risco para a aquisição de títulos futuros por suas editoras, abandonaram o campo. (EPSTEIN, 2002, p.45).

Como aconteceu com a *General Electric*, por exemplo,

[...] uma empresa notoriamente administrada, que adquiriu a RCA em 1986 e livrou-se de imediato de duas divisões que não atingiam o seu padrão de lucratividade: um aviário e a [grande editora] Random House. Doze anos depois, a Advance Publications, a nova proprietária da Random House, chegou à mesma conclusão (EPSTEIN, 2002, p.45).

Segundo Epstein (2002, p.45), “[...] os impérios estrangeiros de mídia que desde então adquiriram as sobras dessas empresas editoriais logo podem vir a descobrir que a exploração eletrônica de seus catálogos é o único ativo lucrativo em sua posse[...]”, mas isso também não lhes garante bons negócios, caso se fortaleça a tendência de os autores que produzem livros destinados ao mercado de larga escala assumirem a venda de seu catálogo diretamente a seus leitores, pois a tecnologia digital já viabiliza isso.

Enquanto isso, noutra direção há investimentos de pequeno e médio porte que apostam na diversidade e não na concentração em uns poucos autores, gêneros ou formatos. Noutra escala de produção, como é o caso dos pequenos e médios empreendimentos brasileiros reunidos na Primavera dos Livros⁵, o que em geral se faz é investir no enfrentamento das necessidades que a produção de um livro requer para que seja uma obra de circulação duradoura. Muitas dessas editoras reconhecem que, no curso da história da edição, “[...] criam-se novas especializações numa rede que vai da preparação de originais à competência da colocação dos produtos no sistema de mercado [...]”, que é preciso alcançar o quanto é diversificada a produção editorial numa sociedade fundada em diferenças sociais, como a nossa, e que os “[...] critérios ou técnicas deverão valer em função de determinadas condições sociais e políticas [...]”, sendo que o que “[...] pode parecer objetivamente uma ótima solução deixa de o ser quando colocado em prática num outro espaço sociocultural” (FERREIRA et al., 1997, p.16).

⁵ Trata-se de uma feira anual que congrega pequenas e médias editoras que se declaram “cientes de que o livro, por suas qualidades específicas, é um produto capaz de alterar o panorama intelectual do país”, e cuja diretriz é promover “uma atuação cultural orientada ao mesmo tempo por convicções intelectuais e por necessidades econômicas”. Essa organização acabou redundando na criação da Liga Brasileira de Editoras (LIBRE), estabelecida em 2001, com a reunião de 67 editoras chamadas *pequenas* em razão do número de novos títulos lançados a cada ano (menos de 5, em geral). (PRIMAVERA DOS LIVROS, 2009).

Em todo caso, vê-se que a mediação editorial, diante de um texto na sua versão “originais do autor”, tem de entender esse material como um eixo em torno do qual tudo o mais se produzirá para transformá-lo em livro lido. Coletivos complexos trabalham para que isso se dê, e o editor deve orquestrar esses coletivos, participantes da textualização em diferentes medidas. Não é possível entender a história de um livro, dos livros, das publicações em geral, sem levar em conta o que acontece com os textos no processo editorial: “[...] a questão essencial que deve ser colocada por qualquer história do livro, da edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem, leem.” (CHARTIER, 2002, p.61).

Esses sentidos construídos ao longo de um processo editorial e ainda quando, depois dele, os livros ganham mundo, circulando entre leitores, são a conjugação da energia social com suas formas de inscrição nos textos. Um livro sem essa “vitalidade” simplesmente não é lido, não interessa a ninguém, não circula. Mas essa condição não é simples de definir, porque é histórica e, portanto, tem sua dinâmica. Há textos longevos, como o emblemático *D. Quixote*, que não cessa de circular em suportes variados, em traduções revisitadas, comentários, estudos, transposições para mídias eletrônicas, digitais etc. E há muitos que têm outro fôlego. Todos eles, porém, mesmo os que duram só um suspiro, preparam-se para circular como objetos culturais, portanto como parte da vida social, e se apresentam, então, como produção necessária numa dada comunidade discursiva. De outro modo, não se dariam a ler.

Considerações finais

Os livros ou, antes, os textos que se preparam para chegar aos leitores (ou colecionadores, etc.) são produções culturais complexas, e podem ser bastante esclarecedoras do que os materiais escritos mobilizam em diferentes organizações sociais. Dessa perspectiva, não é possível pensar num texto considerando a prevalência do verbal, como se aspectos linguísticos e extralinguísticos não estivessem implicados, imbricados, numa luta permanente a construir sentidos.

O que se pode observar nos processos editoriais por que passam os textos é como as condicionantes de gênero – que são definidas socialmente – conjugam-se a manobras num dado código linguageiro, firmando identidades para os interlocutores e funções para os documentos, sendo a própria circulação desses documentos participante da produção de seus sentidos. Por isso, importa tanto quem escreve, quem edita, quem distribui, quem lê... Afinal, um material escrito levado a público é toda uma memória discursiva avivada, posta em confronto com seus diversos desdobramentos nas comunidades em que circula; é sempre um jogo de alteridades atualizadas em semioses variadas, cujas leituras seguem

marcas indicativas de caminhos preferenciais, que são institucionalizados por práticas definidas no interior de cada comunidade discursiva. Mas é também, inescapavelmente, possibilidade de deriva, posto que a ordem do discurso supõe o *caráter paradoxal e oscilante do registro ordinário do sentido*. Sobre isso, lembremos os termos de Pêcheux (2002, p.51) em sua conferência de 1983:

[...] o objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Sendo objetos culturais, os textos a publicar não se bastam como organização estritamente linguística, ou, antes, a própria organização linguística não se basta, sua autonomia é relativa, pois está submetida a muitas coerções que são de outra ordem – a do discurso, como se disse, se entendemos por isso que todo texto lido é uma enunciação efetivada e, assim, está sujeito a um conjunto de restrições semânticas que são indissociáveis de um conjunto de práticas sociais e históricas (discursivas ou não). Trata-se de considerar a semântica global, como vimos. Pois, de fato, é multimodal a composição dos materiais escritos que circulam socialmente, e creio que, em boa medida, é por isso que vibra neles uma força vivificante de energias caracterizadoras de uma dada comunidade discursiva, isto é, pulsa aí uma vitalidade que lhe confere, nas suas formas de inscrição nos textos, uma identidade social.

SALGADO, L. S. The circulation of the social energy inscribed in the vitality of texts. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.11-31, 2010

- *ABSTRACT: Remarkably, the current massive amount of book-related productions and regulations has put books on the Brazilian publishing and editing agenda. Accordingly, apparently unrelated topics as literacy and cultural marketing have been highlighted. Based on the current French stream of discourse analysis, this paper focuses on the study of the relation between authors' and publishers' productions, which makes it possible to spot the diversity of practices and semiotic processes that underlie the creation process of texts targeted to be put into public circulation.*
- *KEYWORDS: Book. Text. Text creation. Publishing.*

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. *Le style dans la langue: une reconception de la stylistique*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1997. (Collection Sciences des discours).

- CANFORA, L. *Livro e liberdade*. Tradução de Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- CHARTIER, R. (Org.). *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI - XVIII)*. Tradução de Luzmara C. Ferreira. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.
- _____. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fulvia Moretto. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.
- _____. *Práticas de leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. Revisão de Angel Bjadsen. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- DARNTON, R. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- EPSTEIN, J. *O negócio do livro: passado, presente e futuro do mercado editorial*. Tradução de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FERREIRA, J. P. et al. *Livros, editoras e projetos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- HALL, D. *Culture of print: essays in the history of the book*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1996.
- KOELLREUTTER, H-J. Sobre o valor e o desvalor da obra de arte. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n.37, dez. 1999, p.251-260.
- LA RÉVISION de texte: méthodes, outils et processus. *Langages*, Paris, n. 164, dez. 2006.
- LEMOES, A. A. B. de. Nota do editor. In: MORAES, R. B. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. Não paginado.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006a.
- _____. *Cenas da enunciação*. Tradução de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, Néelson P. da Costa e Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2006b.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução de Mariana Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Leitura e Crítica).
- MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- MINDLIN, J. Apresentação. In: MORAES, R. B. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. Não paginado.
- MORAES, R. B. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de

Lemos, 2006.

PECHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 2002.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PRIMAVERA DOS LIVROS. Disponível em: <<http://www.primaveradoslivros.com.br>>. Acesso em: fev. 2009.

SALGADO, L. S. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização*. 305 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000428478>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

VIVA LEITURA. *2005: ano ibero-americano da leitura*. Disponível em: <<http://www.vivaleitura.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2007.

ZAID, G. *Livros demais! Sobre ler, escrever e publicar*. 4. ed. Tradução de Felipe Lindoso. São Paulo: Summus, 2004.

Recebido em agosto de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.

GÊNEROS (DIGITAIS) EM FOCO: POR UMA DISCUSSÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Petrlson Alan PINHEIRO*

- **RESUMO:** O objetivo deste artigo é realizar uma discussão de caráter sócio-histórico que aponte o que, a nosso ver, seriam as três grandes fases na história da constituição dos gêneros discursivos, a saber: suas origens na Retórica aristotélica, ainda como um gênero oral; sua redefinição a partir da invenção da escrita tipográfica no século XV; e sua “transformação” em gêneros digitais com o advento da Internet. Como base teórica, adotamos uma perspectiva sócio-histórica de linguagem, cuja formação se estende desde a retórica aristotélica, perpassa a visão bakhtiniana dos gêneros discursivos e é ressignificada em teorias mais recentes que lidam com a questão dos gêneros digitais (YATES; ORLIKOWSKI; RENNECKER, 1997; ERICKSON, 1997; SHEPHERD; WATTERS, 2006; DEVITT, 2000; MARCHUSCHI, 2004). Consideramos que tal discussão de cunho sócio-histórico pode nos permitir construir um referencial teórico ainda pouco explorado no meio acadêmico que traga contribuições que contemplem tanto questões de cunho sócio-ideológico (mais amplas) quanto questões de cunho linguístico-discursivo (mais específicas) a partir de uma relação dialética entre teoria e prática na constituição de gêneros digitais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem. Gêneros discursivos. Bakhtin. Internet. Gêneros digitais.

Introdução

A questão do trabalho com os gêneros discursivos/textuais¹ no processo de ensino-aprendizagem tem recebido certo reconhecimento em documentos oficiais desde o final do século passado, por meio de uma significativa reforma possibilitada pela promulgação da lei de diretrizes e bases nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), pela criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental

* UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Departamento de Letras. Aquidauana – MS – Brasil. 79200-000 – petrlsonpinheiro@yahoo.com.br

¹ Os trabalhos mais alinhados com a teoria de “gêneros textuais”, ao procederem a análises, ou aplicarem o conceito de “gênero”, tendem a recorrer a categorias mais ligadas à estrutura ou forma composicional dos textos, categorias herdadas principalmente da Linguística Textual (tipos, protótipos, sequências típicas etc.). Neste trabalho, porém, adotaremos uma visão que se coaduna com os “gêneros discursivos”, cujo maior representante é Mikhail Bakhtin, em que as categorias de análise e os referenciais teóricos são construídos, focalizando-se aspectos da materialidade linguística, que se constituem através dos parâmetros da situação de enunciação em seus aspectos sócio-históricos. Nesse sentido, as se adotar a noção de gêneros discursivos, as três dimensões dos gêneros (tema, forma composicional e estilo) são entendidas como determinadas pelos elementos de sua situação social de interlocução, pois, sem eles, os gêneros não podem ser compreendidos, produzidos ou conhecidos (a esse respeito, ver Rojo (2005).

e do Ensino Médio – publicados pelo MEC/ SEF, respectivamente em 1998 e 2000 – e, mais recentemente, pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, publicadas em 2006. Pela primeira vez na história do país, ainda que de forma um tanto incipiente, favorece-se, em documentos oficiais, uma visão de ensino atrelado à natureza social da linguagem, relacionando o estudo da língua a aspectos sociodiscursivos.

Essa associação do ensino a questões de ordem social tem promovido, entre outras coisas, outro olhar acerca da organização tradicional do trabalho escolar, que historicamente tem-se constituído por meio das disciplinas (CHERVEL, 1990; RAZZINI, 2000; SOARES, 2002) cujo enfoque sempre buscou, acima de tudo, preservar a identidade, a autonomia e os objetivos próprios de cada uma delas. No entanto, assentados sobre o princípio da transdisciplinaridade, uma vez que a própria “[...] linguagem, pela sua natureza, é transdisciplinar, não menos quando é enfocada como objeto de estudo, e exige dos professores essa perspectiva em situação didática [...]” (BRASIL, 2000, p.5), é possível mobilizar intensamente professores e alunos, assim como os diversos recursos didáticos disponíveis e construídos coletivamente. Talvez isso signifique que tenhamos que promover uma reinserção do objeto de ensino “[...] em redes de práticas, instrumentos e instituições que lhe dão sentido no mundo social.” (SIGNORINI, 1998, p.13). Pressupõe-se, com isso, a possibilidade de se dinamizar o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva dialética, em que o conhecimento é compreendido com base numa análise sócio-histórica da realidade social, pois essa nos possibilita a distância crítica necessária para apreender a realidade escolar contemporânea.

No que diz respeito especificamente à questão dos gêneros e sua inserção no processo de ensino-aprendizagem, trazer à tona o conceito de gêneros discursivos para procurar compreender o modo como construímos significados nas práticas de escrita, numa época de tantos avanços tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação, pode parecer, em princípio, algo anacrônico. Contudo, se os sistemas comunicativos estão passando por uma grande transformação, o estudo dos gêneros deve ser pensado dentro de uma (transforma)ção que os reconsidere no mundo de seus usuários. Isso nos lembra Bakhtin (1979), para quem os gêneros devem ser repensados a partir de uma relação histórica de interação entre os usuários da língua dentro de instituições e atividades sociais.

Na tentativa, então, de compreender melhor essa relação entre os gêneros e os seus usuários com base no contexto sócio-histórico, este trabalho visa a promover uma discussão de cunho sócio-histórico dos gêneros discursivos, destacando o que, a nosso ver, seriam as três grandes fases na história desse longo e antigo rio que representa a constituição dos gêneros discursivos, a saber: suas origens na Retórica aristotélica, ainda como um gênero oral; sua redefinição a partir da

invenção da escrita tipográfica no século XV; sua “transformação” em gêneros digitais a partir de mudanças nas tecnologias da comunicação e da informação e, mais especificamente, com a Internet.

Novas águas em um rio antigo: historicizando os gêneros discursivos

As discussões em torno dos gêneros discursivos já têm sido feitas desde a antiguidade. A esse respeito, podemos dizer que a *Arte retórica*, de Aristóteles, que versa sobre discursos retóricos nas oratórias das ágoras gregas, representa uma das primeiras abordagens sistemáticas no que diz respeito à questão dos gêneros discursivos².

Cabe lembrar que, em grande parte da história das civilizações, a escrita ainda não se fazia presente, razão por que a Retórica, como um gênero oral, ocupava um lugar de tão grande destaque nas sociedades da época. Nesse sentido, a “arte de bem dizer” representava, por conseguinte, a garantia de conquista ou de manutenção do poder, uma vez que a Retórica era usada como um instrumento prático de manipulação pelo discurso e, por meio dela, era possível expressar os pontos de vista sobre um assunto específico, prevendo a reação do interlocutor e, a partir disso, convencê-lo de suas ideias.

De fato, a preocupação com a eficácia do discurso sempre esteve presente na história da reflexão grega sobre a linguagem, inclusive com a separação entre o lógico e o retórico. Esse foi um dos motivos pelos quais Aristóteles se dedicou tanto ao estudo da Retórica, pois, para o filósofo, a “Arte da Retórica” se constitui em uma atividade metadiscursiva, ou seja, “[...] sua tarefa não consiste em persuadir, mas em discernir os meios de persuadir a propósito de cada questão [...]” (ARISTÓTELES, 1978, p.41), sendo, portanto, uma reflexão sobre o próprio ato do discurso oratório. Desse modo, para o autor, diferentemente da Lógica, que aborda a questão das condições de enunciado verdadeiro através da análise de uma proposição, a Retórica se refere à apreensão da linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real, como atividade, como ação.

Por essa razão, segundo o filósofo, a Retórica não pertence a um gênero particular e definido, mas comporta os três grandes gêneros discursivos

² Outras duas obras, consideradas também como marcos de uma abordagem sistemática acerca da questão dos gêneros, são o Livro III da *República*, de Platão, e o Livro *A arte poética*, de Aristóteles. O enfoque, no entanto, dessas duas obras recai especificamente sobre os gêneros literários (a epopeia, a poesia trágica, a comédia e a poesia ditirâmbica) e sua descrição formal, o que, particularmente, foge da perspectiva com a qual lidamos neste estudo. No livro *A arte retórica*, por outro lado, interessa-nos que, ao tratar dos gêneros discursivos (o deliberativo, o judiciário e o demonstrativo), Aristóteles se preocupa em desenvolvê-los com base na situação de produção dos discursos e de seus temas (os contextos em que são desenvolvidos) e nas relações efetivas entre os interlocutores.

(ARISTÓTELES, 1978): o deliberativo, usado para aconselhar/ desaconselhar, que se voltava para o futuro pelo seu caráter exortativo; o judiciário, que tinha função de acusar ou defender e se voltava para o passado; o demonstrativo (epidíctico), que refletia o elogio ou a censura, retratando uma situação presente.

Ainda segundo Aristóteles, o discurso se divide em duas partes: a indicação do assunto de que se trata (exposição) e a demonstração desse assunto (prova). Essas partes, para o filósofo, estariam inseridas nos diferentes gêneros do discurso (deliberativo, judiciário e demonstrativo). Com base nessa concepção discursiva aristotélica, é possível levantar dois pontos importantes: primeiramente, que havia uma inter-relação de formas, função e tempo na constituição dos gêneros discursivos; e que a eficácia da ação do discurso, dentro de cada gênero discursivo, estava intimamente relacionada aos contextos em que eram produzidos.

Muitos séculos depois, já no período do Renascimento, depois de um longo tempo de hibernação medieval da produção de conhecimento, uma forte influência da cultura greco-romana emergiu na Europa e trouxe, em seu bojo, muitas das reflexões da tradição aristotélica. Contudo, após a invenção da escrita tipográfica, na metade do século XV, as tradições orais foram cedendo um espaço cada vez maior à escrita. Antes, a escrita era tida como uma tarefa “sacralizada”, pois poucos tinham e podiam ter a habilidade de produzir textos que se tornariam livros. No entanto, a partir do período renascentista, com a revolução da escrita, iniciou-se a circulação de folhas volantes, impressos precursores do jornal; um processo de escrita não mais manual, mas mecânico, que possibilitou a produção e duplicação de múltiplas cópias idênticas aos melhores manuscritos.

Podemos dizer que, com o advento da invenção de Gutenberg, o século XV foi o segundo grande marco na história da constituição dos gêneros discursivos, pois, a partir da escrita tipográfica, as próprias relações entre o indivíduo e a memória social mudaram. O sujeito passou a poder projetar suas experiências, sua visão de mundo, sua cultura, seus sentimentos e vivências no papel (TURKLE, 1996). Ao fazer isso, pôde, também, analisar o próprio conhecimento das coisas e do mundo e, o mais importante, fazer com que esse conhecimento pudesse alcançar pessoas de outras culturas e outros tempos por meio da escrita.

Ao estabelecer uma relação com outras culturas e em diferentes épocas, a escrita, segundo Lévy (1996, p.26), passou a promover uma nova episteme e, por conseguinte, uma nova compreensão sobre o próprio conceito de verdade. Nas palavras do autor:

Com a escrita, e mais ainda com o alfabeto e a imprensa, os modos de conhecimento teóricos e hermenêuticos passaram, portanto, a prevalecer sobre os saberes narrativos e rituais das sociedades orais. A exigência de uma verdade universal, objetiva e crítica só pôde se impor numa ecologia

cognitiva largamente estrutura pela escrita, ou, mais exatamente, pela escrita sobre um suporte estático.

Essa nova ecologia sustentada pela escrita, que passou a se adequar a um critério de universalidade e objetividade, acabou, então, segundo o autor francês, criando uma distância entre o saber e o sujeito. Isso porque a escrita em grande escala desenvolveu um tipo de comunicação no qual as mensagens são, em geral, separadas de seu contexto de produção, deslocadas temporal e espacialmente de sua origem, desvinculando-se, por conseguinte, da visão retórica aristotélica apontada acima, que se constitui a partir da situacionalidade do discurso e das relações efetivas entre os interlocutores nele envolvidos.

Com o advento da imprensa, outra questão de caráter universal e objetivo passou a ser considerada: o direito autoral. Por meio do livro impresso, a escrita se tornou estável e controlada, gerando, com isso, inúmeras cópias idênticas. A imprensa trouxe fixidez e permanência ao texto, que, começou, então, a sobreviver indefinidamente, valorizando a figura do autor.

Segundo Martins (1996), na Antiguidade e na Idade Média, o direito de propriedade do autor sobre seu trabalho era ignorado. A civilização grega se constituía com base na tradição oral, não se aplicando, portanto, o controle de propriedade. Na Idade Média, o livro era algo muito raro e sem circulação, por isso, a questão dos direitos autorais ainda não era tratada.

Foi, no entanto, a partir do Renascimento que começaram a surgir, de fato, os privilégios de venda, concessões feitas por autores, obtidas em função da concorrência entre livreiros-editores. Os autores, então, cediam a propriedade de suas criações a esses livreiros-editores que, por sua vez, produziam muitas cópias do original para venda, mas também preservavam a propriedade dos manuscritos adquiridos dos autores para publicação. Esse comércio crescente em torno das obras impressas é que fará surgir, no século XVIII, a necessidade de controles legais, nesse caso, de privilégios econômicos decorrentes da utilização dos tipos móveis que levavam à produção de um número cada vez maior de cópias de uma obra, instituindo-se, assim, os direitos autorais e criando-se, com isso, a figura do “autor-proprietário”.

Percebe-se, a partir de então, a instauração de uma visão de texto, e de sua própria produção e circulação, como algo de caráter cada vez mais universal. Esse caráter se coaduna com os próprios ideais da Modernidade, que, segundo Giddens (1993), constituem-se como um projeto de criação dos iluministas, a partir do qual a ordem positiva da ciência e a organização progressiva da sociedade eram as bases de sustentação, marcado pela sua ênfase na razão humana.

A forma racional de ver o mundo e seus fenômenos foi ganhando cada vez mais destaque, pois o maior objetivo da Ciência Moderna era prever e controlar

a natureza. Para isso, foi necessária a criação de regras e leis universais que pudessem explicar o funcionamento dos fenômenos sociais, naturais e humanos. Essa maneira de ver o mundo, associada à consolidação do Capitalismo como sistema econômico hegemônico, passou a valorizar cada vez mais a escrita, ensinada pelas instituições escolares e com um importante papel na formação e divulgação dos Estados Nacionais.

Ao longo do século XIX, com a consolidação da burguesia e dos Estados Nacionais em diversas sociedades europeias, o discurso iluminista sobre a importância e a necessidade de tornar universal o acesso ao saber transformou a aprendizagem da escrita em condição *sine qua non*. Gradualmente, ler e escrever tornaram-se qualificações imprescindíveis para diversas profissões e, cada vez mais, para a própria inserção social e política dos indivíduos, definindo-os, em última instância, como cidadãos.

No que diz respeito aos estudos linguísticos e literários, tamanha foi a influência positivista que, no século XIX e no começo do século XX, para alguns autores, quase que a morte da Retórica foi anunciada. A análise do contexto social foi praticamente deixada de lado; quando usada, era apenas para ser entendida como uma ciência de ornamentos, esvaziada de conteúdo e repleta de “estruturas” e “gramáticas”. Contudo não tardou para a Retórica retomar seu espaço de destaque nas ciências da linguagem que acompanham o desenvolvimento do ser humano na sociedade em que vive, sobretudo numa sociedade de tantos avanços tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação como a nossa. Mas o que mudou ao longo do século XX para que pudéssemos repensar uma “ciência do discurso” – e os próprios gêneros discursivos –, na qual os contextos social, cultural, histórico, político e econômico passassem a ser considerados, não como meros “ornamentos” para uma espécie de descrição formal da língua, mas como partes constitutivas da própria linguagem?

Seguindo o curso do rio: procurando entender os gêneros discursivos

Um caminho possível, a nosso ver, para seguir o curso do rio e responder à questão acima é buscar entender que os gêneros discursivos se constituem historicamente na comunicação discursiva, pois acompanham e refletem a evolução das relações sociais dos seus usuários. Nesse sentido, consideramos, em consonância com Bakhtin (1979, p.280), os gêneros do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, construídos historicamente e responsáveis pela constituição de uma totalidade discursiva. Esses enunciados, aqui entendidos como unidades reais do discurso, organizam-se como elos em uma grande cadeia complexa, formando um intercâmbio linguístico que se torna, por sua vez, uma resposta a outros enunciados.

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que toda comunicação verbal ocorre mediante a alternância dos enunciados, utilizados por seus sujeitos para a compreensão da realidade extraverbal. Em outras palavras, o enunciado é entendido como elo da cadeia na unidade discursiva da comunicação, como fenômeno responsável pela apreensão comunicativa de aspectos da atividade humana em contextos e condições específicas. A esse respeito, o próprio Bakhtin (1979, p.279) assevera que:

[...] a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [esferas da atividade humana], não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

Ao chamar a atenção para o caráter estável que um conjunto de enunciados pode assumir em uma determinada esfera de comunicação, Bakhtin (1979) não só traz à tona o conceito de *gêneros do discurso*, mas também os situa como elementos que são sempre construídos com base em outros preexistentes, a partir de uma relação histórica de interação entre os usuários da língua dentro de instituições e atividades sociais. Nesse sentido, é possível afirmar que o gênero não existe por si só; por se estabelecer como um fenômeno histórico e social, o gênero é um componente de um conjunto, não podendo, portanto, ser percebido de forma individual ou isolada.

Isso quer dizer que, além de figurar como reação-resposta na cadeia da comunicação discursiva, todo enunciado está relacionado com aqueles que o seguem. Em outras palavras, o discurso se encontra com o discurso do outro não somente através do objeto, mas, sobretudo, através de sua orientação para o interlocutor. Todo enunciado mantém relações dialógicas não só com os elos (enunciados) anteriores, mas também com os elos posteriores, ou seja, o interlocutor constrói seu enunciado levando em conta as possíveis reações-resposta do outro (até que ponto conhece a situação, se tem ou não conhecimentos específicos da esfera comunicativa em questão, quais são suas opiniões e convicções, qual é seu poder de influência sobre o enunciado etc.).

Nesse sentido, é possível discorrer que todo enunciado obedece às coerções do gênero discursivo e, por conseguinte, da esfera de que faz parte. O enunciado,

em suas diferentes formas (relativamente) estáveis e típicas, estabelece, portanto, diferentes gêneros do discurso. E, para que as condições e as finalidades suscitadas por cada esfera sejam concretizadas, os enunciados, ou melhor, os tipos “relativamente estáveis de enunciados”, obedecem a uma estrutura tripartida dos gêneros discursivos: *estilo*, *forma composicional* e *tema*. Portanto trabalhar com a noção de gêneros implica considerar esses três elementos nas mais diversas atividades sociodiscursivas.

Quanto ao *estilo*, Bakhtin (1979) afirma ser uma posição enunciativa do locutor que compõe uma organização interna própria de autonomia e que caracteriza suas especificidades; a *forma composicional*, por sua vez, lida com a construção das relações entre os elementos do enunciado em si, de modo que seja interpretável por sua estrutura (relações entre as partes e o todo), isto é, a forma da estrutura do enunciado determinada pela estabilidade do gênero; o *tema*, além de expressar o conteúdo, é composto também pelo *acento valorativo* dado ao enunciado, estabelecendo um diálogo com os interlocutores e com outros enunciados/ temas, por meio das características socioculturais e dos valores que são (re)criados na enunciação.

O autor ainda pondera que esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – “[...] estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação.” (BAKHTIN, 1979, p.261). Por isso, no momento da realização do enunciado, a escolha de um determinado gênero e não de outro ocorre através da disponibilidade dos recursos linguísticos que são sempre situados. Isso quer dizer que o gênero, conforme mencionamos acima, não existe por si só, mas se estabelece como um fenômeno social, histórico e ideológico, o que nos possibilita afirmar, em consonância com Bakhtin (1979), que os enunciados são construídos a partir de uma relação de interação entre os usuários da língua dentro de instituições e atividades sociais. Tal asserção nos faz operar, segundo Rojo (2006), não com uma visão de linguagem estática, mas com uma visão situada de língua em uso, em que práticas didáticas plurais e multimodais podem ser favorecidas e possibilitadas pelas diferentes teorias de gêneros.

Aprofundando-se na ideia de que a linguagem se constitui pelo diálogo entre diferentes discursos de temporalidade e espaços diversos, a própria teoria bakhtiniana pode ser considerada uma réplica na discussão sobre os estudos da linguagem desde a Antiguidade, sobretudo no que diz respeito aos gêneros, cujo estudo, conforme apontamos no começo deste estudo, inicia-se em Aristóteles em seus estudos retóricos e, de certa forma, passam a ser reelaborados por Bakhtin (1979).

Essa visão sócio-histórica dos gêneros discursivos desenvolvida por Bakhtin (1979) é retomada por outros autores em estudos mais recentes. Miller (1984, p.159), por exemplo, em um de seus mais primorosos e citados trabalhos acerca da questão do gênero – *Genre as a social action* –, considera os gêneros “como ações retóricas tipificadas baseadas em situações recorrentes”. A tipificação das ações retóricas, responsável, segundo a autora, pela recorrência da situação social, é em si um reconhecimento construído socialmente. Portanto, a emergência do gênero ocorre lado a lado com a emergência de situações genéricas, com a ação retórica em si ajudando a definir a situação. Nesse sentido, a própria autora pondera que:

O estudo do gênero se torna valioso não porque poderia permitir a criação de algum tipo de taxonomia, mas porque enfatiza alguns aspectos sociais e históricos da retórica que outras perspectivas não contemplam. Meu argumento é o de que uma definição retoricamente plausível de gênero deve se centrar não na substância ou na forma do discurso, mas na ação que realiza [...]. Portanto, uma classificação de discurso será retoricamente plausível se ela contribuir para uma compreensão de como o discurso funciona, isto é, se reflete a experiência retórica dos sujeitos que criam e interpretam o discurso. Um princípio de classificação baseado na ação retórica parece mais claramente refletir a prática retórica (desde que a ação englobe tanto a substância quanto a forma). E se o gênero representa a ação, ele deve envolver a situação e o motivo, isso porque a ação humana, sendo ela simbólica ou não, é interpretável somente mediante um contexto de situação e através da atribuição de motivos. (MILLER, 1984, p.151).

Dentro dessa perspectiva, podemos considerar, então, que o contexto de situação e a atribuição de motivos, aos quais a autora se refere, constituem a própria interação social relativamente estável no interior das esferas ou variedades de intercâmbio comunicativo social (cotidiana, científica, jornalística etc.). Isso porque os gêneros, com seus propósitos comunicativos, não são indiferentes às especificidades da sua esfera; eles as “fazem surgir”.

Erickson (1997, p.2), fazendo também esse percurso, propõe uma *teoria de gênero situada* que, segundo o autor, diferentemente de concepções tradicionais anteriores,

[...] busca dar ênfase aos modos com que os gêneros provêm de uma situação comunicativa recorrente. Em outras palavras, as regularidades na forma e no conteúdo, que caracterizam o gênero, não são vistas como convenções arbitrárias, mas, pelo contrário, como resultado da confluência de forças técnicas, sociais e institucionais que compõem a situação comunicativa e dos esforços dos usuários dos gêneros – a “comunidade discursiva” – em atingir seus propósitos comunicativos naquela situação.

Destarte, é possível afirmar que os gêneros se constituem como artefatos simbólicos que se encontram à disposição dos sujeitos de uma determinada sociedade, mas que só podem ser considerados como verdadeiras ferramentas/instrumentos para seu agir quando esses sujeitos se apropriam dos gêneros com um determinado propósito comunicativo que deve sempre estar atrelado aos interesses dos membros de sua comunidade no seu agir com a linguagem. Sobre essa questão, Yates, Orlikowski e Rennecker (1997, p.2) asseveram que:

Os gêneros são identificados tanto por seu propósito comunicativo reconhecido quanto por características comuns na sua forma. O propósito comunicativo de um gênero não é simplesmente a intenção do indivíduo ao se engajar no ato comunicativo, mas um propósito interpretado pelos membros da sua comunidade organizacional relevante.

Tal asserção nos permite uma compreensão dos gêneros que vai muito além da concepção tradicional que simplesmente os classifica quanto à sua forma e ao conteúdo. Como base nessa visão mais ampla que estamos buscando trazer à tona, os gêneros se tomam os meios através dos quais é possível “[...] realizar ações sociais em situações particulares em termos de intenção e público.” (ERICKSON, 1997, p. 4). Isso nos conduz a operar com uma concepção de gênero que considera não só seus aspectos linguísticos e estruturais, mas, sobretudo, as características da sua situação de produção e de circulação (quem é o produtor, em que papel social se encontra, a quem se dirige, em que papel se encontra o leitor/ouvinte, em qual instituição social se produz e circula, em que momento, em qual suporte, com qual objetivo, em que tipo de linguagem, qual é a atividade não verbal a que se relaciona, qual o valor social que lhe é atribuído etc.).

Uma outra questão crucial a respeito dos gêneros é a sua atualização, isto é, a sua possibilidade de movimento entre a unidade e a continuidade (ou entre o dado e o criado). O resultado disso é que “o conjunto de gêneros é uma classe aberta na qual novos membros se desenvolvem enquanto outros desaparecem (MILLER, 1984). Nesse sentido, podemos afirmar que o gênero, além de se constituir como força reguladora para a construção do enunciado para o locutor e como horizonte de expectativa para o interlocutor, também se renova a cada interação verbal, pois cada enunciado contribui para a sua existência e continuidade. Aqui se fazem bastante valiosas novamente as palavras de Miller (1984, p.158):

O novo se torna familiar através do reconhecimento de similaridades relevantes; tais similaridades passam a se constituir como um tipo. Um novo tipo é, então, formado a partir das tipificações já existentes quando estas não são mais adequadas para determinar uma nova situação. Se uma nova tipificação prova ser continuamente útil para representar uma determinada conjuntura, ela passa a fazer parte do estoque de conhecimento e sua aplicação se torna rotina.

Pensando, portanto, nessa “renovação” como força constitutiva dos gêneros, podemos, então, dizer que um outro afluente imenso surge como extensão desse rio dos gêneros discursivos, cujas águas se tornam cada vez mais largas e profundas: o dos gêneros digitais. Contudo, conforme já viemos descrevendo ao longo deste trabalho, todo processo de atualização ou mudança se constitui, necessariamente, através de um processo sócio-histórico. Por isso, para que possamos compreender o surgimento dos gêneros digitais, é preciso que continuemos seguindo o percurso histórico desse rio, que rompeu as barragens que ainda o represavam até fins do século XX e adentrou pelo século XXI.

Início do século XXI: o que mudou ao longo do rio?

Mesmo reconhecendo nas vozes de Bakhtin (1979, 1981) e de muitos autores que compartilham de sua episteme a natureza social e o caráter dialógico que perpassam toda ação discursiva, percebemos, outrossim, que, atinente à visão de texto escrito e de sua própria produção e circulação, o caráter positivista (universal), típico dos ideais da Modernidade, ainda se fazia muito presente em pleno século XX. A escrita ainda se encontrava atrelada a critérios de universalidade e objetividade de uma ordem positiva da ciência iluminista do século XVIII. É como se preferíssemos represar as águas do rio ao invés de acompanhá-las em seu curso.

A mudança de direção no curso, ou melhor, o processo de “desrepresamento” do rio começou a se anunciar no final do século XX, a partir de muitas transformações de ordem social, econômica, política, cultural e tecnológica. Tais mudanças passaram a ocorrer, sobretudo, em virtude do grande fluxo de informação, bem como do seu fácil acesso, o que passou a disponibilizar, segundo Fridman (2000), diversas formas de ver e viver a experiência humana.

Esse momento sócio-histórico, que se inicia a partir da última década do século XX e adentra o século atual, tem-se caracterizado pelas polêmicas a respeito do fim das bases de legitimidade do conhecimento moderno ou sobre as transformações da vida social acarretadas pelo avanço tecnológico. Esse período da contemporaneidade vem trazendo, de acordo com Bauman (2005), uma série de mudanças em todos os aspectos da vida social: a velocidade dos meios de comunicação e produção, a volatilidade do capital e o acesso aos estoques mundiais de informação, possibilitados pela era da tecnologia, estão exercendo uma influência cada vez maior nas novas formas de sociabilidade.

Nunca, na história da humanidade, os seres humanos viveram de forma tão intensa tudo aquilo que diz respeito ao seu próprio *eu*. Na sociedade do consumo (BAUDRILLARD, 1995), em que tudo e todos são cada vez mais tratados

como mercadorias, (JAMESON, 1996; SANTOS, 2001) o que existe é uma eterna insatisfação, que vai sendo preenchida por um consumo hedonista, sempre pronto a acabar e a recomeçar novamente. Sobre essa questão, Bauman (2005, p.98) pondera que “Hoje em dia, somos consumidores numa sociedade de consumo. A sociedade de consumo é a sociedade do mercado. Todos estamos dentro e no mercado, ao mesmo tempo clientes e mercadorias.”

Tem-se início, portanto, uma nova sociedade denominada sociedade de consumo fragmentada (FRIDMAN, 2000), com a substituição da produção fordista por cadeias de montagem mais curtas e flexíveis denominadas de *Toyotização*, o que acarretou, segundo Santos (2001), a perda do poder do Estado-nação, com a crescente globalização da economia. Como corolário, a noção de democracia passou a se basear na capacidade de livre escolha de bens de consumo (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004).

O consumo, na contemporaneidade, coaduna-se, por conseguinte, com a esfera econômica, que, longe de questionar qualquer ruptura com o sistema capitalista, mostra que cada vez mais estamos no estágio do capitalismo tido como transnacional (JAMESON, 1996). Relacionado intrinsecamente à globalização, este momento sócio-histórico tem como características essenciais a ruptura com as fronteiras nacionais e uma adaptação mais flexível às demandas da produção e dos mercados consumidores.

Neste mundo da globalização marcado por muitas transformações, uma merece um destaque especial: a mídia. Com efeito, o desenvolvimento da mídia transformou a constituição espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação não mais ligadas ao compartilhar de um local comum. Em relação a essa característica, Fridman (2000, p.17) aponta que “[...] é possível saber o que afeta o mundo todo e não estar em lugar algum.” Desse modo, podemos experimentar os acontecimentos sem a necessidade de compartilhar simultaneamente o mesmo espaço que nosso interlocutor.

Essa capacidade da mídia de transformar o próprio sentido de temporalidade tem se tornado um dos efeitos mais importantes do mundo contemporâneo, em que os sujeitos vivem presentes contínuos perpétuos, em que o eterno presente, o tempo das narrativas da mídia, “[...] é contado pelo relógio dos gozos que se gastam em cada aceno das mercadorias, nessa versão de uma salvação terrena que não tem um fim último nem dá coerência a trajetos de vida.” (FRIDMAN, 2000, p.72).

De fato, essa nova relação espaço-tempo, proporcionada pelos meios de comunicação em massa, que vêm intensificando as relações sociais em escala mundial ligando localidades antes distantes, tem nos proporcionado um novo tipo de vida nunca antes experimentado. As consequências dessa transformação

têm grande alcance e atingem muitos aspectos de nossas vidas, desde as mais íntimas instâncias da experiência no nível micro, às de nível macro do domínio público (THOMPSON, 2004). A esse respeito, Fabrício e Moita-Lopes (2002, p.47) apontam que:

A compressão espaço-tempo possibilitada pela velocidade da circulação de discursos e imagens disponibilizados em tempo real pela TV ou pela Internet, que, ao produzirem uma megaestimulação visual e cognitiva, vêm tomando os regimes de atenção, concentração e percepção cada vez mais rápidos, instantâneos, multifocais e fragmentários, fabricando novos espaços de visualidade, de experimentação e de construção de sentido (como, por exemplo, espaços e simuladores virtuais e holográficos).

Em meio a este mundo globalizado e contingente, percebemos que as ações globais são cada vez mais afetadas pelas ações locais e o local, por sua vez, cada vez mais globalizado, ou, segundo Kumaravadivelu (2006, p.134), “o global está localizado e o local está globalizado”. Com isso, as práticas sociais passam a ser perenemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas mesmas práticas, alterando, assim, constitutivamente seu caráter. Destarte, torna-se intrínseco ao processo de constituição do conhecimento, segundo Venn (2000), a possibilidade de revisão das convenções daquilo que se tem como certo e verdadeiro.

Isso posto, podemos atribuir à fluidez do tempo a possibilidade, segundo Thompson (2004, p.19), de compartilhar de “uma visibilidade mediada”, que é a transformação da própria ideia de experiência, uma capacidade reflexiva de processar novos conteúdos, de atuar em questões diversas e, como corolário, de transformar a própria vida social.

Nesse sentido, a mídia passa a ser, então, considerada como o veículo através do qual se produzem as incertezas, ambivalências e pluralidades acerca das coisas do mundo contemporâneo. A esse respeito, Fridman (2000, p.23, grifo do autor) assinala que “[...] a onipresença da mídia, ambiente em que se processa a nova expansão do capitalismo, informa a ideia de *sociedade da imagem*.” Nesse contexto, o predomínio das imagens influencia as maneiras de pensar, sentir, desejar, consumir e agir dos indivíduos.

Contudo somos atordoados pela sensação de que todos esses recursos tecnológicos irão nos atropelar com um grande volume de informações e acontecimentos que nos chega em um ritmo acelerado e por meios diversos. A gama de informações transmitida pela mídia nos leva a não fazer distinção entre o aqui e o ali, entre o próximo e o distante, afetando, assim, a nossa relação pessoal com o espaço e com o tempo. E tudo isso pode causar um certo efeito desorientador sobre muitos indivíduos, uma vez que “[...] o uso dos meios de

comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder.” (THOMPSON, 2002, p.14).

É, justamente, essa experiência sobre a diversidade econômica, cultural e social sem precedentes que vem alterando profundamente a vida em sociedade, ou pelo menos a sua compreensão, o que colabora para gerar aquilo que Giddens (2002) denomina de mundo em descontrole. Isso porque, uma vez frente a esses novos significados, que não fazem parte de seu repertório de sentidos, muitos sujeitos sociais perdem seu referencial e se deparam com um sentimento de insegurança e impotência. Segundo Fridman (2000), as vertigens trazidas por essas rápidas transformações resultam em esforços de se tentar compreender o mundo atual. Esses esforços evidenciam a tentativa de elucidação dos meios e modos em que se processa a “[...] comunicação instantânea, a volatilidade do capital, a ação à distância, os novos *apartheids* sociais, a fragmentação do sujeito e a predominância da mídia na constituição do universo simbólico das grandes massas.” (FRIDMAN, 2000, p.11).

É em meio a esse contexto sócio-histórico que um tipo de mídia vem ganhando cada vez mais força e se tornando, com isso, cada vez mais presente na vida social: a Internet.

A Internet como um novo marco no curso do rio

Dissemos, no começo deste estudo, que os gêneros discursivos se constituiriam a partir de três grandes fases no curso do rio: sua nascente (origem) na Retórica aristotélica, ainda como um gênero oral; sua redefinição a partir da invenção da escrita tipográfica no XV; e sua “transformação” com o advento da Internet. Para que pudéssemos seguir o curso do rio na tentativa de entender essa terceira fase, mostramos, na seção anterior, como as diversas mudanças ocorridas desde o fim do século passado passaram a promover outro olhar sobre a vida social. No bojo dessas transformações, um grande destaque deve ser dado ao advento e uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, e, em particular, à Internet.

As contribuições dos primeiros protótipos que vieram a ser tornar a Internet, logo no início de seu aparecimento, surgiram no auge da Guerra Fria “[...] como estratégia militar para possibilitar a sobrevivência das redes de comunicação em caso de ataque nuclear que pretendesse destruir os centros de comando e controle.” (CASTELLS, 2003, p.428). Inicialmente, cientistas queriam criar uma rede descentralizada em que, mesmo que um computador fosse destruído, os outros continuassem existindo e enviando suas mensagens, preservando, assim, as informações. Na tentativa, então, de desenvolver essa ideia e explorar, ao máximo,

recursos de compartilhamento dos seus computadores, os cientistas criaram um projeto da agência norte-americana ARPA (*Advanced Research Projects Agency*) com o objetivo de conectar os computadores dos seus departamentos de pesquisa. Eles, então, conseguiram realizar uma grande proeza para a época: a concretização da ideia de ligar computadores entre si, em rede.

A ideia inicial do projeto era, de fato, conectar os mais importantes centros universitários de pesquisas americanos com o Pentágono, a fim de permitir não apenas a troca de informação rápida e protegida, como também instrumentalizar o país com uma tecnologia que possibilitasse a sobrevivência de canais de informações em caso de uma possível guerra nuclear. Essa nova rede de comunicação tinha o potencial de transmitir informações para pontos distintos sem a necessidade de um ponto central, e essa era a sua grande novidade. Embora pensado desde a década de 1950, o projeto só se iniciou de fato em 1969, quando quatro instituições de pesquisa passaram a se interligar (as duas Universidades da Califórnia – Los Angeles e Santa Bárbara –, a Universidade de Utah e o Instituto de Pesquisa de Stanford).

O projeto foi, então, colocado à disposição de pesquisadores e resultou em uma intensa atividade de pesquisa durante a década de 1970, embora com um acesso ainda restrito a certas instituições de ensino e pesquisa. Segundo Castells (2003), no início da década de 80, a ARPA iniciou a integração das redes de computadores dos outros centros de pesquisas à ARPANET. No entanto, o mesmo autor também aponta que, pouco tempo depois, já estava difícil separar a pesquisa voltada para fins militares das comunicações científicas. Por isso, a partir de 1983, “[...] houve a divisão entre ARPANET, dedicada a fins científicos, e a MILNET, orientada diretamente a aplicações militares.” (CASTELLS, 2003, p.83).

Ainda na década de 1980, a ARPANET passou a se tornar o grande sistema de comunicação em rede, a “rede das redes”, formando o que veio a se chamar ARPA-INTERNET e, logo depois, INTERNET, ainda sustentada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Foi, então, a partir da criação da Internet, que se deu início a uma nova era na comunicação e na informação, em que navegar representou o primeiro grande passo de nossa sociedade rumo à consolidação do um novo paradigma.

Contudo a privatização da Internet só ocorreria em 1995, a partir de pressões comerciais de redes de empresas privadas e de redes cooperativas sem fins lucrativos (CASTELLS, 2003). Com isso, a Internet passou a ser explorada comercialmente, fazendo com que seus recursos passassem a fazer parte não apenas de milhares de empresas e instituições, mas também de milhões de residências, aumentando, de forma exponencial, o número de pessoas que começaram a ter acesso ao espaço virtual da Internet.

Ao lado disso, os computadores, por sua vez, que antes eram enormes e muitas vezes desajeitados, foram se tornando cada vez mais populares, em virtude da redução do seu tamanho, peso e, conseqüentemente, do seu custo, sendo, então, gradativamente estendidos ao cidadão comum. Nesse sentido, pode-se dizer que o computador conectado à Internet passou, por conseguinte, a incorporar uma ideia-chave: a de uma rede de arquitetura aberta, não sendo, portanto, imposta por nenhum órgão centralizador específico. Ironicamente, o projeto militar, inicialmente criado para salvamento de informações de uma possível guerra nuclear, tornou-se a maior rede de comunicação humana, descentralizada e democrática.

Apesar dos avanços tecnológicos expressivos, foi a partir de um novo e grande salto tecnológico, também ocorrido na década de 1990, que se tornou possível a difusão da "Internet na sociedade em geral: a criação de um novo aplicativo, a rede mundial (*World Wide Web* – WWW³), que organizava o teor dos sítios da Internet por informação e não por localização, oferecendo um sistema fácil de pesquisa para procurar as informações desejadas." (CASTELLS, 2003, p.88).

Esse novo ambiente da *World Wide Web*, popularmente conhecido como *web*, passou a ter como função primordial permitir que o internauta pudesse, entre outras coisas, desviar o fluxo da leitura para assuntos referidos no texto com o objetivo de os interligar e, *ipso facto*, aprofundar-se em determinado tema. Isso porque a *web* é capaz de agrupar informações dispersas, que permitem acesso a páginas da Internet que se ligam umas às outras através de nós de hipertexto.

Com efeito, a era da Internet, ao lado das duas fases anteriores apontadas neste trabalho, constitui-se como uma grande fase na experiência da comunicação humana. Isso porque a conexão simultânea dos atores sociais a uma mesma rede traz uma relação totalmente nova para os conceitos de contexto, espaço e tempo. Das narrativas orais e da forma linear das culturas da escrita, passamos a uma percepção do tempo que vai muito além de linhas; estas se tornam segmentos da imensa rede pela qual nos movimentamos (CARDOSO, 1997). Estamos vivendo num ritmo de grande velocidade em que não há horizonte, nem ponto-limite, um "fim da linha". Ao contrário, vivemos, de acordo com Meyrowitz (1994), num tempo fragmentado, numa série de presentes ininterruptos que não se sobrepõem uns

³ termos *Internet* e *World Wide Web* são usados indistintamente, embora não sejam sinônimos. A Internet é a Os gigantesca rede das redes, uma imensa infraestrutura em rede. Ela conecta milhões de computadores globalmente, formando uma rede em que computadores podem comunicar-se uns com os outros; a *World Wide Web* (WWW) é uma maneira de acessar informação por meio da Internet. É um sistema de compartilhamento de informações construído na Internet por meio de uma interface gráfica fundamentada na codificação HTML (*Hypertext Markup Language* – Linguagem de Marcação de Hipertexto). A WWW se serve de *browsers*, como o *Internet Explorer* e o *Mozilla*, para acessar documentos chamados páginas (*websites*), que estão ligados uns a outros por meio de *hyperlinks*. A WWW é apenas uma das maneiras pelas quais a informação pode ser disseminada pela Internet. A Internet, não a WWW, é ainda utilizada para acessar *correios eletrônicos*, *Instant Messaging*, *Newsgroup*. Portanto a WWW é apenas uma parte da Internet, embora seja uma grande parte.

aos outros, como páginas de um livro, mas existem simultaneamente, em tempo real, com intensidades múltiplas que variam de acordo com o momento.

Com base nessa experiência de um tempo fragmentado, outro conceito passa a ser considerado como central na Internet: o da desterritorialização. Esta diz respeito ao fato de uma pessoa, um ato, uma informação se tornarem “não presentes” quando se encontram no mundo virtual, produzindo, ainda, um deslocamento radical nos conceitos clássicos de lugar e de tempo (BAUMAN, 2005). Apesar da desterritorialização dos elementos e da implosão do tempo e do espaço, o virtual não significa imaginário. A esse respeito, Du Gay (1997, p.26) assevera que:

A nova mídia eletrônica não apenas possibilita a expansão das relações sociais pelo tempo e espaço, como também aprofunda a interconexão global, anulando a distância entre as pessoas e os lugares, lançando-as em um contato intenso e imediato entre si, em um “presente” perpétuo, onde o que ocorre em um lugar pode estar ocorrendo em qualquer parte [...]. Isto não significa que as pessoas não tenham mais uma vida local – que não mais estejam situadas contextualmente no tempo e espaço. Significa apenas que a vida local é inerentemente deslocada – que o local não tem mais uma identidade “objetiva” fora de sua relação com o global.

A Internet pode ser, portanto, considerada como uma virtualização da realidade, uma migração do mundo real para um mundo de interações virtuais (LÉVY, 2001). Nesse sentido, a desterritorialização é uma das vias régias da virtualização, uma vez que, segundo Kumaravadivelu (2006), as distâncias espacial e temporal estão diminuindo, e as fronteiras estão desaparecendo. Essa migração em direção a uma nova concepção da relação espaço-tempo estabelece uma realidade social virtual que, ao manter aparentemente as mesmas estruturas da sociedade real, não possui, necessariamente, uma correspondência completa com esta, possuindo suas próprias estruturas e códigos.

Dentro dessa perspectiva, Lévy (1999, p.20) apresenta o mundo virtual como uma grande rede interconectada mundialmente, com um processo de comunicação “universal” sem “totalidade”. Isso segue uma linha de comunicação que vem possibilitando aos navegantes da grande “rede” participar democraticamente de um modelo interativo feito para todos, consolidando, assim, a ideia de uma “aldeia global”.

O autor ainda pondera acerca do que se compreende como virtual. Muitos entendem virtual como a ausência de presença, em oposição ao real. No entanto, o termo virtual significa, atualmente, “aquilo que existe em potencial, derivado do termo latino *virtus* que significa força, potência. É nesse sentido que a árvore está virtualmente presente na semente; o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: a

árvore produz a semente que tem em si a árvore.” (LÉVY, 2001, p.16). O virtual, segundo o mesmo autor, portanto, difere do atual na medida em que não contém em si o real como fim, mas sim um emaranhado de possibilidades que, de acordo com as condições e os contextos, irá se atualizar de maneiras distintas.

Diante dessa perspectiva, o virtual é entendido, portanto, como algo que dialoga e interage com o atual, transformando-se de acordo com as peculiaridades de cada contexto. Nessa relação, entende-se que os resultados finais (as atualizações) não estão determinados, pois serão o resultado de um processo de atualização (TURKLE, 1996). É nesse diálogo entre o virtual e o real, a partir das particularidades de cada contexto na Internet, que passamos a seguir por afluentes criados por esse rio: os gêneros digitais.

Gêneros digitais: um novo afluente do rio

Como produtos sociais, os gêneros são também afetados (e até modificados), conforme apontado acima, pelo meio no qual circula. Nesse sentido, pode-se afirmar que “a mediação das novas tecnologias nos processos comunicativos desencadeia um conjunto de mudanças: a linguagem tende a se ajustar aos limites e às possibilidades de expressão do novo meio e se tornam necessárias convenções específicas para cada modalidade” (BRAGA, 2005, p.756). Isso quer dizer que, sob o ponto de vista da sua produção e circulação, portanto, conceber o gênero, embora com uma certa estabilidade, não como um atributo fixo, mas como um instrumento passível de mudanças. Yates, Orlikowski e Rennecker (1997, p.3), sobre essa questão, ponderam que:

Os gêneros podem sofrer mudanças. E quando certas mudanças nos gêneros estabelecidos se tornam amplamente compartilhadas entre os membros de uma determinada comunidade, variantes do gênero, ou mesmo novos gêneros, surgem. Tais mudanças podem ser desencadeadas por uma série de fatores, incluindo, dentre eles, a introdução de um novo meio de comunicação.

Chegamos, portanto, ao ponto crucial da discussão sobre as novas configurações que os gêneros podem assumir: a introdução de um novo meio de comunicação, como a mídia eletrônica digital. Nesse sentido, um número considerável de teóricos tem lidado com o surgimento dos gêneros digitais como novos meios de comunicação no mundo virtual e a sua influência na evolução dos gêneros tradicionais que conhecemos (CROWSTON, 1996; ERICKSON, 1997; YATES; ORLIKOWSKI; RENNECKER, 1997; COPE; KALANTZIS, 2000; SHEPHERD; WATTERS, 2006; DEVITT, 2000). Segundo Erickson (1997, p.5), “[...] os gêneros evoluem com o tempo por meio de interações recíprocas entre práticas

institucionalizadas e ações individuais humanas, uma vez que as interações *online* têm um grande potencial de acelerar a evolução dos gêneros.”

Yates, Orlikowski e Rennecker (1997), alguns dos precursores no estudo dos gêneros digitais, por exemplo, fazem uso do conceito de *gêneros comunicativos* para dar conta do comportamento dos gêneros digitais. Esses autores têm pesquisado a maneira como detalhes relativamente menores, concernentes à interface dos usuários, constroem os tipos dos meios comunicativos que podem ser realizados dentro de um gênero. Além dos aspectos contemplados nas análises tradicionais de gêneros (suas regularidades de forma e de conteúdo), os autores chamam a atenção para outros dois dispositivos de análise cruciais nessa concepção dos gêneros digitais: a situação para a qual o gênero é uma resposta e a intenção comunicativa do usuário ao fazer uso do gênero. A esse respeito, Erickson (1997, p.16) pondera que:

Ao enfatizar as intenções comunicativas do gênero e o modo como os meios discursivos na Internet facilitam ou inibem a realização dessas intenções, a análise do gênero oferece, de fato, uma abordagem que pode ser aplicada a uma variedade muito extensa de sistemas que dão suporte aos discursos online.

Shepperd e Watters (2006), embora optem pelo termo *cibergênero*, chamam também a atenção para a questão da funcionalidade técnica dos gêneros na Internet. Segundo eles, os cibergêneros têm sido caracterizados pelo conteúdo, forma e funcionalidade, este último quesito se referindo às capacidades disponíveis na nova mídia. Ainda de acordo com esses autores, os cibergêneros podem “[...] ser baseados em gêneros existentes ou em um novo gênero. A funcionalidade permitida pela nova mídia eletrônica pode levar a variações e até mesmo a novos gêneros diferentes dos originais.” (SHEPPERD; WATTERS, 2006).

Aqui cabe, portanto, levantarmos uma discussão recente, que surgiu praticamente junta com os gêneros digitais: se os então denominados “gêneros digitais”, como *e-mail*, *MSN Messenger*, *blog*, entre outros, seriam, de fato, gêneros digitais ou se deveriam ser considerados apenas como suportes, ou meios digitais, para a produção e divulgação de gêneros digitais. Neste trabalho, defendemos, no entanto, uma terceira visão: a de que seriam, ao mesmo tempo, suportes e gêneros digitais.

Primeiramente, de forma mais ampla, podemos argumentar em favor dessa terceira visão que as inúmeras modificações nas formas e possibilidades de utilização da linguagem são reflexos incontestáveis das mudanças tecnológicas emergentes no mundo. Em outras palavras, se a vida social passa por um processo cada vez maior de complexificação, as formas de linguagem tendem ao mesmo processo, gerando e modificando os gêneros discursivos. Isso parece, de fato,

ecoar Bakhtin (1981, p.262), ao afirmar que a riqueza e diversidade dos gêneros discursivos “[...] é imensa, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferencia e cresce à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera.”

Afiliando-se a essa visão, podemos dizer, de forma mais específica, conforme Shepperd e Watters (2006) e Erickson (1997) apontam que todo o sistema técnico envolvido no gênero é igualmente responsável por mudanças que podem levá-lo a ser tornar um outro gênero, diferente daquele que o deu origem. Nesse sentido, pode-se afirmar que os gêneros podem ser definidos por sua forma, conteúdo, função e também suporte. Logo, vê-se que os gêneros não podem ser representados desvinculados de suas ferramentas tecnológicas e que, ao mesmo tempo, uma tecnologia também pode incorporar gêneros discursivos diferentes.

Para se estabelecer com um meio de comunicação tão poderoso, como de fato o é, o mundo virtual incorporou, em grande parte, gêneros discursivos presentes em outros tipos de mídia, tais como aqueles encontrados em jornais, revistas, televisão e rádio. Contudo já é possível observar que a Internet, por outro lado, vem imprimindo um novo modo de veicular a informação, uma vez que sua tecnologia é capaz de reunir recursos variados que lhe permitem lidar, ao mesmo tempo, com o texto escrito, som, fotos e vídeos etc. O advento da tecnologia digital, por exemplo, fez com que gêneros discursivos sofressem adaptações: encurtamento dos textos, uso de *links* eletrônicos, uso da hipermídia, entre outros.

Tendo em vista tais aspectos, é possível inferir que os gêneros emergentes dessa nova tecnologia digital se portam de maneira diferente, primeiramente porque o surgimento dos gêneros digitais pode ser considerado como o resultado de novas necessidades de interação verbal nesses contextos digitais. Além disso, notamos que, de forma análoga aos gêneros discursivos, os gêneros digitais são também definidos por sua forma, conteúdo, função e suporte, os quais, devido à complexificação tecnocultural pela qual o nosso mundo vem passando, permitem que os elementos constituintes da linguagem passem pelo mesmo processo, gerando e modificando, com isso, os gêneros discursivos existentes. A esse respeito, Marchuschi (2004, p.14) aponta três aspectos que tornam relevante a análise dos gêneros digitais:

- a) seu grande desenvolvimento e o uso cada vez mais generalizado;
- b) suas peculiaridades formais e funcionais, não obstante terem eles contrapartes em gêneros prévios;
- c) a possibilidade que oferecem de se reverem conceitos tradicionais, permitindo repensar nossa relação com a oralidade e a escrita.

Diante dessa perspectiva, podemos ponderar que o gênero não se reporta somente aos seus aspectos linguísticos, mas também ao meio e aos recursos tecnológicos formalizados digitalmente que agora também participam igualmente da enunciação. Isso quer dizer que, para que possamos produzir um tecido textual digital, é preciso que consideremos também os meios comunicativos que constroem os gêneros, já que, conforme aponta Erickson (1997), uma diferença entre as mídias é, igualmente, uma diferença de gêneros, pois organizam a linguagem formando discursos dentro de mídias específicas, constituindo, assim, um diferente gênero.

Isso quer dizer que características específicas e exclusivas dos gêneros digitais – como a interatividade simultânea a qualquer hora e em qualquer lugar, por exemplo, proporcionada pela velocidade de trânsito das informações na rede que acontece não só de internauta(s) para com texto(s), mas também de internautas entre si, ou mesmo a influência de outras formas de comunicação (oral, visual, sonoro, musical) na modalidade escrita – resultam em mudanças de fatores de ordem funcional, formal e estrutural, que são, por conseguinte, responsáveis por transformações de gêneros.

Destarte, podemos dizer que o *MSN Messenger*, o *e-mail*, o *blog*, a *homepage*, entre outros, seriam, ao mesmo tempo, gêneros digitais e suportes ou meios de comunicação digital. O *MSN Messenger*, por exemplo, além de ser um programa de comunicação instantânea, que permite que duas ou mais pessoas possam conversar em tempo real na mesma página do *site*, também interpreta e reprocessa gêneros prévios de tradições orais, como uma conversa face a face, tomando-se, portanto, um diferente gênero. O mesmo acontece o com *e-mail* – bem como com outros meios assíncronos – que, embora possamos dizer que se trata de meio digital no qual circulam vários gêneros “epistolares” (memorando, carta, bilhete, ofício, propaganda, etc.), também pode ser entendido como um gênero específico associado a esse novo artefato, pois a velocidade na composição e na transmissão do texto, bem como os demais recursos tecnológicos inerentes ao suporte tomam-se fatores determinantes na caracterização e na diferenciação do gênero. Isso justifica o frequente intercâmbio entre atribuições e nomenclaturas dadas aos gêneros digitais, ora tratados como tais, ora como meios ou canais de comunicação digitais.

Diante disso, pensamos ser possível afirmar que o conjunto dessas especificidades que caracterizam um determinado gênero digital e o diferenciam de outro compõe o que Bakhtin (1979) chama de esfera, ou seja, é o espaço em que as especificidades dos mais variados enunciados constituem os gêneros. Segundo o autor, as esferas elaboram seus tipos relativamente estáveis de enunciados, que, por sua vez, constituem os gêneros discursivos. Cada esfera emprega seus gêneros (*blog*, *e-mail*, *homepage*, etc.) que correspondem às suas condições específicas.

Pode-se, portanto, considerar a Internet como um espaço de interação verbal que, em sua complexidade, abriga diferentes esferas, uma vez que atende a diferentes condições de comunicação discursiva. Assim, a Internet seria o lócus de produção de diferentes esferas comportando gêneros digitais de diferentes esferas.

Considerações finais

Buscamos, neste artigo, discutir como se constituem e funcionam os gêneros discursivos a partir de um longo e tortuoso percurso sócio-histórico, no qual procuramos promover um diálogo entre conceitos de gêneros advindos da retórica aristotélica e certos construtos bakhtinianos que, a nosso ver, podem se constituir como mapa para navegar por essas “novas águas” dos gêneros digitais, mas que, por sua vez, estão intimamente ligadas a outras tantas antigas. Esse mapa de navegação pode, portanto, permitir-nos construir um referencial teórico que traga contribuições que contemplem tanto questões de cunho socioideológico (mais amplas) quanto questões de cunho linguístico-discursivo (mais específicas) para a compreensão do uso dos gêneros nas práticas sociodiscursivas.

Dessa forma, ao pensar a questão dos gêneros digitais a partir de uma perspectiva sócio-histórica, estamos buscando, com isso, enfatizar meios que incluam uma análise não somente dos seus aspectos tipológicos e linguísticos, mas, sobretudo, dos seus aspectos sociais, históricos e culturais para se chegar à reconstrução de sentidos a partir do uso dos próprios gêneros.

De forma mais ampla, esperamos que este estudo possa contribuir para reflexão de questões teóricas acerca da relação entre o estudo dos gêneros discursivos e as novas tecnologias da comunicação e da informação, relação essa que, embora ainda seja timidamente mencionada em documentos oficiais que lidam com o processo de ensino-aprendizagem, conforme dissemos no começo deste trabalho, e muito pouco estudada no nosso meio acadêmico, pode nos ajudar a entender melhor a questão dos gêneros (digitais).

Nesse sentido, ressaltamos aqui a importância de expandirmos pesquisas empíricas que contemplem a Internet e suas múltiplas possibilidades de (re) construir significados por meio de seus múltiplos gêneros digitais. Isso talvez torne possível promover um (re) pensar, e até uma redefinição, sobre o rio no qual sempre navegamos; um rio pelo qual correm teorias e práticas que, se entendidas a partir de uma relação dialética e dialógica, podem nos ajudar a adentrar e compreender melhor muitos de seus afluentes novos e “nunca dantes navegados”.

PINHEIRO, P. A. Digital genres: a social-historical debate. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.33-58, 2010.

- **ABSTRACT:** *This paper tackles the notion of discourse genre from the social-historical perspective and argues for its three-phase constitution, as follows: its origins in the Aristotelian Rhetoric, as an oral genre, its redefinition from the invention of the printing press in the 15th century, and its transformation into digital genres with the Internet boom. The investigation adopts a social-historical perspective in the study of language which comprises, in turn, the Aristotelian Rhetoric, the Bakhtinian view of discourse genres, and the more recent theories which deal with the digital genres issues (YATES; ORLIKOWSKY; RENNECKER, 1997; ERICKSON, 1997; SHEPHERD; WATTERS, 1999; DEVITT, 2000; MARCHUSCHI, 2004). We believe that such social-historical bias has enabled us to construct a novel theoretical reference, which contributes to discuss both broader social-ideological issues and more specific language-discourse issues, by means of a dialectical relationship theory-practice in the digital genres constitution.*
- **KEYWORDS:** *Language. Discourse genres. Bakhtin. Internet. Digital genres.*

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1978.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Laud e Yara Fratechi Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 1979. p.277-326.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRAGA, D. B. B. Hipertexto: questões de produção e de leitura. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.XXXIV, p.756-761, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC: SEF, 2000.
- _____. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, v.134, n.248, p.27834-27841, 23 dez. 1996. Seção 1.
- CARDOSO, G. Contribuições para uma sociologia do ciberespaço. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n.25, p.51-80, nov. 1997.
- CASTELLS, M. A. *Sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de

pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.22, p.177-229, 1990.

COPE, B.; KALANTZIS, M. (Ed.). *Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures*. Londres: Routledge, 2000.

CROWSTON, K. *Reproduced and emergent genres of communication on the World-Wide Web*. 1996. Disponível em: <<http://crowston.syr.edu/papers/hicss97.html>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

DEVITT, A. J. Integrating rhetorical and literary theories of genre. *College English*, Urbana, v.62, n.6, p.696-718, July 2000.

DU GAY, P. Organizing identity: making up people at work. In: DU GAY, P. (Ed.). *Production of culture: cultures of production*. London: Sage, 1997. p.285-344.

ERICKSON T. Social interaction on the net: virtual community as a participatory genre. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 30th., 1997, Maui *Proceedings...* Maui: HICSS, 1997. Disponível em: <http://www.pliant.org/personal/Tom_Erickson/VC_as_Genre.html>. Acesso em: 11 mar. 2008.

FABRÍCIO, B. F.; MOITA-LOPES, L. P. Discurso e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v.6, n.2, p.11-29, jul./dez. 2002.

FRIDMAN, L. C. *Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrole*. Tradução de Maria Luíza Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA-LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p.129-148.

LÉVY, P. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed 34, 1999.

_____. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARCHUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCHUSCHI, L. A.; XAVIER, A. *Hipertexto e gêneros digitais*: novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARTINS, W. Direitos autorais. In: MARTINS, W. *A palavra escrita*. 2. ed. il. rev. atual. São Paulo: Ática, 1996. p.58-79.

MEIROWITZ, J. *No sense of place*: the impact of electronic media on social behavior. Oxford: Oxford University Press, 1994.

MILLER, C. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, London, v.70, p.151-167, 1984.

RAZZINI, M. P. G. *O espelho da nação: a Antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. 2000. 442 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROJO, R. H. M. O texto como unidade e o gênero como objeto de ensino de língua portuguesa. In: TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Encontros na linguagem*: estudos linguísticos e literários. Uberlândia: EDUFU, 2006. p.51-80.

_____. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e práticas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p.184-207.

SANTOS, B. de S. *O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

SHEPHERD, M.; WATTERS, C. The functionality attribute of cybergenres. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 39th., 2006, Kauai *Proceedings*... Kauai: HICSS, 2006. Disponível em: <<http://www.computer.org/proceedings/hicss/0001/00012/00012007.PDF>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

SIGNORINI, I. Do residual, ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em linguística aplicada. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. (Org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.99-110.

SOARES, M.. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p.155-177.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

TURKLE, S. Parallel lives: working on identity in virtual space. In: GRODIN, D.; LINDOLF, F. T. R. (Ed.). *Constructing the self in a mediated world*. Londres: Sage, 1996. p.156-175.

VENN, C. *Occidentalism: modernity and subjectivity*. Londres: Sage, 2000.

YATES, J.; ORLIKOWSKI, W. J.; RENNECKER, J. Collaborative genres for collaboration: genre systems in digital media. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 30th., 1997, Maui *Proceedings...* Maui: HICSS, 1997. Disponível em: < <http://www.informatik.uni-trier.de/~ley/db/conf/hicss/hicss1997-6.html>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Fundamental*: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC: SEF, 1997.

LONDON, S. *Civic networks: building community on the net*. 1997. Disponível em: <<http://www.iog.ca/policy/CP/Public%20Library/libraryreferencecivicnetworks.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.

DIALOGISMO E CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL EM REPORTAGENS DA REVISTA *SUPERINTERESSANTE*

Carolina Cristovão de MACEDO*
Sheila Vieira de Camargo GRILLO**

- **RESUMO:** Este artigo investiga a influência das características do hipertexto digital sobre os textos impressos, observando o papel do leitor presumido nessa relação e as novas formas de leitura com base na teoria dialógica do Círculo de Bakhtin. Para responder aos problemas propostos, foi empreendida a análise de seis reportagens de divulgação científica da Revista *Superinteressante*, sendo três anteriores à grande disseminação da internet, em 1995, e três recentes. Pôde-se observar a ocorrência de uma composição hipertextual nas reportagens mais recentes, e que as possibilidades de leituras oferecidas pelos textos buscavam tornar o leitor mais participativo, de forma a evidenciar a dimensão dialógica defendida pelo Círculo. Alguns desses recursos já se mostravam de forma embrionária nas reportagens das edições mais antigas. Recursos comumente associados à internet foram possibilitados nas revistas impressas pelo contato mais recorrente dos leitores presumidos (geralmente jovens) com o meio digital. Esses recursos foram observados, sobretudo, no uso de três tipos de *boxes*: adicionais, complementares e conclusivos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Dialogismo. Hipertexto. Divulgação científica. Construção Composicional. Análise do discurso.

Introdução

O meio digital é hoje uma das maiores fontes de informação existentes e presença marcante na vida de grande parte da população mundial. A sua popularização deve-se, em grande parte, a um dos fatores que diferencia a internet de qualquer outro meio de comunicação: a possibilidade de realizar associações rápidas entre um e outro texto, isto é, desviar uma leitura para muitas outras através de *links* ou nexos. A essa rede de livres conexões e, conseqüentemente, de leituras não lineares, chamamos “hipertexto”.

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – gri_carol@yahoo.com.br.

** USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – sheilagrillo@uol.com.br.

Uma construção composicional relacionada a essas conexões vem sendo reproduzida nas reportagens impressas da revista *Superinteressante* com uma presença cada vez mais evidente, de modo que fica clara a influência estrutural dos novos meios tecnológicos no outro tradicional impresso. Bakhtin (2003), em seu texto “Os gêneros do discurso”, enumera a “construção composicional” como um dos fatores primordiais no reconhecimento de um gênero ao lado do estilo e do conteúdo temático. Propomos, neste artigo, a investigação das características “hiperestruturais” que são importadas pela revista mensal impressa em um gênero consagrado da mídia, a reportagem.

A abordagem da construção composicional da reportagem será empreendida à luz do princípio bakhtiniano de que todo enunciado é dialógico. Nessa direção, um texto escrito é uma resposta a enunciados anteriores e espera que seu próprio ato também evoque uma resposta. Uma das características fundamentais da leitura não linear por meio de conexões é o aumento da participação ativa do leitor, pois é ele quem define a organização dos textos que lê. Com esse conceito, visamos ainda a estudar as diferenças acarretadas nas manifestações dialógicas das reportagens pelo fenômeno do hipertexto.

Sabe-se que o público-alvo da revista *Superinteressante* é formado por pessoas jovens, ou seja, com as mesmas características dos usuários mais assíduos do meio digital. Segundo Bakhtin (2003, p.303), vê-se uma

[...] excepcional diferenciação dos gêneros do discurso e dos respectivos estilos em função do título, da categoria, da patente, do peso da fortuna e do peso social, da idade do destinatário e da respectiva posição do próprio falante (ou de quem escreve).

Assim, partimos da hipótese de as características dos leitores terem estimulado tais influências hipertextuais na revista. É importante ressaltar ainda que, sem desconsiderarmos as informações sobre os leitores empíricos, são os leitores presumidos pelos enunciados de *Superinteressante* que nos interessam.

Para se chegar às respostas dos problemas acima propostos, um *corpus* específico foi selecionado e engloba reportagens de capa de seis revistas impressas, sendo três anteriores à grande disseminação da internet, em 1995, e três recentes. O gênero escolhido foi a reportagem, por ela trazer recursos inovadores provenientes da estrutura hipertextual, mas sem descartar as ferramentas tradicionais de escrita, criando uma nova construção de texto bastante rica para as análises dialógicas. Com base nesses critérios, foram selecionados os seguintes textos:

- 1) Edição 31 (abril de 1990) – Reportagem de capa: “O mundo de cada um”;
- 2) Edição 44 (maio de 1991) – Reportagem de capa: “Boas novas para o coração”;
- 3) Edição 49 (outubro de 1991) – Reportagem de capa “Dez anos para decifrar o cérebro”;
- 4) Edição 196 (janeiro de 2004) – Reportagem de capa: “Medicina alternativa”;
- 5) Edição 218 (outubro de 2005) – Reportagem de capa: “O fim do mundo começou”;
- 6) Edição 222 (janeiro de 2006) – Reportagem de capa: “A ciência de viver bem”.

Círculo de Bakhtin, o dialogismo e o enunciado

Esta pesquisa se desenvolve com um especial enfoque nas teorias do Círculo de Bakhtin, ou seja, nos aspectos sociais e dialógicos da comunicação humana. Segundo as noções defendidas pelo Círculo, “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, pois, ao mesmo tempo que é uma resposta a enunciados produzidos anteriormente, espera-se que haja respostas a sua produção, de forma que “[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante [...]” (BAKHTIN, 2003, p.272).

Faraco (2006) atenta para o modo como o termo *diálogo* deve ser entendido nas teorias do Círculo, pois, muitas vezes, vê-se diálogo como sinônimo de consenso. Tal constatação foge às definições dos estudiosos russos, cuja acepção se dá no sentido de “tensão de enunciados”, que podem ser consonantes, mas também multissonantes ou ainda dissonantes.

Para tal enfoque é essencial a apresentação do produto de qualquer interação e o nosso objeto de estudo: o enunciado. Esse termo refere-se àquilo que é criado durante o processo dialógico da comunicação e que deve ser entendido e analisado de uma forma não isolada, isto é, segundo suas relações ideológicas, culturais, sociais, etc. e ainda por atos sociais de caráter não verbal, o que torna cada enunciado único, mesmo que aparentemente idêntico a qualquer outro.

O enunciado é um fato real, com autor e destinatário determinados, em contraposição à frase, objeto de estudo gramatical, de acabamento abstrato, que não se dirige a ninguém e não tem criador determinado:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência dialógica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser

participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (BAKHTIN, 1993, p. 17).

O enunciado, portanto, é produzido a partir de enunciados anteriores, em forma de resposta, e, ao mesmo tempo, espera novas produções estimuladas pela sua. A linguagem, segundo as noções do Círculo, é um diálogo constante, seja em seus contornos mais óbvios e imediatos, seja em seu caráter mais amplo, do grande diálogo.

Esses enunciados se realizam sempre como “tipos relativamente estáveis” de conteúdo temático, estilo de linguagem e principalmente de construção composicional, originando o que Bakhtin denomina *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2003, p.261). O estudioso ainda subdivide esse conceito em dois outros: gêneros primários (ou cotidianos) e gêneros secundários (ou níveis superiores). Os primeiros referem-se a relações verbais do dia a dia, da situação mais imediata da comunicação, como as conversas informais ou as cartas pessoais; os segundos são os produtos dos sistemas ideológicos constituídos (como a ciência, a religião, as artes, etc.), ou seja, aqueles desenvolvidos e organizados, sendo essas influências fortes sobre aqueles:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p.262).

Cada esfera possui suas possibilidades de gêneros, ou seja, uma organização textual, estilística e temática encontrada em um texto científico dificilmente aparecerá na esfera artística. Trata-se de uma escolha quase normativa, em que o campo explorado determina os gêneros possíveis de serem produzidos.

Dentre os três elementos constituintes do gênero enumerados por Bakhtin (2003), ressaltamos, em razão dos propósitos de nossa pesquisa, a *construção composicional*. Em “O problema do conteúdo, do material e da forma”, Bakhtin (1993) contrapõe dois conceitos: *formas arquitetônicas* e *formas composicionais*. Para ele, as *formas arquitetônicas* devem ser entendidas como “as formas de existência estética na sua singularidade.” (GRILLO; OLÍMPIO, 2006, p.385), uma visão que se pode ter do mundo. Já a *forma composicional* seria a “realização de uma forma arquitetônica por meio da organização de um material”. Para ilustrar tais conceitos, Bakhtin (1993) enumera como *formas arquitetônicas* o trágico e o cômico, sendo sua *forma composicional* o drama. É interessante notar que, aqui, a definição de *forma composicional* se confunde com a de gênero do discurso (GRILLO; OLÍMPIO, 2006), diferentemente da teorização dada três décadas mais

tarde, em “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003), em que a noção de gênero é construída com base em três elementos: a construção composicional, o conteúdo temático e o estilo, sendo o primeiro aquele colocado em destaque pelo autor.

Com tal conceitualização, pode-se entender a construção composicional como “[...] determinados tipos de construção do conjunto, tipos de acabamento, tipos de relação do falante com outros participantes da comunicação – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc.” (BAKHTIN, 2003, p.266). Tal expressão se refere a certa configuração apresentada pelo enunciado, uma estrutura de “limites absolutamente precisos” que nos faz reconhecer logo nas primeiras palavras o seu gênero.

Ao se desmembrar uma construção composicional, podemos encontrar suas “articulações composicionais”, que são as partes constitutivas dessa organização: os parágrafos, títulos, intertítulos, cenas, atos, capítulos, enfim, as partes de um texto que permitem sua organização e identificação em cada esfera da comunicação humana.

Relações dialógicas e o discurso do outro

Bakhtin (1997), ao analisar o discurso dostoiévskiano, cria uma tipologia dos discursos na prosa. Apesar de tais conceitos se referirem especificamente a obras literárias, pode-se relacioná-las com o texto jornalístico. Assim, o estudioso apresenta três tipos de discurso com suas respectivas subdivisões.

O primeiro tipo (A)¹ seria um discurso que tem um objeto referencial e fala dele objetivamente, de forma a ver só o próprio discurso e seu objeto. O segundo tipo (B) pode ser um discurso direto ou indireto, isto é, há aqui mais de uma voz em um mesmo plano discursivo com um objeto em comum, mas uma das vozes é superior e rege, além de sua visão sobre o objeto, o discurso do outro. Esse tipo de discurso pode se apresentar com um “predomínio da definição sociotípica” (B1) ou com um “predomínio da precisão caracterológico-individual” (B2).

No terceiro tipo (C), há também duas vozes; mas, à diferença do segundo tipo, têm o mesmo “peso” e, por isso, dialogam entre si, seja em concordância ou não. Dentro desse tipo de discurso, podemos encontrar três formas diversas. Na primeira (C1), o autor orienta a voz do outro em um mesmo plano discursivo para suas próprias intenções, havendo, portanto, concordância. Na segunda (C2), há, ao contrário, discordância, isto é, é possível identificar, por maior que seja a redução da concretude de cada voz, duas visões opostas sobre um mesmo objeto. Por fim, tem-se um discurso apresentado “fora dos limites do discurso do autor”

¹ As categorias A, B, B1, B2, C, C1, C2 e C3 não foram assim denominadas pelo autor, tal esquematização foi adotada para mais facilmente se referir a um ou outro tipo de discurso.

(BAKHTIN, 1997, p.195) que, apesar de nele transparecer apenas uma voz, traz consigo uma “sombra” de outro discurso que influencia, mesmo que sutilmente, a formação de sentido de tal enunciado (C3).

Hipertexto

Com os avanços cada vez maiores da tecnologia digital, fica em evidência, nas discussões sobre a linguagem, uma forma específica de leitura: a *hipertextual*.² Tal organização textual se diferencia de outras, principalmente pela não linearidade da leitura, visto que o leitor é quem decide a sequência dos fragmentos a serem lidos. No meio digital, a ligação entre diferentes páginas e textos (os chamados “nós”) se dá por meio de *links* ou nexos, que surgem ao longo da leitura. Braga (2005) traz tais conceitos afirmando que uma organização hipertextual é assim definida segundo dois aspectos: a expectativa de *links* ou relações entre segmentos textuais e uma organização não pré-estabelecida de leitura.

O papel ativo do leitor no diálogo com o texto manifesta-se na possibilidade de ele abandonar uma primeira leitura e avançar sequencialmente por outros textos, podendo inclusive não concluir a leitura de nenhum deles.³ No meio digital, não há uma leitura principal ou hierarquia entre esses “nós”, o autor não tem tanto controle na leitura de seus textos, pois “o texto precisa ser construído de forma complexa, aberta e flexível” (BRAGA, 2005, p.151), diferentemente dos textos impressos, por mais que eles possuam características hipertextuais. Além disso, a internet ainda possibilita relações entre diferentes mídias, não só textuais, mas também vídeos, imagens ou sons, o que denominamos *multissemiose*, “[...] uma novidade fascinante do hipertexto por viabilizar a absorção de diferentes aportes sógnicos numa mesma superfície de leitura.” (XAVIER, 2005, p.175).

No entanto nem sempre a leitura hipertextual é totalmente positiva, pois, como afirma Melo (2005, p.142), a leitura de um hipertexto “exige conhecimentos de várias ordens e uma capacidade significativa de relacionar e associar fatos, dados etc.” Um leitor dessa nova organização textual possui características específicas, escolhe, relaciona, exclui, enfim, participa ativamente. Um leitor sem muita intimidade com o hipertexto pode se perder nas relações sem chegar ao que procurava.

² É importante lembrar que o hipertexto não é exclusivo do meio digital e muito menos surgiu a partir dele, pois tais características já estavam presentes em textos científicos, por exemplo, nas notas de rodapé.

³ Nesse aspecto, pode-se perceber uma noção defendida pelo Círculo que se refere à não conclusibilidade do diálogo, sendo ele infinito.

Apesar de a leitura hipertextual já ter existência muito antes dos atuais avanços da internet, foi exatamente nessa esfera de circulação que ela se expandiu e se reelaborou de forma mais marcante. Por sua vez, tal hiperestrutura vem sendo importada nos mais diversos meios impressos, como é o caso da revista *Superinteressante*. Em suas reportagens, é possível perceber certa quebra na coesão linear do texto, devido à inserção de quadros com textos relacionados, gráficos, ilustrações, esquemas, etc.

Dialogismo, construção composicional e hiperestrutura em reportagens da revista *Superinteressante*

Tomando como base duas edições da revista *Superinteressante* com temas semelhantes, mas distantes no tempo (a primeira de abril de 1990 e a outra de outubro de 2005), foram identificados os seguintes fatores, passíveis de comparação em relação às articulações composicionais e às influências hipertextuais: o uso de infográficos, a presunção de um leitor habituado a textos não lineares e a disposição gráfica dos elementos (textuais e iconográficos) na página.

Na reportagem “O mundo de cada um” (OLIVEIRA; ROCHA; DUARTE, 1990), já há indícios de uma estrutura hipertextual, ainda que embrionária, pois aparecem nela desdobramentos que quebram a linearidade da leitura principal. Tais desdobramentos, no entanto, assemelham-se àqueles encontrados em um jornal cotidiano, pois se trata de fotos ilustrativas e citações de personalidades.



Figura 1 – Edição 31 (abril de 1990) – Reportagem de capa: “O mundo de cada um”.

Fonte: Oliveira, Rocha, e Duarte (1990, p.18-19).

Esses quadros constituídos por citação e foto, distribuídos pelo espaço físico da reportagem, mostram vozes em pé de igualdade, fazendo com que todas as citações dialoguem entre si. Tratando tais quadros segundo os termos bakhtinianos⁴, temos enunciados do tipo C1, pois, apesar de serem discursos de outros, todas as vozes são orientadas para a concordância com o autor, havendo limites precisos entre a voz do autor e as vozes das personalidades citadas. Tal recurso é usado para que o autor possa, segundo Bakhtin (1997, p.193), incluir “no seu plano o discurso do outro voltado para suas próprias intenções”. Dessa forma, o autor, ou “estilizador” no caso, consegue um apoio para sua enunciação sem subjetivar o tratamento do assunto, afinal, como são muitas vozes mutuamente se afirmando, tem-se um efeito de objetividade do discurso. Para tal efeito é importante que se mantenha a forma da enunciação do outro, ou seja, que as citações sejam em discurso direto delimitado por aspas. Vale lembrar que, em todas as reportagens, o discurso do outro, ao ser recortado de seu contexto original para ser colocado em outro, ganha nova significação. No entanto é somente nessa reportagem que as enunciações são apresentadas com certa distância da voz do autor, pois estão separadas em quadros independentes do texto principal da reportagem. Esse fator acarreta maior autonomia das vozes, tornando a informação e o seu ponto de vista mais autônomos.

Além dos infográficos, há somente um quadro explicativo (*Dinheiro no lixo*) que poderia afetar a linearidade do texto, mas se encontra na última página da reportagem, de forma que a composição prevê a sua leitura após a do texto principal. É possível se observar uma ferramenta parecida com o funcionamento do *link*, trata-se de um direcionamento entre parênteses para o quadro explicativo: “(veja quadro)”. Assim como no ambiente digital, tal recurso presume um leitor com liberdade de escolha quanto à leitura ou não do quadro naquele momento, o que interromperia a sequência linear estabelecida pelo texto principal.

Já no texto “O fim do mundo começou” (KENSKI, 2005), os desdobramentos estão muito mais presentes e de forma muito mais abrangente, pois não são somente ilustrativos, como na reportagem anteriormente citada, mas recursos que auxiliam explicações científicas mencionadas no texto principal. Constantemente quadros, que mesclam gráficos, imagens e texto, quebram a linearidade da leitura, ocupando páginas inteiras no meio da reportagem. Dessa forma, o texto principal perde um pouco de sua coesão, mas prevê um auxílio para a compreensão do leitor.

⁴ Vide Bakhtin (1997).



Figura 2 – “Os 4 cavaleiros do Apocalipse”. Edição 218 (outubro de 2005) – Reportagem de capa: “O fim do mundo começou”.

Fonte: Kenski (2005, p. 48-49).

O recurso de direcionamento presente na revista de abril de 1990 é aqui encontrado não somente em uma ocasião, mas em vários momentos, fazendo com que o texto tenha sua coesão prejudicada devido às inúmeras quebras de raciocínio. Ainda nos debruçando sobre esse aspecto, nota-se que tais “links” não mais ocorrem de forma sutil, entre parênteses, mas agora surgem em alguns momentos no corpo do texto, incorporados à ideia do texto principal:

Impossível afirmar isso com o pouco que sabemos sobre clima. Mas uma coisa é certa: furacões só acontecem quando as águas dos oceanos ficam quentes demais – e o mundo está cada vez mais quente, como você pode ver no mapa abaixo. (KENSKI, 2005, p.44, grifo nosso).

O efeito estufa é o fruto da ação de vários gases – como dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e até vapor de água – e o seu resultado é preservar um pouco de calor na Terra e permitir que o nosso planeta se mantenha com essa temperatura confortável (veja o infográfico na página 46). (KENSKI, 2005, p.50, grifo nosso).

Em teoria, o mundo já tem quase todas as técnicas de que ele precisa para amenizar o problema, mas colocá-las em prática está longe de ser simples (veja o infográfico na página 52). (KENSKI, 2005, p.54, grifo nosso).

Mas esse não é o único caso de semelhança com os links digitais. No quadro “Mundo difícil”, em que se explicam os fenômenos que interferem no aquecimento global, há uma numeração ao longo de cada explicação, de modo que cada número remete a um local do esquema que representa tais fenômenos.



Figura 3 – “Mundo difícil”. Edição 218 (outubro de 2005) – Reportagem de capa: “O fim do mundo começou”.

Fonte: Kenski (2005, p.46-47).

Aqui não há um direcionamento tão explícito, como ocorre no texto principal, mas seu funcionamento é o mesmo. Algo semelhante acontece no infográfico das páginas 48 e 49 intitulado “Os 4 cavaleiros do apocalipse”, pois cada explicação surge a partir de uma parte da imagem de forma parecida com o que ocorre em uma explicação virtual em que o leitor, com o *mouse*, seleciona uma parte da figura que deseja explorar, de onde surge, então, uma explicação a respeito.

Por fim, esse mesmo recurso ganha uma nova face no próximo quadro: “Tá quente, Brasil!” (p.51), em que se tem um mapa do país dividido por regiões, cada uma com uma cor diferente.



Figura 4 – “Tá quente, Brasil!”. Edição 218 (outubro de 2005) – Reportagem de capa: “O fim do mundo começou”.

Fonte: Kenski (2005, p.50-51).

Abaixo, há oito fotos conectadas a oito pequenos textos das cinco cores encontradas no mapa, de modo que, pelas cores, o leitor associa cada fenômeno e foto a uma dada região. Por exemplo, a região sudeste é representada pela cor laranja, na qual se inserem dois dos textos sobre essa região. Essa utilização do infográfico funciona semelhantemente ao *link*, de forma que cada região do mapa leva a textos a ela correspondentes.

Contudo as outras revistas atuais não apresentam esses mecanismos de forma tão intensa quanto a revista de outubro de 2005. Na edição de 2004, “Medicina Alternativa”, há apenas uma quebra brusca na linearidade, trata-se de uma tabela que explica cada técnica alternativa e apresenta a visão da ciência ortodoxa.

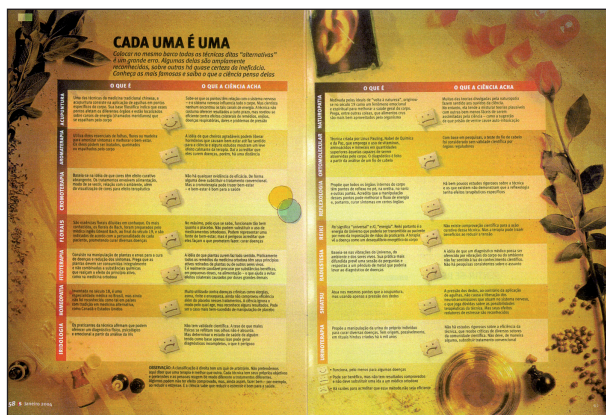


Figura 5 – Edição 196 (janeiro de 2004) – Reportagem de capa: “Medicina alternativa”.

Fonte: Soalheiro (2004, p.58-59).

Essa tabela foi construída também com o auxílio da multissemiose, pois três tipos de representações informam o grau de aceitação de cada técnica pela medicina tradicional: a representação de um rosto sorrindo indica a concordância das duas vozes (medicina tradicional e a alternativa); um rosto com a boca reta, a concessão de alguns fatores para uma concordância parcial; e uma feição triste, a discordância completa entre essas duas vozes. Esse quadro prevê um leitor com liberdade para selecionar as técnicas que deseja ler e a ordem com que quer fazê-lo, assemelhando-se à não linearidade presente nos hipertextos.

Tal característica hipertextual é claramente visível na reportagem “A ciência de viver bem” (SGARIONI, 2006). Esse texto articula-se em nove partes. Seu lide é claramente uma introdução ao assunto de saúde física e mental a ser tratado adiante, articulação que faz sentido apenas se lida no início da reportagem. Imediatamente, seguem-se sete partes numeradas e com títulos, que trazem sete dicas para se viver bem. Para uma análise hipertextual, essas partes são muito

ricas, pois, apesar de terem uma ordem física na revista e serem numeradas, a leitura pode flutuar entre essas articulações composicionais sem prejudicar o entendimento global, isto é, é possível seguir a ordem 7, 4, 1, 6, 3, 2, 5 ou qualquer outra ordem entre esses textos, sem que o sentido final seja bruscamente alterado, presumindo um leitor com liberdade para escolher a ordem. Por fim, tem-se uma articulação composicional intitulada “Não leve nada disso tão a sério”, que deve ser lida apenas ao fim da reportagem, pois configura uma conclusão do assunto global.

Ainda nessa reportagem de 2006, pode-se perceber outro fenômeno: a quebra da linearidade por publicidade. Após o item um da reportagem, seguem-se quatro páginas de propagandas, para só depois se encontrar a continuidade do texto. Esse tipo de utilização publicitária manifesta-se de forma semelhante em outros meios de comunicação, como nos programas de televisão: da mesma maneira que a publicidade na revista não se apresenta mais somente entre as reportagens, mas durante o seu desenvolvimento, as propagandas não são apresentadas somente nos comerciais, mas, também, ao longo dos programas, como nas telenovelas em que, por exemplo, uma personagem pode usar algum produto enquanto atua no enredo.

Como se pôde observar, essa leitura não linear já tinha origem em reportagens anteriores à disseminação da internet. Na revista de outubro de 1991, há apenas duas ocorrências significativas nesse sentido, pois ocorrem dois quadros não pertencentes à leitura principal – “A estrutura mais complexa do universo” e “O atalho das emoções” (OLIVEIRA, 1991) –, que são direcionados pelo texto principal com inscrições entre parênteses e em destaque: “(veja quadro)” e “(quadro)”.

A estrutura mais complexa do universo
O que se sabe sobre o emaranhado de 100 bilhões de células do cérebro humano

A estrutura é realmente quebra-cabeças, com bilhões de células, cada uma delas com seu próprio código genético. Mas, além disso, contém bilhões de conexões que permitem a comunicação entre as células. É esse código genético que determina a estrutura e a função de cada célula. E é essa comunicação que permite a coordenação das atividades de todas as células. É esse código genético que determina a estrutura e a função de cada célula. E é essa comunicação que permite a coordenação das atividades de todas as células.

A estrutura é realmente quebra-cabeças, com bilhões de células, cada uma delas com seu próprio código genético. Mas, além disso, contém bilhões de conexões que permitem a comunicação entre as células. É esse código genético que determina a estrutura e a função de cada célula. E é essa comunicação que permite a coordenação das atividades de todas as células.

Figura 6 – “A estrutura mais complexa do universo”. Edição 49 (outubro de 1991) – Reportagem de capa “Dez anos para decifrar o cérebro”.

Fonte: Oliveira (1991, p.24-25).



Figura 7 – “O atalho das emoções”. Edição 49 (outubro de 1991) – Reportagem de capa “Dez anos para decifrar o cérebro”.

Fonte: Oliveira (1991, p.28-29).

Na revista de maio de 1991, cuja reportagem de capa é “Boas novas para o coração”, a única ocorrência potencialmente significativa não traz maiores consequências para a linearidade, pois o quadro se encontra na última página da reportagem e seu *link* se dá somente em uma das últimas linhas da reportagem: “(veja quadro)”.

Analisando-se os quadros encontrados no *corpus*, podem-se distinguir três nexos hipertextuais, estabelecendo relações dialógicas diversas.

Quadro adicional

Os quadros adicionais consistem em trazer curiosidades sobre o tema e aspectos discutidos dentro do assunto mais amplo, que engloba aquele apresentado no texto principal. Foi o tipo de articulação composicional presente na maior parte dos textos do *corpus*. É encontrado no fim das reportagens sendo, portanto, aquele quadro que menos afeta a linearidade do texto principal, como veremos adiante.

Seguindo-se a tipologia apresentada em “O discurso em Dostoiévski” (BAKHTIN, 1997), podem-se relacionar os quadros adicionais com o discurso do tipo (C3), que indica aquela enunciação que o discurso do outro influencia de fora para dentro, pois não se encontra no mesmo plano discursivo, mas nem por isso se deixa de reconhecer a voz do outro. Nessa forma de enunciar

[...] a palavra do outro permanece fora dos limites do discurso do autor, mas este discurso a leva em conta e a ela se refere. Aqui a palavra do outro não se reproduz sem nova interpretação, mas age, influi e de um modo ou de outro determina a palavra do autor, permanecendo ela mesma fora desta. (BAKHTIN, 1997, p.195-196).

Na edição de outubro de 2005, a articulação composicional “Tá quente, Brasil!” (ver Figura 4) refere-se ao tema global dos problemas ambientais discutidos ao longo de toda a reportagem, mas enfocando agora a repercussão desses fatores no Brasil.

Nesse quadro, pode-se fazer a seguinte leitura dialógica: cada pequeno texto nele apresentado mostra as consequências do aquecimento global nas diferentes regiões do Brasil, mas todo o discurso da reportagem principal, que trata de poluição, catástrofes, repercussões internacionais dos problemas ambientais e até de conspirações, permanece em mente ainda durante a leitura do quadro. Assim podemos analisar o enunciado do infográfico como um primeiro discurso e toda outra reportagem e outros quadros também, como uma segunda voz que influencia essa leitura mais imediata. Dessa forma, o leitor presumido não deve considerar duas vozes em separado, mas deve uni-las na formação de um único sentido. Por exemplo, pode-se pensar que tais mudanças climáticas tenham um efeito semelhante em âmbito mundial. Essa ideia só é possível mediante o diálogo entre as vozes da reportagem e do quadro, unindo-se a ideia de problemas ambientais em todo o mundo (texto principal da reportagem) com as informações específicas do Brasil (infográfico).

No texto de outubro de 1991, o quadro traz uma descoberta sobre o mecanismo da emoção no corpo humano, o que remete parcialmente às questões neurológicas anteriormente apresentadas. Quando se lê o quadro “O atalho das emoções” (OLIVEIRA, 1991), têm-se, como “sombra”, os assuntos mais amplos discutidos no corpo da reportagem. Assim, unindo-se as duas vozes aqui citadas, cria-se a ideia de que as descobertas que se seguirão serão semelhantes àquela sobre a emoção ter seu funcionamento em regiões do corpo humano que não se limitam ao hipocampo no cérebro. Novamente tal leitura só se faz possível com o confronto dialógico desses dois enunciados, sendo praticamente impossível na leitura independente dos dois textos.

Na edição de maio de 1991 (OLIVEIRA; PRADO, 1991) o quadro adicional traz informações sobre os problemas cardiológicos nas mulheres, afastando-se um pouco dos aspectos tecnológicos na medicina trazidos ao longo da reportagem.

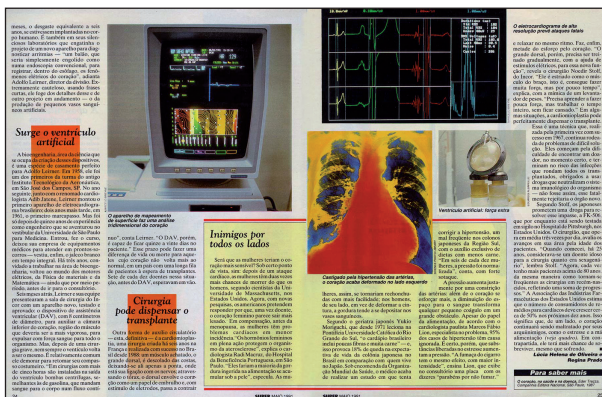


Figura 8 – “Inimigos por todos os lados”. Edição 44 (maio de 1991) – Reportagem de capa: “Boas novas para o coração”.
Fonte: Oliveira e Prado (1991, p.24-25).

Entretanto é possível, novamente, fazer uma união dialógica entre essas duas vozes, pois os avanços nas pesquisas realizadas e relatadas no quadro “Inimigos por todos os lados” (OLIVEIRA; PRADO, 1991) atestam o fato de que as novas tecnologias desenvolvidas para o tratamento de doenças cardíológicas podem trazer cada vez mais conforto para quem sofre desse tipo de problema. São dois enunciados que concordam um com o outro mediante uma relação dialógica hipertextual.

Por fim, na edição de abril de 1990, o quadro adicional traz os materiais recicláveis que são comumente encontrados no lixo e que poderiam ser revertidos em dinheiro, o que é uma abordagem bastante específica, se analisada em relação ao tema central da reportagem: Pequenas ações que afetam o Meio Ambiente.



Figura 9 – Pequenas ações que afetam o meio ambiente. Edição 31 (abril de 1990) – Reportagem de capa: “O mundo de cada um”.
Fonte: Oliveira, Rocha e Duarte (1990, p. 22-23).

Contudo o quadro sobre as vantagens econômicas da reciclagem do lixo em um projeto específico ganha um sentido adicional quando, depois da leitura da reportagem, têm-se claras as vantagens também ambientais da reciclagem. Mas os dois discursos não se confrontam diretamente, a concordância entre ambos é feita por meio da proximidade de leitura de ambos e da memória da reportagem ao se ler o quadro, trabalhadas pelo dialogismo de forma não verbal.

Cabe aqui lembrar que todos os quadros adicionais não são assinados. Normalmente, no processo editorial jornalístico, esses elementos têm uma autoria diversa da do texto principal. A diferenciação por cores do texto faz com que tenhamos a impressão de uma voz outra em concordância, o que dá autonomia à ideia central que se quer passar.

Nota-se que tal tipo de quadro foi muito mais utilizado em reportagens anteriores a 1995, principalmente pelo fato de não quebrarem tanto a linearidade do texto principal e, ainda assim, trazerem uma curiosidade (o que é uma proposta da revista *Superinteressante*). Na única ocorrência em textos recentes, o quadro não aparece no fim do texto, mas no meio dele, evidenciando a leitura hipertextual recentemente adotada pela revista.

Quadro complementar

Os quadros complementares são semelhantes aos adicionais, por apresentarem tópicos que apenas tangenciam o tema principal. Diferenciam-se deles, porém, por apresentarem informações necessárias à compreensão efetiva da reportagem, sem que ocorram no corpo do texto, o que caracterizaria fuga do tema central.

Foram encontrados especificamente após o início do desenvolvimento das reportagens, sendo aqueles que mais quebram a linearidade do texto principal. Nos quadros complementares, há, como nos adicionais, uma relação dialógica do tipo C3, porém a caracterização de discurso do outro se modifica. Nos quadros adicionais, a reportagem como um todo é o enunciado do outro que influencia a leitura do quadro. Nos quadros complementares, a situação se inverte, pois os quadros são construídos para que sejam “a segunda voz” na leitura do texto principal. Essa relação se faz a fim de que possíveis dificuldades de conhecimento básico sobre o tema sejam sanadas.

Um dos casos desse quadro no *corpus* da pesquisa é aquele intitulado “A estrutura mais complexa do universo” (ver Figura 6). Como a reportagem trata de avanços, descobertas e expectativas quanto ao cérebro, o leitor presumido da divulgação científica precisaria ter um conhecimento básico desse órgão. Caso

não o tenha, o quadro dessa edição de outubro de 1991 se encarrega de sanar tal dificuldade. Assim, as informações do quadro auxiliam na compreensão do texto principal da reportagem.

Entretanto nota-se que esse tipo de quadro é muito mais utilizado atualmente, como se vê na edição de outubro de 2005, em que três dos cinco quadros da reportagem estabelecem tal relação. A primeira articulação composicional dessa reportagem, de nome “O começo do fim” (KENSKI, 2005, p.44-54), traz informações recentes sobre as catástrofes ambientais, a fim de que o leitor tenha tal enunciado em mente enquanto estiver lendo a reportagem.



Figura 10 – “O começo do fim”. Edição 218 (outubro de 2005) – Reportagem de capa: “O fim do mundo começou”.

Fonte: Kenski (2005, p.44-45).

Esse recurso tem como efeito reforçar que a ação humana é a responsável pelos problemas ambientais que vivemos hoje. Mais adiante, no quadro “Mundo difícil” (ver Figura 3), há uma breve explicação de mecanismos que serão apenas citados ou aludidos no corpo do texto principal, fazendo-se necessário o conhecimento desses fenômenos.

Por fim, nas páginas seguintes, o quadro “Os quatro cavaleiros do Apocalipse” (ver Figura 2) apresenta o mesmo objetivo do anterior, com a diferença de que agora não se trata dos fenômenos em si, mas de suas consequências, já que a reportagem, devido a seus objetivos e ao espaço que lhe é imposto, dá conta apenas de alguns resultados catastróficos da ação humana sobre o meio ambiente. Alguns deles, não abordados no texto, são expostos nesse quadro.

Quadro conclusivo

Esse tipo de quadro foi somente verificado em reportagens atuais. São articulações composicionais que reúnem informações principais de toda a reportagem e apresentam uma conclusão, de forma esquemática, prioritariamente em tabelas, para que haja uma melhor comparação dos fatores apresentados. Os quadros conclusivos surgem no fim da reportagem ou pouco antes do fim, de modo que o leitor já tenha informações suficientes para analisar o tema e acompanhar as conclusões.

É possível se referir a esses quadros como discursos do tipo C2, pois há aqui múltiplas vozes que dialogam abertamente, concordando ou não, isto é, seria possível extrair desses “resumos” vozes diferentes que estabelecem relações umas com as outras.

No *corpus* da pesquisa foram encontrados dois casos de quadros conclusivos. Um deles está nas páginas 58 e 59 da edição de janeiro de 2004 (ver Figura 5), em que várias técnicas alternativas de tratamento discutidas na reportagem são colocadas em forma de tabela com uma pequena explicação sobre a técnica e com um juízo de eficiência segundo a medicina tradicional.

Nele confrontam-se claramente duas vozes: a da medicina alternativa e a da medicina tradicional. Em cada caso analisado pela reportagem, elas se tornam dissonantes ou consonantes. Por exemplo, no caso da acupuntura, ambas as ciências concordam com efeito benéfico que ela produz, mas, no caso da cromoterapia, a medicina alternativa atesta para o poder de cura mediante a exposição a cores, enquanto a medicina tradicional não atesta a eficácia do método. A condição de concordância ou discordância é ainda alimentada pela imagem de um rosto feliz ou triste entre as duas vozes.

O outro caso está na página 52 da reportagem de outubro de 2005, em que cada solução para o problema discutido na reportagem é analisada segundo suas dificuldades de implantação e medidas necessárias, para que o objetivo seja alcançado.



Figura 11 – “Árdua solução”. Edição 218 (outubro de 2005) – Reportagem de capa: “O fim do mundo começou”.

Fonte: Kenski (2005, p.52-53).

Aqui se pode considerar a solução como uma voz, o obstáculo, uma voz contrária à primeira, e ainda uma terceira voz: “Para atingir o objetivo, seria preciso...” (KENSKI, 2005, p.52), que procura conciliar as duas primeiras.

É importante ressaltar que, por se tratarem de um resumo ou conclusão, esses quadros reúnem, de forma esquemática, as vozes que estiveram presentes no todo da reportagem, havendo, assim, também uma relação do tipo C3, em que a reportagem completa se torna um discurso outro à leitura do quadro, sendo apenas aludido dialogicamente, sem referências textuais.

Com isso, procuramos evidenciar que as revistas recentes fazem uso de todos os tipos de quadros. Nas reportagens mais antigas, prevalecem os quadros adicionais, o que mantém a coesão do texto principal. Esses recursos, mais recorrentes nas reportagens posteriores a 1995, mostram que a expansão da internet pode ter sido um fator determinante na mudança da construção composicional das reportagens da revista *Superinteressante* para textos cada vez mais dinâmicos, prevendo um leitor habituado e desejoso a efetuar um percurso próprio.

Cada infográfico traz consigo uma relação dialógica com efeito determinante na leitura da reportagem como um todo. Pode-se, então, inferir que as relações hipertextuais simuladas nos textos da revista acarretam relações dialógicas, modificando decisivamente a forma de leitura e suas consequências cognitivas, pois se ampliam as possibilidades de relações a serem feitas e de compreensão possíveis. A simulação da hipertextualidade empreendida pelo autor coletivo das reportagens (editor de arte, autor do texto principal, autores dos boxes, etc.) prevê um interlocutor habituado a traçar um caminho pessoal e não linear de leitura.

Considerações finais

Diante da análise aqui exposta, pôde-se observar a ocorrência de uma composição hipertextual nas reportagens mais recentes, e que as possibilidades de leituras oferecidas pelos textos preveem o leitor mais participativo, de forma a evidenciar a dimensão dialógica defendida pelo Círculo de Bakhtin. Cabe ressaltar que alguns desses recursos já se mostravam de forma embrionária nas reportagens anteriores a 1995, mas foram utilizados com maior desenvoltura após a grande disseminação da internet. Assim, inferimos que houve influência da leitura virtual, primordialmente hipertextual, no gênero reportagem tradicional e impresso. Esses recursos, comumente associados à internet, foram possibilitados nas revistas impressas pelo perfil do interlocutor presumido, pois os leitores da revista *Superinteressante* são majoritariamente jovens, grupo que mantém o maior contato com as esferas digitais.

Verificou-se que, nas reportagens anteriores a 1995, os textos são lineares com pouco uso de quadros e infográficos, sendo o quadro adicional aquele predominante no período, lembrando que ele é o que menos quebra a linearidade do texto principal. No segundo momento, observou-se um grande uso de quadros e infográficos de todos os tipos, promovendo quebras bruscas na leitura, tornando-a mais fragmentada e sem ordenação pré-determinada. Cabe chamar a atenção para o surgimento dos quadros conclusivos, pois eles correspondem à formação de um diálogo expresso na reportagem em que as vozes são facilmente delimitadas.

Evidenciou-se que cada quadro utilizado nas reportagens estabelece, além da relação hipertextual já enumerada, uma relação dialógica, isto é, a hiperestrutura adotada nas últimas revistas criou novas condições dialógicas, alterando o modo de leitura desses textos e criando não somente sentidos verbalmente expressos, mas também uniões dialógicas de sentido. Assim, os infográficos podem ser classificados segundo suas relações dialógicas da seguinte forma:

- **Quadro adicional:** cujo tema acrescenta dados exteriores ao texto, sendo a voz do outro perfeitamente delimitada, e o texto principal uma forte influência para sua leitura.
- **Quadro complementar:** possui temas relacionados ao texto. É o que mais quebra a linearidade e tem relação dialógica semelhante ao adicional, mas aqui são os quadros que influenciam a leitura do texto principal, e não o contrário.
- **Quadro conclusivo:** está presente somente em reportagens atuais, sendo o que menos quebra a linearidade e o que relaciona mais vozes em diálogo.

GRILLO, S. V. C.; MACEDO, C. C. Dialogism and Compositional Structure in articles from *Superinteressante* magazine. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.59-80, 2010.

- **ABSTRACT:** *Based on the contributions of the Bakhtin Circle, this paper investigates the influence of the digital hypertext features on printed texts by analyzing the potential reader role in that relation and the novel reading forms. To gather answers to the task, six articles from Superinteressante magazine were analyzed: three recent ones and three published before the Internet boom, in 1995. Confirming the dialogic factor defended by the Circle, the results show that the hypertext structure of the recent articles, on offering multiple reading possibilities, invites for a more participative reader. Although general hypertext features were, in a way, present in the early articles, Internet-based hypertext features were made explicit in printed magazines due to the ever-growing, recurrent contact between the potential readers (mostly teenagers) and the digital media. Those Internet-based hypertext features were spotted in three types of text boxes: additional, complementary, and conclusive text boxes.*
- **KEYWORDS:** *Dialogism. Hypertext. Scientific publishing. Compositional Structure. Discourse analysis.*

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de P. Bezerra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.
- _____. O discurso em Dostoievski. In: _____. *Problemas da poética de Dostoievski*. Tradução de P. Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 181-275.
- _____. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: _____. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Tradução de A. F. Bernadini et al. 3. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. p. 13-70.
- BRAGA, D. B. A. comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MASCUSCHI, L.; XAVIER, A. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.144-162.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2006.
- GRILLO, S. V. C.; OLÍMPIO, A. M. Gêneros do discurso e ensino. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, n.8, p.379-390, 2006.
- KENSKI, R. O começo do fim. *Superinteressante*, São Paulo, n. 218, p.44-54, out. 2005.
- MELO, C. T. V. A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da internet. In: MASCUSCHI, L.; XAVIER, A. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.135-143.
- OLIVEIRA, L. H. Dez anos para decifrar o cérebro. *Superinteressante*, São Paulo, n.49, p.22-28, out. 1991.

OLIVEIRA, L. H.; PRADO, R. Boas novas para o coração. *Superinteressante*, São Paulo, n.44, p.18-25, maio 1991.

OLIVEIRA, L. H.; ROCHA, M.; DUARTE, L. G. O mundo de cada um. *Superinteressante*, São Paulo, n.31, p.16-22, abr. 1990.

SGARIONI, M. A ciência de viver bem. *Superinteressante*, São Paulo, n.222, p.48-57, jan. 2006.

SOALHEIRO, B. Medicina Alternativa. *Superinteressante*, São Paulo, n.196, p.52-60, jan. 2004.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MASCUSCHI, L.; XAVIER A. *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.170-180.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

CLARK, K.; HOLOQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FERRAZ, F. S. M. *Gêneros da divulgação científica na internet*. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual geral da redação*. 2. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 10 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

TODOROV, T. Prefácio. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de M. E. G. Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-21.

VOLOCHINOV, N./BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

Recebido em junho de 2009.

Aprovado em dezembro de 2009.

AUTOCONFRONTAÇÃO SIMPLES: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E AUTOCONHECIMENTO

Maria Ieda Almeida MUNIZ*
Arlete Ribeiro NEPOMUCENO**

- **RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a construção dos procedimentos discursivos depreendidos pela atividade de trabalho do defensor público no Tribunal do Júri, levando-se em conta a cenografia discursiva construída pela interação entre os participantes do Tribunal. Nessa veia, pretendemos contribuir para o autoconhecimento dos discursos sobre o trabalho, ajudar a elaborar essa formação linguageira e desenvolver dispositivos que ajudem o defensor a refletir sobre a sua fala. Os pressupostos teórico-metodológicos estão ancorados na Psicologia do Trabalho, com Clot (2005), Clot et al. (2001) e Clot e Faïta (2000); no método da autoconfrontação simples, com Clot (2005), Clot et al. (2001), Clot e Faïta (2000) e Faïta (2001); na Ergonomia, com os conceitos de prescrito/real: Clot (2005), Clot et al. (2001), Clot e Faïta (2000), bem como na Análise do Discurso, com Pêcheux (1975, 1990, 1997), Maingueneau (1997, 2002, 2005), Amossy (1999), Bakhtin (1995, 2003), Boutet (1995), entre outros. Concluimos que o método da autoconfrontação foi provocador de reflexões capazes de levar o defensor a externar o “difícil de dizer”, constitutivo de uma identidade que se ajusta ao seu papel social e o conduziu a reconhecer que, em seu trabalho, embora complexo, existem pontos positivos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Autoconfrontação. Discurso. Condições de produção. Autoconhecimento.

Introdução

Neste estudo, o princípio que guia nossa reflexão é o de que o método da autoconfrontação, entre outras funções, visa ao desenvolvimento do trabalhador e de sua atividade de trabalho. Quando ele se transforma, transforma também sua atividade de trabalho e o seu meio. Para a coleta de dados, utilizamos o método da autoconfrontação simples¹. Num primeiro momento, filmamos o protagonista do

* Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros. Departamento de Comunicação e Letras. Montes Claros. – MG – Brasil. 39403-217 – mariaiedaalmeidamuniz@gmail.com

** Fapemig. Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros. Departamento de Comunicação e Letras. Montes Claros – MG – Brasil. 39401-040 – arletenepo@gmail.com

¹ O método da autoconfrontação foi proposto por Faïta (1997) a partir da experiência de confrontar condutores de TGV (trens de grande velocidade) a uma sequência de atividade filmada em dois momentos: um inicial, em que um condutor comentava o filme; e um posterior, em que dois condutores cruzavam seus comentários sobre

trabalho em atividade, ou seja, discursando em plenário. Dando prosseguimento à nossa investigação, em momento e lugar distintos, isto é, no laboratório de TV do Curso de Jornalismo da universidade onde trabalhamos, realizamos a sessão de autoconfrontação simples, que consiste em apresentar para o protagonista do trabalho o filme editado em que aparecem os momentos dos maiores conflitos vivenciados por ele no desempenho de sua atividade de trabalho. O objetivo dessa autoconfrontação é levá-lo a comentar, a explicar ou a interpretar aquilo que ele realizou ou não no momento daquela atividade. Assim, o método nos possibilitou trabalhar com dois discursos. Um constituído em atividade de trabalho e outro constituído no momento da autoconfrontação simples.

O nosso recorte será dividido em cinco partes. Nas quatro primeiras, mostraremos alguns conflitos vividos pelo trabalhador em seu meio profissional. Os enunciados selecionados mostrarão o “difícil de dizer”², isto é, aquilo que, normalmente, não se diz do real da atividade, o que se evita dizer. A procura por esse “difícil de dizer” está inserida na primeira fase do método da autoconfrontação, o qual Clot (2005, p.45) classifica como dispositivo metodológico clínico-desenvolvimental. Nele, a atividade é vista como objeto de uma observação minuciosa, com consequências psicológicas indiretas, em geral, insuspeitas. O registro dessas observações é levado ao coletivo para construir o objeto de uma investigação. Procura-se, lá, “desnaturalizar” a atividade. Redescobre-se, nesse momento, que o sujeito na situação de trabalho traz consigo e transmite uma história e uma experiência que a observação exterior confunde com automatismos ou rotinas. É nessa redescoberta da experiência, de sua riqueza, mas também de seus limites e de seus dilemas que a primeira fase procura identificar o que é individual e o que é coletivo. É a pesquisa pelo “objeto-ligação”, pelo “difícil de explicar”. Na última sequência do recorte, a qual denominamos “O autoconhecimento”, mostraremos o diálogo interior externado por esse profissional, comentando o seu trabalho e encontrando nele um ponto positivo dentro de uma nova interpretação do real de sua atividade.

Os recortes foram retirados de duas audiências do Tribunal do Júri, de duas autoconfrontações simples e de uma autoconfrontação frente à primeira autoconfrontação.

as sequências filmadas de cada um deles. O primeiro denomina-se autoconfrontação simples e o segundo, autoconfrontação cruzada. Atualmente, a realização das autoconfrontações pela *Clinique de l'Activité*, grupo de pesquisa coordenado por Yves Clot (professor de Psicologia do Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM), trabalha com dois pressupostos: a instalação de um plurilinguismo profissional no meio de trabalho e a definição de um “objeto-ligação”, em torno do qual a experiência dialógica pode se enrolar ou se desenrolar. O plurilinguismo pode ser entendido como os diálogos que são instituídos no momento da autoconfrontação. Já o “objeto-ligação” pode ser entendido como as partes do diálogo em que existem controvérsias sobre a forma de se trabalhar.

² Em francês, “*difficile à dire*”. Termo utilizado por Frédéric François (1998) em sua obra *Le discours et ses entours: essais sur l'interprétation*.

Na primeira audiência do Tribunal do Júri, o advogado apresenta a defesa de um réu acusado por crime de tentativa de homicídio. Já na segunda audiência, a ré foi acusada pela prática de homicídio qualificado (com oito qualificadoras³), pela prática de aborto e pela prática de corrupção de menor. Nos dois júris, os réus foram condenados por quatro votos contra três. No primeiro, o juiz fixou a pena de oito meses em regime aberto; no segundo, de vinte e cinco anos, em regime fechado, pela prática de homicídio qualificado (quatro qualificadoras) e aborto. Quanto ao crime de corrupção de menor, a acusada foi absolvida.

Ausência dos interlocutores⁴

Em sua atividade de trabalho no Tribunal do Júri, o advogado constrói um discurso argumentativo, tentando apresentá-lo como defensivo, condizente com a realidade de seu cliente, com o intuito de sensibilizar o juiz, a promotoria, os jurados e também a sociedade do porquê de o réu ter praticado tal ato considerado criminoso. Assim, o advogado procura encontrar a composição de um conflito existente entre o indivíduo e a sociedade. Dentro de uma possível composição, o advogado poderá conseguir uma absolvição completa, ou uma absolvição parcial, ou, ainda, uma possível melhora nas condições de cumprimento de determinada pena. Para a construção de sua defesa, o advogado não fala somente para os jurados que constituem o Tribunal do Júri. Ele fala também para o Juiz, que é o responsável pela fixação da pena, e para a Promotora, que representa o Estado na função de acusar.

A presença do Juiz, assim como a da Promotora, durante a constituição do discurso defensivo⁵ é de suma importância para esse trabalhador, tendo em vista que, entre outros motivos, ela representa o respeito ao trabalho desse profissional e à eficácia de seu *ethos*⁶, parte indissociável da cena da enunciação diante do auditório.

O recorte apresentado a seguir apresenta, na materialização linguística, o “difícil de dizer” desse profissional, diante da ausência dos seus colegas de audiência no Tribunal do Júri, ou seja, o Juiz e a Promotora. Essa postura é

³ Causas que aumentam a pena do acusado.

⁴ Este título é necessário porque acreditamos em que, nos enunciados selecionados, encontramos materializado no discurso do Defensor Público um procedimento discursivo que procura ressaltar a importância da presença do Juiz e da Promotora, no momento em que esse trabalhador exerce sua atividade de trabalho.

⁵ O discurso defensivo deve ser entendido, aqui, como o discurso construído pelo advogado na defesa de um acusado.

⁶ O *ethos* é entendido, aqui, como o caráter (conjunto de traços psicológicos) e a corporalidade (conjunto de traços físicos e indumentários) atribuídos ao enunciador por meio de sua fala e comportamento. Nesse contexto, a fala e o comportamento se apoiam em estereótipos valorizados ou desvalorizados pela coletividade.

interpretada como obstáculo para o desenvolvimento de seu trabalho, ou seja, para a legitimação de seu discurso. Aquela ausência materializa-se no seu discurso de defesa, que será interrompido para fazer alusão ao que está acontecendo naquele momento. O efeito de sentido produzido pela ausência do Juiz e da Promotora revela-se negativo para a constituição do tom de autoridade que constitui seu *ethos* perante a sociedade, os jurados e o público. Essa transgressão ao gênero, vista como estratégia por parte do Juiz e da Promotora, os quais representam funções estatais mais privilegiadas pelo imaginário social na composição do Tribunal do Júri, representa falta de respeito à Lei e ao trabalho do Defensor Público. Como postula Possenti (2004, p.156), acreditar que uma identidade é uma postura imaginária não significa que não tenha amparo no real. Esse lugar social ocupado pelo Juiz e pela promotoria apresenta um lugar de construção de um simulacro de discursos em oposição: em que o discurso do Defensor representa o lado do “criminoso”, que é temido pela sociedade, em contraposição aos discursos do Juiz e da Promotora, que representam o outro lado, o dos “defensores dos cidadãos de bem”.

Nesse sentido, acreditamos na concepção do ser humano em que o *outro* se faz elemento imprescindível e constitutivo de significado, como postulava Bakhtin (1995) em seus estudos, além de considerar que a alteridade é condição de identidade. Assim, a alteridade é constitutiva de toda atividade humana e dá suporte ao dialogismo, conceito central de linguagem apontado pelo pensador russo. Podemos dizer que o sujeito só se constitui em uma interação dialógica entre o eu e o *outro* em uma multiplicidade de vozes sociais. Na visão bakhtiniana, de caráter dialógico, a linguagem é construída em um processo interacional. Segundo esse autor, o indivíduo, baseando a sua análise no enunciado, abstrai as informações linguísticas e constrói os significados de acordo com o momento da interação (BAKHTIN, 1995).

É importante ressaltar, neste momento, o postulado proposto por Maingueneau (2002, p.51-70, tradução nossa): “[...] todo ato de linguagem se dá nos níveis situacional, comunicacional e discursivo.” Tal ato se caracteriza por constituir um contrato de comunicação, em que atuam o enunciador e o coenunciador no circuito interno, ou seja, nos níveis situacional e comunicacional. No nível discursivo, a saber, nos círculos externos do ato de linguagem, atuam o sujeito enunciador (eu) e o sujeito coenunciador (tu). Tais sujeitos interagem em uma encenação (“*mise-en-scène*”).

Vejamos, a seguir, como a presença (ausência) do *outro* interfere na construção discursiva:



Figura 1 – Ausência dos interlocutores.

Sequências retiradas da segunda audiência

Nos dois recortes a seguir, o itálico apresenta, dentro da materialidade linguística, os enunciados utilizados pelo Defensor Público no momento em que o seu discurso defensivo é interrompido com o intuito de expor para os presentes que o Juiz e a Promotora não se encontram no recinto onde é realizada a audiência do Tribunal do Júri.

[...] a Lei chama de crueldade o sofrimento... que é imposto sem nenhuma necessidade ... *eu estou me sentindo um pouco João Batista pregando no deserto quem deveria ouvir não está aqui ... (sorrir) ... devem saber mais do que eu porque ... devem saber mais que eu ... (lendo o livro)* “os Tribunais têm entendido que a qualificadora por meio cruel ... somente pode ser admitida ... na hipótese em que o agente por puro sadismo ... com o nítido propósito de prolongar o sofrimento da vítima ... agride” [...] ⁷

[...] *aliás é até um caso ... pena que estou sozinho aqui ... para rogar explicação ...*

⁷ As transcrições estão de acordo com as normas empregadas no projeto NURC/SP (PRETI, 2001).

Sequências retiradas da segunda autoconfrontação simples

Os itálicos apresentam a retomada, dentro do discurso da autoconfrontação, dos momentos em que o Defensor Público comenta o porquê de sua interrupção, no discurso proferido em plenário, para se referir à ausência do Juiz e da Promotora.

64 – PESQUISADORA

eles sempre se ausentam quando você fala?

65 – DEFENSOR:

sempre ... nesse dia como eu comecei a repetir várias vezes ... a porta que aparece no vídeo separa a sala secreta do Tribunal do Júri ... e dentro da sala secreta tem um lanchezinho ... e ali ficam os comes os bebes e eles estavam lá conversando ... como eu comecei a bater muito nisso quem devia estar aqui me ouvindo não está ... o juiz que vai dar a sentença ... a né? que está pedindo a condenação ... ela não quer ouvir o outro lado ... não está ... eu fui repetindo ... eles voltaram para a cena ... né?

Como pudemos observar, dentro do discurso proferido para o Tribunal do Júri, o advogado interrompe o fio discursivo de defesa⁸ para evocar a figura bíblica de João Batista. Essa mudança de sentido discursivo é utilizada, nesse momento, com o intuito de chamar a atenção dos jurados e do público, mostrando a ausência de ambos. João Batista tinha o hábito de se retirar para o deserto para conversar com Deus e pregar para aquelas poucas pessoas que ali moravam. A escolha pela palavra *deserto* evoca o sentido de *ausência*. Essa aproximação analógica produz um efeito de ineficácia, pois quem prega no deserto prega para o vazio. O discurso produzido ali é um discurso em vão, como ele mesmo repete em várias passagens da autoconfrontação. Entretanto, ao se comparar à figura bíblica de João Batista, o efeito de sentido produzido se mostra de maneira positiva, tendo em vista que esse personagem é respeitado e valorizado pelos cristãos. O que se sabe é que João Batista era primo de Jesus Cristo – o fundador do cristianismo –, tendo-o batizado. A construção de uma identidade, ou seja, de um estereótipo, como dito acima, não se reflete apenas ao plano real, mas também ao plano social e imaginário, pode ser construída discursivamente por meio de um simulacro (POSSENTI, 2004, p.156), “uma identidade pelo avesso”. Essa identidade é atribuída ao sujeito discursivo, que, em princípio, não assume esse papel que lhe é imposto pelo *outro*. Dentro da materialidade linguística, podemos, também, trabalhar com a hipótese de que,

⁸ “[...] a AD leva em conta ‘repetições’, ‘paráfrases’, ‘enunciados parentéticos’, ‘metaenunciações’. Em suma, enunciados, partes de enunciados ou de textos nos quais se interrompe um suposto fio homogêneo do discurso e se faz, de alguma forma, um comentário sobre elementos do próprio texto (uma palavra, um enunciado), sobre os interlocutores ou sobre a própria circunstância da enunciação” (POSSENTI, 2004, p.82).

ao se comparar a João Batista bíblico, o defensor constrói um *ethos* positivo de si mesmo e tenta neutralizar o efeito de sentido negativo causado pela ausência do Juiz e da promotora.

Na passagem seguinte, ele lamenta a sua solidão: “*pena que estou sozinho aqui*”. Ele reclama a presença dos outros, dos seus interlocutores. Esse enunciado define um “[...] território como sendo o de seu Outro, daquilo que, mais do que qualquer coisa, não pode ser dito. O Outro circunscreve, pois, justamente, o dizível insuportável sobre cujo interdito se constituiu o discurso [...]” (MAINGUENEAU, 2005, p.40). Para produzir o efeito de sentido, em especial, em um tom de “desapontamento”, o discurso exige uma conexão entre a parte discursiva e a parte extralinguística materializada na ausência do Juiz e da Promotora. Só é possível compreender esse discurso porque, simultaneamente, pertence a uma história, a “fatos” da realidade. Diante da tentativa de esclarecimento da prática de um ato criminoso que chocou a sociedade, muitos estão ali em busca de respostas a questionamentos possíveis. Por que ela praticou esse crime? O que motivou essa pessoa a praticar um crime tão terrível? Caso se compreenda a motivação, talvez se possa evitar que o fato se repita. Mas o Defensor Público está sozinho. Os outros, quem vai fixar a pena e quem pede a condenação, não estão lá junto com ele para tentar compreender como o fato aconteceu. Por que o fato aconteceu? Ele tenta mostrar para os jurados e para o público que aquela ausência o incomoda e o prejudica, não somente a sua produção discursiva, como também a própria sociedade e os jurados que sairão dali sem compreender os motivos pelos quais o crime foi praticado.

Como postula Possenti (2004, p.158):

[...] deveria ser evidente que os estereótipos são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como sendo o(s) outro(s) para algum grupo. Mas, eventualmente, esta relação interdiscursiva é ofuscada ou apagada – quando o confronto não aparece [...] –, e o efeito é a impressão de que o estereótipo é universal, que não tem condições históricas de produção, ou, pelo menos, que essas condições não incluem efetivas relações de confronto com a alteridade.

Esses enunciados apresentados exemplificam a ausência de confronto tentando mascarar o interdiscurso. Contudo, com base no discurso do Defensor que se refere ao real de sua atividade, tanto no discurso proferido em plenário como em seu comentário na autoconfrontação, podemos vislumbrar um simulacro que procura, por meio de uma ação – ausentar-se do tribunal –, representar que o papel assumido pelo Defensor não deve ser levado em consideração, tendo em vista que, no Tribunal, ele representa um “inimigo da sociedade” por estar ao lado de um “criminoso”. Acreditamos em que esse estereótipo negativo do Defensor Público se constitui nessa relação interdiscursiva, que se apresenta opaca, quase

invisível, justamente por não existir o confronto discursivo materializado no discurso, ou seja, em uma “heterogeneidade mostrada”, segundo Authier-Revuz (1984), mas existe nas condições históricas de produção.

A parcialidade e a voz do ressentimento

Para exercer a sua atividade de trabalho, o Juiz deve se apresentar de maneira imparcial. Mesmo que seja humanamente impossível ser imparcial, o Juiz, em sua prática, deve evitar palavras e atos que revelem a sua predileção por uma ou por outra parte. A lei proíbe que a sentença seja pronunciada antes de se ouvir ambas as partes e de se avaliar as provas apresentadas nos autos.

Segundo a Análise do Discurso de orientação francesa (AD), não há relação direta entre o homem e a realidade, tendo em vista que essa relação se constitui por meio da linguagem. Para a Análise do Discurso (AD), a linguagem não é um “instrumento de comunicação”, de “transmissão de ideias”, mas sim um lugar social em que são constituídas as relações intersubjetivas. A linguagem tem um tipo de funcionamento, cujas restrições não são de ordem somente linguísticas, mas também históricas, na medida em que o equívoco e o indizível são absorvidos pela memória social, inscritas nas práticas sociais (PÊCHEUX, 1997). Para a AD, o discurso é “feito de sentido entre interlocutores” e se constitui em uma região fronteira entre o real da língua e o real da história.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1997, p. 190).

Assim, se a produção do sentido é o resultado de um conjunto de processos sócio-históricos e linguísticos, os sentidos não são transparentes. Todo discurso, assim como todos os sujeitos envolvidos em sua produção e circulação, são dispersos, pois o discurso tem, em seu entorno, um conjunto de dizeres, de saberes e de poderes, encontrados em lugares sociais que funcionam como instrumentos de restrição do dizer. Isso significa que não se pode dizer tudo, em qualquer tempo ou em qualquer lugar. A esse sistema de dispersão e de regularidade Foucault (2004, p.43) chama de “formação discursiva”⁹. Como podemos perceber, dentro dos enunciados que se seguem, o Defensor Público vai assumir um posicionamento para construir o seu discurso, avaliando aquilo que pode ser dito e o que não pode ser dito no Tribunal do Júri.

⁹ No prefácio do autor, em “Gêneses do discurso”, Maingueneau (2005) afirma que existe uma utilização frouxa de “formação discursiva” e que hoje sealaria em “posicionamento”.



Figura 2 – Apresentação dos textos de Lei que regulam o posicionamento do Juiz.

Sequências retiradas da segunda audiência

Os itálicos representam a indignação do Defensor Público diante da apresentação de oito qualificadoras, que foram ilegalmente colocadas dentro do processo. Em sua denúncia, a Promotora pediu a condenação apresentando seis qualificadoras. Contudo o Juiz, na sentença de pronúncia, concedeu oito. Duas a mais daquilo que foi pedido pela promotoria.

[...] assim também nos diz o Dr. Delegado de Polícia ... quando ... ele informa ... classificando o crime ... artigo 121 parágrafo segundo ... inciso 4 homicídio qualificado por dissimulação ... mas aí ... os ilustres membros ... do sistema penal ... recebem o inquérito ... (bate palmas) ... dentro do inquérito o Delegado Célio Gomes diz que é homicídio qualificado ... com uma qualificadora ... dissimulação ... ele ouve as partes ... ele está lá ... ele acompanha ... ele sente ... e ele interpreta ... e é o Delegado de Polícia ... naturalmente combatível ... mas aqui na distância dos fatos ... na distância das pessoas envolvidas ... sem ouvir ninguém ... entende a promotoria que há torpeza porque a pessoa é fria ... porque a pessoa é calculista ... entende que é uma pessoa abjeta ... ignóbil ... por isso seu motivo é torpe ... porque torpe é abjeto ... é ignóbil ... e só tem motivo torpe quem é ... ignóbil ... abjeto ... porque ela foi atrás da mulher que tomou seu marido ... e vai qualificadora por torpeza ... e numa sucessão ... foram surgindo ... brotando do chão ... qualificadoras ... o júri anterior não aconteceu porque a defesa ficou pasmada ... já eram

oito ... a Promotora criou mais duas ainda além das seis no libelo ... e peticionamos ao juiz ... como se defende uma pessoa ... disso aqui? ... e qualificadoras foram brotando e foram brotando ... só o Delegado estava lá que viu os olhos de cada um ... que viu a vítima ... afirmou que houve dissimulação ... o Delegado de Polícia ... Célio Gomes Nogueira ... está no inquérito ... [...]

Sequência retirada da segunda autoconfrontação simples

O itálico apresenta, nas sequências a seguir, o comentário do Defensor Público a respeito da ausência de imparcialidade do Juiz, revelando que as duas qualificadoras que aparecem no processo, além das seis que foram pedidas pela Promotora, são da autoria do próprio Juiz.

14 – DEFENSOR:

chama muito a atenção o crime é muito ... muito feio ... a vítima era uma grávida de nove meses ... morre a gestante ... morre a criança ... e gente muito nova muito simplória então começou a haver esse confronto entre ... a família da menina abandonou-a ... da ré ... nunca apareceu na Defensoria ninguém ... nunca compareceram a nenhum ato do processo ninguém ... abandono completo ... e a família da vítima ... claro ... buscando também satisfazer ... claro ... a necessidade de justiça que sentiam procurando cercar jurados ... né? ... e juiz ... de informações ... *nesse caso por exemplo o juiz conversou ... excessivamente com a família da vítima ... que não é uma função dele ... mas toda semana eles estavam lá na porta dele ... como minha sala fica de frente ... toda semana conversando ... isso acaba gerando no juiz uma necessidade de dar uma satisfação ... primeiro porque é a família da vítima ... a outra é a criminosa ... a família ... ela está receando aí uma solução diferente quem sabe uma outra solução ... então fica comprometendo a independência dele ...* então quando terminou a primeira sessão ... em que eu apresentei oito nulidades ... ele aceitou as nulidades ... para mandar consertar o processo ... com coleguismo da promotoria de justiça ... e terminou e ele saiu lá fora e foi explicar na minha frente ... lá de fora ... “ olha ela não está absolvida não ... nós só estamos adiando pode ficar certos ... vamos acabar com essa história da melhor maneira possível ... foi só um erro que se fizesse o júri hoje ... ela seria possivelmente ... numa apelação para o tribunal ... mandada a um segundo júri” ... mas foi lá ... então criou uma intimidade muito grande ... o juiz ele tem que ser sensível ao povo ... mas ele não pode tomar esse tipo de partido ... nesse caso a gente lamentou ... por duas vezes ... na assistência à família e nessa liberdade ... que imprensa teve de filmar a moça chorando ... colocando a mão no rosto ... sem querer ser vista ... direito dela apesar do erro grave ...

17 – DEFENSOR:

[...] a gente ... lamentava muito a situação da família da vítima ... que sofria de verdade ... e por outro lado a gente percebeu que ... *o juiz nessa intimidade maior com a família da vítima ... começou a trazer causas que aumentam a pena contra acusada ... a certa altura nós percebemos ele conseguiu o milagre de ter oito causas que aumentam as penas e aí na luta pelo processo ... a gente diminuiu ... diminuindo ... haveria quatro... se tivesse...*

18 – PESQUISADORA:

primeiro você pediu para entrar ... interromper justamente porque tinha qualificadoras que ... eram antagônicas né?

19 – DEFENSOR:

[...] justamente ... nunca havia sido colocado isso antes ... foi uma surpresa ... a lei proíbe isso ... *ele foi despejando qualificadoras ... que já ... mas para essa segunda sessão ficaram quatro ...*

20 – PESQUISADORA:

ah é? Então ela não havia pedido oito ...

21 – DEFENSOR:

(Balança a cabeça em sentido negativo) não ... ela pediu dissimulação.

22 – PESQUISADORA:

eu tinha anotado aqui o juiz na sentença de pronúncia das qualificadoras antagônicas *na verdade ela nem pediu ele deu por si só ...*

23 – DEFENSOR:

é... deu por si só ... Raquel ficou só no estritamente possível ... antes a gente conversava assim ... ela dizia ... eu creio que vai cair a crueldade ... ela imaginava que ia ficar duas qualificadoras ... ele entendeu o ciúmes como um ciúmes torpe ... abjeto ... que levou à morte ... então e ... a dissimulação a defesa nem combateu ... realmente houve a dissimulação ...

48 – DEFENSOR:

a vontade que dá... é de reclamar da parcialidade do juiz ... é de contar o que estava acontecendo nos corredores do fórum mas não pode ... porque se você desafia ali a autoridade do juiz na frente dos jurados eles ressentem imensamente mas ele tornou-se o Promotor de Justiça ... porque ele foi muito além do que a imaginava ... [...]

No recorte apresentado, podemos perceber o “difícil de dizer” materializado pelas passagens que mostram a parcialidade do juiz. No discurso proferido em plenário, o Defensor Público diz: “... *o júri anterior não aconteceu porque a defesa ficou pasmada ... já eram oito ... a Promotoria criou mais duas ainda além das seis*

no libelo ...” Assim, podemos perceber, nesse enunciado, que há a preferência pela utilização do nome “Promotoria”, mesmo sabendo que a autoria das duas qualificadoras que aparecem após o libelo não foram solicitadas por ela. Essa escolha pode ser interpretada como estratégia discursiva para não evidenciar o envolvimento do Juiz com as partes. Envolvimento que ultrapassa o que é determinado pela Lei. Agindo dessa forma, o Defensor Público evita um confronto social que pode se voltar contra ele mesmo, ou seja, os jurados privilegiam o papel social do Juiz em detrimento do papel social representado pelo Defensor Público. Se, em seu discurso, ele indicar falhas no procedimento do Juiz, ele estará atacando não o sujeito discursivo, mas o ator social que representa o lado daqueles que são vítimas de violência. Entretanto vai utilizar o verbo “criar” justamente para enfatizar que o que surge após o libelo acusatório¹⁰ não corresponde ao real do processo. O advogado vai mostrar, ainda, como o Juiz foi além da sua função, *ele tornou-se o Promotor de Justiça*, ele assume de uma só vez os poderes de acusar e de julgar. Dentro da acusação, a promotoria pede a punição pela prática de homicídio doloso com três qualificadoras (dissimulação, torpeza e crueldade). Na sentença de pronúncia (pronunciada antes do Tribunal do Júri), o Juiz aceita as qualificadoras pedidas pela promotoria e acrescenta ao seu pedido mais quatro qualificadoras (torpeza por ciúme, por frieza, por ser a acusada, além de calculista, ignóbil).

Por ser o delito um crime que choca a sociedade, o Juiz quer se mostrar eficiente, posiciona-se ao lado da família da vítima e, conseqüentemente, ao lado da sociedade. A parcialidade do juiz, que pronuncia sua sentença antes mesmo de o júri acontecer, provoca um efeito negativo na atividade de trabalho do advogado. O questionamento que surge é: para que exercer uma atividade que não irá produzir nada materialmente? É um sentimento de exercer uma atividade ilusória, figurativa, teatral, que não faz parte de um real. Esse sentimento negativo é vivido na situação de trabalho, na atividade de trabalho e permanece no depois. No momento da autoconfrontação, essa voz interior, ou seja, o “difícil de dizer” é externado: *“a vontade que dá ... é de reclamar da parcialidade do juiz ... é de contar o que estava acontecendo nos corredores do Fórum”*. Por um momento, ele, o advogado, ressent-se, mas imediatamente diz: *“mas não pode”* e, nesse momento, percebemos uma outra voz que se apresenta contrária à voz anterior. Existe, nessa voz, um reposicionamento centrado na razão, ou seja, em valores racionais que funcionam dentro das práticas discursivas, condizentes com o papel social representado por esse profissional. Ele retorna à realidade e procura se encaixar novamente em seu *ethos* de responsabilidade e de respeito ao *outro*, que é o valorizado pelos jurados e pela sociedade.

¹⁰ Exposição articulada dos fatos criminosos que o Ministério Público pretende provar contra o réu.

A argumentação e competência linguageira

A paráfrase é um fenômeno linguístico muito utilizado dentro das práticas do discurso jurídico. Ela consiste na reformulação de um enunciado com o objetivo de retomar o já-dito e esclarecê-lo (MUNIZ, 2005). No Tribunal do Júri, o advogado constrói o seu discurso para um tribunal leigo que, na maioria das vezes, não domina o vocabulário técnico discutido ali. Por meio da paráfrase, ele tenta esclarecer para o corpo de jurados o sentido de algumas palavras, para que eles possam compreender melhor e formar um juízo de valor sobre a prática do crime.

A limitação cultural de um auditório transforma-se em um obstáculo para a construção de um discurso argumentativo no Tribunal do Júri. O “difícil de dizer”, aqui, é o saber se expressar. É construir um discurso capaz de ser compreendido por um auditório. Comunicar sempre apresenta dificuldades, pois “existe uma ideia enganosa daquilo que se poderia chamar de transparência da linguagem” (SOUZA-E-SILVA; FAÍTA, 2002, p.62). Esse obstáculo pode ser visto e sentido nas passagens que se seguem.



Figura 3 – Durante a explicação do Defensor, os jurados se apresentam desconcentrados.

Sequência retirada da segunda audiência

O **itálico** marca, no discurso do Defensor Público, a dificuldade de esclarecer para o corpo de jurados o que é uma qualificadora por motivo torpe. Ele procura as definições dentro da doutrina jurídica e explica como a doutrina compreende o que está prescrito no Código Penal. Essa tentativa de esclarecer para o corpo de jurados o que é um motivo torpe, que, caso exista, é motivo de aumento de pena, pode vir a beneficiar a acusada se os jurados compreenderem qual o significado de motivo torpe. Assim, eles poderão votar contra essa qualificadora, que não existiu no momento da realização do crime, e a pena da acusada será, conseqüentemente, mais branda.

[...] ciúmes é o motivo alegado pela Promotoria de Justiça ... haverá torpeza (caminha em direção à sua mesa e busca livros) ... como esta manhã não houve oitiva de testemunhas ... e o nosso compromisso é grave ... pretendo não delongar mais ... mas há uns pontos de vista ... não todos ... alguns ... que precisam ser destacados ... (busca os livros e começa a fazer citações) ... vamos começar aqui com o tratadista César Roberto ... o artigo 121 do código Penal parágrafo primeiro inciso cinco ... ele se põe a examinar *o motivo torpe ... é o abjeto ... é o ignóbil ... é o que traz o constrangimento ...*

Sequência retirada da segunda autoconfrontação simples

Os **itálicos**, abaixo, apresentam o comentário do Defensor Público sobre sua dificuldade nas escolhas lexicais adequadas para explicar aos jurados o que é uma qualificadora e os motivos que a caracterizam. Essa dificuldade de termos técnicos para um tribunal leigo dificulta a interação entre Defensor Público e Jurados.

51 – PESQUISADORA:

quando você fala aos jurados dá para *perceber eles não estão entendendo nada de qualificadora ...*

52 – DEFENSOR:

nada ... quem fez ali um ou outro aceno de compreensão ... foi um rapaz que está estudando Direito... que está à frente à esquerda ... mas ali atrás torpeza? ... ciúmes algo torpe? ... que que é torpe? Aí você fica lá é abjeto ... é ignóbil ... eles mal dominam esse vocabulário! ... mas é a tradução que o Direito nos dá do que é abjeto ... eu não posso falar que é só má fé ... porque má fé ela teve ... e aí esse pessoal não tem uma

cultura de ... trabalhar até com as palavras que a gente tá usando ... à direita e à frente ... nós temos uma faxineira ... né? ... é uma faxineira ... porque o juiz mandou alguns ofícios às Faculdades de Direito ... informando que alunos e funcionários que quisessem poderiam se inscrever como jurados ... o alvo era sobretudo os estudantes de Direito para dar uma qualidade técnica maior aos jurados ... mas aí muitos funcionários da Santo Agostinho do Pitágoras da Unimontes ... quiseram participar e é muito bom ... para ter claro a maior diversidade cultural ... as pessoas possível dentro do júri ... *mas ela dentro da limitação de faxineira ... limitação cultural ... não vai dá conta de acompanhar essa argumentação ... a gente fica ali esperneando achar as palavras e um jeitinho ... nesse dia o jeitinho não estava aparecendo com facilidade ...*

No Tribunal do Júri brasileiro, os jurados devem compreender se houve ou não a prática de um crime e os motivos que levaram à prática de determinado crime. Para entendê-los (causas que aumentam ou diminuem a pena), os jurados precisariam conhecer uma teoria enorme e difícil de ser explicada em pouco tempo. O advogado precisa expor aos jurados, com eficiência, o que é uma qualificadora (causa que aumenta a pena), mas ele não dispõe de tempo suficiente para falar a um público que se apresenta culturalmente despreparado. Essa limitação prejudica a construção da defesa, que pode, ao final, ver o acusado com uma pena desproporcional à prática de um crime pelo fato de os jurados não terem compreendido o que é uma qualificadora e, ainda, se ela existiu dentro daquele caso avaliado.

Por meio da autoconfrontação, o protagonista do trabalho pode se observar de maneira distante e avaliar a sua desenvoltura em situação de trabalho, pois

[...] submetido individualmente à autoconfrontação, ele se encontra simultaneamente confrontado à imagem de suas ações, bem como à pressão dos modos operatórios prescritos, cujo conhecimento ele já possuía. O diálogo travado com sua própria imagem sob o olhar do pesquisador, observador ingênuo da conduta e, portanto, relativamente neutro, fora da dimensão puramente interacional da troca, tende naturalmente para a procura de concordâncias entre o que ele se vê fazendo e o que ele normalmente deveria ter feito, por meio de um discurso de justificação (FAÍTA, 2001, p.277, tradução nossa).

Como podemos observar no recorte acima apresentado, a autoconfrontação simples possibilitou ao defensor público o reconhecimento de uma prática discursiva não facilitadora da comunicação, ou seja, dentro da sua prática discursiva existe uma grande dificuldade de interação com os membros do corpo de jurados.

Podemos, assim, observar o “difícil de dizer” representado pelo problema da “formação linguageira”¹¹ (BOUDET, 1995, p.264). Na perspectiva bakhtiniana do dialogismo, os atores sociais em posição de enunciar, em posição de entender e de serem entendidos devem estar em sintonia com o lugar e o momento sócio-histórico. Eles devem conhecer as regras de produção e circulação do discurso. Nesse contexto, percebemos, nos enunciados citados, que falta aos jurados essa intimidade com a “prática linguageira” do defensor. Isso dificulta a compreensão de sua argumentação. No universo técnico do Tribunal do Júri, palavras ou expressões do uso corrente, enunciadas pelo advogado, possuem, de fato, um sentido terminológico que é incompreensível aos jurados, mesmo com explicações e reformulações. Por outro lado, percebemos, também, que falta ao advogado uma “formação linguageira” para se fazer compreendido.

Segundo Maingueneau (1997, p.121), quando o enunciador “[...] bloqueia a infinidade de possíveis interpretações [...]”, no caso em questão, a explicação da expressão “qualificadora por motivo torpe”, “fornecendo um equivalente que, em vez de explicitar um sentido unívoco [...] o constrói em sua enunciação” é exemplo daquilo que a AD afirma quando argumenta que um sujeito não é fonte do seu discurso, e sim que ele enuncia a partir de uma posição. A escolha do enunciador em parafrasear a expressão “qualificadora por motivo torpe”, e não outra, deve-se ao fato de ela representar um ponto de confronto entre várias “formações discursivas” ou “posicionamentos”, em função das circunstâncias. Contudo a produção discursiva não se apresenta eficaz.

Ética no trabalho e o mundo ético

O prescrito¹² ocupa um espaço muito valorizado no trabalho do defensor. Toda a sua atividade é organizada a partir de um prescrito. Para realizar o seu trabalho, o defensor depende de um prescrito que o autoriza, legitima-o em sua atividade. As pessoas procuram o trabalho do Defensor Público para que esse profissional possa ajudá-las a solucionar um problema, a compor um conflito de interesses. Ele, por sua vez, vai iniciar o seu trabalho pautando-se em um prescrito, presente desde o momento inicial de sua ação. Por que agir de uma forma e não de outra? Dirigir-se a uma pessoa e não a outra? Iniciar

¹¹ A noção de “formação linguageira” é entendida como um conjunto social e historicamente regulado pelas práticas linguageiras. Nessas práticas, a linguagem não é um puro reflexo da sociedade; ela age e modifica o social.

¹² O prescrito em Psicologia do Trabalho, assim como em Ergonomia, é conceituado como normas exteriores que são controladoras da atividade de trabalho. Toda atividade de trabalho, segundo essa concepção, é antecedida de um prescrito que regulamenta a atividade dos trabalhadores. No caso do nosso protagonista do trabalho, ou seja, o Defensor Público, ele possui um trabalho regulamentado por leis que aparecem codificadas (Código de Ética, Código Penal e Código de Processo Penal).

seu trabalho em determinado momento e não em outro? Pedir um determinado direito e não outro? Tudo isso é regulado por um prescrito que está presente em todos os momentos de seu trabalho, ajudando-o a organizá-lo e a realizá-lo. Trata-se do Código de Processo Penal, do Código Penal e do Código de Ética do Advogado.

Além desses prescritos baseados em leis, o advogado deve cuidar de um procedimento que não é regulamentado, mas está presente dentro do social. Ele se preocupa também com a questão da ética social.



Figura 4 – Discurso sobre a complexidade de sua atividade de trabalho.

Sequências retiradas da primeira autoconfrontação simples

Os itálicos apresentam a dificuldade do Defensor Público de trabalhar com sentimentos que são colocados à prova, no momento de realização de sua atividade de trabalho. Mesmo exercendo uma atividade pautada em leis regulamentadoras do seu trabalho, no real da sua atividade, esse trabalhador está muito próximo de problemas sociais, que afetam os sentimentos de todos, cujo temor é a violência que, direta ou indiretamente, afeta o bem-estar social.

PESQUISADORA 1:38:59

e assim pra finalizar você se sentiu vitorioso aí ... com esse júri ?

DEFENSOR 1:39:06

não ... eu ... eu ... hoje ... eu percebo que ... eu estava tranquilo ... me analisando eu não pude perceber tensões ... como estava fluindo tranquilamente ... o fluxo das ideias estava ... surgindo ... tranquilamente ... e eu estava fazendo uma tese na qual eu acreditava ... tinha que se proporcionalizar a pena nesse tribunal é: eu não me sinto bem depois do júri ... a não ser ... em casos é: que a gente vê que: realmente foi feita a justiça ... não é vitória o resultado ... não é derrota ... às vezes necessidade ... mas eu esperava que o juiz tivesse fixado o regime semiaberto ... porque mais do que da liberdade a gente preocupa com o que a pessoa vai fazer da liberdade ... ele ganha a liberdade pra fazer o que não sabemos ... pra mim alguns meses no cárcere seria ... seria muito úteis pra ele ... e foi o que eu comentei com ele antes de começar o júri ... você vai hoje pegar oito anos ou quatro anos ... você vai ficar cerca de oito meses a dez meses na prisão ... se a defesa ganhar ... se você perder ... você vai ficar seis anos na prisão ... você vai aceitar isso né?? Caso a gente recorra ao tribunal numa apelação não vamos ganhar ... porque eles vão respeitar a decisão dos jurados ... e ... procure ir ... aceitando isso e transformando isso em uma lição ... eu não sei se o juiz agiu bem ... talvez ele tenha mais lá decepções ... tenha aprendido... .. mas o moço precisava ... eu achei um certo estímulo pra ele o regime aberto.

Sequências retiradas da autoconfrontação sobre a primeira autoconfrontação

Os itálicos apresentados, a seguir, no discurso da autoconfrontação, mostram como se materializam, na prática discursiva, as complexidades que envolvem a atividade de trabalho do Defensor. Ele acredita que o réu merecia uma pena mais severa. Ao se posicionar dessa forma, o Defensor Público tem dificuldades em expressar o sentimento de “vitória”, ou seja, mesmo o acusado recebendo uma punição mais branda – resultado positivo de seu empenho no cumprimento da sua função pública –, essa “conquista” não é vista por ele como algo bom, dentro do desempenho de sua atividade de trabalho, ou, ainda, dentro do mundo do qual ele faz parte.

70 – PESQUISADORA – 40:00:

tem uma parte também da autoconfrontação em *que você fala que não se sente bem em fazer júri* ... porque nesse processo aí apesar dos jurados terem dado três a dois ... três a quatro ... foi três a quatro?

71 – DEFENSOR – 40:12:

quatro a três ...

72 – PESQUISADORA – 40:13:

... quatro a três ... na hora de fixar a pena ele ganhou o regime aberto ... eu perguntei se você se sentia bem se sentia vitorioso e você falou que não que não se sentia bem que fazer júri não é bom ... por que isso?

73 – DEFENSOR – 40:40:

(risos) o Otacílio esse réu devia ter sido sentenciado em regime semiaberto dentro do que eu conheci ele ... **do que eu pude ver da personalidade dele ... ficou muito gratuito** ... então a gente contava que o juiz desse a pena do regime da Lei ... o regime semiaberto ... seria uma passagem breve né? pelo cárcere com menos rigor ... e seria para ele assim um sinal de fazer ... a volta no caminho e recuperar uma estrada mais feliz ...

74 – PESQUISADORA – 41:18:

Você se preocupa com essa questão da fixação da pena ... assim ... diante da criminalidade? ... é isso?

75 – DEFENSOR – 41:26:

é ...eu vejo que o crime tá na porta da minha casa dos meus amigos da minha família ... das demais pessoas ... então *eu não tenho assim aquele romantismo pela causa do Júri ... é por isso que eu não me sinto muuuuito bem com os resultados* ... eu acho que a gente podia fazer um Júri melhor ... o Brasil pode ter uma Justiça melhor ... se o país é pobre a Justiça não tem que ser barata ... e é muito barato lá as coisas são muito superficiais ... a pesquisa da Delegacia é muito simples pobre deficiente ... a Promotoria não tem assim condições de dar uma assistência melhor aos processos ... a Defensoria é ainda mais fraca que a Promotoria que a Delegacia de Polícia ... o que eu gostaria é que no Júri fosse um ambiente os melhores fatos e argumentos preponderassem ... e não é assim... né? ... hoje em dia por exemplo em Montes Claros ... existe uma proximidade muito grande da Promotoria com o juiz com esses anos todos de trabalho ... e eles estão conversando ... e organizando já assim o que pode acontecer no júri ... quais são as melhores saídas para a Promotoria ... e o Juiz ... isso é o meu modo de entender eu posso está até errado ... perdeu aquela equidistância necessária entre Juiz e partes ... né? ... e isso faz mal para mim ... quando eu vou falar eu quero levar o melhor argumento e o melhor fato ... e se a Promotoria levar melhores é ela que deve sair com o pedido atendido ... mas às vezes a Promotoria é pobre no que oferece ... e existem alternativas do Juiz modificar o resultado ... então aconteceu por exemplo nesses dias ... como a tese da Promotoria não tinha como ser aceita depois que a gente começou a falar ... ela nem veio à replica ... o Juiz entrou na sala secreta e fez a seguinte proposta “você podem dar dois mesinhos de pena para ele ... que são as lesões que a defesa pediu ou se vocês quiserem eu posso dar para ele dois anos de serviço à comunidade ... eu vou ajudá-lo” ... então ali ele definiu o Júri ... nós passamos duas horas e meia fazendo o quê? Nada! Porque até eu ... aí eu intervim e falei Doutor ... até eu voto contra o meu cliente (risos) ... porque nós não estamos aqui para saber a matemática da vida dele ...

nós estamos para saber se ele fez ou não fez ... se fez com esses motivos ou sem esses motivos ... é isso que eu gostaria que fosse votado ... ele fez com esses motivos ou sem esses motivos? ... se ele fez com esses motivos a consequência vai ser a pena que o Senhor sugeriu ... né?? ... dois anos e isso e aquilo outro ... mas se ele fez sem os motivos a consequência é que ele seja apenado como eu pedi ... e isso no júri ... deixa a gente muito triste ... a gente vai cansando ... né?? ... dos juízes que tomam partido ... é humanamente ... impossível eu creio um juiz totalmente imparcial ...

76 – PESQUISADORA – 44:36:

imparcial ...

77 – DEFENSOR – 44:38:

porque ele tá lá de um lado e do outro sentindo vibrando um ou outro isso é natural ... mas daí deliberadamente ele construir uma estratégia ... de fazer virar para um lado ou para o outro ... infelizmente é a coisa que mais acontece no Júri ...

78 – PESQUISADORA – 44:53:

e quando eles condenam à pena máxima e vai executar essa pena ... também é uma lastima né??

79 – DEFENSOR – 45:04:

(acena afirmativamente com a cabeça)

80 – PESQUISADORA – 45:05:

porque o sistema penitenciário não atende e ... eu não sei eu estou um pouco afastada ... mas não existe nenhuma política que esteja preocupada com isso ...

81 – DEFENSOR – 45:18:

não ...nesse momento no país não ... *eu não me sinto bem por isso! porque o júri toma um ar de teatro ... e eu me exponho ... a minha pessoa fica exposta nisso* ... e eu passo o dissabor de ver pessoas que mereciam a repreensão e não conseguiram porque naquele dia a Promotoria não deu conta de ler o processo ... e passo às vezes a grande tristeza de ver pessoas que mereciam uma sorte melhor ... simplesmente foram condenadas sem mais detida análise sem mais critério ... lembra aquela passagem do do ... Exupéry no Pequeno Príncipe que conta a historinha do planetinha em que vivia o acendedor de lampião enquanto o mundo dele tinha um ritmo ele tinha uma hora de acender e uma hora de apagar o lampião ... mas depois o mundinho foi correndo mais depressa foi girando mais rápido ... mas ele não perdeu o hábito o formalismo de acender e de apagar e quando o Pequeno Príncipe chega no mundinho a cada minuto ele apaga e a cada minuto ele acende o lampião ... então eu acho que a Justiça humana tem esse problema ... formaliza demais para ser democrática e esse excesso de formalismo ... não cria meio termo para as coisas ... é claro ou escuro ... ou acende ou apaga o lampião

... mas o mundo tá girando e as coisas tão mudando ... e a dinâmica dos fatos ... nem sempre fica assim ... ajustada a esse formalismo ... a necessidade da população nem sempre se encaixa nesse formalismo ... mas se der um pouco mais de poder ao Juiz de mais arbítrio ao Juiz nem todos os juízes estão preparados para ter esse arbítrio a gente volta à idade medieval ... então fica esse impasse ... se der arbítrio para fazer justiça na maneira correta ... a maioria vai extrapolar ... sem o arbítrio do juiz a Lei é muito fria ... e não se encaixa bem nas circunstâncias que merecem sua atuação ... e patrocina às vezes injustiças ... e no Júri você sofre demais ... eu carrego a carga ... do réu ... da família do réu ... da família da vítima ... que vai me hostilizar ... carrego a carga do meu nome ... que como pessoa humana lá minha vaidade gosta de um pouco de sucesso ... e do trabalho reconhecido ... a carga da Defensoria Pública que tem que se apresentar bem ... então o peso emocional é muito grande ... muito grande

83 – DEFENSOR – 50:54:

ficou claro esse não sentir bem? ... porque às vezes eu sinto ... às vezes não ... quase sempre eu sinto que não atendeu o que era melhor para todo mundo ... ou às vezes ficou muito bom para o réu ... ou às vezes ficou ... muito o lado da sociedade ... menos para o indivíduo ... mas eu não vejo ... por enquanto para a nossa prática de júri possibilidade para meio termo não ... para essa coisas assim ...

A grande surpresa dessa passagem é a resposta “*não*” dada pelo advogado de maneira espontânea, após o questionamento de sua eficácia na construção da defesa. Como podemos observar, por meio das práticas discursivas materializadas nos enunciados que se seguem, existe a confirmação de um sentimento de angústia que percorre a realização desse trabalho complexo.

- a) *...eu não me sinto bem depois do júri ...*
- b) *do que eu pude ver da personalidade dele ... ficou muito gratuito*
- c) *né? eu não tenho assim aquele romantismo pela causa do Júri ... é por isso que eu não me sinto muuuuito bem com os resultados*
- d) *... eu não me sinto bem por isso... porque o júri toma um ar de teatro ... e eu me exponho ... a minha pessoa fica exposta nisso*
- e) *eu passo o dissabor de ver pessoas que mereceriam a repreensão e não conseguiram porque naquele dia a Promotoria não deu conta de ler o processo ... e passo às vezes a grande tristeza de ver pessoas que mereceriam uma sorte melhor ... simplesmente foram condenadas sem mais detida análise sem mais critério ...*
- f) *e no Júri você sofre demais ... eu carrego a carga ... do réu ... da família do réu ... da família da vítima ... que vai me hostilizar ... carrego a carga do meu nome ... que como pessoa humana lá minha vaidade gosta de um pouco de sucesso ... e do*

trabalho reconhecido ... a carga da Defensoria Pública que tem que se apresentar bem ... então o peso emocional é muito grande ... muito grande

- g) *ficou claro esse não sentir bem? ... porque às vezes eu sinto ... às vezes não ... quase sempre eu sinto que não atendeu o que era melhor para todo mundo ...*

As palavras *dissabor, carga, sofrô, peso, tristeza, teatro* revelam a execução de uma atividade de trabalho que, apesar de seguir o prescrito, não atende à satisfação humana desse trabalhador.

Em muitos momentos da autoconfrontação simples, o diálogo interior, externado pelo defensor, revela uma grande insatisfação consigo mesmo, com o *outro* e com o social.

Com base na teoria polifônica proposta por Bakhtin, a teoria do acontecimento discursivo e a do acontecimento estético possuem um mesmo eixo, o da alteridade. O que e o como se diz supõem sempre o “*outro*” em sua fundamental diversidade.

A análise do “*outro*” dentro do discurso jurídico criminal efetivado no Tribunal do Júri é constante, uma vez que tudo se constitui naquele momento a partir de como se deve agir perante esse “*outro*”. Diante desse tribunal, lugar de conflito marcado mais do que em qualquer outro lugar, as vozes que se farão ouvir são plenas de diversidades e proferidas como tentativa de composição de conflitos. O trabalho identitário de todo discurso é um trabalho plural e intrinsecamente conflitante. A identidade conflitante de todo discurso se apresenta dessa maneira, visto que, para a produção de conhecimento, é necessário o confronto de vários discursos. Para qualquer pesquisador, é fundamental reconhecer essa multiplicidade de discursos conflituosos e aceitar que não existe transparência no discurso do *outro*, nem no seu próprio discurso.

O reconhecimento dessa opacidade dos discursos traz para a pesquisa contemporânea uma contribuição que pode fazer da diversidade um elemento constituinte do pensamento e não apenas um aspecto secundário. Reconhecer um discurso diverso e um sentido singular não impede o exame da relação de forças desiguais que o produziu e o atravessa.

A voz do Defensor Público demonstra, provavelmente, essa relação de forças desiguais, uma vez que representa a voz do social e economicamente mais fraco.

Compreender o comportamento do criminoso, por meio de seu discurso, diante das leis e da sociedade que pretendem puni-lo irá revelar a diferença de lugar e de valores entre o “eu”, Defensor Público, pesquisador ou sociedade e o “*outro*”, criminoso. Esse posicionamento exterior que revela um desdobramento

de olhares é denominado exotopia. Esse lugar exterior permite, segundo Bakhtin (2003), que se veja do sujeito algo que ele próprio (o “eu”) nunca pode ver.

Para Bakhtin, citado por Amorim (2003, p.14), “Somente somos teóricos no plano teórico e abstrato; no plano empírico, cada um de nós ocupa um lugar singular e único.” E assumir essa singularidade nos faz responsáveis, capazes de responder pelo lugar que ocupamos num dado momento, num dado contexto. Assumir um pensamento, assinar a ele, ser responsável por ele face aos outros num contexto real e concreto, tornar o pensamento um ato, eis o que torna possível um pensamento ético, ou, como diz Bakhtin, um pensamento não indiferente.

Dentro do conceito bakhtiniano, o ético e a questão do valor são materializados no lugar do acontecimento, do singular e do irrepetível, o que equivale a dizer no âmbito do concreto e do histórico. Para tornar o pensamento não indiferente, é preciso responder por ele, levando-se em conta o contexto em que nos encontramos.

Aventamos, pois, a hipótese de que a postura do Defensor Público perante o Tribunal do Júri se constitui sempre nesta oposição entre o ético e o estético. Conforme afirma Bakhtin (2003, p.79), o conhecimento filosófico e científico, assim como a criação estética, são modos de objetivação e, como tais, constituem apenas um momento da cognição do mundo. Ocupam um lugar fundamental, mas limitado, e não devem ser tomados como a totalidade do real. O mundo conhecido teoricamente não é o mundo inteiro.

Diante dessa afirmação filosófica de Bakhtin (2003), podemos entender a postura do Defensor que deve agir e ser responsável por esse agir. O que se coloca dentro do processo a respeito da prática de um crime não deve ser tomado como totalidade, e sim parte do real que se apresenta ao *outro*. Para a justiça, é impossível colher todos os fatos em sua plenitude; por isso, existe ao lado de uma pessoa criminosa o Defensor que deve cumprir em plenário sua função de Advogado de Defesa.

Quando esse profissional constrói seus procedimentos discursivos com base nas provas apresentadas nos Autos, ele o faz porque deve buscar uma verdade e colocar a sua assinatura representando a sua responsabilidade com o que diz. De acordo com os estudos bakhtinianos, o que torna o pensar verdadeiro, um dever ético é a correlação da verdade com o ato real de pensar: a responsabilidade por aquilo que penso num dado momento, a assinatura do meu ato de pensar.

Assim, apoiamo-nos na teoria bakhtiniana para justificar a atividade de trabalho do Defensor Público, que é, muitas vezes, incompreendida pela sociedade. As severas críticas dirigidas a esse profissional, muitas vezes por pessoa sem conhecimento jurídico e/ou filosófico, contribuem para construir uma imagem de alguém que não possui ética. Contudo é justamente o oposto que ocorre. É

pensando na ética e na estética que esse profissional se posiciona perante um Tribunal representado por membros da sociedade e defende um criminoso.

O autoconhecimento

Neste recorte, iremos apresentar o autoconhecimento proporcionado pela autoconfrontação. Para compreender como podemos vislumbrar um autoconhecimento, é conveniente, primeiramente, tecer algumas considerações sobre as condições de produção discursiva.

A noção de condições de produção discursiva nasce com Pêcheux (1969), alicerçada na expressão marxista “condições econômicas de produção”, com a hipótese de que a um estado determinado das condições de produção (discursivas) correspondem invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto dos discursos suscetíveis de serem produzidos. Para aquele autor, nas situações objetivas, existem representações imaginárias de lugares que o locutor atribui ao seu interlocutor e vice-versa. As relações entre os lugares não constituem comportamentos individuais, não remetem a *parole* saussuriana, nem à psicologia, mas dependem da estrutura das formações sociais e decorrem das relações de classes. Além do seu emprego na linha dos trabalhos de Pêcheux e de sua redefinição por Courtine (1981, p.19-25), essa noção terminou por adquirir um sentido geral, assimilando-se algumas vezes a contexto, termo também ambíguo, entendido como o conjunto dos dados não linguísticos que organizam um ato de enunciação. Para Charaudeau e Maingueneau (2004), isso representa um problema, pois, nesse conjunto de dados, há os que decorrem apenas da situação de comunicação e outros, de um saber pré-construído que circula no interdiscurso e *sobredetermina* o sujeito falante. Dito de outra forma, algumas dessas condições são de ordem situacional e outras, de ordem do conteúdo discursivo. É certo que um sujeito falante é sempre parcialmente *sobredeterminado* pelos saberes, crenças e valores que circulam no grupo social ao qual pertence ou ao qual se refere, mas ele é igualmente *sobredeterminado* pelos dispositivos de comunicação nos quais se insere para falar e que lhe impõem certos lugares, certos papéis e comportamentos.

A compreensão desse conceito é fundamental para se entender o autoconhecimento proporcionado pelo método da autoconfrontação trabalhado nesta pesquisa. No caso do advogado que trabalha no Tribunal do Júri, o método foi capaz de provocar uma reflexão e uma mudança de posicionamento em relação ao seu desempenho em sua atividade de trabalho. Em muitas passagens das autoconfrontações, o defensor se mostra descontente com o resultado de seu trabalho. Como é apresentado nos dados que se seguem, ele apresenta um número muito alto de condenações (90%) contra 10% de absolvição, o que equivale

a um resultado de dez anos de trabalho. Esses dados são alarmantes se olharmos sob o viés de condenação *versus* absolvição. Contudo existe um *outro* olhar, um *outro* ponto de vista, o qual foi proporcionado pelo método da autoconfrontação, visto que esse novo posicionamento vai mostrar um certo contentamento com o seu desempenho e com as vitórias, com as conquistas no desempenho da sua atividade de trabalho.

Sequência retirada da primeira autoconfrontação

Nos itálicos, podemos observar a apresentação, em percentagem, do número de punições, ou seja, acusados que não são inocentes e que, ao final da audiência, serão condenados pelo Tribunal do Júri.

... esse é o júri que nos apavora ... é o júri do cliente inocente ... *regra 90% eles não são inocentes* ... qualquer resultado que vier ... será bom pra eles ... em termos assim ... de coletividade ... mas há cerca de 10% dos casos é mais raro então você encontra pessoas que vão ser injustiçadas se a né? vencer.

Sequências retiradas da autoconfrontação à primeira autoconfrontação

Nas sequências a seguir, podemos perceber a confirmação do número de condenações dentro do Tribunal do Júri. Contudo é revelado, também, que, mesmo em 90% dos casos de condenação, existe uma porcentagem favorável ao desempenho do Defensor Público em suas defesas no Tribunal. Ele revela, na segunda autoconfrontação, que em seu trabalho existe uma grande porcentagem (70%) de conquistas dentro daquilo que é pedido pela Promotora, ou seja, dentro da denúncia: somente 30% do que é pedido pela promotoria é julgado procedente nas decisões judiciais (sentença).

62- PESQUISADORA – 36:19:

tem uma parte na outra autoconfrontação ... ela não aparece aí não ... e você fala que 90% dos casos de júri as pessoas são condenadas ... eu queria saber se essa estatística foi revelada em alguma pesquisa?

63 – DEFENSOR – 36:40:

não ... é só dentro da Defensoria Pública de Montes Claros ... são os últimos dez anos que a gente vai acompanhando ...

64 – PESQUISADORA – 36:49:

ah! vocês mesmos têm essa estatística dentro de Montes Claros

65 – DEFENSOR – 36:50:

temos

66 – PESQUISADORA – 36:53:

90% são condenados ... ah tá certo ...

67 – DEFENSOR – 36:55:

agora ... aí do que é acusação e do que é sentença ... nem sempre atende esse número ... *não quer dizer que 90% dos casos a Promotoria chega aonde queria chegar* ... porque às vezes as condenações são em crimes menores ... ou em circunstâncias em que se perdem qualificadoras ... são aquelas causas que aumentam a pena ... né?? ... então de quem vai à Júri ... a gente tem essa expectativa ... é alguém que está caminhando possivelmente para a condenação ... condenado naquilo que foi solicitado na Promotoria? ... não esse número cai demais ... na Promotoria ... dentro do que pede ... pelo que temos visto nesses números aí nesses últimos dez anos só em Montes Claros ... *ela perde 70% do que pede ... de cada 100 júris a Promotoria só alcança o que quer em trinta ... mas o réu sai condenado ... por outros níveis ... por outras infrações ... nesse sentido ... sim ... mas a defesa é muito mais bem sucedida do que a Promotoria de Justiça em Montes Claros* ...

Sequência retirada da primeira autoconfrontação simples

Os itálicos abaixo mostram a sua satisfação em ser Defensor Público, mesmo reconhecendo que seu trabalho é complexo.

e a defensoria passou a retratar o meu ideal ... tem a ver com minhas ideias religiosas ... tem a ver com as minhas ideias espíritas tem a ver com a minha ideia de Direito né? ... tem a ver com meu anseio social né? A gente tá perto da população muito necessitada ... muito sofrida da nossa região ... e uma área abandonada até então em Montes Claros ... a defensoria pública até 95 estava abandonada ... os réus eram praticamente indefesos ... e a advocacia particular pra quem podia pagar tinha uma certa qualidade ... pra quem não podia era lastimável ... então desde que a gente entrou na defensoria a gente foi pedindo muito aos Tribunais nulidades de certos processos pois os réus estavam totalmente indefesos e os tribunais foram reconhecendo ... refazendo tudo de novo ...

Sequência retirada da segunda autoconfrontação simples

um dia a Promotora disse assim ... “eu tinha certeza Doutor Wesley se não fosse a obrigação legal ele não estaria aqui para defendê-la” ... isso não é verdade ... por outro lado ... embora eu não me sinta tão bem no júri ... pela circunstância que tem o júri brasileiro hoje ... quase que um teatro ... *eu gosto de estar ao lado dessas pessoas nesse momento ... é o meu sentimento cristão que me anima muito* ... então quando eu fui falar naquele Júri ... eu disse ... *não senhora promotora a senhora está enganada ... se Ele o Cristo caminhava com as pessoas de vida lamentável ... de igual para igual ... eu que sou um aspirante ao modelo que ele foi ... tenho mais que a obrigação eu faço com o maior prazer* ... então dói na gente o outro lado ... ver também direitos de um criminoso um acusado ... serem respeitados ...

Nas várias passagens já elucidadas, pudemos notar como é difícil para esse trabalhador desempenhar a sua atividade, incompreendida e sem prestígio social.

Como pudemos perceber, o método da autoconfrontação irá provocar uma mudança “inesperada” de posicionamento no discurso do advogado. Vygotski (1997, p.428) mostrava que há um devir do pensamento na palavra, em parte imprevisível. No diálogo, em torno do que não se chega ainda a compreender e a dizer do trabalho, há, inversamente, um futuro do real dentro do realizado. É o terreno do desenvolvimento psíquico de ligações novas.

O método da autoconfrontação cumpre, nesse momento, o seu objetivo: proporcionar o autoconhecimento, ou seja, uma tomada de consciência por meio da observação de sua própria atividade. Mesmo para a interpretação, o objetivo não é a interpretação da situação pelo pesquisador, mas o desenvolvimento da interpretação da situação de trabalho pelo(s) protagonista(s) do trabalho(s). Então, a análise da atividade não é mais a fonte da ação, mas um recurso para sustentar uma experiência de modificação do trabalho por aquele que o faz. Essa linguagem *sobre* o trabalho, proporcionada pelo método da autoconfrontação, interpreta o trabalho e não se configura como uma exclusividade do pesquisador. Assim, o investigador observa se o(s) protagonista(s) do trabalho fala(m) do trabalho e se, em algum momento do desenvolvimento do trabalho, há referência à própria atividade. A fala sobre o trabalho pode ser motivada por exigências da equipe ou da empresa; além disso, pode ser um motivo entre colegas para comentar, avaliar, justificar, corrigir, etc. Logo, a linguagem *sobre* o trabalho contempla a dimensão que interpreta o trabalho em desenvolvimento.

Assim sendo, observamos, como já foi demonstrado, que, quando o trabalhador é conduzido a refletir sobre os números apresentados na primeira autoconfrontação, ele mesmo reconhece que 90% das pessoas levadas a júri não

são inocentes. Em um segundo momento, ele vai interpretar e, de certa forma, corrigir sua impressão anterior sobre condenação, sobre um trabalho vão, sobre um trabalho sem reconhecimento, expressos na materialidade linguística da autoconfrontação.

Ele revela que, mesmo havendo condenação, o seu trabalho possui um valor positivo, uma vez que daquilo que é pedido pela Promotoria de Justiça somente 30% é atendido. Isso quer dizer que, em seu trabalho de defesa, ele consegue 70% de pedidos atendidos. Então, como ele mesmo diz: *a defesa é muito mais bem sucedida do que a Promotoria de Justiça em Montes Claros.*

A materialidade linguística evidenciada acima revela, ainda, um tom de idealismo no desempenho da função de Defensor. Ele revela que *“a defensoria passou a retratar o meu ideal.”* E em outras seqüências: *“eu gosto de estar ao lado dessas pessoas nesse momento... é o meu sentimento cristão que me anima muito”*. Nessa medida, podemos perceber pelas declarações feitas no momento da autoconfrontação que, mesmo sabendo do estereótipo negativo que circula na sociedade e que caracteriza sua atividade de trabalho, ele assume um *ethos* idealista de defensor dos oprimidos e marginalizados por um sistema social injusto.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos afirmar o quão é complicado lutar contra o pré-construído, valores preconcebidos, lugares predeterminados, *ethos* pré-discursivo e estereótipo social delimitado. Apesar de tudo isso tornar essa atividade de trabalho difícil de ser executada, ressaltamos o fato de que são partes do “real da atividade”. Nesse “real”, o trabalhador e o pesquisador devem levar em consideração que a atividade é também aquilo que não se faz, aquilo que procuramos fazer sem conseguir – o drama dos fracassos –, aquilo que tenhamos querido ou podido fazer, aquilo que pensamos que poderíamos fazer em outro lugar ou de outra maneira, aquilo que fazemos para não fazer e, ainda, aquilo que deve ser feito.

Como pudemos perceber nos recortes apresentados, o Defensor Público nos surpreende ao afirmar que exerce sua atividade baseado, principalmente, em um ideal de vida, mesmo quando se depara com dificuldades encontradas na situação de trabalho, materializadas discursivamente no plano verbal ou extraverbal, revelando as condições históricas e sociais de produção discursiva.

Nessa veia, o método da autoconfrontação promove uma relação entre os interlocutores do discurso, sendo capaz de oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento discursivo, tendo em vista que é possível reviver a ação e se

revelar num momento e num espaço diferentes, distantes de regras e de restrições sociais. O diálogo constituído na autoconfrontação, que representa uma instância do desenvolvimento, se alimenta de outros diálogos anteriores e paralelos existentes no grupo profissional que retoma e reelabora temas, sobre os quais se articulam múltiplos encadeamentos. É esse diálogo que faz o trabalhador repensar e reavaliar as suas ações contribuindo para a transformação da situação de trabalho.

Percebemos, ainda, que o método da autoconfrontação foi provocador de reflexões e capaz de levar o advogado a externar grande parte do “difícil de dizer”. Nos momentos da autoconfrontação, suas reflexões se apresentam constitutivas de uma identidade que se ajusta ao seu papel social. É revelado, pois, pela materialidade linguística, que esse método foi provocador de um discurso, o qual conduziu o Defensor Público a reconhecer, em seu trabalho, embora complexo, pontos positivos.

É nessa direção que interpretamos, aqui, a produção do “autoconhecimento”, um encontro consigo em que há um reconhecimento identitário, o qual evoca no protagonista do trabalho a satisfação de exercer essa “atividade de trabalho”, ainda que seja complexa.

MUNIZ, M. I. A.; NEPOMUCENO, A. R. Ordinary self-confrontation: production conditions and self-knowledge. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.81-111, 2010.

- *ABSTRACT: This paper examines the construction of the discourse procedures inferred from the attorney's performance at court, taking into account the discourse mise en scène of the court participants. It is believed that this study may contribute to the discourse of work self-knowledge, to the elaboration of that linguistic activity, and to the attorney's awareness of his/her speech. The study is methodologically anchored in Work Psychology, Clot and Faïta (2000), Clot et al. (2001), and Clot (2005); in the ordinary self-confrontation method, Clot and Faïta (2000), Clot et al. (2001), Clot (2005), and Faïta (2001); in Ergonomics, Clot and Faïta (2000), Clot et al. (2001), and Clot(2005); and Discourse Analysis, Pêcheux (1975,1990,1997), Maingueneau (1997, 2002, 2005), Amossy (1999), and Boutet (1995). The results show that the ordinary self-confrontation method made the attorney capable of expressing “that-which-is-difficult-to-say”, which forms the identity of his/her social role, and of recognizing the positive value of his task.*
- *KEYWORDS: Self-confrontation. Discourse. Production conditions. Self-knowledge.*

REFERÊNCIAS

AMORIN, M. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J.; KRAMER, S. (Org.). *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-25.

AMOSSY, R. *Images de soi dans le discours*. La construction de l'ethos. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages*, Paris, n.73, p. 98-111, 1984.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.

BONNAFOUS, S. et al. *Argumentation et discours politique*. Antiquité grecque et latine, révolution française, monde contemporain. Rennes: Presses Universitaires, 2003.

BOUDET, J. Le travail et son dire. In: BOUDET, J. (Org.). *Paroles au travail*. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 247-267.

CHARAUDEUAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Komesu et al. São Paulo: Contexto, 2004.

CLOT, Y. L'autoconfrontation croisée en analyse du travail: l'apport de la théorie bakhtinienne du dialogue. In: FILLIETTAZ, L.; BRONCKART, J-P. (Ed.). *L'analyse des actions et des discours en situation de travail. Concepts, méthodes et applications*. Louvain-la-Neuve: Collection Bibliothèque des Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain (BCILL), 2005. p. 37-55.

CLOT, Y. et al. Entrétiens en autoconfrontation croisée: une méthode en clinique de l'activité. *Éducation Permanente*, Paris, n.146, p. 17-25, 2001.

CLOT, Y.; FAÏTA, D. Genre et style en analyse du travail. *Travailler*, Paris, n. 4, p. 7-42, 2000.

COURTINE. J. J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n.62, p. 9-127, 1981.

FAÏTA, D. Genres d'activité et styles de conduite. In: BORZEIX, A.; FRAENKEL, B. (Dir.). *Langage et travail: communication, cognition, action.*, Paris: CNRS Éditions, 2001. p.263-284.

FAÏTA, D. Le conduite du TGV: exercices de styles. *Champs Visuels*, Paris, n.6. p.75-86, 1997.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANÇOIS, F. *Le discours et ses entours: essais sur l'interprétation*. Paris: L'Harmattan, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Gênese do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

_____. Problèmes d'ethos. *Pratiques*, Paris, n. 113/114, p.55-67, juin. 2002.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MUNIZ, M. I. A. *A paráfrase no discurso jurídico*. Montes Claros: Unimontes, 2005.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. Discours: Structure ou événement? In: MALDIDIER D. *L'inquietude du discours*. Paris: Éditions du Cendres, 1990.

_____. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

_____. Introduction. *Langage*, Paris, n.37, p. 3-6, 1975.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2004.

PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2001. (Projetos Paralelos, v.1).

SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

VYGOSTSKI, L. S. *Pensée et langage*. Paris: La Dispute, 1997.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV : revue de linguistique*, Paris, n.26, p. 91-151, 1982.

BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire. *Communications*, Paris, n. 16, p. 172-229, 1970.

Recebido em agosto de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.

TEXTOS E CONCEITOS FUNDADORES DE MICHEL PÊCHEUX: UMA RETOMADA EM ALTHUSSER E LACAN

Bethania MARIANI*

- RESUMO: Objetiva-se descrever o percurso teórico de Michel Pêcheux com relação ao conceito de sujeito. Para tanto, faz-se um retorno a textos fundadores do marxismo e da psicanálise que foram parte da conceituação proposta por Pêcheux. O ponto de partida é justamente a retomada de questões apontadas por Pêcheux a respeito do pensamento teórico que se elaborava em meados da década de 60 sobre novas práticas de leitura. Faço, assim, um retorno a textos fundadores de Althusser e de Lacan inscritos, de modo explícito ou não, em formulações da Análise do Discurso. Assim, retoma-se, por exemplo, a leitura sintomal¹, prática de leitura proposta por Althusser a partir de seu retorno a Freud. A leitura sintomal distancia-se da leitura literal, que supõe uma espécie de inocência de um leitor desprovido de ideologia e apto a encontrar o conteúdo do texto, e também de uma leitura hermenêutica, que supostamente encontraria nas entrelinhas o sentido oculto do texto. Essas reflexões e outras se encaminham na direção de se pensar o lugar e os efeitos da Análise do Discurso hoje.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso. Materialismo histórico. Psicanálise. Sujeito. Leitura.

Observações preliminares: justificativa

Este meu texto² expressa uma preocupação e um cuidado. Em meus dois últimos projetos de pesquisa (CNPq e FAPERJ), coloquei como foco a questão do sujeito para a Análise do Discurso, visando compreender o modo como Michel Pêcheux (1988) articula teoricamente essa noção tendo em vista o materialismo histórico e a psicanálise em sua base lacaniana.

Meus trabalhos partem, na maioria das vezes, das indicações teóricas do próprio Pêcheux, articuladas a questões de análise. Mais recentemente, busco compreender e apreender melhor o campo da psicanálise e, como consequência disso, analiso manifestações do sujeito na contemporaneidade, tendo como

* Bolsista de produtividade do CNPq e bolsista Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. UFF – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras – Departamento de Ciências da Linguagem. Niterói – RJ – Brasil. 24220-008 – bmariani@terra.com.br

¹ Mantenho, aqui, a tradução feita por Evangelista (ALTHUSSER, 1984) no livro *Freud e Lacan, Marx e Freud*, que será bastante citado ao longo desse artigo.

² Texto apresentado no II CEPEL, UNEMAT, Cáceres, julho de 2008.

referencial teórico o que psicanalistas têm afirmado a partir da escuta em seus consultórios, como é o caso de Lebrun (2008) e Melman (2003).

Porém, ao longo desse percurso de leituras em campos teóricos distintos, percebi que alguns aspectos norteadores de discussões e mal-entendidos, na atualidade, sobre as noções de inconsciente e de ideologia dizem respeito a uma leitura rarefeita de textos fundadores para a constituição da Análise do Discurso nos anos 60.

Foi pensando assim que me propus trazer tais textos fundadores para discussão bem como apresentar, sinteticamente, mesmo correndo o risco de reducionismo, parte do percurso de Althusser e Lacan, autores com os quais Pêcheux dialogou ao longo de sua obra.

Pontos de partida

Leitura, escrita e interpretação têm a ver com o sujeito e com a língua materna, esse é um lugar-comum que sabemos bem. Entretanto é necessário produzir um estranhamento no campo que essa afirmativa abrange, se quisermos evitar uma repetição que os estudos linguísticos e os pedagógicos engendraram com seus métodos de ensino e técnicas de avaliação. Assim pensando, entendo que precisamos estranhar as teorias com as quais lidamos e, ao mesmo tempo, precisamos tematizar leituras e escritas que constituem o próprio percurso de uma teoria para não cairmos no automatismo de uma repetição sem memória. No caso da Análise do Discurso, esse estranhamento é necessário e possível, quando reterritorializamos os conceitos de sujeito e de língua materna com base em dois campos teóricos sem os quais a Análise do Discurso, tal como a concebemos, não poderia provocar seus efeitos: o Materialismo Histórico e a Psicanálise.

Pêcheux, em artigo de 1969 – *As ciências humanas e o momento atual*³ – já marcava a necessidade de uma ruptura na produção de conhecimentos que permitisse, de fato, uma revolução na produção do conhecimento teórico e na sua prática. Apesar da distância de pelo menos 40 anos entre essas afirmações de Pêcheux e os dias de hoje e levando em consideração a especificidade da questão francesa, de modo mais preciso, ainda assim as críticas de Pêcheux têm seu lugar no que diz respeito à pesquisa com a linguagem do ponto de vista discursivo. Isso porque, como ele afirma, o hábito do pensamento idealista, imbricado no modo de produção capitalista presente na universidade, acaba por fazer uma apropriação do pensamento crítico, produzindo uma banalização dos conceitos e um aplicacionismo para satisfazer as urgências pedagógicas do mercado.

³ Texto que traduzi recentemente e que será publicado em uma coletânea organizada por Orlandi em 2010.

Dos retornos a textos fundadores

Meu objetivo, portanto, é apresentar algumas reflexões que ajudem a provocar tal estranhamento mencionado no início deste artigo, partindo justamente de questões apontadas por Pêcheux a respeito do pensamento teórico que se elaborava em meados da década de 60 sobre novas práticas de leitura. Faço, assim, um retorno (ainda que sintético e reduzido) a textos fundadores de Althusser e de Lacan inscritos, de modo explícito ou não, em formulações da Análise do Discurso. Para tanto, retomo, inicialmente, um bastante conhecido e citado fragmento de texto de Pêcheux (1990, p.45) em *O discurso: estrutura ou acontecimento*: “O efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente biossocial.”

Essa afirmação é feita logo após uma citação de Althusser (1979) no livro *Ler o capital*, publicado em 1965⁴. Mas é possível depreender, aqui, para além da específica referência feita por Pêcheux a essa obra althusseriana, dois outros trabalhos teóricos desenvolvidos também por Althusser em dois momentos diferentes: *Freud e Lacan* (1964) e *Marx e Freud* (1976). Dois textos densos, politicamente estratégicos na articulação entre filosofia e política. Textos que tematizam a cientificidade do materialismo histórico e da psicanálise, dois campos com objeto próprio que subvertiam o idealismo vigente nas ciências humanas. Sabemos que Pêcheux seguiu de perto Althusser em seu posicionamento teórico e em suas discussões políticas no Partido Comunista Francês.

Althusser lendo Freud e Lacan

Em *Freud e Lacan*, Althusser (1984) escreve uma nota preliminar na qual faz uma autocrítica relativa à posição totalmente contrária à psicanálise expressa pela intelectualidade francesa engajada no Partido Comunista em 1949. Para Althusser (1984, p.47), em 1964, era necessário “[...] atravessar, à custa de grandes esforços críticos e teóricos, o imenso espaço de preconceitos ideológicos que nos separa de Freud.” Todo o texto a seguir representa um esforço teórico em mostrar e provar que a psicanálise, por ser uma “nova ciência” (expressão de Althusser) – assim como o materialismo histórico –, paga o preço da má recepção e da incompreensão de sua teoria e de sua técnica. Althusser (1984) não mede palavras: em sua minuciosa e sintética apresentação de conceitos freudianos e lacanianos, extremamente relevantes, ele chega mesmo a pontuar:

⁴ Citação de Althusser que reproduzirei mais à frente.

A parte mais original da obra de Lacan é a sua descoberta. Essa passagem da existência (no puro limite) biológica à existência humana (filho de homem), Lacan mostrou que ela se operava sob a Lei da Ordem, que eu chamarei Lei de Cultura, e que essa Lei da Ordem se confundia, em sua essência *formal*, com a ordem da linguagem. (ALTHUSSER, 1984, p.64).

A presença do pensamento de Lacan na argumentação althusseriana representa o diálogo com um autor que retoma Freud, para nele depreender o que lá já estava formulado enquanto trabalho teórico. Lacan não reduz nem se desvia do efeito subversivo produzido pela descoberta do inconsciente. Para Althusser, portanto, esse retorno de Lacan a Freud quer dizer:

[...] retorno à teoria bem estabelecida, bem fixada, bem assente no próprio Freud, à teoria madura, refletida, consolidada, verificada, à teoria suficientemente avançada e instalada na vida (inclusive na vida prática) para haver construído aí sua morada, produzido o seu método, e engendrado sua prática. (ALTHUSSER, 1984, p.56).

Se Freud, em vários momentos da sua obra, como em *A interpretação dos sonhos* e em *O chiste e sua relação com o inconsciente*, pôde apontar para o fato de que, em relação ao inconsciente, tudo dependia da linguagem, Lacan (1992), por outro lado, com o apoio na Linguística, pôde avançar na teoria a partir de Freud e constituir o campo da psicanálise, marcado por alguns de seus famosos aforismos, que transcrevo a seguir: “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, “o inconsciente do sujeito é o discurso do outro”, “todo ato falho é um discurso bem-sucedido”, “a lei do homem é a lei da linguagem”. Isso é possível, porque Lacan (1992), desde o primeiro de seus seminários – *Os escritos técnicos de Freud* (1953-54)⁵ –, percebe esse modo de Freud teorizar sobre sua própria prática clínica e chama a atenção para a presença, na obra freudiana, de inúmeras referências filológicas, inferências lógicas e “analítica languageira” (LACAN, 1998, p.513). Na análise da retórica do sonho, por exemplo, essa analítica languageira sobre o modo como o discurso onírico é contado toma a forma de deslocamentos e condensações, nos termos de Freud, ou metonímias e metáforas, nos termos de Lacan (1998)⁶.

Nesse ponto, é importante retomarmos as condições de produção dessa defesa do estatuto teórico de Freud e Lacan feita por Althusser, ao estabelecer um programa que pudesse congrega a Psicanálise com o Marxismo, pois, como sabemos, nas condições de produção estão os modos de produção.

⁵ Observe-se a atração de Lacan pelo texto freudiano: “[...] estamos aqui para nos debruçar com admiração sobre os textos freudianos e nos maravilhar com eles [...]” (LACAN, 1992, p.18).

⁶ Faço referência, aqui, a dois textos fundamentais, ambos da década de 50: “Função e campo da fala e da linguagem” (1953) e “A instância da letra no inconsciente” (1957), posteriormente publicados em *Escritos* (1988).

Das condições de produção: Lacan e Althusser

Em 1964, Lacan já estava em seu décimo primeiro seminário e alguns de seus escritos fundamentais já circulavam em meio à intelectualidade. Nas palavras de Elisabeth Roudinesco (1988, p.403), “[...] para Lacan, a virada dos anos 1960-1965 concretiza um reconhecimento sem precedentes [...]”, reconhecimento baseado em formulações teóricas e em uma prática clínica. Esse é o momento de uma grande cisão na política das organizações psicanalíticas em função, justamente, daquilo que Lacan propõe ensinar e praticar com base na linguagem do inconsciente: Lacan está rompendo com a Sociedade de Psicanálise da França para fundar a Escola Francesa de Psicanálise. E é assim que a intervenção de Althusser tem sua maior relevância não só porque publica *Freud e Lacan*, como também porque, durante seu seminário de 1963, ele inclui a leitura e a discussão de textos de Lacan e, no ano seguinte, acolhe-o em seu seminário no âmbito da *École Normale Supérieure*. Em seguida, em 1965, em seu próprio seminário, Althusser propõe uma releitura coletiva de *O Capital*, de Marx, que desemboca na construção da noção de leitura sintomal (ou sintomática), uma forma de leitura apreendida a partir do próprio modo como Marx lê seus predecessores.

Althusser, da sua posição de filósofo, entremeia filosofia e epistemologia de um lado; mas, de outro, a linguística, com seu rigor metodológico, e a psicanálise, uma nova ciência pouco compreendida, como ele mesmo denomina e qualifica, para construir um modo de ler que trabalha nas lacunas, nas contradições, nos silêncios da materialidade do texto. Lembremos, aqui, o que ele afirma em *Ler o Capital*, livro organizado após o término do seminário mencionado anteriormente. Afirma Althusser (apud PÊCHEUX, 1990, p.45):

Foi a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer: que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “quer dizer” do discurso do inconsciente – este fundo duplo no qual a linguística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais.

A leitura sintomal, dessa forma, distancia-se das práticas de leitura então vigentes: distancia-se da leitura literal, que supõe uma espécie de inocência de um leitor desprovido de ideologia e apto a encontrar o conteúdo do texto, e distancia-se também de uma leitura hermenêutica, que supostamente encontraria nas entrelinhas o sentido oculto do texto⁷.

⁷ Confira Roudinesco (1988, p.400), inclusive quando ela afirma: “Há uma evidente analogia entre o retorno a Freud teorizado por Lacan nos anos cinquenta e a leitura althusseriana de Marx, elaborada dez anos depois.”

A partir dessa restauração de um enunciado portador de vazios, e da formulação de sua questão a partir da resposta, é possível trazer a lume as razões que explicam a cegueira da economia clássica sobre o que ela, entretanto, vê, portanto do seu não ver interior ao seu ver. Em outros termos, virá à superfície que o mecanismo pelo qual Marx vê o que a economia clássica não vê é idêntico também, em princípio pelo menos, ao mecanismo pelo qual estamos prestes a refletir essa operação de visão de um não visto do visto, ao ler um texto de Marx que é em si uma leitura do texto da economia política. (ALTHUSSER, 1984, p.22).

Esse tipo de leitura, chamada por Althusser de sintomal, caracteriza-se, portanto, por um decentramento do indivíduo na medida em que, ao privilegiar a noção de estrutura discursiva, recusa a tese central do idealismo humanista, que coloca o homem como centro e origem de tudo. Balibar (1980, v.2, p. 212-213), um dos participantes do seminário de Althusser e um dos autores de *Ler o capital*, apresenta justamente esse descolamento da posição idealista: “Os homens só aparecem na teoria [de Marx] sob a forma de suportes das relações implicadas na estrutura, e as formas de sua individualidade como efeitos determinados da estrutura.”

Em resumo, o que aproxima Althusser de Lacan, nesse momento teórico dos anos 60, nesse retorno a textos fundadores de seus campos de saber? O mesmo que aproximava outros intelectuais da época, como bem assinalou Paul Henry (1990) em texto sobre fundação da Análise do Discurso: a linguagem. Assim, para Lacan, a linguagem é a condição do inconsciente e, para Althusser, seguindo os passos de Lacan à sua maneira, a linguagem e o inconsciente são a condição do homem.

A questão do sujeito

Neste ponto, é necessário realçar a questão do sujeito. Como vimos, a recusa da posição idealista se inscreve em duas vias: nem o sujeito leitor nem o sujeito que produz o texto se encontram na origem de seus enunciados. Ao contrário, leitor e autor estão integrados nas condições de produção de tais enunciados. A posição do teórico é, então, a de localizar, formalmente, nessa rede de enunciados, as posições que marcam esses momentos de leitura e de autoria. É o que afirma Althusser (1984, p.71), conciliando Marx, Freud e Lacan:

Desde Copérnico, sabemos que a Terra não é o “centro” do Universo. Desde Marx, sabemos que o sujeito humano, o ego econômico, político ou filosófico, não é o “centro” da História – sabemos [...] que a História não tem um “centro”, mas possui uma estrutura que tem um “centro” necessário apenas no desconhecimento ideológico. Freud nos revela,

por sua vez, que o sujeito real, o indivíduo em sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no “eu” (*moi*), na “consciência” ou na “existência” – quer esta seja a existência do para-si, do corpo-próprio, ou do comportamento –, que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que também tem um “centro” apenas no desconhecimento imaginário do “eu”, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se “reconhece”.

Ambos, Lacan e Althusser, colocam-se na posição de leitores de Freud e de Marx, deprendendo desses autores uma metodologia de trabalho de leitura, a qual circunscreve o campo de suas investigações sobre o homem, e uma teoria que produz um decentramento desse homem como origem, para integrá-lo no funcionamento dos enunciados, tanto os produzidos efetivamente quanto aqueles silenciados. Com o apoio de Althusser, o modo de pensar a linguagem sob o ponto de vista lacaniano se expande para além das fronteiras da psicanálise.

Se Lacan é responsável por certa direção na teorização sobre a linguagem e sobre o sujeito, Althusser colabora na divulgação dessa teorização das noções de linguagem e sujeito: o primado da linguagem frente ao pensamento (inconsciente), a releitura do signo saussuriano à maneira de Lacan, engendrando a primazia e a antecipação do significante sobre o significado, uma concepção de sujeito que não é fonte do seu dizer e, finalmente, a ideia de que esse dizer traz elementos significantes da cadeia de um discurso inconsciente ao qual o sujeito não tem acesso. E mais, a aventura teórica formula a crítica do sentido como um conteúdo imanente que expressa uma verdade. Não há o sentido, pois isso que, habitualmente, chamava-se de “O sentido” era um efeito de sentido dependente de relações entre outros efeitos de sentido. Ao final de *Freud e Lacan*, após ter apresentado e sintetizado vários conceitos freudianos e lacanianos –tais como o Édipo, imaginário e simbólico, o falo como significante, Lei, dentre outros –, Althusser recomenda, em uma “nota bibliográfica para um estudo”, a obra de Lacan até então publicada e disponível para leitura.

Diferenças... Diferentes também em relação a si mesmos

Entre a publicação desse texto e *Marx e Freud*, há diferenças entre Althusser e Lacan que vão progressivamente se instaurando. De modo bastante sintético, e de acordo com os comentadores da obra de um e de outro, haveria uma passagem, ao longo dos anos 70 e 80, de um primeiro para um segundo Althusser e de um primeiro para um segundo Lacan (vamos expor alguns elementos dessa passagem, aqueles pertinentes à questão que nos interessa: sujeito).

Até que Althusser publique, em 1976, *Marx e Freud* à luz de elementos de autocritica lentamente gestados no interior do movimento comunista, um

percurso teórico vai construindo uma distância entre os objetos da psicanálise e do materialismo histórico. Em *Marx e Freud*, nenhuma palavra sobre Lacan, embora permaneça uma admiração pelo freudismo. Nesse texto, Althusser vai inicialmente argumentar em torno da proximidade existente entre o modo de teorizar dos dois fundadores dessas novas ciências. Tanto Marx quanto Freud definiram seus objetos bem como seus limites e sua extensão, caracterizando seus modos de existência e seus efeitos, ou seja, construíram seus objetos como objetos de conhecimento, teóricos, portanto. Assim, ambos teriam sido materialistas *avant la lettre*, pois se o materialismo “[...] é a existência da realidade fora do pensamento ou da consciência [...]”, para Althusser (1984, p.76), “Freud é desde o início materialista, já que nega a primazia da consciência não só no conhecimento, mas também na própria consciência.” Além disso, ao conceituar o aparelho psíquico, Freud demonstra que o ego é um efeito desse aparelho psíquico, formado também pelo id e pelo superego. Em outras palavras, o aparelho psíquico não é uma unidade centrada, e o inconsciente não é uma realidade material nem uma realidade social.

Indo mais adiante, Althusser assinala que o materialismo e a psicanálise são teorias sob o domínio da conflituosidade, pois, cada uma, a seu modo, atinge as posições da burguesia tanto no que ela produz ideologicamente, de forma a ocultar a exploração de classe numa dada formação social, quanto no que essas posições ajudam a sustentar: uma ideia de um sujeito psicológico, ou seja, o homem consciente e racional.

Essa ideologia do *sujeito-consciente* constitui a filosofia implícita na teoria da Economia Política Clássica e foi sua versão *econômica* que Marx criticou, ao recusar a noção de *homo economicus*, segundo a qual o homem se define como o sujeito-consciente de suas necessidades, e esse sujeito-de-necessidade, como o elemento último e constitutivo de toda a sociedade. (ALTHUSSER, 1984, p.84).

É esse sujeito-consciente-de-si o objeto de uma reviravolta crítica nos campos teóricos do marxismo e do freudismo. Assim, seguindo seu raciocínio, Althusser demonstra que essa categoria do sujeito-consciente-de-si, portador de uma identidade, consciente de suas necessidades e responsável por seus atos, é necessária à ideologia burguesa, já que, dessa forma, é possível obrigá-lo e responsabilizá-lo em consciência. O sujeito-consciente-de-si é, também, o sujeito-(consciente)-de-seus-atos, complemento necessário do sujeito-de-direito.

Ao postular a luta de classes e ao descobrir o inconsciente, Marx e Freud tocaram em pontos sensíveis dessa ideologia que sustenta o sujeito como a interioridade de uma unidade, portador de uma identidade, de vontades e de uma consciência. Segundo Althusser, apesar de construírem objetos diferentes – nem

Marx foi “além de uma teoria das formas históricas da individualidade” nem Freud se dedicou a fazer um estudo psicanalítico do social⁸–, os dois autores têm afinidades teóricas importantes e introduziram outras formas de pensar, “formas revolucionárias”, segundo o autor.

Em Althusser, essa pontuação de defesa do pensamento freudiano marca, como dissemos, com apoio no próprio Althusser, a defesa teórica da diferença entre objeto real e objeto de conhecimento. Marca, também, a ideia de que só se faz ciência quando se pode produzir um objeto de conhecimento capaz de se apropriar do real⁹. Porém essa defesa é simultânea a um recuo frente ao pensamento lacaniano, pelo menos do segundo Lacan, o chamado Lacan da clínica do real. Vejamos que Lacan é esse.

O segundo Lacan

Em 1964, com o *Seminário 11*, Lacan pontua e formaliza os conceitos fundamentais da psicanálise: inconsciente, objeto a, pulsão e transferência. É nesse seminário que ele afirma que “só há causa para o que manca” (LACAN, 1988, p.27), indicando aí uma formulação para o inconsciente como algo que se articula no que escapa no encadeamento significante, e não no articulado. O sujeito do inconsciente é pontual e evanescente, no exato momento em que é produzido, na sequência, é perdido. Quando falamos, portanto, falamos alienados ao campo do Outro, uma alienação importante porque, sem ela, o sujeito não se constitui. O inconsciente, portanto, é da ordem da rachadura, do tropeço nessa fala alienada.

“Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. [...] Assim, o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito [...] em que o sujeito se saca em algum ponto inesperado.” (LACAN, 1988, p.30, 32).

Vejamos mais como isso se dá. Os significantes de cada sujeito são determinados por uma história familiar de cada um: aqui se constitui o tesouro de significantes de cada sujeito, a cadeia significante que determina o sujeito e estrutura seu discurso. Nós nos localizamos, posicionamo-nos como sujeito ao falar, mas não nos damos conta disso. O sujeito, portanto, se reconhece nessa cadeia articulada e o desconcerto (ou a surpresa) se dá, justamente, quando essa cadeia falha, quando há um tropeço na cadeia. A noção de inconsciente, quando articulada às categorias real/simbólico/imaginário de Lacan, aponta,

⁸ Muito embora possamos encontrar, ao longo da obra de Freud, reflexões psicanalíticas extremamente importantes sobre o funcionamento social, como em *O mal-estar na civilização*.

⁹ Sigo, aqui, os comentários de Evangelista na introdução do livro *Freud e Lacan, Marx e Freud* (ALTHUSSER, 1984, p.36).

por um lado, para a radicalidade de uma falta nessa cadeia significante – falta um significante que diga quem sou... ou que diga “sou isso”... – e mostra, por outro, que buscamos constituir sentidos o tempo todo – tentativas de dar consistência ao ego – por sermos marcados por esse não dito estrutural¹⁰. Ou seja, na falha da cadeia, encontramos o real articulado no simbólico, inscrito nessa cadeia: o real promove a escrita da falta de um significante e, paradoxalmente, é inapreensível, não se dá a ver, a escutar, não se apreende, escapa sempre. O real só é apreensível pela via do imaginário, pelas tentativas de produção de sentidos que deem conta dessa falta (de um significante) que nos funda como sujeitos¹¹.

Entre os anos 60 e 70, Lacan mantém sua conceituação de significante – um significante só representa a si mesmo; no máximo, representa um sujeito para outro significante –, e de sujeito, como sujeito do inconsciente, que emerge entre dois significantes. Mas ao longo dos anos 70, Lacan nomeia o que faz de “linguística” para se diferenciar do trabalho da linguística e, também, do estruturalismo. Para ele, a linguística é construída para formalizar uma completude, uma totalidade e uma consistência da língua. Lacan afirma algo que, até então, aparentemente, não precisava ser dito: “Meu dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não é do campo da linguística. [...] e esta fórmula muda totalmente a função do sujeito como existente.” (LACAN, 1985, p.26). Essa distinção de campos de trabalho se faz necessária porque aponta para uma aceitação (ou não) do conceito de real na ciência. A linguística, lembremos, é formulada na ordem da ciência, na ordem justamente da suposição de apreensão da língua objeto do conhecimento.

Ao lado disso, Lacan acentua a crítica de que a linguagem serve para a comunicação, dizendo que esse conceito – linguagem – é construído pelo discurso científico para dar conta do que ele, Lacan, formula como **alíngua** e como **falasser** (parlêtre), o ponto onde o sujeito e o desejo inconsciente se articulam. “A linguagem”, diz Lacan (1985, p.27), “é feita de alíngua”. E prossegue: “Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão bem além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar.”

Alíngua é um não todo suportado pela língua. Se a linguística constitui a língua como seu objeto, uma “rede” (conforme metáfora de Milner (1987, p.26)), trata-se de uma rede que comporta um objeto faltoso. A linguística e a gramática tentam representar a língua construindo imaginariamente sua completude:

¹⁰ O S/ (S com barra) da teoria lacaniana marca essa falta estrutural (LACAN, 1988, p.203).

¹¹ Lacan sempre esteve atento ao pensamento marxista e crítico ao discurso capitalista. Em seu seminário inédito *De um outro ao Outro*, seminário que ocorre logo entre 1968 e 69, Lacan (2004) formula o conceito *mais de gozar*, nome dado ao objeto, estabelecendo uma analogia com o conceito de mais valia de Marx.

deslocam o real da língua materna, entendendo-o como “erro” cuja correção é signo de prestígio social. Aí funciona a exigência de completude, de correção, de homogeneidade. Como diz Milner (1987, p. 26-27),

Sabe-se que o esforço dos linguistas estruturalistas consiste em obrigar o linguista a tratar toda língua como se ninguém a falasse e, se se trata da sua própria, tratá-la em idioma estrangeiro. Essa era, evidentemente, a via mais segura para impedir todo retorno incômodo do que poderia deixar incompleto o objeto a representar.

Em síntese, talvez possamos afirmar que Lacan, ao contrário de Althusser, não se propõe a salvar a ciência... nem a linguística dos efeitos do real.

Concluindo com Pêcheux

Retomando as formas revolucionárias de pensar mencionadas anteriormente, o marxismo e a freudismo, conforme mencionei ao longo deste meu texto, produziram conflitos, desestabilizaram o terreno do idealismo, mas essa ruptura foi sendo, aos poucos, engolida, diluída pelo retorno aos “velhos hábitos de pensar”.

Em 1969, Pêcheux afirmava, e não podemos esquecer o profundo vínculo teórico que ligava Pêcheux e Althusser, que uma hipótese possível sobre as consequências políticas de maio de 68 no projeto político-universitário implicava uma mudança radical do próprio projeto científico e “[...] marcaria o fim de uma época para além da qual todo saber estaria por ser reinventado”. (PÊCHEUX, 1988, p. 173). Uma transformação que pressuporia um trabalho crítico de redefinição das categorias de base das ciências humanas, o que permitiria a produção de resultados sobre as próprias bases.

Se somos leitores atentos da obra de Pêcheux, sabemos bem que é, também, em 1969 que ele publica *Análise Automática do Discurso*, livro que representa justamente uma tentativa de virada na dominância da metodologia da análise de conteúdo em vigor, uma metodologia altamente formalizada, baseada em estatísticas e vinculada a uma concepção de leitura que pressupõe a literalidade do texto e um sujeito autor/leitor consciente etc... Essa *Análise Automática do Discurso*, tanto pela inclusão de uma proposta teórico-metodológica com base em categorias do materialismo histórico como pela explicitação da possibilidade de explorar uma via de matematização com a utilização de programas de computadores, introduz uma reflexão inovadora ao não cair em um reformismo teórico e ao apontar para um dispositivo de análise que não excluía o político de suas discussões sobre a produção de sentidos e, ao mesmo tempo, deslocava a discussão da noção de indivíduo para a de posição-sujeito na produção discursiva.

Nos anos que seguem, ao contrário de Althusser, Pêcheux não retifica totalmente uma ligação com a psicanálise lacaniana, fazendo referências muitas vezes mais implícitas do que explícitas ao pensamento de Lacan¹². Podemos supor que Pêcheux segue à risca seu próprio programa sugerido no artigo de 1969, ou seja, aceita a inquietação e a falta de conforto que implica uma recusa em seguir o que se tem como evidência daquilo que deve se ocupar a prática teórica, numa dada conjuntura.

Mas acho que podemos ir além e supor que o desconforto se manifesta não apenas pela resistência teórica e política a um pensamento estabelecido, mas se deixa pegar, também, pelo desconcerto que a entrada em cena do conceito de inconsciente articulado ao conceito de real provoca. Pêcheux se viu diante do real, um real incontornável. Como uma observação paralela, sujeita a verificações, observamos que há uma mudança na escrita de Pêcheux. Seus textos iniciais, dos anos 60 e 70, são construídos com frases mais dogmáticas, mais longas, com raciocínios intrincados e imbricados na teoria materialista. Em *Semântica e Discurso* e em *A língua inatingível*, uma primeira mudança: a forte entrada do chiste e da ironia na escrita.

Na terceira parte de *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux prossegue onde, no meu entender, Althusser parou. Questionando-se sobre um real próprio às disciplinas de interpretação, Pêcheux afirma que os efeitos desse real não podem ser descartados como um defeito. Ou seja, um real “que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” Não levar em conta esse real representa o risco de se cair no comodismo dos velhos hábitos de pensar, que encontram, em uma ciência régia, os caminhos que domesticam o real da língua e da história.

Ele chama de “o próprio da língua” esse jogo ao qual a língua está submetida o tempo todo em função dos equívocos, das elipses, das alterações inerentes ao funcionamento da cadeia significante. Para Pêcheux, o objeto da linguística não existe sem o fato estrutural do equívoco, algo que se marca no “ordinário cotidiano” da produção de sentidos, mas a Linguística furta-se a lidar com isso.

Conclusão parcial e provisória

Em suma, e fazendo coro com Pêcheux, não havendo um “trabalho sobre os conceitos” nem sobre “o conjunto dos efeitos do teórico” desse trabalho, resta

¹² Em 1988, *Semântica e discurso* (cuja publicação em Francês foi em 1975 com o título *Lês vèrités de La Palice*), e depois, em *Só há causa daquilo que falha* (artigo que foi acrescentado na tradução brasileira de *Lês vèrités de La Palice*), há referências ao pensamento lacaniano. As citações, porém, estão mais para o implícito.

um aplicacionismo que reduz a fundamentação teórica ao uso de conceitos – ou melhor, ao uso dos rótulos conceituais, sem o peso da reflexão a eles inerente – relativos a algum nome fundador e em nome de serem úteis à leitura de um *corpus* determinado. Note-se, em relação à questão dos conceitos, a oposição entre “uso” e “trabalho”: tal oposição já representa a mudança de uma posição teórica, pois está em jogo a diferença entre uma posição pragmática sem reflexão e uma posição histórica que supõe o trabalho como uma atividade transformadora.

Em suma, “lutar contra o habitual”, em ciência, parece simples, mas há que se fazer um esforço teórico – com toda sua aridez e abstração – para não ser tomado por filosofias espontâneas que perpassam as ciências humanas e as linhas de pesquisa, proporcionando facilidades metodológicas e produzindo teorias *best sellers*. Desacomodar autores e leituras é um trabalho que se faz lendo esses autores e lutando com a complexidade do pensamento teórico.

Por fim, não há como não pensar sobre a situação da análise do discurso em seu momento atual, pois, há vinte anos, mais ou menos, a orientação do materialismo histórico em análises de linguagem – melhor dizendo, a pesquisa em uma semântica discursiva de base materialista – era algo concebido como pouco científico e, portanto, pouco merecedor de financiamentos para pesquisa e de publicações.

Para os dias de hoje, melhor seria, talvez, colocar a expressão no plural: análises do discurso, para, então, buscar os determinantes que marcam diferenciações, tais como, “francesa”, “brasileira”, “anglo-saxã”, “crítica”, “de base semiótica”, “semio-análise”, ou ainda, como forma de diferenciação, a utilização de determinantes a partir dos nomes próprios às quais se vinculam, como “pecheutiana”, “foucaultiana”, “com base em Maingueneau”, “greimasiana” e por aí vai. Ora, qual a garantia de cientificidade baseada no materialismo que esses determinantes trazem?

Por outro lado, o maior ou menor sucesso, atualmente, das linhas de pesquisa em análise do discurso deve-se justamente ao uso de um ou outro desses determinantes. E, muitas vezes, tal sucesso deve-se a uma maior facilidade de aplicação de modelos teórico-metodológicos que, retomando Pêcheux, nada mais fazem do que esvaziar a subversão do pensamento materialista em função de sua submissão às filosofias espontâneas do hábito do pensamento formalista e empirista. Podemos afirmar, então, que a diferença básica encontra-se no que está silenciado, porém, pressuposto: a presença de fato do materialismo histórico.

Mas também não se pode deixar passar em branco o fato de que, cada vez mais, as ciências humanas veem-se submetidas a modelos de avaliação quantitativos que privilegiam o número de orientações concluídas em prazos curtos bem como supervalorizam as publicações (mais em quantidade do que em qualidade). São

fronteiras delimitadas, podemos pensar, por um discurso capitalista que associa, de modo simplista e genérico, na maioria das vezes, quantidade de produção acadêmica com seriedade.

MARIANI, B. Michel Pêcheux's foundation texts and concepts: revisiting Althusser and Lacan. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.113-127, 2010.

- **ABSTRACT:** *This paper describes Michel Pêcheux's theoretical development of the concept of subject. Accordingly, it revisits the marxist and psychoanalytical foundation texts that are understood to underpin Pêcheux's conceptual framework. The starting point is the revision of Pêcheux's issues on the 60's theoretical approach to the novel reading practices at that time. The revision includes Althusser's and Lacan's foundation texts linked to Discourse Analysis, the purpose of which was to recover Althusser's reading practice proposal after Freud, which shows that the reading of a symptom is different from a literal reading. The latter presupposes a naive, unaffected-by-ideology, and able-to-find-the-meaning text reader. It is also different from a hermeneutic text reader, which is likely to find the meaning that underlies the words. In sum, the paper, on revisiting those foundation issues related to Discourse Analysis, contributes to shed some more light on relevant aspects of its conceptual framework.*
- **KEYWORDS:** *Discourse analysis. Materialism. Psychoanalysis. Subject. Reading.*

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1984.

_____. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. v.1.

BALIBAR, E. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, L. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. v.2. p. 212-213.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. In: GADET, F. HAK, T. (Org.). Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 13-38.

LACAN, J. *De um outro ao outro*. Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2004. Publicação não comercial exclusiva para os membros do centro de estudos freudianos do Recife.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente. In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.496-536.

_____. *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-*

1955). Tradução de Marie Christine Laznik Penot. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*.

Tradução de MD Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. *O seminário, livro 20*: mais, ainda. Texto estabelecido por Jacques Alain-Miller. Tradução de MD Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. v.19.

LEBRUN, J-P. *A perversão comum; viver juntos sem outro*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MELMAN, C. *O homem sem gravidade; gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MILNER, J-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

ROUDINESCO, E. *História da psicanálise na França: a batalha dos cem anos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. v.2.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FREUD, S. *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira, v.19).

Recebido em agosto de 2009.

Aprovado em novembro de 2009.

DISTANCIAS LINGÜÍSTICAS Y CULTURALES: DIOS EN LOS REFRANEROS DEL ESPAÑOL Y EL PORTUGUÉS

Germán ZÁRATE-SÁNDEZ*

- RESUMEN: El objetivo de este trabajo fue investigar el uso de la palabra *Dios/Deus* en los refraneros del español y el portugués. Se analizaron 917 proverbios en dos corpus, uno para cada lengua. Un primer análisis identificó un alto grado de semejanzas en las categorías temáticas en las que se agruparon los refranes, lo que se atribuye a un substrato común en el entendimiento de Dios en ambas culturas. Sin embargo, al nivel de refranes individuales, el análisis reveló un bajo nivel de coincidencias entre los dos idiomas (alrededor del 25%). Estas semejanzas están compuestas mayoritariamente por referencias generales a Dios y a la religión, mientras que las diferencias (75%) surgen principalmente de refranes que contienen experiencias y valoraciones más concretas y de la vida cotidiana de cada comunidad. La estructura sintáctica y la selección léxica parecen aportar también a la diferenciación entre los dos corpus, especialmente al priorizar elementos de la forma del proverbio (tales como asonancia y uso de metáforas). Finalmente, los resultados se discuten considerando diferencias culturales y lingüísticas entre los dos idiomas, siguiendo la premisa de que los proverbios forman un género discursivo que permite estudiar sistemáticamente ciertos procesos históricos de una comunidad de habla (OBELKEVICH, 1987).
- PALABRAS CLAVES: Diferencias culturales. Dios. Español. Paremiología. Portugués. Proverbio.

Saber refranes, poco cuesta y mucho vale.

Para cada ocasião tenha um provérbio sempre à mão.

Introducción

La paremiología viene ya desde hace largo tiempo describiendo cómo los refranes dejan entrever diferentes aspectos del bagaje cultural de una sociedad. El hombre hace uso de su ingenio y del poder de la palabra para expresar sus valoraciones sobre el mundo que lo rodea. Por motivos que presentaré brevemente en este trabajo, algunas de estas apreciaciones suelen perdurar en el tiempo y plasmarse en el acervo lingüístico de la comunidad en la forma de

* Georgetown University – Department of Spanish and Portuguese – Washington, DC – N.W. – United States.
20057 – gaz5@georgetown.edu

un refrán.¹ La riqueza del refranero de un pueblo yace así no solamente en los componentes lingüísticos del refrán (forma sintáctica y selección léxica), sino también en la posibilidad de permitir al observador entender un poco más la cultura de este pueblo: costumbres, creencias, experiencias y, a la vez, la manera en que estos componentes son vistos y juzgados por los miembros del grupo. El presente trabajo pretende describir y comparar cómo las sociedades hispano y lusohablantes han incorporado el término *Dios/Deus* en sus respectivos refraneros, así como analizar cómo estos usos reflejan similitudes y diferencias entre estas dos culturas, especialmente en lo referido al entendimiento de la religión y su lugar en la sociedad.

Origen y papel social del proverbio

Si bien hoy en día el refrán puede ser estudiado en detalle, por lo general poco se sabe de su pasado. Muchos se caracterizan por su anonimato. A excepción de aquellos que nacieron y se inmortalizaron en obras literarias, como es el caso de los emanados del prolífero *Don Quixote*, resulta casi imposible rastrear el origen de algunos refranes. Así pues, socialmente hablando, pertenecen a todos y a la vez no pertenecen a nadie: “[...] *eles são propriedade comum e a expressão do instinto coletivo e gregário do povo.*” (PARENTE, 2005, p.5). Rovira (1984) brevemente discute el asunto del origen de un proverbio y especula que usualmente se encuentra en la observación de un fenómeno físico o moral, el cual en primera instancia se expresa en términos más bien vagos. Si esta observación coincide con las apreciaciones hechas por el resto de la comunidad, es probable que el dicho se acepte y comience a ser repetido, modificando y puliendo su forma en estas repeticiones.

Sin embargo, el destino final de este enunciado dependerá en gran medida del curso de modificaciones que se realicen a su forma: “[...] *a real proverb must have beautiful form, that is, cadence, meter, rhyme and, above all, metaphorical language.*” (ROVIRA, 1984, p.4). Estos rasgos contribuirán a que el proverbio pueda ser recordado y transmitido.

Martínez Kleiser (1978) examina con cierto detalle la forma privilegiada por el refrán, forma que le dará una secuencia sintáctica fácil de recordar y reproducir.

¹ Bastante confusión suele aparecer en el uso de diferentes términos ligados a la idea de “refrán”. El término más general es *paremia* (del griego *paroimia*, proverbio), y del cual deriva *paremiología*. Según el *Diccionario de la Lengua Española* de la Real Academia Española (2001), *paremia* es un “refrán, proverbio, adagio, sentencia”, y da las siguientes definiciones para estos términos: refrán, “dicho agudo y sentencioso de uso común”; proverbio, “sentencia, adagio o refrán”; adagio, “sentencia breve, comúnmente recibida, y, la mayoría de las veces, moral” y sentencia, “dicho grave y sucinto que encierra doctrina o moralidad”. Como se puede observar, existe un buen grado de solapamiento en las definiciones. Para los fines del presente análisis, se tratarán y usarán los términos “refrán” y “proverbio” como sinónimos.

Por un lado, los refranes tienen que ser sintéticos, breves y concisos. El contenido que desean expresar debe condensarse en tan pocas palabras como resulte posible. A tal fin, a medida que el dicho se va esculpiendo a través del tiempo va deshaciéndose de redundancias y palabras gramaticales (como preposiciones, conjunciones y pronombres) que no aportan al contenido. En segundo lugar, y siempre siguiendo a Martínez Kleiser (1978), el refrán normalmente acude a la asonancia para favorecer su memorización y posterior reproducción. Esta característica de tender hacia la rima y el ritmo parece ser uno de los rasgos principales y más estudiados del refrán. En muchos casos se priorizan estas características en detrimento de la estructura sintáctica o la ortografía. En palabras de Martínez Kleiser (1978, p.xix), el “[...] pueblo prefiere frecuentemente lograr las asonancias a cumplir los preceptos gramaticales. [...] También altera y barbariza otras palabras con igual propósito”. Como ejemplos, cita del español *Ninguna cosa hay tan dura que el tiempo no madura* (en lugar de *madure*), *De Pascuas a San Andrés, tres semanas y días tres* (en lugar del orden canónico *tres días*) o *El tiempo cura al doliente, que no el unguente* (por *ungüento*).

Como lo discute Obelkevich (1987), una de las funciones principales del proverbio en la sociedad es la de comunicarles a otros qué se debe hacer y esperar ante determinadas situaciones. En este sentido, el proverbio contiene las experiencias vividas y juicios hechos por otros en situaciones anteriores similares. De esta manera, muchos proverbios cumplen la función social de preservar y transmitir la sabiduría popular de una comunidad. En principio, parece ser que cualquier situación comunicativa es propicia para que los hablantes usen un refrán, sin importar el registro de la conversación o la jerarquía de los interlocutores. “*Proverbs can be used in any mood, any situation; they cut across the normal boundaries of language registers and amount to a polyvalent, all-purpose register of their own [...]*”, afirma Obelkevich (1987, p.46-47).

Las culturas del español y del portugués no son una excepción a esta gran importancia atribuida a los refranes, sino que, muy por el contrario, parecen ser unas de las sociedades occidentales más vanguardistas en la producción, mantenimiento y propagación de proverbios (ARORA, 1998; PARENTE, 2005; ROVIRA, 1984; TAYLOR, 2006). La tradición paremiológica española se remonta a los trabajos de Íñigo López de Mendoza (Marqués de Santillana) con su trabajo *Refranes que dicen la viejas tras el fuego*, publicado en el siglo XV, y el de Gonzalo Correas *Vocabulario de refranes y frases proverbiales*, trabajo de aproximadamente 25.000 entradas y publicado en 1627. Por su parte, el portugués cuenta con la obra *Adagios Portugêses Reduzidos a Lugares Communs*, compilada por Antonio Delicado y publicada en el año 1651. Una característica singular del trabajo pionero de Delicado es que los refranes están minuciosamente agrupados bajo secciones

temáticas, técnica que sería adoptada en la gran mayoría de los refraneros que sucedieron a esta colección portuguesa.

Objetivo

Las sociedades españolas y portuguesas presentan fuertes vínculos históricos, proximidad lingüística de sus idiomas y una religión mayoritaria común, el catolicismo. En vista de estas relaciones, el objetivo del presente trabajo es determinar cuáles son las similitudes y diferencias entre los refraneros del español y del portugués en cuanto a las referencias a Dios.

Metodología

De las abundantes recopilaciones de refranes publicadas en ambas lenguas, se seleccionaron para el presente análisis los volúmenes de Luis Martínez Kleiser (1978) *Refranero general ideológico español* y el de José Ricardo Marques da Costa (2ª edición, 2004) *O livro dos provérbios portugueses*. Dicha elección se basó, en primer lugar, en el gran tamaño de ambas compilaciones comparadas con publicaciones semejantes (65.082 entradas para la primera y 33.892 para la segunda) y, en segundo lugar, por contener las dos una organización temática de los refranes, lo que facilitó enormemente la reducción de los mismos a aquellos necesarios para el análisis. Ambas publicaciones contienen refranes agrupados bajo la categoría “Dios”.

En primera instancia se analizó un total de 917 refranes, con la siguiente distribución: 497 en el corpus español y 420 en el par portugués. Sin embargo, el número final se vio reducido en un 11% para la recopilación en español y un 7% para la del portugués debido a la vaguedad de algunas paremias, en el sentido de carecer del carácter sentencioso o anecdótico del refrán (por ejemplo: *Dios es vida*). De esta forma, el número final fue de 442 para el español y 392 para el portugués.

Análisis

El primer paso del análisis consistió en dividir los refranes con referencias a Dios en seis categorías temáticas. Ya que no se cuenta con estudios sistemáticos que hayan propuesto una clasificación de este tipo de refranes, se recurrió a la organización presentada en el volumen de Martínez Kleiser (1978). Si bien esta clasificación no está empíricamente motivada, sus categorías describen de manera adecuada el corpus de refranes sobre Dios.

Además de las seis categorías principales, se creó una categoría “otros” con aquellos refranes que no se relacionaban con ninguna las clases propuestas (como por ejemplo, *Cuando Dios borra, escribir quiere* o *Com Deus me deito, com Deus me levanto*) o con los que sí se agrupaban bajo cierto rótulo, pero con pocos miembros (como por ejemplo “temor a Dios”, que contaba con solamente 6 refranes en español y 2 en portugués).

Tabla 1 – Subdivisión en categorías para el total de los refranes en ambos idiomas.

Categoría	Español		Portugués	
	Cantidad	% del total	Cantidad	% del total
Bondad y amor de Dios	128	28,9	93	23,7
Poder de Dios	101	22,9	74	18,9
Ayuda de Dios	60	13,6	93	23,7
Justicia de Dios	48	10,9	23	5,9
Sabiduría de Dios	40	9,0	50	12,8
Dios y el diablo	20	4,5	22	5,6
Otros	45	10,2	37	9,4
TOTAL	442	100	392	100

Como se aprecia en la Tabla 1, las tres primeras categorías (“bondad y amor de Dios”, “poder de Dios” y “ayuda de Dios”) abarcan más del 60% de los refranes sobre Dios en ambas lenguas. Resulta interesante que las mismas clases predominen en ambos refraneros. Esta similitud podría interpretarse como que existe un sustento cultural compartido entre ambas comunidades lingüísticas y que ha colaborado a que la percepción sobre Dios sea similar. Resulta razonable pensar que esta base común de carácter religioso está compuesta por preceptos que se remontan al comienzo de la influencia de la Iglesia Católica, tanto en Europa en general como en la Península Ibérica en particular. Como lo expresa Costa (2004), cuando se trata de proverbios relacionados con la religión, es muy probable que su origen no sea tan “popular” como el del resto del refranero de una sociedad:

[...] uma enorme quantidade dos chamados provérbios constitui um repertório de regras de comportamento, que pelo caráter impositivo e, em muitos casos, aconselhando respeito, submissão e humildade,

parecem negar a raiz popular, evidenciando origens em minorias bem mais poderosas: a Igreja, a realeza e a burguesia. (COSTA, 2004, p.10).

Considerando que ambas sociedades (la española y la portuguesa) comparten una religión y un considerable lapso de sus historias, no parece difícil asumir que estas categorías coincidentes con números similares sean el resultado de una misma interpretación colectiva de lo que Dios representa en la sociedad, no tanto debido a la iniciativa espontánea de la comunidad de hablantes – como sucede con la mayoría de los refranes en general–, sino a las enseñanzas, pautas y cánones impartidos por la Iglesia.

Semejanzas

El segundo paso en el análisis fue pasar del nivel de categorías generales al nivel del refrán individual. En primer lugar, se agruparon las variantes de un mismo refrán a fin de no contabilizar reiteraciones de un mismo refrán, lo que podría distorsionar la posterior comparación. Este proceso arrojó un gran número de repeticiones de un mismo proverbio que solamente varían en algún ítem léxico o en el orden de la sintaxis. A modo de ejemplo, en el corpus del portugués encontramos siete formas similares para el refrán *Quando Deus não quer, os santos não podem*. Una de las variantes consiste en usar el verbo *rogam* en lugar de *podem*, por ejemplo. Este nivel de variación para cada refrán puede deberse a que, como lo expresa Rovira (1984), los proverbios dejaron varias versiones al repetirse e ir buscando una forma más estable y popular.

Una vez agrupadas las variantes de un mismo proverbio, se procedió a comparar refrán por refrán dentro de cada categoría para los dos idiomas. Los resultados aparecen en la Tabla 2.

Tabla 2 – Coincidencias en los refranes para ambos idiomas.

Categoría	Español			Portugués		
	Total	Coincidencias		Total	Coincidencias	
		Cant.	% de total		Cant.	% de total
Bondad y amor de Dios	128	44	34,0	93	35	37,6
Poder de Dios	101	18	17,8	74	27	36,5
Ayuda de Dios	60	26	43,3	93	32	34,4
Justicia de Dios	48	3	6,2	23	3	13,0
Sabiduría de Dios	40	7	17,5	50	8	16,0
Dios y el diablo	20	2	10,0	22	2	9,1
Otros	45	—	—	37	—	—
TOTAL	442	100	22,6	392	107	27,3

Este análisis reveló un total de 100 refranes en español que tienen correspondencias en el refranero portugués, lo que representa un 22,6% del corpus español (es decir, 100 de un total de 442). Por su parte, 107 refranes en portugués contienen paralelos en el listado del español, lo que equivale al 27,3% del corpus portugués (107 de un total de 392).² En el apéndice se encuentra una lista completa de los 100 refranes del español que coinciden con los 107 del portugués. Para el caso de las categorías particulares, se aprecia una vez más que las tres divisiones con mayor número de refranes (“bondad y amor de Dios”, “poder de Dios” y “ayuda de Dios”) tienden a arrojar porcentajes altos y por encima de los totales de 22,6% y 27,3% (con excepción de “poder de Dios” para el español), lo que reforzaría la hipótesis de una base común para los refranes de estas categorías y que probablemente se asocie con la Iglesia.

Un análisis más cercano de la porción compartida de los refraneros mostró dos grandes tipos de proverbios. Primero, encontramos los que son en cierto sentido refranes más abarcadores y generales en la descripción de Dios. Ejemplos de esto serían *De hora a hora, Dios mejora* (“bondad de Dios”); *Dios hace lo que quiere, y el hombre, lo que puede* (“poder de Dios”) o *Dios da y Dios quita, según su sabiduría infinita* (“sabiduría de Dios”).³ Hasta cierto punto, estas frases podrían

² Hay que tener en cuenta que estos porcentajes se encuentran ligeramente distorsionados por las diferencias en los tamaños de los dos corpus.

³ En la discusión de las similitudes se incluye únicamente el par español. Ver el apéndice para encontrar el equivalente en portugués.

considerarse como máximas.⁴ Una fuente posible de estas expresiones más generales podría ser la Biblia, por tratarse de un documento de central importancia para las comunidades cristianas. El gran legado de este libro en la fraseología de las lenguas ibéricas se puede atestiguar en la vida diaria y ha sido también el foco de investigación (ver, por ejemplo, CALDUCH-BENAGES, 2003). Además, para el caso de los dos idiomas bajo análisis, la Biblia precede a cualquier tipo de bifurcación lingüística o política de estas dos sociedades, por lo que se justifica pensar que algunos de sus refranes compartidos provengan de este texto. A fin de explorar esta posibilidad, se llevó a cabo una búsqueda de los refranes en una versión electrónica de la Biblia para la categoría “bondad y amor de Dios”. Solamente se encontró en San Mateo 5, 45: “para que seáis hijos de vuestro Padre que está en los cielos, que hace salir su sol sobre malos y buenos, y que hace llover sobre justos e injustos” (BIBLIA, San Mateo, 5, 45), que dio origen a *Dios hace salir su sol sobre los buenos y sobre los malos* y sus 14 variantes en el corpus español y 2 en el portugués. Sin embargo, un análisis bíblico de esta índole está más allá de los objetivos de este estudio, y sin duda que una continuación interesante sería seguir esta línea de investigación con el fin de identificar tanto citas textuales de refranes como temas o eventos que pudieran haber dado origen al refrán.

Aparte de estos proverbios más generales del tipo máximas, el segundo grupo de refranes está compuesto por enunciados que responden más fielmente a las características generales de un refrán: en cuanto al contenido, son sentenciosos y combinan la metáfora y la comparación con elementos de la vida cotidiana; y en lo referido a la forma, favorecen la brevedad y la asonancia. Ejemplos de esto en nuestra compilación son *Dios las encías endurece cuando quita los dientes; A cada cual da Dios frío según como anda vestido; A quien Dios ama, el viento le junta la parva; De Dios viene el bien, de las abejas la miel* (“bondad y amor de Dios”). También en algunos de estos proverbios aparece un toque de jocosidad, que es otra característica peculiar de muchos refranes en otros ejes temáticos. En nuestro listado, aparece, por ejemplo, *A Dios rogando y con el mazo dando*, o aquellos que ironizan sobre los designios de Dios: *Da Dios almendras a quien no tiene muelas*.

Diferencias

La siguiente fase del análisis fue examinar los refranes que no poseen equivalentes entre los dos idiomas, los cuales comprenden aproximadamente el 75% de cada una de las dos listas (ver Tabla 2). Este análisis arrojó un patrón muy llamativo: la gran mayoría se agrupa en el segundo tipo de refrán discutido

⁴ Según el *Diccionario de la Lengua Española* de la Real Academia Española (2001), una máxima es una “sentencia, apotegma o doctrina buena para dirigir las acciones morales”.

anteriormente. Es decir que, mientras que las equivalencias entre refraneros tienden a ser máximas o juicios más generales sobre Dios, los refranes que difieren hacen referencia a elementos u observaciones concretas, de la vida diaria, con abundantes comparaciones y lenguaje figurativo. Por citar unos ejemplos de la extensa lista: *Dios bien te sabe las mañas, aunque pienses que lo engañas; De telhas acima só Deus e gatos*. Esto de ninguna manera quiere decir que los elementos de una cultura no existan en la otra (en estos ejemplos, en ambas culturas existen hombres con mañas y gatos que caminan sobre las tejas), sino que sugiere que los idiomas y sus culturas van configurando su refranero según las observaciones y valoraciones de sus hablantes. Obelkevich (1987) discute, por ejemplo, cómo la población rural de Europa y los estratos más bajos de la sociedad han sido una de las principales fuerzas generadoras de refranes debido a que para estos grupos sociales los elementos y fenómenos de su entorno tienen gran relevancia en la vida diaria (OBELKEVICH, 1987, p.45). Por ejemplo, la meteorología impacta en la vida del granjero, lo que puede haber propiciado el vasto número de refranes sobre el tiempo y las estaciones. Teniendo esto en cuenta, resulta lógico y esperable que diferentes grupos de hablantes en contextos sociales diferentes se enfoquen en elementos distintos. Los hablantes portugueses y españoles llevan no menos de doce siglos desde que se separaron política y lingüísticamente, lo que constituye suficiente profundidad temporal para que sus lenguas diverjan, incluyendo sus inventarios paremiológicos. Sin duda que siempre hubo bastante proximidad geográfica y hasta política como para suponer cierto grado de influencia, transferencia y préstamos de una a la otra, pero no deberíamos asumir que esto vaya a modificar estas tendencias generales.

Otra causa menor de diferenciamiento – que sin dudas trabaja en conjunto con la anterior– es la simple y llana diferencia en las estructuras lingüísticas entre los idiomas. Como se dijo en la introducción, la rima y la asonancia muchas veces prevalecen sobre la selección léxica y el orden sintáctico. Así, por ejemplo, encontramos en español las siguientes alteraciones sintácticas o morfológicas, todas realizadas para mantener la rima: *Si Dios lo quisiera, sin nubes lloviera* (en lugar de *llovería*), *Dios todo lo ve y todo lo pué* (por *puede*), *Lo que quiera Dios, eso seremos nos* (probablemente se conserve la forma arcaica *nos* para que rime con *Dios*). En este sentido, el proverbio también resulta interesante porque, a pesar de usarse primordialmente en registros orales y coloquiales, conserva a veces vocabulario y estructuras arcaicas o de uso literario. En portugués, por ejemplo, aparece *Se Deus quisesse que o homem voasse, ter-lhe-ia dado assas*, donde se conserva el uso formal o literario de *ter-lhe-ia*.

En el caso de la selección léxica, hay veces que el refrán de un idioma no podría replicarse en el otro quizás porque las palabras equivalentes no rimarían.

En español, por ejemplo, tenemos *Al diablo mismo, Dios fue el que lo hizo*, rima consonante que no funcionaría con los equivalentes directos del portugués *mesmo* y *fez*. Otro ejemplo viene del portugués *Deus te veja vir, com as pernas a bulir*, donde la traducción de *bulir* (mover, mecer) no rimaría con *venir* en español. Estas barreras asociadas a la preservación de la rima también pueden perfectamente haber colaborado para que los refranes evolucionaran en diferentes direcciones en ambos idiomas.

Resumiendo, si encontramos cierta similitud en las categorías asociadas con Dios, pero las dos lenguas presentan un considerable grado de divergencia en cómo llenan estas categorías. Ribeiro (1960, p.24) toca este tema y comenta que “[...] *cada idioma possui a sua maneira, o seu habitualismo, enfim o seu estilo próprio para fixar, por vezes, pensamentos idênticos*”.

Limitaciones

En palabras de Martínez Kleiser (1978, p.xx), algunos refranes bordan “[...] las fronteras de la clerofobia, de la profanación y de la obscenidad”. Ante esta situación, este autor, así como otros recopiladores de proverbios, hizo uso de un “*filtro* [que] excluyó los [refranes] notoriamente impúdicos”. Esto, sin dudas, es una pérdida en el análisis de nuestro corpus, ya que estas expresiones descartadas añadirían una visión más rica y completa de la relación entre la religión y estos dos pueblos ibéricos, que a menudo se caracterizan por poseer “[...] *a touch of anticlericalism so common in Catholic countries*.” (ROVIRA, 1984, p.9). De hecho, Obelkevich (1987) señala que, por ejemplo, en el siglo XVI apareció en España un compendio de refranes dedicado a proverbios anticlericales.

Otro aspecto a tener en cuenta es que las conclusiones de este trabajo no pretenden presentarse como comportamientos o tendencias generales de los proverbios en ambas lenguas, sino que son solamente el resultado de analizar una categoría temática específica dentro dos corpus particulares que, si bien son unos de los más grandes en su tipo, siguen siendo recortes hechos por los autores. Resultaría de gran interés verificar si las tendencias observadas en el presente estudio se mantienen tanto en otras categorías temáticas de análisis como en otros corpus.

Conclusión

Como se discutió en este trabajo, los refranes son parte inseparable de una cultura y su lengua. Nacieron en su mayoría en el anonimato de tiempos pasados

y se consolidaron gracias a lo sentencioso y experiencial de su contenido, a la fluidez de su sintaxis, lo rítmico de su forma y, sobre todo, a la memoria y tradición oral de un pueblo.

El objetivo de este trabajo fue analizar los refraneros sobre Dios de dos lenguas ligadas histórica y lingüísticamente, el español y el portugués, asumiendo que se encontraría algún nivel de semejanza dadas estas relaciones entre las dos culturas. Un primer nivel de análisis reveló que existen las mismas categorías en las que se subdividen los refranes, con números para cada una que se asemejan entre las dos compilaciones, lo que se interpretó como que ambas sociedades poseen un entendimiento similar sobre Dios y su lugar en la vida religiosa del hombre. Sin embargo, al comparar casos individuales, se encontró que los refranes presentan un bajo porcentaje de equivalencias (no supera el 28%) y que estos casos se tratan principalmente de enunciados abstractos o que describen características más generales sobre Dios. Algunos podrían poseer un origen bíblico o resultar de concepciones más universales sobre Dios y la Iglesia, tal vez procedentes de preceptos católicos que vienen inculcándose en la sociedad ibérica mucho antes del nacimiento de las lenguas española y portuguesa como tales. En el caso de las divergencias, estas comprenden aproximadamente tres cuartos de las recopilaciones analizadas. Al parecer, la característica principal de estos refranes es la mención de objetos y comportamientos humanos de la vida cotidiana, los cuales en muchas ocasiones se insertan en el refrán como comparaciones o metáforas. En cuanto a la forma de estos refranes sin paralelos en los dos corpus, el análisis encontró que la necesidad de ajustar las selecciones léxicas y sintácticas para crear una frase más fluida también parece contribuir a las divergencias entre los refranes de cada idioma, si bien en una proporción relativamente pequeña.

Estos resultados demuestran cómo estas dos lenguas emparentadas, las cuales a menudo se consideran muy semejantes en varios niveles de análisis lingüístico, poseen en algunos aspectos un grado importante de individualismo y diferenciación que no debe pasarse por alto.

Agradecimientos

Agradezco enormemente al Dr. Thomas J. Walsh y al Dr. Michael J. Ferreira, de Georgetown University, y al Dr. Lee M. Penyak, de University of Scranton, por la guía y comentarios hechos a versiones anteriores de este trabajo.

ZÁRATE-SÁNDEZ, G. Linguistic and cultural distances: *God* in Spanish and Portuguese proverbs. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p. 129-144, 2010.

- *ABSTRACT*: This study investigates the use of the words *Dios* (Spanish) and *Deus* (Portuguese) in two sets of proverbs, one in Spanish and the other in Portuguese. 917 proverbs were analyzed in both corpora. The general level of the analysis identified a high degree of similarities in the thematic categories which organized the proverbs into groups. This was attributed to a common understanding of the role of God in both cultures. However, at the more specific level of individual proverbs, the analysis yielded a low level of parallels between both languages (approximately 25%). These similarities comprise general references to God and religion, whereas the differences (75%) stem mainly from proverbs with references to concrete experiences and judgments, closer to the daily life of each community. The syntactic structure and lexical selection also appear to contribute to the differences between both corpora, especially as they vary to accommodate for elements of the proverb form (such as assonance and use of metaphors). Finally, cultural and linguistic differences between both languages are discussed, following the assumption that proverbs constitute a type of discourse genre that allows us to study systematically certain historical processes of a speech community (OBELKEVICH, 1987).
- *KEYWORDS*: Linguistic and cultural differences. God. Paremiology. Portuguese. Proverb. Spanish.

REFERENCIAS

ARORA, S. L. Como decimos nosotros: the transcultural use of Spanish proverbs. *Proverbium*, Burlington, n.15, p.37-58, 1998.

BIBLIA. N. T. San Mateo. Disponible en: <<http://www.geocities.com/CollegePark/Classroom/3011/od.html>>. Acceso en: ago. 2009.

CALDUCH-BENAGES, N. *Otro gallo le cantara*: refranes, dichos y expresiones de origen bíblico. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2003.

COSTA, J. R. M. da. *O livro dos provérbios portugueses*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

MARTÍNEZ KLEISER, L. *Refranero general ideológico español*. Madrid: Editorial Hernando, 1978.

OBELKEVICH, J. Proverbs and social history. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *The social history of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

PARENTE, S. *O livro dos provérbios*. Lisboa: Âncora 2005.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 22. ed. Madrid, 2001. Disponible en: <<http://www.rae.es/rae.html>>. Acceso en: ago. 2009.

RIBEIRO, J. *Frases feitas; estudo conjetural de locuções, ditados e provérbios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1960.

ROVIRA, L. I. *Spanish proverbs: a survey of Spanish culture and civilization*. Lanham: University Press of America, 1984.

TAYLOR, B. Familiarity breeds contempt: history of a Spanish proverb. *Bulletin of Spanish Studies*, Florence, n.83, p.43-52, 2006.

BIBLIOGRAFÍA CONSULTADA

COSTA, E. M. L. da. *Ditos e ditos: provérbios da lusofonia*. Prior Velho: Paulinas, 2005.

JUNCEDA, L. *Diccionario de refranes*. Madrid: Espasa Calpe, 1994.

APÉNDICE

Listado de coincidencias encontradas entre los dos corpus

ESPAÑOL (100 refranes)	PORTUGUÉS (107 refranes)
Bondad y amor de Dios	
<i>Apenas cierra Dios una puerta, y ya tiene una ventana abierta.</i> (más 2 variantes)	<i>Quando Deus fecha uma porta, abre sempre uma janela.</i> (más 2 variante)
<i>Nunca cerró una puerta el Señor, sin abrir un portón.</i> (más 3 variantes)	<i>Deus nunca fecha uma porta que não abra um portão.</i>
<i>De Dios viene el bien, de las abejas la miel.</i> (más 3 variantes)	<i>De Deus vem o bem e das abelhas o mel.</i>
<i>De hora a hora, Dios mejora.</i>	<i>De hora a hora, Deus melhora.</i>
<i>A cada cual da Dios frío según como anda vestido.</i> (más 9 variantes)	<i>A cada qual dá Deus o frio conforme anda vestido.</i> (más 8 variantes)
<i>Dios las encías endurece cuando quita los dientes.</i>	<i>Quando Deus tira os dentes, endurece as gengivas.</i> (más 1 variante)
<i>Cada uno mira por sí, y Dios por todos.</i> (más 1 variante)	<i>Cada um trata da sua e Deus da de todos.</i> (más 5 variantes)

ESPAÑOL (100 refranes)	PORTUGUÉS (107 refranes)
Bondad y amor de Dios	
<p><i>Dios hace salir su sol sobre los buenos y sobre los malos.</i> (más 14 variantes, como <i>El sol sale para todos: santos y pillos, sabios y bobos.</i>)</p> <p><i>A quien Dios ama, el viento le junta la parva.</i></p> <p><i>A quien Dios amó, en el rostro se lo mostró.</i></p> <p><i>A quien Dios quiere bien, la casa le sabe.</i></p> <p><i>Dios aprieta pero no ahoga.</i></p>	<p><i>Deus faz nascer o sol sobre os bons e os maus.</i> (más 2 variantes, con <i>mandar chuva</i>)</p> <p><i>A quem Deus quer bem, o vento apanha a lenha.</i> (más 3 variantes)</p> <p><i>A quem Deus quer bem, ao rosto lhe vem.</i> (más 1 variante)</p> <p><i>A quem Deus quer bem, a cada lhe sabe.</i></p> <p><i>Deus aparta mas não enforca.</i> <i>Deus castiga mas não mata.</i></p>
Poder de Dios	
<p><i>Cuando Dios no quiere, los santos no pueden.</i> (más 2 variantes)</p> <p><i>Dios hace lo que quiere, y el hombre, lo que puede.</i></p> <p><i>Cuando Dios quiere, con todos vientos llueve.</i> (más 5 variantes)</p> <p><i>Guardado es lo que Dios guarda.</i> (más 3 variantes)</p> <p><i>Los hombres ponen y Dios dispone.</i> (más 2 variantes)</p>	<p><i>Quando Deus não quer, os santos não podem.</i> (más 6 variantes)</p> <p><i>Deus faz o que quer e o homem o que pode.</i> (más 2 variantes)</p> <p><i>Quando Deus quer, com todos os tempos chove.</i> (más 6 variantes, incluyendo 3 del tipo <i>Se um dia Deus quiser, até com norte pode chover</i>, que no se encuentra en español)</p> <p><i>Guardado é o que Deus dá.</i> (más 4 variantes)</p> <p><i>O homem põe e Deus dispõe.</i> (más 2 variantes)</p>

ESPAÑOL (100 refranes)	PORTUGUÉS (107 refranes)
<i>Dios es quien nos sana, y lleva el médico la plata.</i>	<i>Dues é quem sara, mas o mestre leva a prata.</i> (más 1 variante)
Ayuda de Dios	
<i>A quien madruga, Dios le ayuda.</i> (más 1 variante)	<i>A quem madruga, Deus ajuda.</i> (más 1 variante)
<i>Más hace a quien Dios ayuda, que al que mucho madruga.</i> (más 2 variantes)	<i>Mais faz quem Deus ajuda que quem muito madruga.</i> (más 8 variantes)
<i>Dios da hilo a tela urdida.</i>	<i>À teia urdida Deus manda o fio.</i>
<i>Cuando Dios da la llaga, da la medicina.</i> <i>Dios pone el remedio junto a la enfermedad.</i> (más 5 variantes)	<i>Dá Deus a chaga e dá a mezinha.</i> <i>Deus, que dá a doença, dá o remédio.</i> (más 2 variantes)
<i>Sin Dios, ni hasta la puerta; con Dios a lejanas tierras.</i> (más 2 variantes)	<i>Sem Deus, nem até à porta e com Deus, através dos mares.</i>
<i>Cuando Dios va delante, la mar está llana.</i> (más 2 variantes)	<i>Com Deus adiante, o mar é chãõ.</i> (más 1 variante)
<i>Dios ayuda a los que se ayudan.</i> (más 4 variantes)	<i>Deus ajuda a quem se ajuda.</i>
<i>Da Dios almendras al que no tiene muelas.</i>	<i>Dá Deus amêndoas a quem não tem dentes.</i> (más 11 variantes)
<i>A Dios rogando y con el mazo dando.</i>	<i>A Deus rogando, com o maço dando.</i>

ESPAÑOL (100 refranes)	PORTUGUÉS (107 refranes)
Justicia de Dios	
<p><i>Dios consiente, mas no para siempre.</i></p> <p><i>Dios no come ni bebe, mas juzga y vee.</i></p> <p><i>Dios paga a quien en malos pasos anda.</i></p>	<p><i>Deus consente, mas não sempre.</i></p> <p><i>Deus não come nem bebe, mas julga o que entende.</i></p> <p><i>Deus paga a quem em maus passos anda.</i></p>
Sabiduría de Dios	
<p><i>Al mundo engañar podrás, pero a Dios no le engañarás.</i></p> <p><i>Dios ve los corazones.</i> (más 1 variante)</p> <p><i>Dios da y Dios quita, según su sabiduría infinita.</i></p> <p><i>Dios escribe derecho con renglones tuertos.</i> (más 1 variante)</p> <p><i>Dios sabe lo que nos está mejor.</i></p>	<p><i>A Deus ninguém engana.</i> (más 1 variante)</p> <p><i>Só Deus sabe o que vai no coração das pessoas.</i> (más 1 variante)</p> <p><i>Deus dá e Deus tira, segundo a sua infinita sabedoria.</i></p> <p><i>Deus escreve direito por linhas tortas.</i> (más 1 variante)</p> <p><i>Deus sabe o que nos está melhor.</i></p>
Dios y el diablo	
<p><i>Más tiene Dios que dar que el diablo me puede quitar.</i></p> <p><i>Dios puede más que el diablo.</i></p>	<p><i>Mais tem Deus para dar que o diabo para vender.</i></p> <p><i>Quando Deus não quer, o diabo não pode.</i></p>

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em Março de 2010.

UM ESTUDO SEMÂNTICO ENUNCIATIVO DA CORRUPÇÃO EM DICIONÁRIOS E DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS

Julio Cesar MACHADO*

- RESUMO: Descolamos sentidos da palavra corrupção, seu funcionamento e circulação, privilegiadamente no espaço enunciativo jurídico. Abordamo-la como acontecimento, sob o foco da linguística enunciativo-discursiva, envolvendo questões de ordem histórica, política e social. A pertinência da pesquisa parte do fato de que já são aceitos (pelo povo ou pelo Estado) sentidos “não criminais” para o termo. Eles não mais condizem com a memória de desprezível, evidenciado sobremaneira no caso “mensalão”, demonstrando a não transparência da língua, a sua plasticidade polissêmica, a sua constituição política, a sua configuração opaca, bem como seu equívoco indissociável do acontecimento. Mobilizamos para esta visualização, o dispositivo teórico da Semântica do Acontecimento, ancilar à Semântica Histórica da Enunciação e à Análise de Discurso francesa. Tal postura determina a articulação entre teoria e *corpus* por meio do *a priori* da história. Nosso procedimento evidenciará uma língua erudita que pode designar a palavra “corrupção” a partir de seu funcionamento, que se pauta no rol das leis jurídicas e desvela uma performatividade.
- PALAVRAS-CHAVE: Corrupção. História. Dicionário. Semântica. Jurídico. Enunciação.

Considerações iniciais

Este trabalho originou-se de reflexões no grupo UEHPOSOL¹, da UFSCar, que culminaram em comunicação no II Colóquio Internacional de Análise do Discurso (CIAD), constituindo, posteriormente, este artigo. Trata-se de um olhar semântico-enunciativo para o *corpus* **corrupção** que circula nos seguintes documentos: *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa* (2000), *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0* (2001), *Cartilha “Integridade, ética e transparência contra a Corrupção”* (2008), do Governo de Minas Gerais, *Cartilha contra a corrupção* (2009), da entidade Criscor, *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção* (2003) e *Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990).

* UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós Graduação em Linguística. São Sebastião do Paraíso – MG – Brasil. 37950-000 – julio.semantica@gmail.com

¹ Externo gratidão a esse grupo, singularmente à Prof^a. Dra. Soeli Schreiber da Silva e aos linguistas Ms. André Stefferson Martins Stahlhauer e Jocenilson Ribeiro dos Santos, pelas proficuas discussões.

Nossa metodologia consiste basicamente em abordar recortes de materialidades linguísticas que flagrem sentidos a partir de um olhar discursivo da linguagem². Por isso, nossa unidade de análise é o enunciado enquanto inserido em um texto³. Dizemos que esse texto constitui-se enquanto tal pelo funcionamento da língua⁴. E essa especificidade do funcionamento da língua é por nós tratada como acontecimento (enunciativo). Assim o acontecimento enunciativo é um recorte do dizer, que não acontece em um tempo, mas temporaliza, que não é constituído pelo sujeito, mas constitui sujeitos, que não veicula sentidos domesticados, mas produz efeitos de sentido de forma não estabilizada. Tais aspectos serão perceptíveis na desenvoltura da análise. Entreveremos que uma análise apriorística do acontecimento é percebê-lo enquanto atravessado por determinações sociais, que vislumbram a luta pela voz de falantes incluídos, excluídos e suas interpretações de pertencimento e despertencimento, dadas pela disparidade dos Locutores explanadas a seguir.

Ser Locutor, nesses documentos, é assumir a língua portuguesa em toda a sua normatividade e deontologias e se constituir sujeito definidor a partir dela. É apresentar-se como disparidade, isto é: *Locutor definidor* (com maiúscula, que se constitui enquanto lugar de enunciação nos dicionários e similares) e *locutor social* (com minúscula), moralizante, cívico, jurídico, lexicógrafo, militante, de política⁵, etc., constituído pelo lugar social do Locutor. Ambos, Locutor e locutor, funcionam simultaneamente falando de um lugar de dizer não social e não histórico denominado *enunciador*. O enunciador representa um dizer institucionalizado, imposto, submetido ao regime do verdadeiro e do falso. Aparece, principalmente, nas formas universal, individual e genérica. É por locutar supostamente como fonte desses dizeres e, desconhecendo falar de um lugar social, por representar a contemporaneidade do tempo do dizer que o Locutor é cissiparizado e por esse esquecimento⁶ é constituído.

Há de se considerar, inicialmente, que a prática de definição, tal como exercida em dicionários e afins, resume-se costumeiramente em alguns modos, tais como: definições de palavra (apresentação de conceitos sinônimos), acepção por enunciados (apreende-se o sentido pela construção sintática) e descolamento de sentidos por vias morfológica, etimológica e até temporal, como se verá.

² Linguagem: “fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades socialmente construídas” (GUIMARÃES, 2007a, p.17).

³ Texto: “unidade significativa sem a qual é impossível que um enunciado signifique” (GUIMARÃES, 2007b, p.5).

⁴ Língua: “dispersão de regularidades que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno social e histórico” (GUIMARÃES, 2007a, p.17).

⁵ Para não instaurarmos uma homonímia na análise, trataremos do sistema político da República (congresso, senado, parlamento, prefeituras, etc.) como “política” e do fenômeno de litígio e dissenso constitutivo do sentido no acontecimento linguístico, como “político” (política= sistema social; político= fenômeno linguístico).

⁶ Esquecimento: locutor com a ilusão de ser o centro do dizer (PÊCHEUX, 2009).

Ao propormos uma análise pautada na história (no sentido específico dado a esse termo) e em suas especificidades, como “memorável” (GUIMARÃES, 2007a), “determinação histórica” (ORLANDI, 2007), “*a priori* histórico” (SARGENTINI, 2009) ou “nova história” (RANCIÈRE, 1994), recalcamos que o gesto de definir, para nós, também é fazer história e, por isso, é intrinsecamente dependente da época e de seu relator. Tais fatores externos interferem nitidamente nas acepções oferecidas, que se constituem, por exemplo, pela ótica dos enunciadores acima citados (sociais, psicólogos, filósofos, lexicógrafos, de política, etc.). Os sentidos que saltam dos instrumentos de documentos linguísticos que circulam pelo país estão amalgamados aos acontecimentos (e à sua aparência), à posição de seus relatores, à equivocidade – de suas enunciações definidoras, da temporalidade mnemônica e da interpretação.

Começamos nossas análises pelos dicionários, por um grupo seletivo deles, os “didáticos”, cujos propósitos são assim justificados: aqueles que se apresentam no quesito “fórmula” e na ilusão do generalizante. Deles interessa-nos principalmente a memória de funcionamentos anteriores, dissonantes do *Relatório*⁷ (BRASIL, 2006). Por exemplo, além de que todos são enunciados por um Locutor-justo, isto é, enunciados nas variedades de cenas por um Locutor o qual “diz o que se quer ouvir”, embora não seja necessariamente o sentido, o que “deveria” ser. Dito de outra forma, geralmente as definições que se dão para corrupção em dicionários, cartilhas, convenções, etc. são um gesto de despertencimento (esquivar-se da própria corrupção).

Guimarães (2007b, 2009) pontua seu mecanismo de análise que chama de procedimentos. São eles: a *reescrituração* e a *articulação*. E elenca os subprocedimentos de cada um (sem, contudo, apontar para uma esgotabilidade de modos e procedimentos):

- *Reescrituração*⁸: repetição (completa ou por redução), substituição, elipse, expansão, condensação e definição;
 - Modos de reescrituração: sinonímia, narrativa, referência, antonímia⁹, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e numeração.

⁷ Os três volumes do *Relatório final dos Trabalhos da CPMI “dos correios”* (BRASIL, 2006), doravante apenas *Relatório*, que trata do caso “mensalão”.

⁸ A reescrituração põe em movimento a predicação, que aparecerá ao longo do trabalho. Contudo o autor não insere a predicação na sua obra mais recente (GUIMARÃES, 2009). Em obras anteriores, ele define o que entende por predicação: onde um sentido não explícito é obtido a partir de outras articulações (GUIMARÃES, 2004); predicação é a operação pela qual, ao se dizer uma palavra, reporta-se a outra por meio dos procedimentos de reescrituração anteriormente elencados (GUIMARÃES, 2007b). Não se trata da predicação da sintaxe, portanto.

⁹ Em sua obra mais recente (GUIMARÃES, 2009), o autor também não elenca narrativa, referência e antonímia. A inserção é nossa. Em outra obra, ele traz a definição de antonímia como oposição de sentidos (GUIMARÃES, 2007b).

- *Articulação*: por dependência, incidência e coordenação.

Esses subprocedimentos, quando mencionados aqui, virão entre aspas, indicando seu uso como um mecanismo teórico. Os dois procedimentos são norteados pelo caminho pressuposto de que se deve considerar uma divisão tríplice ao olhar para o funcionamento do objeto: 1) *como* interpretar; 2) *como* funciona um texto; 3) *como* fazer semântica. O conectivo *como* desses três pressupostos dá o mérito de percurso/conclusão ao pesquisador, ou seja, se há inúmeras formas de percorrer a pesquisa, sua especificidade é garantida pelo sujeito pesquisador e o seu *como*, evidenciando a inesgotabilidade de procedimentos e articulações e, conseqüentemente, de sentidos (o que contrasta com a prática do fato dicionário, como visada abaixo).

Os dicionários e seus derivados

É inegável que a língua funcione por um registro no imaginário da humanidade. O “fato dicionário” (COHEN, 1962 apud DIAS, 2006, p.28) é uma prática social inscrita na ilusão da unidade e completude do saber linguístico (supõe-se que ele abarque todas as palavras de uma língua, que ele dê o aval do uso de palavras aceitáveis ou não, bem como dê o sentido).

Segundo Dias (2006), o dicionário é recalcado basicamente nos critérios de completude, cunho normativo e pedagógico. Ele configura o uso aceitável ou não da língua nos espaços enunciativos diversos (dicionário jurídico, filosófico, escolar, cívico, etc.). Seu agenciamento constitui até práticas informais, de anedotas e pastiches (dicionário *mineirês*, dicionário dos amantes, de informática, etc.). Sua função reduziu-se, então, a um “reforço da verdade, nunca de questionamento” (DIAS, 2006, p.31), e, em todos os casos, parece que seu uso pedagógico sobressai sobre objetivos sociais e culturais (DIAS, 2006), o que o torna um argumento forte de normatização nas mãos de seus Locutores.

O uso do dicionário reduz-se principalmente ao gesto de “tirar dúvidas” (INSTITUTO HOUAISS, 2001; GRANDE..., 2000; DIAS, 2006) e não será usado aqui com esse propósito, pois damos como sinonímia de *dúvida* à palavra *equivoco*¹⁰ e instauramos uma discrepância metodológica: o dicionário pretende fazer a língua funcionar sob a *extinção da dúvida*, enquanto a linguística histórica vislumbra o funcionar da língua pela *inscrição no equivoco*.

Olharemos aqui para o aspecto discursivo do dicionário e dos demais documentos escolhidos, seu construto sócio-histórico que reflete, pelas palavras, as relações de poder e efeitos de sentido de cada época. Queremos evidenciar que as

¹⁰ Equívoco: noção que possibilita a Pêcheux (2008) afirmar que todo enunciado é suscetível de tornar-se outro.

acepções dos dicionários (e dos outros documentos) são enunciações de Locutores específicos estando em alguma posição no mundo (que chamamos locutor, com inicial minúscula), definindo as acepções como reflexo do mundo dos Locutores: seus valores, seus enunciadores, suas contraposições, sua temporalidade, sua “história”, etc. Queremos analisar os dicionários pela ausência de unidades, expondo a decisão de não registrar certos sentidos flagrados em acontecimentos diversos como não dignos de constar no dicionário por recusa da soberania do grupo social de prestígio.

Como dito anteriormente, se a língua funciona sob o imaginário do registro, podemos dizer, de certa forma, que todo documento ou relato descritivo/explicativo se confecciona sob o memorável de dicionários enquanto apreensão, isto é, todo documento ou relato descritivo/explicativo tenta construir um *corpus* sob sua apreensão definidora para, depois, debruçar-se sobre ele. Nesse caso, encontram-se aqui as cartilhas e a *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção* da ONU (2003).

O Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa

Começamos pelo *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*, edição de 2000. Conforme sua apresentação, a justificativa quanto ao seu formato é gerar facilidade e atração no uso do instrumento. Sua recomendação principal é para utilidades didáticas. Outros dicionários com formato parecido, como o Michaelis (MICHAELIS..., 1998)¹¹ e Aurélio (FERREIRA; ANJOS, 1999)¹², por exemplo, não serão abordados aqui por apresentarem intertextualidade de palavras quase em totalidade, mesmo que deflagrem alguns outros sinônimos ou outras construções que não nos interessam por hora.

Consideramos o termo “didático” como uma fuga de seu propósito, pois a sociedade entende o *didático* como “inculcável”, funcionamento cotidiano e trivial do ensino brasileiro, e não necessariamente como “reflexivo”. Materiais determinados por “didático”, no Brasil, constituem-se mais por repetições redundantes de obras anteriores com inovação de formato do que pela *inovação da repetição*¹³ a partir da reflexão de possibilidades, mesmo que com os mesmos formatos anteriores. O que queremos dizer é que o termo *didático* convencionou-

¹¹ “cor.rup.ção *sf* (*lat* *corruptione*) 1 Ação ou efeito de corromper; decomposição, putrefação. 2 Depravação, desmoralização, devassidão. 3 sedução. 4 Suborno. Var: *corrução*” (MICHAELIS..., 1998. p.595).

¹² “CORRUPÇÃO. [Do *lat* *corruptione*] S. f 1. Ato ou efeito de corromper; decomposição, putrefação. 2. *Fig.* Suborno, peita. [Var.: *corrução*; sin. ger.: *corrompimento*.]” (FERREIRA; ANJOS, 1999, p.564).

¹³ Queremos resgatar, de certa forma, e oferecer, como princípio do didático, o que Foucault (2001, p.25-26) constatou sobre a relação de repetição entre dois textos: “[...] dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito [...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.”

se na paráfrase “mantenha-se neste sentido”, como demonstra o vasto material circulante, o que torna, por conseguinte, o dicionário um fim, e não um meio.

Esse dicionário Larousse define as acepções do *corpus* na forma de dois enunciados, como se vê:

Corrupção: s.f. (do lat. *Corruptio*). 1. Ação ou efeito de corromper, de fazer degenerar; depravação. – 2. Ação de seduzir por dinheiro, presentes, etc., levando alguém a afastar-se da retidão; suborno (GRANDE..., 2000, p.271).

Inicialmente, ambas as definições um e dois dão-se por um modo de “enumeração”, procedimento, como já era de se esperar, de práticas dicionarescas. No número um, por um procedimento de reescritura por “definição”, temos o sentido pejorativo e preconceituoso do termo **corrupção**, uma vez que o Locutor evidenciou sua subjetividade ao escolher o verbo *degenerar* (e não *mudar*) e a nominalização *depravação* e não *mudança*. Temos um locutor-preconceituoso que, mesmo sem saber o objeto da ação de corrupção, já usa *degenerar* e *depravação*. “Degenerar” e “mudar” mostram a mesma fenomenologia, mas o primeiro indica uma posição pior; o segundo, apenas uma outra posição qualquer.

Poderíamos propor uma paráfrase¹⁴ da definição um sem preconceito e sem, contudo, deslocar seu sentido de mudança. Assim:

(1) *Ação ou efeito de deixar uma posição ideologicamente preferível, para outra menos quista.*

Na definição dois (que também é um procedimento de reescritura por “definição”), temos um procedimento de articulação por “dependência”, pela cisão “levando alguém a afastar-se da retidão”, que depende da parte anterior, recalcando uma prática argumentativa de incluir a consequência na definição (o afastar-se da retidão devido à língua de sedução), ou seja, a articulação ilustra a orientação (de afastamento) do sujeito mediante o substantivo **corrupção**. A definição dois, na totalidade, é o efeito de corrupção como argumentabilidade na voz ativa, pois ela se resume na sedução. Isto é, a corrupção é uma língua ostensiva para um fim. Poderíamos também propor uma paráfrase menos preconceituosa, agora na voz reflexiva, mantendo-nos, mesmo assim, na orientação do sentido de argumentabilidade:

(2) *Ação de enriquecer-se por meios diversos, transferindo-se para uma posição socialmente mais agradável e moralmente subestimada.*

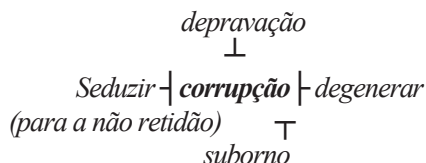
¹⁴ Além de ter o enunciado como unidade de análise enquanto integra um texto, faremos uso heurístico de paráfrases para manipular o enunciado gerando sentidos, respeitando relações.

O trecho “[...] levando alguém a afastar-se da retidão” explicita um enunciador universal, que é também um dos sentidos da definição:

Eu1 – “*A sociedade não deve afastar-se da retidão*”.

A problemática está no equívoco e na incompletude da “retidão”, que não foi definida, sugerindo gestos de interpretação para o usuário do dicionário.

Pelo gráfico de DSD¹⁵ do dicionário Larousse (GRANDE..., 2000), temos, a partir de um Locutor-preconceituoso:



Pela nossa análise, propomos, a partir de um locutor-semanticista (tentativa de uma posição neutra, isenta de preconceito), o DSD:



Portanto temos, no Larousse, uma definição didática (um fim e não um meio) preconceituosa (contra a corrupção) e incompleta (de retidão indefinível), produzindo o efeito de sentido de *mudança* e *habilidade argumentativa* para o termo definido. A expressão corrupção também é tratada como uma língua (que outrora, em alguns eventos científicos, chamávamos de “língua de corrupção”), que funciona pelo verbo *seduzir*.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0

Esse dicionário é resultado de uma intensa coleta de dados realizada durante quinze anos, constituindo uma obra de grande porte. Publicado em 2001, o trabalho contou com vários profissionais do Instituto Houaiss, dentre lexicógrafos e demais pesquisadores, trazendo um legado positivo e um negativo para a ciência linguística.

Seu legado insuficiente foi que, ao pesquisar uma infinidade de dicionários e afins, seus Locutores pretenderam ser a voz unívoca dos dicionários (uma vez

¹⁵ DSD: Domínio Semântico de Determinação. Trata-se de um gráfico para visualização da análise, onde os sinais \perp --- \top significam “determina”, o traço menor (---) significa “sinônimo” e o traço maior (-----) significa “antônimo.” (GUIMARÃES, 2007b).

que trazia a voz de todos eles em si). Também foi insuficiente ao tratar a língua a partir da universalidade da lusofonia e do privilégio da norma, que orientam seu uso mais para uma unificação e compatibilização linguísticas entre os escritores e falantes do Português de diferentes países do que para um funcionamento heterogêneo da Língua Portuguesa.

Quanto ao legado positivo, o dicionário Houaiss (INSTITUTO HOUAISS, 2001) concebe os sentidos a partir de vários elementos, como o temporal, indicando aproximadamente a data da primeira circulação, e o etimológico, fornecendo a origem latina, bem como propondo sinonímias e antonímias e trazendo definições a partir de uma polifonia de enunciadores (sociais, psicológicos, lexicógrafos, etc.), não apenas resumindo as acepções numa única óptica. Seu outro ponto maduro foi, na apresentação, confessar impossível a adequação homogênea e semântica de palavras em enunciados infinitos, atribuindo à “capacidade linguística” do consultor a “decodificação” final das terminologias (o que não é um procedimento suficiente para o tratamento semântico, porém parece reconhecer as especificidades de cada acontecimento enunciativo).

No caso do *corpus* corrupção, propõe definições conceituais, lexicográficas e sinônimas inscritas em âmbitos psicológico, social, jurídico e de política, principalmente, e optou pelo formato de enunciados, enumerando-os, como é notório abaixo.

Enunciado um:

1 deterioração, decomposição física, orgânica de algo; putrefação
Ex.: c. dos alimentos. (INSTITUTO HOUAISS, 2001).

Na definição um, oferece um grupo de reescrituras por “substituição” a partir do modo “sinonímico” e “numerado” e, pelo procedimento de articulação por “dependência-coordenação”, evidencia um locutor-biólogo a partir dos adjetivos “decomposição **física e orgânica**”, bem como pelo complemento **dos alimentos**. Por essa definição, consegui explicar etimologicamente a origem do preconceito para com a palavra corrupção, oriundo de um saber universal sobre a ciência da biologia: deterioração.

Enunciado dois:

2 modificação, adulteração das características originais de algo
Ex.: c. de um texto . (INSTITUTO HOUAISS, 2001).

Na acepção dois, apresenta inclusive uma definição menos preconceituosa e, pelo mesmo modo de “sinônimo”, reescreve a corrupção por “substituição” para modificação e adulteração. Já pelo procedimento de articulação por

“coordenação” (duas palavras iniciais) e “dependência” (os complementos “**das características originais de algo**” e “**de um texto**”), inscrevem a corrupção no plano linguístico, enquanto locutor-linguista.

Enunciado três:

3 Derivação: sentido figurado.
depravação de hábitos, costumes etc.; devassidão. (INSTITUTO HOUAISS, 2001).

Na definição três, temos o procedimento de reescritura por “substituição” enumerativa de efeito sinonímico (derivação, depravação e devassidão) e, concomitantemente, articulação por “coordenação”, bem como articulação por “dependência”, que relaciona o aposto “**sentido figurado**” e os objetos “**de hábito**” e de “**costume**” para uma construção moralizante. Pelas articulações, observamos um locutor da psicologia que constrói esse enunciado e um comportamento sobre hábitos e costumes que é afetado pelo enunciador universal: Eu2: “*Não se deve depravar os hábitos e costumes*”.

Enunciado quatro:

4 ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia, ger. com oferecimento de dinheiro; suborno
Ex.: usou a c. para aprovar seu projeto entre os membros do partido. (INSTITUTO HOUAISS, 2001).

Na enunciação quatro, temos um procedimento de reescritura por “expansão-definição”, a partir de “substituições” (ato ou efeito), seguido de uma “condensação” (suborno). Pelo procedimento de articulação por “dependência”, vemos o enunciado dividido, o que dá efeitos de “especificação” para os sintagmas ato e efeito (**de subornar**) e causa (própria ou alheia), bem como uma “generalização” pela cisão “**ger. com oferecimento de dinheiro**”. O caráter sintático do complemento **de dinheiro** atrela a corrupção ao sentido econômico (e, por uma predicação, recorta um memorável que o relaciona ao governo). Por essa via sintática, instaura-se uma definição social, acepção dada por um locutor-cívico. É bom que se observe que, ao propor um verbo como definidor, instaura, automaticamente, a presença de sujeitos como condição para constituição da noção. Isto é, o verbo subornar instaura um agente-sujeito e um agente-objeto para a realização da “corrupção-suborno”. O exemplo sugerido, “usou a c. para aprovar seu projeto entre os membros do partido”, é a retomada de um interdiscurso, um já-dito sobre acontecimentos no cenário da República, que inscreve a acepção no âmbito da política.

Enunciado cinco:

5 emprego, por parte de grupo de pessoas de serviço público e/ou particular, de meios ilegais para, em benefício próprio, apropriar-se de informações privilegiadas, ger. acarretando crime de lesa-pátria
Ex.: é grande a c. no país. (INSTITUTO HOUAISS, 2001).

Nesse quinto enunciado, por um modo de “desenvolvimento” de um procedimento de reescritura por “expansão-definição”, temos o sintagma verbal “emprego” como especificidade da corrupção. Trata-se de um enunciado que, por um intrincado procedimento de articulação por “dependências” sobrepostas e enumeradas (emprego ┆ grupo ┆ de pessoas ┆ serviço, etc.), narra a formação da corrupção a partir da relação empregatícia (obtida por um sintagma e suas adjetivações: “serviço público e/ou particular”). Por isso, a acepção é também definida no âmbito social ao predicar à corrupção o privilégio de relações de poder (FOUCAULT, 2001) de determinado funcionário, ou determiná-la por habilidades ilegais diversas, ambas para obter informações privilegiadas. Produz-se um sentido de que as informações são os objetos da corrupção e de que corrupção é o modo de acesso a elas, se olharmos para a articulação por “dependência” do substantivo e adjetivo **benefício próprio**. Poderíamos ainda aludir o enunciado cinco a um memorável de “abuso de poder”. A definição cinco explícita e enaltece, pela primeira vez, as palavras **crime** e **ilegal**, o que leva a corrupção para o espaço jurídico. O exemplo usado, “é grande a c. no país”, é um interdiscurso (já-dito) que descola um sentido da corrupção como lamentação. É pertinente observar ainda que esse enunciado cinco foi dito sobre a égide de dois enunciadores, a saber:

um enunciador universal moralizante: Eu3: “*Não deveria haver corrupção*”,

e um enunciador universal jurídico: Eu4: “*Não se deve praticar atos ilegais*”.

Se olhados predicativamente, tais enunciadores, que recortam o memorável da corrupção alastrante, constituem sentidos de lamentação, estagnação, repugnância e combate, dados pelo locutor-militante. O exemplo usado, “é grande a c. no país”, é um interdiscurso que também orienta a corrupção para a lamentação.

Enunciado seis:

6 Rubrica: termo jurídico.
disposição apresentada por funcionário público de agir em interesse próprio ou de outrem, não cumprindo com suas funções, prejudicando o andamento do trabalho etc.; prevaricação. (INSTITUTO HOUAISS, 2001).

O procedimento de reescritura utilizado é de “definição”, subdividindo, por um modo de “desenvolvimento”, o enunciado em três procedimentos: de reescritura

por “substituição” para o sintagma **Rubrica**, de reescritura por “expansão” para o sintagma **disposição** e, finalmente, de reescritura por “condensação” para o sintagma **prevaricação**. Este último põe o modo sinonímico de todo o enunciado ao resumir-se na distorção da prática trabalhista (âmbito social) a qual se utiliza do trabalho para fins próprios e não para fins previamente instituídos. Sobreposta às reescrituras, desenvolve-se a articulação por “dependência”, também intrincada por determinações sucessivas (disposição | funcionário | público, etc.), que predica o egoísmo profissional ou o seu direcionamento posto pela locução adverbial **em interesse próprio ou de outrem** (que inscreve a acepção como comportamento no âmbito psicológico). Já o aposto do sintagma “Rubrica: **termo jurídico**” (âmbito jurídico) inscreve a formulação no memorável dos acontecimentos que se convencionou chamar corrupção por seguir essa linha de prevaricação. Como todo dizer pauta-se em um enunciador, da mesma forma, esse enunciado seis debruça-se sobre três enunciadores e também deixa entrever três lugares sociais (locutores) como mencionados a seguir. Vejamos esta cena enunciativa:

um locutor-social, pautado em:

Eu5: “*o trabalho não deve ser distorcido*”;

um locutor-psicológico, pautado em:

Eu6: “*não se deve ser egoísta, ou ser desonesto*”;

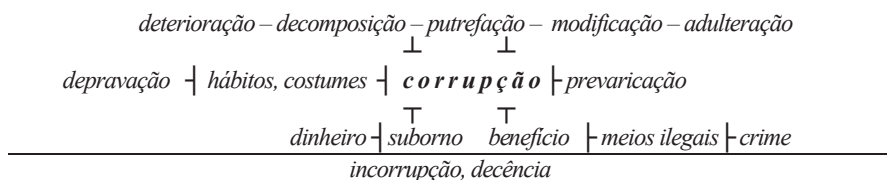
e um locutor-jurídico, que se pauta em:

Eu7: “*a prevaricação é crime*”.

Olhando para este último enunciador (Eu7), é perceptível um sentido de performatividade, que solidificaremos e defenderemos adiante, uma vez que é o jurídico quem resolve a problemática da corrupção, isto é, faz um objeto ser ou não ser corrupção (diz se é ou não é). No caso da prevaricação, ela é performativizada para **crime** segundo os poderes jurídicos.

Ainda é interessante observar a introdução das seis definições reescritas por “substituição” sinonímica pelas enumerações **ato**, **processo** e **efeito** (e, ao mesmo tempo, articulação por “coordenação”), especificando a corrupção a partir de suas condições de produção (ato – personagens –, processo – espaço, cena, acontecimento, memórias – e efeito – configurações anteriores que concebem a corrupção, isto é, a corrupção como resultado). Trata-se de um efeito de restrição da corrupção (que poderia dar margem a outros “crimes”, que não esses), dado por esses procedimentos, somado ao complemento **de corromper**. Esses três sintagmas orientam para a “especificidade” da corrupção.

Dessa forma, o dicionário Houaiss (INSTITUTO HOUAISS, 2001) procurou sistematizar, consecutivamente, os sentidos nos campos: 1: da biologia; 2: da linguística; 3: da psicologia; 4: social e da política; 5: social e jurídico; 6: jurídico, psicológico, social e da política. Eis o DSD desse dicionário:



Por outro lado, focando o simbólico “corrupção” especificamente em relação ao acontecimento da CPMI do mensalão (BRASIL, 2006), por uma operação de paralelismo, é interessante dizer que, somente por meio do memorável dos acontecimentos de prevaricação demonstrados nessas CPMIs ou em outras denúncias políticas, temos essa acepção como corrupção. Fora dessa memória, pode não haver corrupção. Por exemplo: supostamente, se um funcionário que fazia uso ilícito de programas MSN, *Orkut* ou navegava em *sites* proibidos no seu trabalho, ou se seu serviço atrasou devido à realização de venda de cosméticos que ele ali efetuava, ou ainda se esse funcionário agilizou certa documentação (que demandaria meses) para parentes seus, ou se ele precisou sair de forma urgente no meio do serviço e, para isso, utilizou o veículo da empresa e pediu para seus companheiros acobertarem-no, ou se, por um acaso, trabalhasse numa agência de trânsito que fornecia resultado de provas e viu o nome de seu amigo ali, que lhe pedira, encorajado pela sua amizade, para que lhe fornecesse o resultado do exame assim que o soubesse, veremos que a formulação seis, “disposição apresentada por funcionário público de agir em interesse próprio ou de outrem, não cumprindo com suas funções, prejudicando o andamento do trabalho etc.”, não constitui corrupção no imaginário do povo. Tampouco, ao pensar nessas memórias, teríamos corrupção em três – “depravação de hábitos, costumes etc.” – ou em quatro – “ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia, ger. com oferecimento de dinheiro”. Abre-se, então, uma problematização para designar a corrupção: seria a corrupção apenas reconhecida no âmbito governamental? A corrupção é própria das relações sociais humanas? Existem “tipos” de corrupção? Existe um mesmo real submetido a uma disparidade de nomes, o qual, dependendo da situação, leva nomes diferentes de corrupção (favor, gentileza, questões de sobrevivência, etc.)? A amizade constitui relações de corrupção, sobrepondo-se a regras sociais e morais?

Antes de responder a tais perguntas, observamos que essas irrupções manifestam-se devido às propostas dicionarescas que não se cumprem e às incompletudes de suas definições ineficientes, pois, ao pretender tratar grupos de acontecimentos universalmente (seu formato geral), desconsideram especificidades únicas e deixam ao léu do interlocutor as relações com memoráveis. Essas sim constituirão o sentido do termo abordado. Mesmo que os dicionários tentem apreender tais propriedades mnemônicas, devido à carência de elementos circunstanciais da cena (acontecimentos, Locutores, locutores, enunciadores,

memoráveis, interdiscursos, temporalidades, imaginário, etc.), são apanhados pelo equívoco da língua, que não permite a cristalização semântica. Enfim parece que os inúmeros acontecimentos destoantes de honestidade na República elegeram um memorável que localiza a corrupção somente no sistema da política, e não no cotidiano brasileiro.

Outros documentos

Cartilha “Integridade, ética e transparência contra a corrupção”

A presente cartilha foi lançada em 2008 pela Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais, assinada pelo seu Governador. Limita-se a um espaço enunciativo de política. Em outras palavras, já é fruto do gesto de localizar a corrupção apenas no espaço da política. Organiza-se em nove tópicos.

Como dito anteriormente, os memoráveis das cenas governamentais criaram uma literalidade de corrupção-política, interpellando e instigando interlocuções das instituições governamentais ditas corruptas. A enunciação da cartilha é uma delas. Quando se instaura o litígio na cena (por exemplo, povo aferindo pertencimento do governo à corrupção, e governo aferindo seu despertencimento), o elemento policial¹⁶ e performativizador do dissenso é a língua erudita jurídica, como se verá adiante. Consideremos que apenas o espaço enunciativo da constituição da presente cartilha (MINAS GERAIS, 2008) – do Governo do Estado de Minas Gerais, Auditoria Geral do Estado – já orienta o sentido do *corpus* para um patamar jurídico, uma vez que tal espaço é regulado pelas Leis, e o que lhe escapa constituirá a corrupção. Também, apenas o gesto de se conceber uma cartilha quer instaurar um sentido combativo, ou seja, levando o *corpus* para o plano moralizante, configurando o governo mineiro como Locutor-Estado enquanto locutor-povo. No tópico “O que é a corrupção”, escolhemos um recorte onde a definição formula-se em enunciados.

1. O que é corrupção

É usar o dinheiro público como se fosse particular; é tirar dinheiro da merenda, do remédio, da obra e usar para outros fins que não de interesse público; é usar o cargo público para beneficiar interesses privados. (MINAS GERAIS, 2008, p.6).

Pelo procedimento de reescritura, temos a “elipse” corrupção, bem como uma “definição” por “expansão”. Essa definição funciona pela “substituição” da corrupção pelos verbos **usar** e **tirar**. Pelo procedimento de articulação por “dependência” formulada por predicados postos na ordem de elipse (corrupção)

¹⁶ Polícia: noção de Rancière (1996) para designar a harmonia ou carência de litígio no funcionamento da língua.

seguida do verbo de ligação e das três predicacões (gramaticais), que expõem a corrupção como posta em funcionamento pelo dinheiro e pelo cargo público.

As acepções giram em torno dos adjetivos “público” e “privado/particular”, que limitam a corrupção apenas a um plano jurídico e de política (além de conclamar um locutor psicológico que predica maldade, insensibilidade, etc.). Nos enunciados definidores, constatamos um discurso popular: se uma vez que é próprio do Estado pronunciar-se pela língua erudita, por que se pronuncia agora pela língua popular? Percebemos um jogo do Locutor-Estado enunciar como um locutor-povo. Em outras palavras, é o Estado dizendo o que o povo quer ouvir. É uma maneira burocrática de realizar relações politicamente corretas, de contramedidas, de não indiferença. A *Cartilha “Integridade, ética e transparência contra a corrupção”* (MINAS GERAIS, 2008) é uma paráfrase de “Somos absolutamente contra tais ações”, ou afirma-se combatente da corrupção pelo lançamento da mesma, como explicado na sua apresentação.

No tópico “Os agentes passíveis de praticar a corrupção”, há uma reescritura por “definição”, pela qual sugerimos este gráfico: Corrupção = servidor público, agente político, eleitor e particular (MINAS GERAIS, 2008, p.7), definindo, em seguida, o agente político como locutor-chefe eleito para determinado fim; servidor como locutor-servidor-público em geral; particular como locutor-universal, advindo de qualquer posição (não pública); e eleitor como locutor-favorável ao agente político. A assimetria entre a cartilha mineira (MINAS GERAIS, 2008) e a cartilha do Criscor (INSTITUTO CRISCOR, 2009), próxima a ser analisada, é que, naquela, a corrupção é viabilizada pelo eleitor, pelos cidadãos brasileiros que votam. Isto é, os agentes políticos que enunciam a cartilha mineira dividem a culpabilidade da corrupção com o povo eleitor.

Nos tópicos “Ato que podem constituir a corrupção” e “Como perceber desvios e detectar a corrupção”, temos um procedimento de reescritura enumerativa por “definição-substituição-expansão”, que considera a corrupção como ato, desvio, distribuição, uso, irregularidade e desrespeito (ordem não é respeitada). Observamos que a cartilha mineira tem uma forma de designar a corrupção não explicativamente, mas detectavelmente, isto é, pelo procedimento de articulação por “dependência” por um modo definidor “referencial¹⁷” reportando-se a dados no mundo, uma definição constativa de dados dos bens públicos. Na linha abaixo das referências, continuam as articulações, porém em um modo de “desenvolvimento”, mais especificamente por “narrativa¹⁸”, em que podemos observar que cada subdefinição apresenta uma história como exemplo que constitui sentido, que parece desvelar que a cartilha foi feita para o povo simples, o interlocutor

¹⁷ Como dito no início, Guimarães (2007b, 2009) não elenca este modo de “referência”. A sugestão é nossa.

¹⁸ Como dito no início, Guimarães (2007b, 2009) não elenca este modo de “narrativa”. A sugestão é nossa.

estagnado e não letrado, que não entenderia o que é corrupção apenas pela definição e precisaria de um exemplo. A narração de exemplo parece inscrever a cartilha no gênero didático. A referência e a narração fazem com que a corrupção seja “determinada” pela conversão do fluxo de repasse de verbas públicas. Assim ela reporta-se referencialmente aos seguintes fatos no mundo:

4. Como perceber desvios e detectar alguns atos de corrupção
Má distribuição ou até não distribuição de livros didáticos e remédios.
Ex: Existem alguns postos e escolas que possuem o material e outros não.
Uso de veículos para fins particulares.
Ex: Servidor público ou agente político que utilize o veículo fora do horário de trabalho para tratar de assuntos particulares.
Irregularidades em concursos públicos e contratação de servidores.
Ex: A ordem de classificação em concursos estaduais não é respeitada, e um candidato que obteve pontuação menor é chamado primeiro do que o que conseguiu maior pontuação.
Más condições de hospitais, postos de saúde, escolas e estradas.
Ex: Apesar da divulgação de projetos para melhorar a estrutura de hospitais, escolas e estradas, o cidadão não percebe nenhuma melhoria.
(MINAS GERAIS, 2008, p.9).

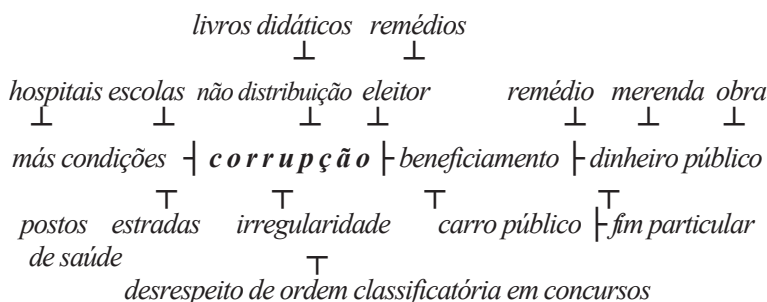
No tópico “A transparência como principal aliada no combate à corrupção”, ilumina-se uma relação transitiva, transversal da corrupção com o *secreto*, pressupondo¹⁹, a partir da formulação “transparência”, enunciados como “a corrupção dá-se por vias do secreto”. Temos, por esse olhar, uma reescritura por “substituição” pelo modo de “antonímia” (oposição transparência/secreto). A concatenação das inúmeras articulações por “dependência” ao longo do “desenvolvimento” no escopo desse tópico predica que a noção de transparência é reduzida à “prestação de contas” pelos administradores públicos e à “acessibilidade” e à “divulgabilidade de valores” de suas administrações.

Nos tópicos “Como fiscalizar” e “A atuação da Auditoria Geral do Estado”, fica explícito que a cartilha prevê um destinatário povo e espera sua interação. A questão é que essa interação (nos moldes da predisposição dessa cartilha) raramente acontecerá, pois há empecilhos os quais impedem o sujeito povo de tomar voz na cena fiscalizadora, como a impossibilidade de apropriar-se da língua erudita e o desconhecimento das regularidades jurídicas (e um possível representante seu já estaria agenciado por questões diversas da sua, não sendo a mesma coisa), além de outros fatores, inclusive o de um enunciador constitutivo do sujeito povo que consente a corrupção por afinidade. Esse ponto nodal nos

¹⁹ Conforme a noção de *pressuposição* de Ducrot (1987), que assevera que um enunciado vem à tona pela formulação de elementos de outro enunciado.

permite dizer que, de certa forma, o povo tem voz para possibilitar a corrupção, enquanto locutor-eleitor, mas torna-se sem voz para combatê-la, mesmo se convidado. Ou ainda: o Estado dá voz ao povo (viabilizando a denúncia) na medida em que tira sua voz (impossibilitando sua voz na cena jurídica ou parlamentar do processo, etc.)²⁰.

Podemos dizer, apoiados no excerto da cartilha mineira, que não vivemos em uma democracia (talvez uma cleptocracia?), pois não é laborioso diagnosticar a corrupção pelos elementos reportados a essa palavra oferecidos nesse documento. Dessa forma, aproximamo-nos de Rancière (1996), quando o autor diz que a democracia não existe, mas vivemos em uma pós-democracia, um simulacro de democracia com regularidades opostas a ela. A cleptocracia funciona no Brasil como discursos e enunciados de parapolítica (gestos de apaziguamentos, um “como se”) disfarçados de metapolítica (gestos combativos de irregularidades) que orientam para uma arquipolítica²¹ (organização para a submissão do povo a papéis sociais outorgados) Esse movimento político, porém, não será tratado aqui. Temos o DSD da cartilha mineira:



A cartilha contra a corrupção

O Movimento Cristãos contra a Corrupção, Criscor, é uma instituição (em fase de tornar-se instituto nacional e internacional) que mobiliza acontecimentos argumentativamente moralizantes, uma militância social-jurídica que almeja viabilizar a utopia do expurgo da corrupção na República.

Talvez por características de um Locutor-militante enquanto locutor-religioso ou locutor-moralizante, traz, para a formulação de seus enunciados, enunciadore

²⁰ Lembrar aqui o episódio em que um Locutor-povo (chamado orador não identificado) tenta tomar voz na CPMI, mas é interdito pelo Locutor-relator: “Isso o senhor vai dizer ao seu cliente, não a mim. V. Sª não pode se dirigir nem à Mesa nem ao Plenário” e “V. Sª, então, deve recorrer aos depoentes para que eles falem. V. Sª não pode se pronunciar.” (BRASIL, 2006, p.177).

²¹ Noções abordadas por Rancière (1996): parapolítica, metapolítica e arquipolítica.

que asseveram tais valores pressupostos em toda a cartilha: “Eu tenho certeza de que você é uma pessoa de bem.” (INSTITUTO CRISCOR, 2009).

Basicamente, a cartilha do Criscor (INSTITUTO CRISCOR, 2009), de ampla distribuição no Congresso e em outras entidades públicas e privadas, organiza-se em sete tópicos definidores.

Na parte “O que é” e “Onde acontece”, a cartilha do Criscor (INSTITUTO CRISCOR, 2009) também trabalha a corrupção no nível de seu sentido e circulação forte, isto é, com proeminência política, embora, na acepção da palavra, revele uma dêixis geral de seu funcionamento na sociedade. Ela apresenta um minitexto definidor do termo (se visto pelo procedimento de escritura por “definição-expansão” e pelo modo de “desenvolvimento”) a partir dos documentos – que não referencia – *Barsa*, *Aurélio* e *Michaelis*, não abordados aqui, além de definições de uma versão do Código Penal. Este é o trecho que analisaremos:

Esta ação generalizada da Corrupção precisa ser entendida como uma **tendência natural** do ser humano, especialmente quando há escassez de recursos e a oportunidade é boa. A maioria das pessoas pode desenvolver tendências para a corrupção, basta medir se a possibilidade de ganho vale o risco corrido. (INSTITUTO CRISCOR, 2009, grifo nosso).

Pelo procedimento de reescritura por “substituição”, ao usar a palavra **tendência**, e pelo procedimento de articulação por “dependência”, ao adjetivá-la de **natural**, leva-se a corrupção para os planos determinista e biológico, neles revelando um locutor-naturalista. Pela primeira vez, temos uma justificativa do comportamento corrupto (plano psicológico, locutor-psicólogo). Essas afirmações deterministas transportam o agente da corrupção de uma posição de “vilão” para uma posição de “vítima”, transvalidando o sentido da culpabilidade.

Na parte “Como funciona”, instaura, na cena corrupta, pelo menos quatro personagens responsáveis pelo funcionamento da corrupção, que enunciativamente analisamos:

Locutor-corruptor: que enuncia a proposta de corrupção;

Locutor-corrupto: que enuncia afirmativamente ao corruptor;

Locutor-conivente: que “diz o silêncio” ao ter ciência de tudo, para não ser empecilho no processo corrupto, pois se move focado na orientação futura de que poderá a vir tomar a posição de corrupto e corruptor, e estes serão seus coniventes.

Locutor-irresponsável: geralmente ocupa posições de chefia. Enuncia a validação ilegal (em desacordo com a Lei) de seus subordinados ou por incapacidade vocacional, ou por eximir excelência ao seu trabalho, isto é, ter preguiça, negligenciando sua fiscalização.

Por procedimentos de reescritura, há predominantemente a “definição-expansão”, a partir de várias “repetições”, bem como algumas “substituições”. A articulação dá-se basicamente por “dependências”. Aqui nos interessa mais o desenvolvimento por “narrativa” (que, para significar, apela para a ficção, dando história aos quatro personagens, levando o gênero da cartilha também para o didático) e também a “predicação”, pela qual essa proposta de personagens da corrupção predica a corrupção como quadrilha na política.

Na parte “Resultados”, o Locutor discorre sobre o progresso nacional posto em xeque pelo prejuízo causado pela corrupção numa escala +P-Q²² (quanto mais corrupção, menos progresso). É interessante aqui analisar a simetria das duas cartilhas: *cartilha Criscor* (INSTITUTO CRISCOR, 2009) / *cartilha mineira* (MINAS GERAIS, 2008), sendo respectivamente: Locutor-povo / Locutor-Estado. Enunciam ambos um mesmo simbólico pejorativo de corrupção, um mesmo “tom” de militância e desvelam sua orientação argumentativa para a confiança no mecanismo jurídico como extirpador da corrupção. Assim:

- *Cartilha mineira*: argumenta no tópico “atuação da Auditoria Geral do Estado” para uma confiança no sistema da política, sadio e capaz de solucionar (e já solucionando) a corrupção (efeito de política eficaz).
- *Cartilha Criscor*: argumenta no tópico “resultados” para a vulnerabilidade do sistema da política, incapaz de se autossustentar honestamente, precisando de interferência jurídica que se pautem em denúncias populacionais (efeito de política precária).

Na parte “Como combater”, recalca a hegemonia da Lei, abordada no *Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990) e expõe a língua erudita como agenciadora do embate político, triangulando os espaços legislativo, executivo e judiciário para esse portento. Expõe enunciados moralizantes, admoestando para que o sujeito abstenha-se das posições dos sujeitos da corrupção acima citadas. Também recomenda que o sujeito mantenha-se na posição “honesta” (submeta-se à arquipolítica supracitada) pagando seus impostos e recebendo suas dificuldades de bom grado. Finaliza esse tópico com os verbos enumerados no imperativo: “Denuncie, cobre, investigue.” (INSTITUTO CRISCOR, 2009), predicando, por um

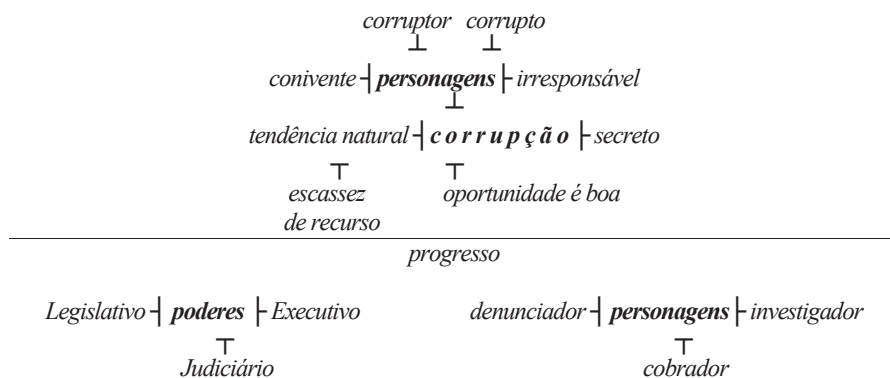
²² Conforme as escalas argumentativas de Ducrot (1987).

procedimento de articulação por “dependência”, numa operação transversal, que a corrupção relaciona-se com a palavra *secreto*.

Na parte “Leis contra”, dá a referenciação de um repertório seletivo de leis que utopicamente poderiam definir, interceptar, desencorajar, fiscalizar e punir o funcionamento da corrupção.

A problematização maior do combate à corrupção que se instala é que o mundo é configurado pela regulação da Lei, mas funciona sob o equívoco dessa mesma Lei, fazendo com que seja um gesto ingênuo e ilusório o expurgo da corrupção simplesmente pelo jurídico. Se se tenta erradicar a corrupção apenas pela soberania da Lei, fica solidificada nossa afirmação de que a língua erudita que funciona da posição jurídica é quem performativiza a corrupção, sobrepondo seus enunciadores de doutrina²³ acima da memória do mensalão de rombo público, por exemplo, acima do imaginário popular de que a corrupção é inquestionável e acima de perspectivas de honestidade e integridade. Ganha força a hipótese de uma orientação para um espaço pró-corrupção atual.

Na parte “Você sabia”, apresenta a corrupção como agenciadora de uma geografia política mundial e nacional precária, impune, rica e incentivadora. Eis o DSD da CARTILHA Criscor (INSTITUTO CRISCOR, 2009):



Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado internacional

O sentido literal de corrupção-política dito acima, cristalizado pelos acontecimentos governamentais obscuros, parece ser uma tendência não apenas nacional, mas mundial (porém restringiremos nossa análise ao âmbito nacional, localizando-a nos limites de nosso *corpus*). Mas fato é que as circulações da

²³ Apropriação da noção de Foucault (2001, p. 43), que assim defende: “A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros.”

palavra corrupção foram balizadas por acontecimentos na política, cristalizando-se mundialmente.

A prática crescente e constante da corrupção (tal como definida até agora), em contraste com os enunciadores-universais-moralizantes, Eu8: “*Deve-se ser honesto*” e Eu9: “*deve-se seguir as Leis*”, coagiu instituições inúmeras a enunciarem-se contra essa prática. Uma das instituições com maior visibilidade de pronunciamento foi a Organização das Nações Unidas (ONU), devido ao lugar que ocupa no imaginário de uma centralidade de arquipolítica (organização) mundial. Preocupada com as ameaças da corrupção a esse imaginário de estabilidade, disse que a corrupção é um perigo “[...] para a estabilidade e a segurança das sociedades, ao enfraquecer as instituições e os valores da democracia, da ética e da justiça e ao comprometer o desenvolvimento sustentável e o Estado de Direito.” (ONU, 2003). Propôs uma convenção entre os Estados Partes, “Convencidos de que a corrupção deixou de ser um problema local para converter-se em um fenômeno transnacional que afeta todas as sociedades e economias.” (ONU, 2003). Desenvolve-se orientando para uma cooperação internacional de prevenção.

A *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção* (ONU, 2003) foi material de suporte intertextual para vários documentos oficiais sobre a corrupção no mundo, dentre eles, os aqui usados: a *Cartilha Integridade, ética e transparência contra a corrupção* (2008), a cartilha mineira (MINAS GERAIS, 2008), a cartilha do Criscor (INSTITUTO CRISCOR, 2009) e o capítulo final do *Relatório final dos trabalhos da CPMI “dos correios”* (2006), vulgo “caso mensalão”.

A definição de corrupção no documento da ONU (ONU, 2003) é singular, pois não houve a preocupação costumeira de predicções iniciais de sinônimas, enunciados explicativos ou descritivos (embora haja algumas descrições), tampouco apresentação de etimologias, datas, exemplos ou construções para tornar didática tal acepção. Inscrita em um espaço jurídico e administrativo, parte-se do pressuposto de que a corrupção já é conhecida (o que não ocorre com os outros documentos que têm o cuidado de especificá-la).

Por articulação, ocorrem algumas adjetivações dependentes como **econômico** e **público**, orientando para as observações já citadas anteriormente. Por isso focaremos o procedimento de reescritura, que é mais pertinente aqui.

Ao constituí-la expansiva e enumeradamente, em toda a *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção* (2003), há diversas reescrituras por “substituição” dadas pelo modo de sinônima como problema, ameaça, delinquência, crime, delito, suborno, etc., bem como dadas pelo modo de antônima como equidade, princípios, valores, democracia, justiça, ética, etc. Por isso,

diremos que o vasto rol de substituições e coordenações do documento denota um procedimento de “condensação” por um modo de “totalização” pela palavra corrupção. “Condensação”, que pode ser vista como a forma dessa convenção apresentar e tratar a corrupção, designa-a morfológicamente como um substantivo coletivo ou uma hiperonímia. Corrupção é um sintagma nominal que abarca uma série de outras palavras referidas também nessa convenção (ONU, 2003), que reportam a atos governamentais sempre ilegais ou antiéticos (contra a Lei e contra enunciadores éticos).

Abaixo, recortes apenas de alguns títulos dos Artigos da convenção (ONU, 2003), que configuram o quadro amplo do sintagma. Corrupção torna-se condensação-totalização de:

Artigo 14

[...] lavagem de dinheiro

Artigo 15

Suborno de funcionários públicos nacionais

Artigo 17

Malversação ou peculato, apropriação indébita ou outras formas de desvio de bens por um funcionário público

Artigo 18

Tráfico de influências

Artigo 19

Abuso de funções

Artigo 20

Enriquecimento ilícito

Artigo 21

Suborno no setor privado

Artigo 22

Malversação ou peculato de bens no setor privado

Artigo 23

Lavagem de produto de delito

Artigo 24

Encobrimento

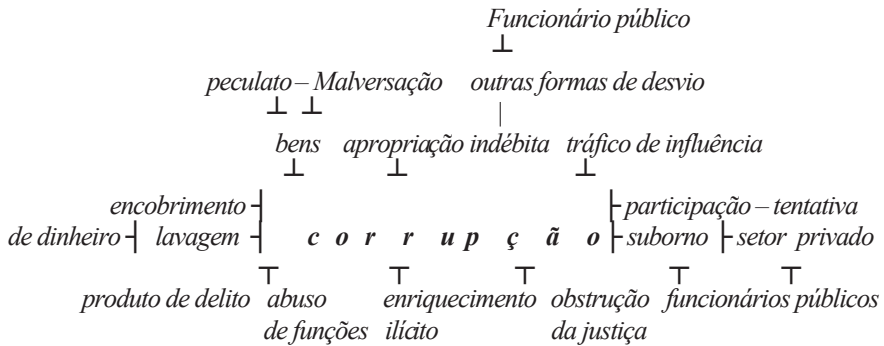
Artigo 25

Obstrução da justiça

Artigo 27

Participação ou tentativa (ONU, 2003).

A partir do recorte, podemos propor o seguinte DSD deste documento da ONU:



O Código Penal

Pelo instrumento do *Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990), temos, pela primeira vez, um dispositivo capaz de tratar da fenomenologia da corrupção de forma científica, isto é, um instrumento definidor considera a plasticidade e a não cristalização do *corpus*. A fenomenologia linguística do que aparentemente é, mas pode não ser. Seus Locutores assim dicotomizam a corrupção:

Corrupção ativa

Art. 333. **Oferecer** ou promover **vantagem indevida** a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 1 a 8 anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ao de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional. (FRANCO et al., 1990, p.1531, grifo nosso).

Corrupção passiva

Art. 317. **Solicitar** ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, **vantagem indevida**, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 1 a 8 anos, e multa.

§ 1.º. A pena é aumentada de um terço, se, em consequência de vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2.º. Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

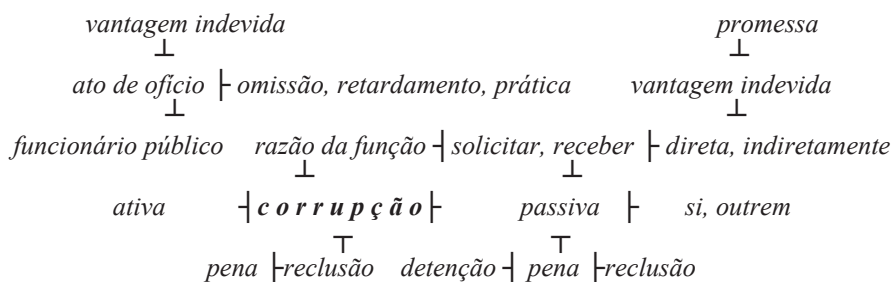
Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa. (FRANCO et al., 1990, p.1458, grifo nosso).

Olharemos para a corrupção a partir do recorte “vantagem indevida” que, pelo procedimento de articulação por “dependência”, pressupõe um sujeito ativo ou passivo. Basicamente, o mecanismo rege que esse sujeito pode oferecer a corrupção (ativa) ou solicitá-la (passiva), direta ou indiretamente, em função do cargo e/ou de suas relações de poder inerentes a esse cargo. As definições vêm seguidas da descrição da pena que, para o Código, além de ser a perspectiva futura da corrupção, seria a ilusão do ato de sufrágio do crime cometido, memorável da antiguidade longínqua, como se a infração pudesse ser reparada. Todavia a polêmica nacional é que a reclusão dificilmente se efetua.

Ao olhar para o recorte “vantagem indevida”, objeto da corrupção posto pelos verbos “Oferecer ou promover” (corrupção ativa) e “Solicitar ou receber” (corrupção passiva), temos a reescritura por “substituição” no sintagma **vantagem**, explicitando o lado positivo e benéfico da corrupção, e pelo procedimento de articulação por “dependência”, posta pelo adjetivo **indevida**, restringe a possibilidade e predica o termo proibição transversalmente.

A título de localização, fica explícito que o sentido de corrupção, na dicotomia ativa, limita-se apenas ao funcionalismo público. Para a classificação ativa, a *Lei Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990) – não reconhece sujeito passivo de corrupção no setor privado. Por esse trecho, o *Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990) não prevê corrupção ativa no setor privado, porém a corrupção passiva já pode prever o setor privado pela falta de menção ao setor público.

Pelos dois procedimentos supramencionados, observamos que a corrupção se caracteriza pelo substantivo abstrato “vantagem”, cuja indefinição resolve-se pelo adjetivo “indevida”, isto é, a corrupção é designada aqui pela presença de um objeto qualquer não previsto na Lei. Temos o DSD do *Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990):



A Lei e a língua erudita

A língua responsável por constituir a cena que abordará/julgará/designará a corrupção é a língua erudita posta em funcionamento no espaço jurídico. Asseveramos que essa língua funciona a partir do já citado enunciador Eu 9: “*deve-se seguir as Leis*”.

Ele faz com que a língua erudita do espaço jurídico reja, regule e faça funcionar o termo corrupção, pois esse enunciador é tido como uma verdade, isto é, dele emanam discursos aceitos pela sociedade como verdadeiros, dignos de fé. A sociedade assimila esse enunciador e se sujeita à Lei. Automaticamente se faz ré da língua erudita. Na verdade, quando o povo clama por “justiça”, como comumente acontece, o povo está pedindo que funcione essa língua erudita, reclama seu pertencimento de subjugado, pede que ela agencie os acontecimentos. O povo pede que funcione já essa língua erudita, a qual ele crê ser a língua da justiça (embora seja a mesma que faz funcionar a corrupção), que instaure cenas, regulamente-as e performativize-as. Então a língua erudita jurídica constitui-se por um grau de mobilidade regulador (da “justiça” e da “corrupção”), amplo, intenso arquipolítico e policial (aclarado abaixo). A propriedade performativa da língua jurídica já foi proposta por Schreiber da Silva (1999, p.133 e p.129), ao olhar para “[...] o funcionamento da jurisprudência como efeito performativo de uma interdiscursividade [...]”, uma vez que, para ela, “o que decide a designação é o confronto interdiscursivo”. Faz-se necessário, por isso, apresentar algumas linhas sobre o que temos chamado Lei.

Usamos a nominalização *Lei* (com maiúscula) para referir-nos ao conjunto da jurisprudência que abarca a Constituição e demais infinidades canônicas do rol de leis (internacionais, nacionais, estaduais, municipais, etc.), enfim, toda a gama discursiva do Direito que almeja organizar e manter a ordem de uma sociedade (constituição, códigos penais, ementas, etc.). Aproximamo-nos de Rancière (1996, p.31) ao dizer que a sociedade é um espaço regulado por leis: “[...] há ordem na sociedade porque uns mandam e os outros obedecem”. O que chamamos *Lei* relaciona-se simetricamente com a *polícia* desse filósofo. Para o autor, “[...] a polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes (RANCIÈRE, 1996, p.42)”. A Lei, determinada pela polícia rancieriana, é uma regra que configura as ocupações e as propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas. Preferimos, dessa forma, usar a palavra *Lei* em detrimento de suas especificidades políticas, heterogêneas, plásticas, renováveis, interpretáveis e etc., intrínsecas à língua erudita, à lei estática da polícia de Rancière (1996), pois não nos limitamos apenas ao condicionamento harmônico obedecer/desobedecer e à instauração de ordem. Contudo a Lei é determinada pela polícia, porque a polícia é a perspectiva futura da Lei.

Justificamos que preferimos usar essa versão não atualizada do *Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990) devido ao texto de sua introdução, que aborda a Lei como um objeto interpretativo, isto é, prefere esquivar-se de um sentido construído em detrimento do gesto do Locutor-leitor, como explicado no prefácio. Dessa forma, tenta sanar os inúmeros equívocos de Lei, fazendo com que a prática de aplicabilidade da Lei no Brasil se constitua pelo procedimento interpretativo: “[...] jurisprudência²⁴ e interpretação são, como não poderiam deixar de ser, conceitos estreitamente coligados. Ao julgar, o Tribunal aplica o Direito. Para aplicá-lo, necessita, antes de mais nada, interpretá-lo.” (COSTA JUNIOR, 1990, p.6). Ora, se temos defendido que a língua erudita é quem performativiza (SILVA, 1999) a corrupção (quem a define, quem a recorta) e se inscreve na posição citada acima do Eu9: “*deve-se seguir as Leis*”, o qual a sociedade nacional assimila, e que essas Leis funcionam pela interpretação, damos à interpretação (e ao modo de interpretar) um espaço privilegiado neste trabalho para designar a corrupção, explicitando que o enunciador Eu10: “*as aparências enganam*” dá “poder” à prática de corrupção, ou a envolve num caráter “camaleônico”, orientando para uma especificidade de possível conclusão pró-corrupção nacional, intrínseca à nossa metodologia, ressaltando que as perspectivas aqui alcançadas não significam o fechamento ou a esgotabilidade das questões aqui abertas.

Esse caráter interpretativo constitutivo da Lei possui uma plasticidade social e temporal, isto é, “[...] a jurisprudência seria a fiel intérprete das exigências que surgem paulatinamente nos diversos momentos históricos. Desse modo, as decisões teriam de ser ditadas em conformidade com a consciência social.” (COSTA JUNIOR, 1990, p.3). A Lei pretende ser a porta-voz do que ela chama de consciência social (COSTA JUNIOR, 1990). Para o Locutor do prefácio, temos a época e os valores sociais orquestrando a plasticidade da Lei, seu *law in making* (COSTA JUNIOR, 1990). Como que, para Veyne (1983), a época com seus valores constroem a história. Dessa forma, fazer história remete a um fazer Leis. E se o que faz a história são as novas formas de pensar (e enunciar), uma história brasileira de pró-corrupção acarreta Leis (e a interpretação dessas Leis) para a corrupção. Não dizemos que o sistema esteja falido como alguns pensam, ao contrário, o sistema tem saúde funcional – mas são postos em funcionamento enunciadores de pró-corrupção²⁵ – e logicamente orienta para uma não punição. Poder-se-ia considerar digna de pertinência a tentativa da CPMI do mensalão, no último capítulo daquele *Relatório* (2006), de mudar ou criar Leis para que se apreenda a corrupção mais facilmente, quando a Lei funciona pela interpretação, pela

²⁴ Jurisprudência: “[...] conjunto de decisões que promanam dos Tribunais, ao proclamarem o Direito, aplicando a Lei ao caso concreto. [...] Não significa mais, como em tempos antanhos, a ciência do Direito.” (COSTA JUNIOR, 1990, p.6).

²⁵ Finalmente, já podemos dizer que o que chamamos pró-corrupção trata-se de “brechas” inalcançáveis dentro da Lei não passíveis de punição.

qual a corrupção pode sempre escorregar? Considerar a interpretação é eleger a incompletude e a obscuridade superiores à evidência. Por isso é questionável, segundo nossa postura discursiva, que criar novas Leis ou reformulá-las seja um gesto inocente para a interpretação da corrupção. Se a língua erudita performativiza a corrupção a partir da posição Lei, o gesto de interpretação dessa Lei denota uma potencialidade argumentativa inquestionável. Isto é, a sociedade outorgou a soberania da Lei e, pela interpretatibilidade, deu a ela um poder hercúleo para fazer o que quiser. Cai por terra, por isso, a ingenuidade de localizar a corrupção pela Lei.

Considerações sobre os documentos definidores

A espessura linguística dos recortes revela que a designação de corrupção é dependente dos Locutores e locutores inscritos na cena acontecimental, que assimilam determinados enunciadores inscrevendo as definições em certos âmbitos. Os documentos aqui abordados também deixam perceber, pelo gesto de interpretação, a ostentação do memorável como fundamento do sentido, embora não consigam (ou não queiram) apreender esses memoráveis, pois trabalham com universalidades e não com especificidades.

Para o *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa* (2000), a corrupção trata-se de uma habilidade argumentativa e de uma mudança. O memorável moral prenuncia uma e outra, orientando para uma negatividade moral, a partir de um Locutor-definidor-preconceituoso enquanto locutor-moralizante ou psicológico (enquanto a língua jurídica orienta a corrupção para uma positividade social).

O *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0* (2001) opta pelo formato enunciativo predominantemente, fornecendo antônimas, origens etimológicas e temporalidades. Apresenta seis definições para o termo que correspondem simultaneamente a seis locutores que, por sua vez, assimilam seis enunciadores universais. É interessante observar que todos os enunciadores de 1 a 7 apresentados nos dois primeiros dicionários analisados têm o advérbio de negação “não” – Eu1: “A sociedade não deve afastar-se da retidão”; Eu2: “Não se deve depravar os hábitos e costumes”; Eu3: “Não deveria haver corrupção”; Eu4: “Não se deve praticar atos ilegais”; Eu5: “o trabalho não deve ser distorcido”; Eu6: “não se deve ser egoísta, ou ser desonesto”; Eu7: “a prevaricação é crime” (paráfrase de Eu7a: “Não se deve praticar crimes”) – tentando mudar a orientação de seu co-enunciador por essa negação polêmica (DUCROT, 1987). Dito de outra forma, nos enunciados negativos, temos, pelo menos, dois enunciadores: o seu positivo implícito (ou vice) e o seu negativo explícito (ou versa), evidenciando que estamos diante de um caso em que há uma prática governamental (pró-corrupção)

incompatível com perspectivas antigas (anticorrupção) funcionando no espaço enunciativo nacional.

A *Cartilha “Integridade, ética e transparência contra a corrupção”* (2008) constitui-se pela configuração do governo de Minas Gerais como Locutor-Estado enquanto locutor-povo, apresentando um discurso popular evidenciado na estrutura e na língua popular. Tenta construir um sentido de “conscientização e combate”, a partir do silêncio²⁶ significante de “culpa” flagrado pelo tópico promissor da auditoria, que supostamente vem já há muito desconstruindo a corrupção. Locutar, nessa configuração, causa um efeito de sentido de “dizer o que o povo quer ouvir”, mesmo que não seja esse o propósito. Defini o *corpus* dividindo com o eleitor a responsabilidade pela corrupção (tentativa de apagar o sentido mnemônico de governo corrupto por ele mesmo). Para essa cartilha, o locutor eleitor viabiliza e é responsável pela corrupção. Designa a corrupção não explicavelmente, mas detectavelmente, sugerindo um locutor-referencialista. Inscreve o *corpus* corrupção no jogo semântico da pressuposição ao trazer o não dito “secreto” a partir do dito “transparência”. O povo tem voz para possibilitar corrupção enquanto locutor-eleitor, mas torna-se sem voz na cena jurídica para combatê-la, limitando-se ao gesto de denunciar e deve contentar-se com isso. Por esse funcionamento do *corpus*, podemos concluir, respaldados em Rancière (1996), que o espaço enunciativo nacional já não é mais uma democracia, mas uma pós-democracia.

Na *Cartilha contra a corrupção* do Instituto Criscor (2009), temos um locutor-determinista que vê o agente corrupto como assujeitado. O *corpus* é predicado por “quadrilha” pela apresentação de sujeitos da corrupção. Predica também o pressuposto “secreto” a partir de imperativos como “denuncie” e “investigue”. Pela referenciação de Leis, manifesta que a problematização do combate à corrupção é inerente à configuração social mundial, regulada pela Lei, mas funcionando sob o equívoco dessa mesma Lei, explicitando o gesto ilusório do expurgo da corrupção simplesmente pelo jurídico. O Locutor da cartilha crê no sistema e apresenta os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário como antonímias da corrupção. Em contrapartida dos personagens corruptores, temos os personagens denunciadores tratando a corrupção fora da palavra, socialmente, a partir de relação de poderes (acesso à palavra).

A *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção* (2003) é o único recorte de caráter mundial abordado. Com isso, vemos a universalização do sentido de corrupção na política, mesmo que nosso foco seja nacional. O tratamento dado ao *corpus*, aqui, revela-o como uma condensação, isto é, o procedimento constou em não definir por vias usuais, mas apresentar listas de atos que pertencem ao grupo da corrupção.

²⁶ Silêncio constitutivo como sentido de uma palavra que se dá por vias não formuláveis, porém presentes (diferentemente da pressuposição ducrotiana (1987), que se manifesta pela formulação) (ORLANDI, 2007).

No *Código penal e sua interpretação jurisprudencial* (1990), fica evidente a soberania de Leis que, a partir do enunciador Eu 9: “*deve-se seguir as Leis*”, fazem funcionar a língua erudita. Essa língua é responsável por constituir a cena que abordará/julgará/designará a corrupção no espaço jurídico. A aplicação de nosso dispositivo metodológico traz à tona o caráter da língua erudita de aprovar e possibilitar a corrupção, pois a inscreve na plasticidade e no equívoco da jurisprudência, que reclama gesto de interpretação, seja ele qual for, do Locutor-performativizador. No jurídico, não há estranhamentos moralizantes e sociais como “devassidão”, “maus costumes” ou “suborno”, mas apenas Leis, e é a língua erudita quem designará a corrupção, condenando-a ou reescrevendo-a por outro nome que possibilite apresentar certa legalidade, se assim quiser e precisar, para um espaço pró-corrupção. Se a corrupção é dependente da língua erudita, ela é fluida, camaleônica, circunstancial e não estática.

Finalmente, o jurídico insiste em conceber suas atividades como técnicas e procedimentos para *reconstituição histórica unívoca*, factual (mesmo que oficialmente não se defina assim), gesto ingênuo, segundo nossa posição de semanticistas históricos da enunciação, que prefere o gesto de *interpretação histórica plurívoca*, dogmaticamente inalcançável. Se o jurídico interpreta para o fato, a Semântica do Acontecimento interpreta para o sentido. A reconstituição busca o explícito, a interpretação privilegia o implícito. Levando em conta noções como *a priori* histórico e acontecimento, nossa metodologia procurou explicitar a história a partir do sentido e não significar a história a partir do explícito, como a prática jurídica.

MACHADO, J. C. A semantic-enunciative study of the term “Corrupção” in dictionaries and government documents. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.145-175, 2010.

- **ABSTRACT:** *In this paper, the meaning, the operation, and the circulation of the Brazilian Portuguese term “corrupção” (corruption) is fleshed out from the vantage point of the enunciative space of law, and, as an event term, it is analyzed in terms of the enunciative linguistics and focuses on historical, political, and social issues. The study is justified by the fact that no-criminal uses of the term have already been attested by either citizens or the State. The senses related to despicable qualities are no longer active as evidenced in the case “mensalão”, a neologism of the Brazilian Portuguese that refers to monthly bribes given individually to members of the government to vote for government-backed measures. This meaning shift demonstrates the no-transparency of language, its polysemous plasticity, its political constitution, its opaque configuration, and its misguided link to the event. The analysis is backed up by “Event Semantics”, ancillary to both “Enunciation Historical Semantics” and “French Discourse Analysis”, which allows for the articulation between theory and corpus by means of the a priori of history. The study shows that the formal use of the word “corrupção” is licensed by performance and law.*
- **KEYWORDS:** *Corruption. History. Dictionary. Semantic. Law. Enunciation.*

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. *Relatório final dos trabalhos da CPMI “dos Correios”*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.cpmidoscorreios.org.br/>>. Acesso em: 13 maio 2009.
- COSTA JUNIOR, P. J. O papel da jurisprudência. In: FRANCO, A. S. et al. *Código penal e sua interpretação jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. p.5-7.
- DIAS, L. F. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FERREIRA, M. B.; ANJOS, M. D. *Dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.
- FRANCO, A. S. et al. *Código penal e sua interpretação jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- MINAS GERAIS. *Cartilha “integridade, ética e transparência contra a corrupção”*. 2008. Disponível em: <http://www.auditoriageral.mg.gov.br/downloads/cat_view/3610-manuais-da-auditoria>. Acesso em: 13 maio 2009.
- GRANDE Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.1, n.51, p.49-68, 2009.
- _____. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 2007a.
- _____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Org.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, 2007b.
- _____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.
- INSTITUTO CRISCOR. *Cartilha contra a corrupção*. Disponível em: <http://www.criscor.org/index.php?option=com_content&task=view&id=45&Itemid=87>. Acesso em: 13 maio 2009.
- INSTITUTO HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0*. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD Rom.

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. p. 595.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção*. Nova York, 2003. Disponível em:

<[http://www.onu-brasil.org.br/doc_contra_corrup. php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_contra_corrup.php)>. Acesso em: 13 maio 2008.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. *Os nomes da história*. Campinas: Pontes, 1994.

SARGENTINI, V. M. O. *As relações entre a análise do discurso e a história: a espessura histórica do discurso*. 2009. Não publicado.

SILVA, S. S. da. *Argumentação e interdiscursividade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

VEYNE, P. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DEFESA de Valério: mensalão é 'criação mental'. *Globo.com*, São Paulo, 22 ago. 2007. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL92101-5601,00-DEFESA+DE+VALERIO+MENSALAO+E+CRIACAO+MENTAL.html>>. Acesso em: 11 jul. 2009.

GREGOLIN, M. R. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

JESUS, D. E. *Código penal anotado*. São Paulo: Saraiva, 1989.

MACHADO, J. C. A instabilidade semântica de expressões políticas entre os sujeitos povo e Estado. *Diálogos pertinentes*, Franca, v.4, n.4, p.13-30, 2008.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 2006.

RAMOS, S. *Código da vida*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1971.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em dezembro de 2009.

LA PERSONA EN LENGUA ESPAÑOLA

Elenice Maria Larroza ANDERSEN*

- **RESUMEN:** Este estudio trata de la persona en lengua española, desde la perspectiva enunciativa de Benveniste (2004). Según este autor, el pronombre y el verbo son las únicas especies de palabras sometidas a la categoría de la persona. Así siendo, elegimos esas dos clases de palabras como objeto de análisis de nuestro trabajo. A fin de examinar los sentidos construidos en el empleo del pronombre y del verbo, nos valemos de ejemplos concretos, extraídos del lenguaje en uso. Con los análisis realizados, pudimos observar que las discusiones benvenistianas acerca de la categoría de la persona, en especial aquellas que se refieren a las correlaciones de personalidad y de subjetividad, son oportunas para la comprensión de los efectos de sentido generados por el uso de los pronombres y de los verbos en los enunciados. Además, constatamos la posibilidad de verificar usos “contaminados” de la persona que no están previstos ni por las gramáticas tradicionales revisadas, ni por las gramáticas comunicativas en español.
- **PALABRAS CLAVE:** Lingüística Enunciativa. Persona. Pronombre. Verbo. Lengua Española.

Introducción

Con el advenimiento de la enseñanza de la lengua española como lengua extranjera, se multiplicaron, en Brasil, las ofertas de diccionarios, gramáticas normativas y manuales de corrección en este idioma. Con todo, este tipo de material, en general, enfatiza la prescripción de normas, con base en el lenguaje literario. Hay pocos trabajos que dedican espacio suficiente para contemplar el lenguaje en uso.

No obstante, entendemos que, para un alumno de español (L2), conocer las características del lenguaje en uso con miras a la construcción del sentido, le permitirá una mejor comprensión de la lengua. Es por ello que nuestro trabajo se propone complementar las descripciones normativas de las gramáticas, mediante un estudio del pronombre y del verbo que centra su atención en los aspectos concernientes a la lengua en uso.

En efecto, creemos que este estudio ofrecerá subsidios para el desarrollo de metodologías de enseñanza de la categoría lingüística de la persona en español, lengua extranjera.

* UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. Bagé – RS – Brasil. 96412-420 – eleniceandersen@unipampa.edu.br.

La categoría lingüística de la persona

En *Problemas de Lingüística General I*, Benveniste (2004) dice que el lenguaje está en la naturaleza del hombre. Es en el lenguaje y por el lenguaje que el hombre se constituye como sujeto, porque solo el lenguaje fundamenta el concepto de “ego”. Esa subjetividad, o capacidad del locutor para proponerse como “sujeto”, es la emergencia en el ser de una propiedad fundamental del lenguaje. Es “ego” quien dice “ego”. Así, el fundamento de la subjetividad es determinado por el *status* lingüístico de la persona.

Según el autor, el *verbo* y el *pronombre* son las únicas especies de palabras sometidas a la categoría de la persona. De esa manera, estudiar la categoría lingüística de la persona implica revisar estas dos clases de palabras. Esto es, por lo tanto, lo que vamos a intentar hacer en esta sección. En un primer momento, vamos a describir el tratamiento que los pronombres y los verbos reciben desde una perspectiva gramatical tradicional. En seguida, vamos a ver cómo estas clases son abordadas desde el punto de vista de las gramáticas comunicativas. En el tercer momento, mostraremos cómo Benveniste (2004) concibe la categoría de la persona. Finalmente, vamos a discutir cómo los aportes benvenistianos pueden ser utilizados en la investigación de los usos de la persona en español.

Como es tratada la categoría de la persona en gramáticas tradicionales

Hermoso, Cuento y Alfaro (1994) manifiestan que los pronombres personales indican las personas gramaticales y representan a personas, animales o cosas y luego sintetizan los pronombres sujeto, los pronombres complemento directo, los pronombres complemento indirecto sin preposición y los pronombres complemento con preposición. Veamos:

- a) los pronombres sujetos: yo, tú, él, nosotros, vosotros, ellos (masculino); yo, tú, ella, nosotras, vosotras, ellas (femenino); ello (neutro); usted, ustedes (de cortesía);
- b) los pronombres complemento directo: me, te, lo, le, nos, os (masculino); me, te, la, nos, os, las (femenino); lo (neutro); lo, le, la (de cortesía); me, te, se, nos, os se (reflexivo);
- c) los pronombres complemento indirecto sin preposición: me, te, le, nos, os, les (masculino); me, te, le, nos, os, les (femenino); le (neutro); le (de cortesía); me, te, se, nos, os, se (reflexivo);
- d) los pronombres complemento indirecto con preposición: mí, ti, él, nosotros, vosotros, ellos (masculino); mí, ti, ella, nosotras, vosotras, ellas (femenino); ello (neutro); usted, ustedes (de cortesía); sí (reflexivo); conmigo, contigo, consigo,

con él, con ella, con ello, con usted, con nosotros, con nosotras, con vosotros, con vosotras, consigo, con ellos, con ellas, con ustedes (uso de la preposición “con”).

Además de la caracterización de los pronombres, los autores enfatizan como cuestiones particulares:

- 1) los pronombres *él, ella, ellos, ellas* se refieren siempre a seres animados;
- 2) el pronombre neutro *ello* se refiere siempre a un conjunto de cosas o de ideas y nunca a personas ni a cosas determinadas. Además, es poco usado en la lengua hablada y generalmente se le sustituye por un pronombre demostrativo neutro (*esto, eso, aquello*);
- 3) las formas *usted* y *ustedes* son fórmulas de cortesía o de respeto para interlocutores socialmente superiores o con quien no tenemos familiaridad y corresponden a la tercera persona. Se oponen al empleo de *tú* o de *vosotros/as* que expresa más familiaridad;
- 4) *vosotros/as* equivale a *tú + tú + ...*. Pero si entre los interlocutores hay una persona a quien tratamos de *usted*, el plural es *ustedes*;
- 5) en Canarias y América Latina no existe en plural la distinción entre *vosotros* y *ustedes* al desaparecer la forma *vosotros*;
- 6) en Argentina y otros países de América Latina se usa *vos* para expresar el tuteo singular, empleado con una forma verbal que es la segunda persona del plural sin la *-i*.

Como podemos observar, los autores resaltan las oposiciones morfológicas interiores a la clase de los pronombres y no presentan los significados de todas las personas. Ese hecho demuestra que sus descripciones no privilegian el aspecto semántico de esa clase de palabras sino el morfológico. Observemos que los comentarios acerca de los aspectos semánticos se resumen a la tercera persona del singular y plural y a la segunda del singular. Además, tales comentarios que se pueden considerar de índole semántica, en realidad son genéricos y fijos (animado por oposición a inanimado; respeto por oposición a familiaridad). Del mismo modo, los cuadros representativos presentados son solo un resumen de diferencias morfológicas (*yo* por oposición a *tú*, a *nosotros*, etc.; singular por oposición a plural) y no enseñan las funciones y significados de esas formas en la lengua.

Tratamiento similar es dado por Leonardo Gómez Torrego (2002) en su *Gramática Didáctica del Español*. En la descripción del autor, también se presentan cuadros y comentarios que aluden a las oposiciones morfológicas, aunque agrega algunas observaciones con relación a la sintaxis y a la semántica de los pronombres:

- 1) Las formas de plural *nosotros*, *nosotras* y *vosotros*, *vosotras* no son plurales morfológicos (los cuales deberían ser **yoes* y **túes*) sino semánticos y sintácticos, por cuanto obligan al verbo, cuando son sujetos, a ir en plural. Por otro lado, no suponen la suma de varios seres de la misma especie. El plural *nosotros*, *nosotras* no es el resultado de yo + yo + yo... Por el contrario, *nosotros* (o *nosotras*) es la suma de *tú* + *yo* o de *él* (*ella*, *ellos*, *ellas*) + *yo*. *Vosotros*, *vosotras*, a su vez, es la suma de *tú* + *tú* y también la de *él* (*ella*, *ellos*, *ellas*) + *tú*.
- 2) Las formas de respeto *usted* y *ustedes* son pronombres de **tercera persona** desde el punto de vista sintáctico, dado que concuerdan con el verbo en tercera persona. Ejemplos: *Usted vino*. *Ustedes vinieron*. Sin embargo, pertenecen a la **segunda persona** en el acto comunicativo, pues se refieren al interlocutor. (GÓMEZ TORREGO, 2002, p.106-107).

A pesar de haber en Gómez Torrego (2002) referencias a aspectos sintácticos, semánticos y pragmáticos que no se encuentran en Hermoso, Cuento y Alfaro (1994), su gramática sigue siendo bastante resumida cuando aborda estos aspectos y privilegia el criterio morfológico de las oposiciones. Además, la naturaleza de las descripciones de los valores semánticos continúa genérica, invariable y fija. Las formas son apuntadas como si fueran siempre unívocas y como si en cualquier contexto comunicativo cada pronombre implicara exactamente determinada persona del discurso.

Con relación a los verbos, la exposición de Hermoso, Cuento y Alfaro (1994) es más centrada en el aspecto morfológico que la de los pronombres. En primer lugar, su gramática no contempla significados de las personas, ni ofrece descripciones acerca de las relaciones entre esa clase de palabras y la categoría lingüística de la persona. Los autores ya empiezan directamente aclarando sobre la formación de los tiempos simples y de los compuestos, hecho que pone de relieve un abordaje esencialmente morfológico. El aspecto sintáctico aparece, aunque no de forma expresiva, como un puente hacia la normalización de las reglas de concordancia. Aun cuando intentan describir algunos valores y usos de los verbos, los autores se concentran en los tiempos y modos verbales. En resumen, el hecho de que los verbos son clases de palabras sometidas a la categoría lingüística de la persona (BENVENISTE, 2004) no es explorado en la *Gramática de español lengua extranjera* (HERMOSO; CUENTO; ALFARO, 1994).

En la *Gramática Didáctica del español*, Gómez Torrego (2002) se preocupa con caracterizar el verbo tanto del punto de vista formal como funcional, además de dar lugar a las relaciones entre la categoría lingüística de la persona y las formas verbales. Veamos:

En los verbos se distinguen tres personas, que corresponden con los componentes del acto comunicativo:

- **1ª persona** → relacionada con el yo del hablante.
- **2ª persona** → relacionada con el tú del oyente.
- **3ª persona** → referida a lo que no es ni el hablante ni el oyente. (GÓMEZ TORREGO, 2002, p.142).

Con todo, no se encuentra en esa gramática ninguna “descripción personal” con relación a las personas de plural; su caracterización en el aspecto personal es extremadamente sencilla. No se encuentra ni descripción de los usos frecuentes, ni de los valores generalmente atribuidos a determinadas formas. A semejanza de Hermoso, Cuento y Alfaro (1994) la presentación de los usos y valores de los verbos se resume a los tiempos y modos verbales, con carácter fundamentalmente normativo y prescriptivo.

La categoría de la persona: un enfoque comunicativo

En los dos tomos de la *Gramática comunicativa del español*, de Francisco Matte Bon (1995, p.VII), se encuentra una nueva concepción del papel de la gramática. En la propuesta de ese autor, se busca analizar el funcionamiento lingüístico del español, teniendo en cuenta la comunicación y proponiendo “[...] una gramática que sitúa a los interlocutores y la interacción que existe entre ellos en el centro del análisis.”

En cuanto a los pronombres personales, el primer tomo (*de la lengua a la idea*) asevera que los pronombres refieren a las distintas personas gramaticales y que son definidos en relación con el ato de enunciación (*enunciador, destinatario del mensaje y tercera persona*, que es objeto del discurso entre el hablante y el destinatario del mensaje; no participa directamente, por lo tanto, en el intercambio comunicativo).

Enseguida, Matte Bon (1995, p.241-242, grifo del autor) expone la organización del sistema de las personas gramaticales en español, en la cual se puede observar como el autor concibe y define a las personas. Sobre las del singular, dice:

La *primera persona de singular* es aquella que en el acto de enunciación desempeña la función de hablante. Todo el sistema personal está organizado en torno a esta figura. Cada vez que un ser humano abre la boca para hablar, asume *ipso facto* el papel de hablante y se convierte consiguientemente en primera persona de singular del momento.

La *segunda persona de singular* desempeña, en el intercambio comunicativo, la función de destinatario del mensaje. Naturalmente, al

cambiar la persona que habla, cambia automáticamente el referente de la primera y, a veces, de la segunda persona de singular.

Se suele llamar *tercera persona* a todas aquellas personas o cosas que no desempeñan ni la función de hablante, ni la de destinatario / oyente del mensaje directamente implicado en el intercambio comunicativo (ya sea éste escrito u oral). La tercera persona es, por lo tanto, un mero *objeto del discurso* entre el hablante y el destinatario. El referente extralingüístico de la tercera persona está estrechamente relacionado con el / los referentes del discurso entre los interlocutores.

Con respecto a las personas de plural, afirma el autor:

La primera persona de plural es una persona colectiva que incluye al hablante. Puede, según las situaciones de comunicación tener dos tipos de configuración: hablante + oyente / destinatario del mensaje (+ tercera persona); hablante + tercera persona. En esta segunda configuración, queda excluido el oyente / destinatario del mensaje.

La segunda persona de plural es una persona colectiva que excluye por definición al hablante / enunciador y que incluye al oyente / destinatario del mensaje.

La tercera persona de plural es la única persona colectiva de la que se puede decir que es el plural de la persona de singular correspondiente. Se trata, pues, de una persona colectiva que excluye tanto al hablante como al oyente (MATTE BON, 1995, p.242).

Como podemos observar, hay en las definiciones de Matte Bon (1995) una atribución de valores pragmáticos a la concepción de los pronombres. El énfasis a los papeles diferenciados de la primera y segunda personas de singular y de la tercera de singular, demuestran que la gramática de ese autor sobrepasa el criterio morfológico y sintáctico en la descripción de los pronombres. Se percibe que el autor considera el concepto de *persona* de manera más amplia que de las gramáticas tradicionales e incluye una referencia al tiempo de la enunciación. La primera persona no es presentada solamente como "persona gramatical", sino que es observada desde su lugar en un intercambio comunicativo específico: "[...] cada vez que un ser humano abre la boca para hablar, asume ipso facto el papel de hablante y se convierte consiguientemente en primera persona de singular del momento." (MATTE BON, 1995, p.241).

Esas concepciones sobre la categoría de la persona se acercan en algunos aspectos a la propuesta de Émile Benveniste, de la cual nos valemos para el desarrollo de nuestros análisis. Por otra parte, la creencia de que todo el sistema personal gira en torno de la primera persona de singular se aproxima de la propuesta benvenistiana que presentaremos posteriormente. Sin embargo, se

observará que hay más que decir sobre la categoría lingüística de la persona, si se toma Benveniste (2004) como aporte teórico.

Matte Bon también presenta un cuadro sintetizador de las formas de pronombre personal sujeto. A pesar de ya haberse expuesto los cuadros de las gramáticas tradicionales, es importante observar cómo el autor divide a las personas:

	<i>Persona</i>	<i>Pronombre</i>
<i>Singular</i>	<i>Primera</i>	yo
	<i>Segunda</i>	tú, usted
	<i>Tercera</i>	él/ella
<i>Plural</i>	<i>Primera</i>	nosotros/as
	<i>Segunda</i>	vosotros/as
	<i>Tercera</i>	ellos/ellas

Cuadro 1 – Los pronombres personales.

Fuente: Matte Bon (1995, p.242).

La gran diferencia entre el cuadro propuesto por Matte Bon (1995) y los expuestos por las gramáticas tradicionales parece que se debe al enfoque morfológico de estas y al abordaje comunicativo/pragmático de aquel. Como podemos ver, la diferencia está en la inclusión de las formas *usted* y *ustedes* entre las de segunda persona. El autor dice que esas formas son incluidas, en numerosos manuales, entre las de tercera persona de singular y de plural, respectivamente, debido a que requieren un verbo en tercera persona. No obstante, Matte Bon cree que parece más correcto incluirlas entre las de segunda persona. Es evidente que el enfoque comunicativo adoptado por ese autor sostiene ese tipo de tratamiento pragmático a las formas pronominales *usted* y *ustedes* y que el criterio morfológico-sintáctico (hecho de que esas formas requieren un verbo en tercera persona) es el responsable por las consideraciones de las gramáticas tradicionales.

Sin embargo, hay todavía otras observaciones importantes apuntadas por el autor que se refieren al uso de los pronombres personales sujeto. En primer lugar, Matte Bon (1995) dice que en español peninsular se usa para referirse al destinatario del mensaje *tú* / *vosotros* en las relaciones menos formales o de confianza y *usted* / *ustedes* en las relaciones más formales. El autor destaca también que el uso de *usted* / *ustedes* se da más (1) en algunas relaciones profesionales, (2) al dirigirse a personas desconocidas o mayores, con las que no se mantienen relaciones de confianza y (3) en relaciones jerarquizadas.

Es interesante mencionar que Matte Bon (1995) reconoce que la elección entre una u otra de estas posibilidades es altamente subjetiva, esto es, depende en gran medida de los hábitos de relación de cada hablante. Ese pensamiento se acerca de la propuesta de este trabajo que es verificar la categoría de la persona en el uso de la lengua. Matte Bon (data) explica que es posible hacerse algunas observaciones de tipo general, teniendo en cuenta los comportamientos más frecuentes. Son estas:

- a) el uso de *tú* / *vosotros* es mucho más frecuente en el español peninsular;
- b) se suele utilizar *tú* en las relaciones entre colegas o entre personas de la misma edad;
- c) es normal el uso de *tú* en las relaciones profesor-alumno, y relativamente frecuente en las relaciones alumno-profesor, sobre todo en la enseñanza universitaria;
- d) es bastante corriente el uso de *tú* en las relaciones con personas que trabajan en una serie de servicios públicos – en especial, si son jóvenes: dependientes de las tiendas, caramelos de bares y restaurantes, chóferes de taxi, etc.

En el español americano, dice el autor, que es bastante difícil generalizar, dada la amplia gama de variedades existentes. No obstante, para él, se puede presentar algunas consideraciones generales:

- a) no existe, prácticamente, el uso de *vosotros*. El sistema dispone, pues, de dos posibilidades en singular, que son *tú* y *usted*, y de una sola en plural, que es *ustedes*.
- b) en algunos países, unos usos del *usted* implican ternura, característicos de ciertas relaciones afectivas: relaciones de pareja, relaciones de padre / madre a hijo. En estos casos, son alternados los usos del *usted* con el del *tú*, según los momentos, las intenciones comunicativas del hablante, la disposición afectiva / emocional de los interlocutores, el tema/ objeto del intercambio comunicativo, etc.
- c) en algunas zonas, sobre todo en los registros más informales, existe la posibilidad de uso alternativo al de *tú* para las relaciones informales o de confianza. Esa tercera posibilidad es el *vos*, que requiere formas especiales del verbo en algunos tiempos. En Argentina, Uruguay y Paraguay, en presente de indicativo son parecidas a las de *tú*, pero el acento tónico cae en la terminación y, en imperativo, son casi iguales, pero no tienen la – s final que tienen en presente. De esa manera, no existen las formas irregulares que se dan en las formas imperativas afirmativas para *tú*. En los demás tiempos y modos, no hay diferencia entre la conjugación de la forma *vos* y la forma *tú*.

Matte Bon (1995) también habla de los pronombres personales complemento. Como esos ya han sido presentados en el apartado de las gramáticas tradicionales,

no vamos a introducir aquí las observaciones de Matte Bon, sobre todo porque no son complementares a las gramáticas para los propósitos de este trabajo, es decir, no hay nada de nuevo en su propuesta con referencia al significado de estos pronombres en el uso.

Finalmente, Matte Bon (1995) presenta casos especiales de usos de los pronombres. En un primer momento, el autor destaca los usos del plural en lugar del singular, por ejemplo, en el lenguaje de los escritores, de los periodistas, de los investigadores científicos, de los políticos, etc. Es el caso del *nosotros* para el hablante referirse solamente a sí mismo. Es el plural de modestia, con el que el enunciador evita colocarse como centro de la atención de manera exclusiva. Enseguida, menciona el uso del plural mayestático, que se da en el lenguaje solemne de Papas, Reyes, Obispos, etc. En este lenguaje, se encuentran usos de la forma *nos* seguida de la primera persona de plural del verbo y de la forma *vos* al dirigirse a estas mismas personas de manera muy solemne.

Como podemos observar, Matte Bon ofrece más elementos para un estudio de la categoría lingüística de la persona en los pronombres que las gramáticas presentadas. No obstante, las descripciones de los usos de los pronombres son restrictas a unos pocos ejemplos. En este trabajo buscaremos demostrar que hay muchos otros usos comunes y frecuentes en la lengua española que merecen ser explicados.

Con relación a los verbos, hay una larga descripción de los tiempos y de los modos, pero no hay destaque de los usos de determinadas formas verbales para expresar la persona. Cabe, sin embargo, destacar la presentación de Matte Bon acerca de las oraciones impersonales, en la que el autor expone que, a veces, el hablante decide no expresar explícitamente el sujeto de un verbo. Por eso, hay distintos recursos para presentar una información sin relacionarla demasiado directamente con un sujeto. Según Matte Bon (1995, p.41-42), son estos¹:

- 1) **UNO / UNA**: cuando la persona que habla se está refiriendo esencialmente a sí misma, pero quiere atribuir a lo que dice un valor ligeramente más general, presentándolo como algo impersonal, suele usar el operador **uno / una**, con el verbo en tercera persona de singular [...].
- 2) **TÚ**: cuando la persona que habla presenta lo que dice como algo impersonal, con valor general, incluyéndose a sí misma entre los sujetos posibles y, a la vez, llamando a participar a su interlocutor, usa la 2ª persona de singular **tú** [...] La diferencia fundamental entre el uso de **tú** y el de **uno/una** consiste en que con **uno/una** la persona que habla pone más énfasis en sí misma; con **tú**, por el contrario, quiere implicar también a su interlocutor.

¹ Hay otros recursos mencionados por el autor, pero que no interesan en este trabajo.

- 3) **LA GENTE / TODO EL MUNDO / 3ª PERSONA DEL PLURAL**: cuando la persona que habla presenta lo que dice como algo con valor general, pero de lo que se excluye a sí misma y excluye a su interlocutor [...].

Estos comentarios son importantes porque introducen otros empleos de la categoría de la persona que no son los convencionalmente presentados en las descripciones gramaticales. Con todo, hay usos frecuentes que todavía no son considerados por el autor.

En efecto, se observa que las gramáticas estudiadas se ocupan prioritariamente de las descripciones de los tiempos y modos al estudiar los verbos. Es probable que este énfasis se deba a la complejidad de estas categorías en el sistema verbal. De esa manera, no hay mucho que decir de la categoría lingüística de la persona a partir de las descripciones gramaticales de los verbos.

La perspectiva benvenistiana de la categoría de la persona

En esta sección, vamos a discurrir sobre la categoría lingüística de la persona según la perspectiva de Émile Benveniste (2004).

En “Estructura de las relaciones de persona en el verbo”, Benveniste (2004) dice que el verbo, al lado del pronombre, es la única especie de palabra sometida a la categoría de persona. Todas las formas de la conjugación verbal son clasificadas de acuerdo con su referencia con la persona, siendo la enumeración de las personas propiamente la conjugación: se distinguen tres en el singular, en el plural y, eventualmente, en el dual. El autor cuestiona esa clasificación heredada de la gramática griega que, según él, es de carácter sumario y no lingüístico. Benveniste (2004) discute el alineamiento, en un orden constante y en un plano uniforme, de “personas” definidas por su sucesión y relacionadas con los seres “yo”, “tu” y “él”, una vez que esas denominaciones no informan ni sobre la necesidad de la categoría, ni sobre el contenido que ella implica, ni sobre las relaciones que reúnen las diferentes personas. Así siendo, el autor trata de analizar cómo cada persona se opone al conjunto de las otras y en qué principio se fundamenta esa oposición.

Inicialmente, Benveniste (2004) propone que una teoría lingüística de la persona verbal solo puede ser constituida según las oposiciones que diferencian las personas, condensándose en la estructura de esas oposiciones. Un primer punto para el análisis de esas oposiciones es la desemejanza entre la tercera persona y las dos primeras. Esa desigualdad se comprueba, inicialmente, a partir de las definiciones de las personas empleadas por los gramáticos árabes: la primera persona es “el que habla”, la segunda es “al que se dirige uno”, pero la

tercera es “el que está ausente”. Esas definiciones, según el autor, revelan que en las dos primeras personas hay, al mismo tiempo, “una persona implicada y un discurso sobre esta persona”; en la tercera, sin embargo, esa forma es exceptuada de la relación por la cual “yo” y “tú” se especifican (BENVENISTE, 2004). En las palabras del autor:

‘Yo’ designa al que habla e implica a la vez un enunciado a cuenta de ‘yo’: diciendo ‘yo’, no puedo no hablar de mí. En la 2ª persona, ‘tu’ es necesariamente designado por ‘yo’ y no puede ser pensado fuera de una situación planteada a partir de ‘yo’; y, al mismo tiempo, ‘yo’ enuncia algo como predicado de ‘tú’. Pero de la 3ª persona, un predicado es enunciado, sí, sólo que fuera de ‘yo-tú’. (BENVENISTE, 2004, p.164).

Benveniste (2004) explica que la tercera persona alude a alguien o a algo, pero no a alguna persona específica; le falta el elemento personal. Por esa razón, “la ‘tercera persona’ no es una ‘persona’; es incluso la forma verbal que tiene por función expresar la ‘no-persona’” (BENVENISTE, 2004, p.164). Como no implica ninguna persona, puede tomar cualquier sujeto o no comportar ninguno, y ese sujeto nunca es propuesto como “persona”.

Para él, esa posición particular de la tercera persona explica algunos de sus empleos particulares en el dominio de la palabra:

Puede afectársela a dos expresiones de valor opuesto. ‘El’ (o ‘ella’) puede servir de forma de alocución ante alguien que está presente cuando quiere sustraerse a la esfera personal del ‘tú’. Por una parte, a manera de reverencia: es la forma de cortesía (empleada en italiano, en español, en alemán, o en las formas de ‘majestad’) que eleva al interlocutor por encima de la condición de persona y de la relación de hombre a hombre. Por otra parte, en testimonio de desprecio, para rebajar a quien no merece que se dirija uno ‘personalmente’ a él. De su función de forma no-personal, la ‘3ª persona’ extrae esta aptitud de volverse tanto una forma de respeto, que hace de un ser mucho más que una persona, como una forma de ultraje que puede aniquilarlo en tanto que persona. (BENVENISTE, 2004, p.167).

La aproximación del *yo* al *tú*, viabilizada por la oposición a *él*, es definida por Benveniste como correlación de personalidad, esto es, “yo-tú” posee la marca de persona y “él” es privado de ella. Una de las características que fijan esa marca de persona a *yo* y a *tú* es su unicidad específica. Tanto el *yo* que enuncia como el *tú* a quien *yo* se dirige son cada vez únicos. *Él*, por otro lado, puede ser una infinidad de sujetos, o ninguno. Otra característica es que *yo* y *tu* son inversibles: “[...] lo que ‘yo’ define como ‘tú’ se piensa y puede invertirse en ‘yo’, y ‘yo’ se vuelve un ‘tú’. Ninguna relación paralela es posible entre una de esas dos personas y ‘él’”,

puesto que “‘él’ en sí designa específicamente nada y nadie.” (BENVENISTE, 2004, p.166).

No obstante la evidente aproximación entre *yo* y *tú*, desde la correlación de personalidad, la estructura de las relaciones personales de la lengua también incluye una oposición interna a esa categoría. *Yo* y *tú* también se oponen el uno al otro. Para Benveniste (2004, p.168), “[...] es preciso, y basta, representarse una *persona* distinta del ‘yo’ para que se le afecte el índice ‘tú’”. Por esa razón, “[...] toda *persona* que uno se represente es de la forma ‘tú’, muy particularmente – pero no necesariamente – la persona interpelada.” Además, *yo es interior al enunciado y exterior a tú*, pero exterior de manera que no suprime la realidad humana del diálogo. Es, aún, siempre trascendente en relación con *tú*, visto que “[...] cuando salgo de ‘yo’ para establecer una relación viva con un ser, encuentro o planteo por necesidad un ‘tú’, que es, fuera de mí, la sola ‘persona imaginable’” (BENVENISTE, 2004, p.168). En ese sentido, *tú* es definible como la persona no subjetiva, frente a la persona subjetiva que *yo* representa.

Con relación al plural, dice el autor que esas relaciones no permanecen paralelas, dado que el pasaje del singular para el plural no implica apenas una pluralización. El problema central está en la primera persona, pues la unicidad y la subjetividad inherentes a “yo” contradicen la posibilidad de una pluralización. Según Benveniste (2004), no es posible que haya varios “yo” concebidos por el propio “yo” que habla, porque “nosotros” no es una multiplicación de objetos idénticos, sino una junción entre el “yo” y el “no-yo”. Así, en “nosotros” es siempre “yo” que predomina, la presencia del “yo” es constitutiva de “nosotros”.

Con todo, “nosotros” es susceptible de recibir, en muchas lenguas, dos contenidos precisos y distintos: una forma inclusiva, denominación que se asienta en la inclusión de “vosotros”, y una forma exclusiva, definida según la exclusión de “vosotros”. Para Benveniste, lo esencial que se debe reconocer es que la distinción de las formas inclusiva y exclusiva se modela sobre la relación que él propone entre la primera y la segunda persona de singular y entre la primera y la tercera persona de singular, respectivamente. Él propone que esas dos pluralizaciones de la primera persona de singular sirven para juntar en cada caso los términos opuestos de las dos correlaciones que fueron destacadas. De esa manera, el plural exclusivo (*yo + ellos*) une dos formas que se oponen como personal y no personal debido a la “correlación de persona”. A diferencia del plural exclusivo, el inclusivo (*yo + vosotros*) junta personas entre las cuales existe la “correlación de subjetividad”. Así, es una “persona” que predomina en cada una de las formas: “yo” sobresale en el exclusivo, comportando junción con la no-persona, y “tú” sobresale en el inclusivo, comportando junción de la persona no subjetiva con el “yo” implícito. Con eso, tenemos una propuesta de análisis pronominal que explota los valores de las formas pronominales según la categoría lingüística de la persona: las dos

correlaciones que organizan el sistema de las personas en singular se manifiestan en la dupla expresión de “nosotros”.

Benveniste (2004) avanza en la discusión acerca de la primera persona de plural, destacando el hecho de que la fuerte presencia de “yo” en nosotros hace que, en ciertas condiciones, ese plural pueda reemplazar el singular. Eso ocurre porque “nosotros” no es un “yo” cuantificado o multiplicado, sino un “yo” dilatado además de la persona estricta. De ahí que haya dos empleos opuestos: por un lado, el “yo” se amplifica por medio de “nosotros” (el “nosotros” de majestad) y, de otro, “nosotros” atenúa la afirmación muy marcada de “yo” (el “nosotros” de autor o de orador).

Según Benveniste (2004), por ahí, también se pueden explicar las contaminaciones frecuentes del singular y del plural, o, incluso, del plural y del impersonal en el lenguaje popular o campesino *nous, on va* o *je sommes*, en francés, expresiones en las cuales se mezclan la necesidad de dar a “nosotros” una comprensión indefinida y la afirmación intencionalmente vaga de un “yo” generalizado.

Para el autor, la persona verbal en plural expresa una persona amplificada y difusa: (i) “nosotros” anexa al “yo” una globalidad indistinta de otras personas; (ii) en el pasaje del “tú” al “vosotros”, ya sea “vosotros” colectivo, ya sea “vosotros” de pulidez, se reconoce una generalización de “tú”; (iii) la pluralización de la no persona (la tercera), cuando no es el predicado gramaticalmente regular de un sujeto plural, cumple la misma función que en las formas personales (expresa la generalidad indecisa de *on*). Así, tanto en el verbo como en el pronombre personal, el plural es factor de ilimitación y no de multiplicación.

En “La naturaleza de los pronombres” (BENVENISTE, 2004, p.172), se complementa esa discusión haciendo intervenir la noción de referencia en el estudio de los pronombres. Él afirma que los pronombres no constituyen una clase unitaria, porque unos pertenecen a la sintaxis del idioma, mientras otros, a las instancias de discurso, entendidas como “[...] los actos discretos y cada vez únicos merced a los que la lengua se actualiza en palabra en un locutor.”

Enseguida, explota la diferencia entre *yo* y *tú* y un nombre referente a una noción lexical, según la organización referencial de los signos lingüísticos. Para él, mientras cada instancia de empleo de un nombre se refiere a una noción constante y “objetiva”, que puede permanecer virtual o actualizarse en un objeto singular, y es siempre idéntica en la representación que despierta, las instancias de empleo de *yo* y *tú* no constituyen una clase de referencia. *Yo* y *tú* dicen respecto a la realidad de discurso, son no referenciales con relación a la realidad y solo pueden ser definidos en términos de locución. Veamos, entonces, como el autor los define:

La definición puede entonces ser precisada así: *yo* es el 'individuo que enuncia la presente instancia de discurso que contiene la instancia lingüística 'yo'. Por consiguiente, introduciendo la situación de 'alocución', se obtiene una definición simétrica para *tú*, como el 'individuo al que se dirige la alocución en la presente instancia de discurso que contiene la instancia lingüística *tú*'. Estas definiciones apuntan a *yo* y *tú* como categoría del lenguaje y se refieren a su posición en el lenguaje. No se consideran las formas específicas de esta categoría en las lenguas dadas, y poco importa que estas formas deban figurar explícitamente en el discurso o puedan permanecerle implícitas. (BENVENISTE, 2004, p.173-174, grifo del autor).

Esa referencia del *yo/tú* necesariamente contemporánea a la instancia de discurso también comporta una serie de "indicadores", pertenecientes a otras clases que no la de los pronombres personales, pero que también convierten el lenguaje en discurso. Así como los pronombres personales, son signos huecos, no referenciales con relación a la realidad, siempre disponibles para que se vuelvan plenos cuando un locutor los asume en cada instancia de su discurso con la finalidad de referir las circunstancias de la instancia de discurso. Son ellos: los demostrativos *éste*, etc., los adverbios *aquí* y *ahora*. En ese punto, es esencial el hecho de que esos indicadores están necesariamente relacionados con la presente instancia de discurso y que el centro de ese sistema de referencias internas es *yo*. Las formas de ese sistema no remiten a la realidad, ni a posiciones "objetivas" en el espacio o en el tiempo, sino a la enunciación, cada vez única que las contiene. Así siendo, percibimos que el autor está proponiendo dos formas de comprender el lenguaje: lenguaje como sistema de signos y lenguaje asumido como ejercicio por el individuo (BENVENISTE, 2004).

Volvamos a la proposición inicial del autor en este texto, a saber, la de que los pronombres no constituyen una clase unitaria, una vez que unos pertenecen a la sintaxis de la lengua, y otros, a las instancias de discurso. Si la primera y la segunda personas (posición subjetiva) no remiten a una posición objetiva, no se puede decir lo mismo de la tercera. Esta es la "no persona" y, por consiguiente, puede tener una referencia objetiva:

La 'tercera persona' representa de hecho el miembro no marcado de la correlación de persona. Es por ello por lo que no es una prerogativa afirmar que la no-persona es el solo modo de enunciación posible para las instancias de discurso que no deben remitir a ellas mismas, sino que predicen el proceso de no importa quién o no importa qué, aparte de la instancia misma, pudiendo siempre este no importa quién o no importa qué estar provisto de una referencia objetiva (BENVENISTE, 2004, p.176).

Así siendo, las formas de la tercera persona son sustitutas de los elementos materiales del enunciado; representan diferentes partes del discurso por necesidad de economía, es decir, pueden sustituir un segmento del enunciado y hasta un enunciado entero, por un sustituto flexible. Por esa razón, podemos notar que la función de la no persona discrepa de la de los indicadores de persona².

Dadas las posiciones de Benveniste (2004) acerca de la categoría lingüística de la persona, veamos cómo sus ideas pueden ser utilizadas en nuestra investigación.

Aportes benvenistianos para la investigación de los usos de la categoría de la persona en español

En esta sección, destacamos tres principios benvenistianos que serán aprovechados para nuestra investigación.

Un primer principio es el de la clasificación de los pronombres y de los verbos según la naturaleza de sus oposiciones. Estamos de acuerdo con el autor en la idea de que clasificar las personas según una clase uniforme de los pronombres o distinguirlas según la conjugación verbal³ es de carácter sumario y no lingüístico. Además, no informa ni sobre el contenido que la categoría implica, ni sobre las relaciones que reúnen las diferentes personas (BENVENISTE, 2004). Así, a partir de su propuesta de las correlaciones de personalidad y de subjetividad, adoptamos las nociones de “persona” versus “no persona”; “persona subjetiva” versus “persona no subjetiva”; “persona estricta” versus “persona amplificada” y “plural inclusivo” versus “plural exclusivo” para nuestras descripciones.

El segundo principio es el de que las personas pueden, en el uso, ir redefiniendo sus valores. Para adoptar este principio tomamos por base los ejemplos de “contaminaciones” (BENVENISTE, 2004) del singular y del plural, del plural y del impersonal, que Benveniste da a partir del francés: *nous, on va o je sommes*, expresiones en las cuales se mezclan la necesidad de dar a *nosotros* una comprensión indefinida y la afirmación intencionalmente vaga de un *yo* generalizado.

Finalmente, el tercer principio, es el de que solamente en el empleo de las formas se puede comprender su significado, es decir, los valores efectivos de

² Con efecto, el autor ratifica, aquí, la propuesta del texto “Estructura de las relaciones de persona en el verbo” (BENVENISTE, 2004), en el sentido de que en la clase formal de los pronombres, los de tercera persona difieren de los de primera y segunda, tanto por su función como por su naturaleza. Con todo, añade la noción de referencia que culminará en la distinción entre la lengua como repertorio de signos y la lengua como actividad manifestada en las instancias de discurso.

³ Clasificación heredada de la gramática griega.

los pronombres y de los verbos son determinados en el uso del lenguaje. Eso queda claro cuando Benveniste explica algunos empleos particulares de la tercera persona e ilustra con el uso de *él* (o *ella*) como forma de alocución frente a alguien que está presente cuando se quiere sustraerlo a la esfera personal del *tú* / *vosotros*, hecho que puede tener dos valores opuestos: (i) puede significar reverencia, elevándose el interlocutor por encima de la condición de persona y de la relación de hombre a hombre, o (ii) menosprecio, para rebajar aquél que no merece no mismo que alguien se dirija “personalmente” a él, anulándole como persona (BENVENISTE, 2004). De esa manera, podemos suponer que solamente en el contexto se puede definir los significados de *él* / *ella*. Nos valemos de esta idea para el estudio de las demás personas también.

Presentados los principios que sustentarán nuestro análisis, pasamos a la metodología.

Metodología

Con base en los principios del modelo enunciativo de Benveniste (2004), nuestro trabajo se propone describir usos relativos a la categoría lingüística de la persona en lengua española. Dentro de esa descripción explicativa y ajustándonos al modelo enunciativo, añadimos formas de “contaminaciones” no contempladas por Benveniste (2004).

Para ello, partimos de un análisis preliminar de textos que contienen las dos clases de palabras que, según el autor, son sometidas a la categoría de la persona, a saber, el pronombre y el verbo. Nuestra sistemática de trabajo demandó la búsqueda de ejemplos en los cuales constasen las categorías citadas, dada la frecuencia de uso y la poca descripción existente, con miras a complementar las nociones impartidas por las gramáticas tradicionales y comunicativas valiéndonos de un enfoque enunciativo⁴.

Reiteramos lo expuesto en la introducción, al referimos que nuestro trabajo propone un análisis cualitativo y no cuantitativo, de manera que no pretendemos agotar todas las posibilidades de uso de la categoría de la persona en español.

Seleccionamos enunciados de textos de diferentes géneros discursivos, a saber: historietas humorísticas (QUINO, 2003); fragmentos de piezas de teatro (MORENO, 2003); expresiones corrientes en el cotidiano.

⁴ Según Flores (2001), cualquier fenómeno lingüístico que ya haya sido estudiado por otras lingüísticas puede recibir la mirada de la lingüística de la enunciación, siempre que sea contemplado con referencia a las representaciones del sujeto que enuncia, a la lengua y a una situación dada.

Para analizar los usos de la categoría de la persona, seguimos las siguientes etapas: (i) definición del valor⁵ de los pronombres y de los morfemes verbales relacionados a la persona en el enunciado; (ii) a partir del valor definido, descripción del significado de los pronombres y de los morfemes verbales de persona, según la propuesta benvenistiana; (iii) discusión de las implicaciones que la descripción basada en el modelo benvenistiano trae para la configuración del sentido de la categoría de la persona. Conviene mencionar que en nuestra descripción será necesario complementar la propuesta benvenistiano en lo que concierne a usos no previstos por el autor como, por ejemplo, el uso de la segunda persona de singular en lugar de la primera persona de singular. Por consiguiente, nos será necesario, en algunos casos, elaborar conceptos para explicar los fenómenos presentados. Esos conceptos aparecerán en las descripciones destacados en negrita. Con todo, nuestras propuestas mantendrán los principios de base de la teoría del autor.

Presentados los procedimientos metodológicos, pasamos al análisis de los enunciados y a la discusión de los resultados.

El caso de la *impersonalización*



Figura 1 – La impersonalización.

Fuente: Quino (2003, p.37).

En la primera viñeta de este cuadrado de Mafalda (QUINO, 2003, p.37), encontramos la expresión *¡Está mamá que limpia!* que señala un uso de la categoría de la persona. En esta expresión se emplea la tercera persona de singular, marcada explícitamente por los verbos en presente de indicativo *está* y *limpia* y por el sustantivo *mamá*, en lugar de la primera persona de singular *yo*. Así, según una perspectiva benvenistiano, se puede decir que hay una “impersonalización”⁶ de la primera persona de singular, o sea, de persona subjetiva, pasa a no persona.

⁵ El término valor está siendo adoptado como el “sentido efectivo” de los pronombres y de los morfemes verbales con relación a la persona que representa. Ej: si *yo* significa efectivamente *yo*, o significa *tú*, *él*, etc.

⁶ Se optó por este término en base a la correlación de personalidad: “yo-tú”, que poseen la marca de persona, y “él”, que es privado de ella (BENVENISTE, 2004). En nuestro ejemplo, “yo” pierde la marca de persona.

Ese uso remonta al principio de Benveniste (2004) de que algunos empleos particulares de la tercera persona pueden servir de forma de alocución frente a alguien que está presente cuando se lo quiere substraer a la esfera personal del “tú” (“vosotros”), por un lado, a modo de reverencia (la forma de pulidez) que eleva el interlocutor por encima de la condición de persona y de la relación de hombre a hombre; y por otro lado, cuando se lo coloca como testigo de menosprecio, para rebajar a aquél que no merece que alguien se dirija “personalmente” a él.

Sin embargo, aquí el locutor (la madre) no usa la tercera persona para referirse a su interlocutor (el hijo). Luego, no se trata de un intento de substraer a la esfera personal del “tú / vosotros” a alguien que está presente, como ilustra Benveniste (2004); en realidad, es alguien que se está substrayendo a la esfera personal del “yo”.

Con todo, siguiendo la propuesta de que la tercera persona nunca es propuesta como “persona”, podemos hacer la descripción del significado de esta manera: al referirse a sí misma con la tercera persona, y no como la primera, la madre se anula como persona, en especial, anula su papel de proximidad en la esfera familiar y se pone fuera de una relación personal, en un nivel de rebajamiento, propio de las personas que trabajan excesivamente para los demás, como una verdadera empleada doméstica. Así, tenemos un ejemplo de efecto de sentido generado por la “impersonalización” del yo.

El caso del plural

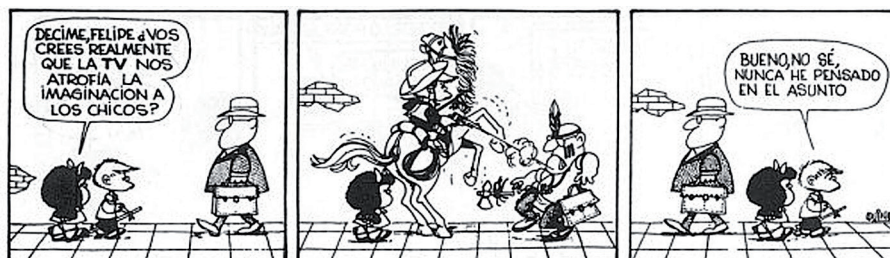


Figura 2 – El plural.

Fuente: Quino (2003, p.100).

En la primera viñeta de ese ejemplo de Mafalda (QUINO, 2003, p.100), encontramos dos usos distintos de la persona, con valores diferentes. El primero está señalado explícitamente por el verbo en imperativo *decime* y por el pronombre *vos*. Como hemos visto, en Argentina y otros países de América Latina se usa *vos* para expresar el tuteo singular, empleado con una forma verbal que

es la segunda persona del plural sin la -i (HERMOSO; CUENTO; ALFARO, 1994). Además, hemos visto que ese fenómeno es común sobre todo en los registros más informales, como posibilidad de uso alternativo al de *tú* para las relaciones informales o de confianza (MATTE BON, 1995). De esa manera, podemos decir, en términos benvenistianos, que el pronombre *vos* tiene valor de persona no subjetiva; Mafalda lo trae a Felipe a la alocución como su interlocutor, es decir, lo trae a la esfera personal.

En un segundo momento, aparece otro tipo de uso de la persona: *nos atrofia la imaginación a los chicos*. En ese caso tenemos un “yo dilatado” además de la persona estricta (BENVENISTE, 2004), por medio del uso del pronombre *nos*. Hemos observado que Benveniste resalta la posibilidad de dupla expresión de “nosotros”, con dos contenidos precisos y distintos: una forma inclusiva que se asienta sobre la inclusión de “vosotros” (*yo + vosotros*) y una forma exclusiva definida según la exclusión de “vosotros” (*yo + ellos*). Para el autor, en el plural inclusivo se junta personas entre las cuales existe la “correlación de subjetividad” y el *tú* sobresale comportando junción de la persona no subjetiva con el *yo* implícito. En el plural exclusivo, por otra parte, se junta dos formas que se oponen como personal y no personal a causa de la “correlación de persona” y quien sobresale es el *yo*.

Ahora bien, en esa viñeta encontramos un plural que condensa tanto el inclusivo como el plural exclusivo. Observemos que Mafalda complementa el uso del pronombre *nos* con la expresión *a los chicos*⁷, especificando a quienes se está refiriendo. Así, el locutor alude a sí mismo (*yo*, persona subjetiva), al interlocutor (*vos*, persona no subjetiva) y a los demás chicos (*ellos*, no persona). Siendo que la clasificación “plural inclusivo” y “plural exclusivo” se asienta en la oposición *yo + tú* versus *yo + ellos*, respectivamente, ¿cómo clasificar un plural con valor de *yo + tú + ellos*? No encontramos en Benveniste (2004, 1989) una respuesta para esta pregunta. Tampoco los encontramos en las gramáticas revisadas, aunque algunas reconozcan el valor doble de “nosotros”. Con todo nos parece que ese tipo de plural no tiene el mismo valor que los enseñados por Benveniste (2004).

Proponemos, entonces, que el uso del “nosotros” con valor de *yo + tú/vos + ellos*, en este caso, hace sobresalir la no persona. Nos parece que Mafalda incluye a sí y a Felipe entre los chicos en general a quienes la TV puede atrofiar la imaginación. Será necesario, en estudios posteriores, que se verifique si este uso muy común en español generalmente enfatiza a la no persona.

⁷ Ese tipo de complementación suele ser muy común en español.

El caso de la pluralización de la no persona

LUCRECIA – Nosotros debemos irnos, Ronald. En casa nos están esperando.

RONALD – Desde que salimos de la Embajada, advertimos que sólo podríamos estar aquí un instante.

LUCRECIA – Además, Ronald tiene que madrugar.

BEATRIZ – (A Ronald). Es desesperante ese sentido del deber que tienen ustedes los norteamericanos. (MORENO, 2003, p.89).

En los enunciados de esa pieza de teatro, encontramos tres maneras distintas de señalar la presencia de la persona. La primera aparece en el habla de Lucrecia, en el pronombre de primera persona de plural *nosotros* y *nos* y en las perífrasis verbales *debemos irnos* y *están esperando*. En todos esos casos, tenemos una ocurrencia que corresponde al plural inclusivo de Benveniste (2004). Cuando el locutor especifica su interlocutor (Ronald), pone en claro que se refiere a *yo* (Lucrecia) + *tú* (Ronald). Es un tipo de uso previsto por la teoría benvenistiana y que no presenta “contaminaciones” de sentido. Esa ausencia de contaminaciones también aparece en el habla de Ronald, donde se mantiene el sentido de plural inclusivo por medio de los verbos en presente de indicativo *salimos* y *advertimos* y de la perífrasis verbal *podríamos estar*.

La otra manera de mencionar a la persona está en el segundo enunciado de Lucrecia “Además, Ronald tiene que madrugar.” En este caso, tenemos un empleo de la tercera persona, con su valor de no persona, porque Lucrecia se dirige a Beatriz y excluye a Ronald de la alocución. Este es un ejemplo típico que ilustra lo que dice Benveniste (2004) sobre el hecho de que la tercera persona alude a algo o a alguien, pero no a una persona de la alocución.

Finalmente, la tercera forma de marcar explícitamente la categoría de la persona se da en el habla de Beatriz, donde hay el verbo en presente de indicativo *tienen*, el pronombre *ustedes* y el sintagma *los norteamericanos*. Todas las marcas están en tercera persona de plural, pero refiriéndose a la tercera persona de singular (*Lucrecia*). Aquí no se trata de una verdadera pluralización de la tercera persona, sino que hay una contaminación de la tercera persona de plural con la tercera persona de singular. Es evidente que Beatriz se refiere al que fuera dicho anteriormente por Lucrecia *Ronald tiene que madrugar*. No obstante, como se trata de una pieza de teatro son registradas, entre paréntesis, las acciones de los personajes. En este caso, está registrado que Beatriz se dirige específicamente a Ronald y no a Lucrecia. De esa manera, el locutor excluye a Lucrecia de la alocución y se refiere a ella en plural.

El uso de la tercera persona de plural en lugar de la tercera de singular es un hecho interesante, porque a pesar del cambio, continúa siendo no persona. Así, el locutor excluye uno de los interlocutores de la alocución. No obstante, no lo trata solamente como la no persona, sino como la no persona en plural, hecho que revela no solo un desprecio (*es desesperante*) por uno de sus alocutores (que tiene el sentido del deber), sino a otras personas (los norteamericanos en general).

El caso del uno



Figura 3 – El caso del uno.

Fuente: Quino (2003, p.22).

En la última viñeta de esta historieta de Mafalda, encontramos la expresión *¿Y ahora qué cuernos hace uno con esta sonrisa?* En esa expresión aparece el uso de la persona señalada explícitamente con el verbo en tercera persona de presente de indicativo *hace* y con el operador (MATTE BON, 1995, p.41) *uno*. Esa tercera persona tiene valor de primera persona de singular *yo*: *¿y ahora qué cuernos hago con esta sonrisa?* Así siendo, podemos decir, siguiendo los postulados de Benveniste (2004), que hay en este ejemplo una “impersonalización” de la tercera persona de singular, es decir, de persona subjetiva, pasa a no persona.

Este ejemplo es semejante al del análisis 1, pero el efecto de sentido es otro. Nos parece que la idea benvenistiana de reverencia versus menosprecio no es suficiente y, quizá, no quepa aquí. A nosotros nos parece que el empleo de la no persona en esta viñeta se aproxima más de la descripción que nos da Matte Bon (1995, p.41) con respecto al uso de “[...] uno/una: cuando la persona que habla se está refiriendo esencialmente a sí misma, pero quiere atribuir a lo que dice un valor ligeramente más general, presentándolo como algo impersonal.”

Siguiendo ese pensamiento de Matte Bon (1995) y asociándolo con la idea benvenistiana de no persona, interpretamos este enunciado como una forma de impersonalizar la persona. El personaje presenta una condición que nos es propia solamente a él, sino que envuelve a todos aquellos que trabajan con ventas, que

necesitan sonreír a sus probables consumidores y que no esperan una actitud como la de Mafalda. Es como si en las clases de instrucciones para vendedores en general no previeron una conducta como la de la niña y, por consiguiente, no enseñaron cómo los vendedores deben actuar.

El caso de la *subjetivización*

- (i) — ¿En qué me meto yo?⁸
- (ii) — ¿Qué pasó conmigo?
- (iii) — Entonces yo soy el culpable.

Estos enunciados son ejemplos corrientes en el habla cotidiana de uso de la primera persona de singular en lugar de la segunda persona de singular: *¿En qué te estás metiendo? ¿Qué pasó contigo? Entonces tú eres el culpable*. Son casos en que ocurre una “**subjetivización**”⁹ de la segunda persona, es decir, de persona no subjetiva, pasa a persona subjetiva.

El locutor puede utilizar el enunciado (i) en ocasiones donde pretende censurar a una persona que se está metiendo en asuntos que no le atañen o aún cuando sorprende a una persona metiendo la mano en cosas ajenas. En estas circunstancias, el hecho de subjetivizar la persona no subjetiva acentúa la idea de crítica al interlocutor y de censura de sus actos.

El enunciado (ii), por otra parte, puede ser empleado en circunstancias donde el locutor percibe que algo no está bien con su interlocutor. Se establece con este tipo de empleo una relación de complicidad con el alocutario con el cual mantiene un vínculo afectivo. Por ello, comúnmente este tipo de enunciado es producido con una entonación más emotiva, muy semejante al lenguaje que los adultos utilizan para hablar con los niños. Para Fiorin (2002), este tipo de uso en lengua portuguesa produce el efecto de sentido de identificación afectiva.

Finalmente, el locutor puede emplear el enunciado (iii) cuando su interlocutor quiere eximirse de una culpa que efectivamente tiene. En ese caso, el efecto de sentido provocado por la “**subjetivización**” es de ironía. El locutor utiliza el *yo* como un elemento para decir que considera absurda la argumentación del alocutor. Así, demuestra que no acepta la inocencia de su interlocutor. Es un otro tipo de empleo donde la entonación tiene un papel relevante para que el interlocutor perciba el sentido que el locutor quiere dar a su enunciado.

⁸ Para un estudio acerca de la polifonía existente en este tipo de enunciado, ver Ducrot (1988).

⁹ Término que adoptamos tomando por base la propuesta benvenistiana de que *yo* y *tú* se oponen por la correlación de subjetividad: *yo* es la persona subjetiva y *tú* la persona no subjetiva.

El caso de la *personalización de la no persona*



Figura 4 – La personalización de la no persona.

Fuente: Quino (2003, p.101).

El enunciado de la última viñeta de Mafalda (QUINO, 2003, p. 101) presenta la categoría lingüística de la persona a través de dos pronombres *te* y de los verbos conjugados en voseo *ponés*, *comés*, *comprás* y *tenés*. Estos pronombres y verbos son gramaticalmente tratados como referentes a la segunda persona de singular. En términos benvenistianos, corresponden a la persona no subjetiva. Sin embargo, al examinar el sentido en el contexto, podemos observar que tanto el pronombre *te* como los verbos no se refieren al interlocutor, sino a alguien indeterminado. Así, en este enunciado se usa la segunda persona de singular en lugar de la tercera de singular. Según la propuesta que adoptamos, se usa la persona no subjetiva en lugar de la no persona: *Pero parece ser que si primero alguien se pone desodorante, luego come salchichas y después se compra un lavarropas, tiene que ser muy tarado para no ser feliz*. Notemos que el adjetivo *tarado* está en masculino; por consiguiente, no se podría estar refiriendo al *tu* interlocutor, ya que el interlocutor es femenino (Mafalda).

Con base en los dichos de Benveniste (2004), podemos decir que, en el enunciado en cuestión, hay una “personalización” de la no persona.

Este uso fue observado por Benveniste (2004) cuando dice que la definición de la segunda persona como la persona a la cual la primera se dirige es su empleo más ordinario, pero no es el único, ni constante, porque se puede utilizar la segunda fuera de la alocución. El ejemplo presentado por el autor es el uso en francés de *vous* con valor de *on* “*on ne peut se promener sans que quelqu’un vous aborde*”, en que *vous* sirve para sustituir *on*.

Nos parece que el enunciado de Mafalda ilustra bien este tipo de empleo. Al respecto, Navarro (1997) estudia los mecanismos de impersonalización del *tú* en la conversación coloquial. El autor comprueba a través de comentarios teóricos y de ejemplos que el empleo de *tú* impersonal es un fenómeno frecuente en el español que se habla actualmente. No obstante, nos parece

que las correlaciones propuestas por Benveniste (2004) permiten añadir la comprensión de que el *tú* es persona, de manera que, aunque el enunciado sea impersonal, el locutor se propone como alguien que hace parte de la situación de enunciación.

El caso de la *persona ampliada*

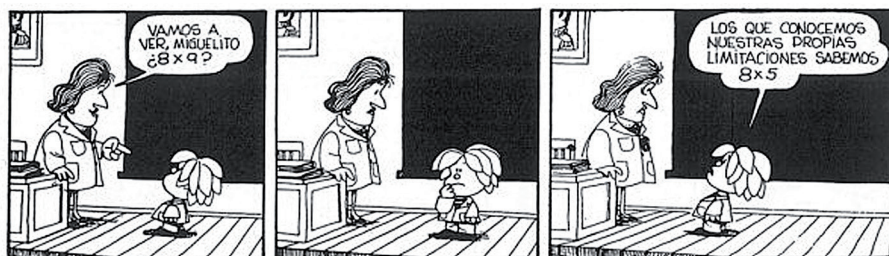


Figura 5 – La persona ampliada.

Fuente: Quino (2003, p.60).

En el último cuadro de esta historieta, percibimos el uso de la categoría de la persona por medio del empleo de los verbos en presente de indicativo *conocemos* y *sabemos* y del pronombre *nuestras*. Estos verbos y pronombres son utilizados en lugar de la primera persona de singular. Tenemos un empleo de la primera persona de plural en lugar de la primera persona de singular. Con eso, la persona estricta pasa a persona ampliada (BENVENISTE, 2004).

No obstante, nos parece que podemos apoyarnos en los ejemplos de empleos opuestos del plural ordinario que Benveniste (2004) da para interpretar este uso. Como hemos visto, según Benveniste, de una parte, *yo* se amplifica por medio de *nosotros* en una persona más solemne como el caso del “nosotros de majestad” y, de otra, el empleo de *nosotros* atenúa la afirmación muy marcada de *yo* en una extensión más amplia y difusa, como en el caso del “nosotros de autor o de orador”.

Es evidente que en el enunciado en cuestión no hay un “nosotros de majestad”, ni tampoco un “nosotros de autor o de orador”. Con todo, hay una amplificación de *yo* y una atenuación de la afirmación muy marcada de *yo*. El locutor no se presenta como el único responsable por su dicho, atenuando su presencia en el enunciado. Así, el chico disminuye su responsabilidad ante el hecho de no saber contestar a la pregunta de la maestra.

Consideraciones

En este trabajo hemos propuesto una descripción explicativa de los usos de la categoría lingüística de la persona en lengua española, desde la perspectiva enunciativa de Benveniste (2004). Siguiendo la idea del autor de que el pronombre y el verbo son las únicas especies de palabras sometidas a la categoría de la persona, intentamos analizar significados que los pronombres y los morfes verbales de persona asumen en ejemplos de uso concreto de la lengua. A partir de las ilustraciones de usos de la categoría lingüística de la persona, pudimos demostrar que, con base en los principios del modelo enunciativo de Benveniste (2004), es posible describir usos de los pronombres y de los verbos no previstos ni por las gramáticas tradicionales revisadas, ni por la gramática comunicativa de Matte Bon (1995). Además, pudimos observar que estos usos se dan efectivamente, una vez que no nos restringimos a un tipo específico de género de discurso.

Otra consideración necesaria es que describir los significados de los pronombres y de los morfes de persona según las correlaciones de personalidad y de subjetividad, propuestas por Benveniste, permite una mayor comprensión de los efectos de sentido generados por el cambio de las personas. En efecto, adoptar las nociones benvenistianas en el estudio de la persona, podrá contribuir para una complementación de los referenciales teóricos gramaticales, entendiendo que el docente de español (L2) pueda apoyarse en modelos lingüísticos, actualizando y adaptando herramientas de aplicación conforme con el nivel de competencia de sus alumnos, a fin de conducirlos a una mejor comprensión de la lengua en uso.

No obstante, es importante resaltar que, como nuestro propósito era el de realizar un análisis cualitativo y no cuantitativo, y debido a los límites de este estudio, no pretendemos agotar todas las posibilidades de uso de la categoría de la persona en el idioma. Sugerimos que, en trabajos futuros, en esta línea de investigación, sean analizados separadamente los fenómenos de sustitución aquí mencionados, es decir, que sean realizadas pesquisas específicamente para cada caso de empleo de una persona por otra, a ejemplo del estudio de Navarro (1997), que trató solamente del *tú* usado con valor impersonal, o sea, investigó solamente el uso de la segunda persona de singular en lugar de la tercera persona de singular. Finalmente, consideramos que a partir de estas investigaciones será posible ampliar los *corpora* a ser analizados, hecho que permitirá extender el alcance de los resultados obtenidos, ofreciendo mayores subsidios para la enseñanza de lengua española, en lo que concierne a categoría lingüística de la persona.

ANDERSEN, E. M. L. The category of person in Spanish. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.177-202, 2010.

- *ABSTRACT: From Benveniste’s enunciative perspective, this paper focuses on the analysis of the linguistic category of person in Spanish. Benveniste claims that verbs and pronouns are the sole syntactic categories related to person. Accordingly, by analyzing tokens of verbs and pronouns in corpus, this study examines both verb-related and pronoun-related senses and concludes both that Benveniste’s categories of “personality” and “subjectivity” are relevant to the description of the uses of verbs and pronouns and that there are “deviating” person-related senses that have not been predicted either by the revised traditional grammars nor the communicative grammars in Spanish.*
- *KEYWORDS: Enunciation Linguistics. Person. Pronoun. Verb. Spanish.*

REFERENCIAS

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística general I*. 23. ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

DUCROT, O. *Polifonía y argumentación*. Traducción de Ana Beatriz Campo y Emma Rodríguez. Cali: Universidad del Valle, 1988.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FLORES, V. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.36, n.4, p.7-67, dez. 2001.

GÓMEZ TORREGO, L. *Gramática didáctica del español*. Madrid: SM, 2002.

HERMOSO, A. G.; CUENTO, J. R.; ALFARO, M. S. *Gramática de español lengua extranjera: normas y recursos para la comunicación*. Madrid: EDELSA, 1994.

MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea*. Madrid: EDELSA, 1995. t.1.

MORENO, J. Z. *Tres piezas de teatro*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2003. (Serie La Granada Entreabierta).

NAVARRO, A. H. Sobre los mecanismos de impersonalización en la conversación coloquial: el tú impersonal. *ELUA: Estudios de la Lingüística*, Alicante, n.11, p.163-176, 1997.

QUINO. *10 años con Mafalda*. 14. ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2003.

Recebido em setembro de 2009

Aprovado em dezembro de 2009.

A FUNÇÃO DE CONECTORES ARGUMENTATIVOS NO TEXTO DA PROPOSTA CURRICULAR DE MINAS GERAIS

Gustavo Ximenes CUNHA*

- RESUMO: Este artigo propõe um estudo do texto da proposta curricular do Estado de Minas Gerais, verificando aspectos da relação instaurada entre a instância de produção da proposta – a Secretaria de Educação – e a instância de destinação dessa proposta – o professor de português da rede estadual de ensino. Centrando a atenção no emprego dos conectores, a análise realizada adota os pressupostos teóricos do Modelo de Análise Modular do Discurso, para investigar em que medida esse emprego é decorrente da maneira como a Secretaria de Educação “imagina” o professor ao qual se dirige. O que se constatou foi um predomínio dos conectores que marcam a relação genérica de argumento. Na proposta curricular, esses conectores são empregados com a função de direcionar a leitura do professor, explicitando que as informações por eles introduzidas são argumentos, justificativas, explicações ou exemplos, cujo papel é o de convencer esse professor de que novas concepções de língua e de linguagem devem guiar a sua prática em sala de aula.
- PALAVRAS-CHAVE: Proposta curricular de Minas Gerais. Conectores. Argumentação. Modularidade.

Introdução

Neste artigo, procura-se compreender como agentes específicos utilizam a proposta curricular de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2009) para *dialogar*. Assumindo o princípio de que toda manifestação discursiva é essencialmente dialógica, este artigo procura esclarecer aspectos particulares da interação que se dá, na proposta curricular, entre o governo do Estado de Minas Gerais e o professor de português da rede estadual de ensino.

A finalidade da proposta curricular (MINAS GERAIS, 2009) é apresentar aos professores os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) para os anos finais do Ensino Fundamental (EF) e para o Ensino Médio (EM). Por meio dos CBC, procura-se direcionar o trabalho do professor de português, apontando os tópicos de conteúdo a serem ensinados por ele e as habilidades a serem adquiridas pelos alunos. Como

* Doutorando em Estudos Linguísticos. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31.270-901 – ximenescunha@yahoo.com.br

a finalidade da proposta, por meio dos CBC, é direcionar o trabalho do professor, funcionando mesmo como uma diretriz, os CBC são antecedidos por três seções, cujos títulos são “As razões para o ensino da disciplina”, “As diretrizes para o ensino da disciplina” e “Os critérios de seleção de conteúdos” (MINAS GERAIS, 2009, p.11, p.13 e p.17). Sem entrar em detalhes que serão aprofundados mais adiante, observa-se, nessas seções, uma preocupação da instância de produção em instruir o professor, fornecendo informações que supostamente desconhece sobre a disciplina “português” e sobre procedimentos de ensino. Por esse motivo, a nossa análise recairá sobre essas três seções iniciais do documento.

Para realizar o estudo dessas seções da proposta curricular, valemo-nos de contribuições teóricas do Modelo de Análise Modular do Discurso. Como prática social que é, o discurso, segundo essa abordagem, deve ser encarado como um fenômeno que, por ser construído conjuntamente por dois ou mais sujeitos, tem como essência o diálogo. Nessa prática, a linguagem constitui a face visível ou emergente de um processo de negociação, em que a construção dos sentidos é largamente influenciada pelos objetivos dos participantes da interação e pelos papéis que assumem (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Como consequência dessa concepção dialógica da linguagem, a comunicação deixa de ser encarada como um mero processo de codificar e decodificar mensagens ou de enunciar e interpretar proposições. O ato de comunicar passa a ser visto como um processo por meio do qual os sujeitos operam transformações no ambiente, ou seja, agem (FILLIETTAZ, 2006). Nesse sentido, os mecanismos de comunicação surgem como um meio de realizar ações de forma coletiva, cuja finalidade é modificar o mundo construído referencialmente pelo interlocutor.

Essa dimensão acional ou praxeológica do discurso aponta para o fato de que, numa interação específica, o sujeito age por meio da linguagem e, ao agir por meio dela, deixa marcas no discurso. Essas marcas, que pertencem a diferentes níveis do tecido textual, funcionam como pistas importantes para se conhecerem aspectos constitutivos do processo de negociação, tais como: o objeto em torno do qual se constrói a interação, o modo como esse objeto é construído e reconstruído ao longo do discurso, os papéis assumidos pelos interactantes, os objetivos individuais e coletivos que perseguem e as imagens que projetam de si e do outro.

Por essa razão, a análise de um documento oficial escrito para os professores parece constituir um meio eficaz para se compreender um pouco melhor a complexidade da relação que se estabelece entre esses professores e o governo do Estado. Particularmente, interessa-nos, neste trabalho, investigar como as imagens que os interactantes projetam de si e do outro podem ter incidência sobre um aspecto específico da organização do discurso: a decisão do produtor de um texto de empregar conectores para marcar relações discursivas. Considerando que “[...] os discursos são necessariamente *endereçados* e projetam, assim, uma

imagem de sua instância de destinação [...]” (FILLIETTAZ, 2006, p.76, tradução nossa, grifo do autor), buscamos verificar em que medida o emprego de conectores pode decorrer da imagem que a instância governamental constrói, no discurso, do professor da rede estadual de ensino. A finalidade aqui é, portanto, articular informações próprias da dimensão situacional (ou contextual) com informações próprias da organização relacional do discurso.

Dimensão situacional

No plano situacional, a proposta curricular do Estado de Minas Gerais constitui o “lugar” onde instâncias agentivas específicas se associam momentaneamente para participar de uma prática social. Se, do lado de quem interpreta a proposta curricular, vemos claramente o professor da rede estadual de ensino, é difícil identificar, com precisão, a instância com quem esse professor dialoga. Embora a proposta aponte, nas páginas iniciais, os autores que a elaboraram, a instância que dialoga com o professor parece se constituir mais da Secretaria de Educação à qual ele é subordinado como profissional do que de um autor específico. Por esse motivo, consideramos que as instâncias agentivas que participam da interação mediada pela proposta curricular são, de um lado, o professor da rede estadual de ensino e, do outro, a instância governamental representada pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Embora a definição dessas instâncias agentivas careça de mais estudos, ela ajuda a compreender a relação complexa que se estabelece entre o professor de escola pública e *aquela* o qual tem o papel de lhe impor condutas e metas, relação que, não poucas vezes, traduz-se em objeções do profissional de ensino ao que impõe o governo do Estado ou a Secretaria de Educação e não ao que impõem autores de documentos oficiais.

Apesar de serem participantes de uma ação conjunta, essas instâncias agentivas perseguem objetivos individuais que Fillietaz denomina “ações participativas” e define como “[...] parcelas interdependentes de responsabilidade que cabem a cada um dos interactantes na emergência de um *enjeu* comum.” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p.114, tradução nossa).

Como a função da proposta curricular é estabelecer os tópicos a serem abordados na escola, uma primeira ação participativa que se pode atribuir ao professor é a de conhecer os tópicos com que a Secretaria espera que ele elabore seu programa de aulas. Uma segunda ação, decorrente da primeira, consiste em selecionar os tópicos que julgue serem os mais adequados para elaborar seu programa. A terceira ação participativa que vamos atribuir ao professor é a de obter conhecimentos. Esses conhecimentos que o professor pode buscar na proposta se referem não só a que tópicos ensinar, mas se referem, ainda, a conhecimentos teóricos sobre linguagem e sobre prática docente. Esses conhecimentos são

oferecidos nas três seções iniciais da proposta (“As razões para o ensino da disciplina”, “As diretrizes para o ensino da disciplina” e “Os critérios de seleção de conteúdos”), e delas falaremos mais adiante.

Quanto à Secretaria de Educação, a primeira ação participativa que se pode atribuir a essa instância é a de propor conteúdos de ensino a serem abordados na escola. Essa é uma ação que se manifesta nas seções intermediárias da proposta, as quais são dedicadas a apresentar os “tópicos e subtópicos de conteúdo” (MINAS GERAIS, 2009, p.34), bem como as “habilidades e detalhamento das habilidades”. Nessas seções, os tópicos são apresentados numa coluna à esquerda da página, enquanto as habilidades são apresentadas numa coluna à direita da página. Assim, um tópico, como “1. Contexto de produção, circulação e recepção de textos”, corresponde a várias habilidades, como, por exemplo, “1. 1. Reconhecer o gênero de um texto a partir de seu contexto de produção, circulação e recepção” e “1. 2. Usar índices, sumários, cadernos e suplementos de jornais, livros e revistas para identificar, na edição, textos de diferentes gêneros”.

A segunda ação realizada pela Secretaria ao interagir com o professor consiste em instruir quanto a concepções atuais de língua/linguagem e quanto aos procedimentos a serem adotados para ensinar conforme essas concepções. Nas três seções iniciais da proposta, a Secretaria trata de língua e linguagem em trechos como os que seguem:

- 1) Sabemos que os enunciados produzidos nas línguas naturais têm uma parte material – os sons, no caso da língua oral, e as formas, no caso da escrita –, mas têm também uma parte subentendida, essencial para a produção de sentido na interação. Essa parte subentendida, digamos “invisível”, está no contexto de produção do enunciado, em sua enunciação e coenunciação, nos conhecimentos de mundo e nos valores partilhados pelos interlocutores. (MINAS GERAIS, 2009, p.11-12).
- 2) [...] ensinamos linguagem, não para “descobrir” o verdadeiro significado das palavras ou dos textos, nem para conhecer estruturas abstratas e regras de gramática, mas para construir sentidos, sempre negociados e compartilhados, em nossas interações. (MINAS GERAIS, 2009, p.12).
- 3) Só compreendemos as regras do jogo discursivo quando observamos a língua viva, em funcionamento na comunicação. Essa se dá, não por meio de frases ou estruturas isoladas, mas por meio de discursos e de suas manifestações, os textos. (MINAS GERAIS, 2009, p.14).

Já em trechos como os reproduzidos abaixo, também extraídos das três seções iniciais, a Secretaria trata de procedimentos a serem adotados para se ensinar conforme as concepções de língua e linguagem definidas.

- 4) [...] as situações de ensino devem levar o aluno a rever o conceito de gramática, considerando as várias significações desse termo e o fato de existirem diferentes práticas discursivas orais e escritas, variedades diversas de língua (dialetos e registros), cada qual com sua gramática e com suas situações de uso. (MINAS GERAIS, 2009, p.15).
- 5) Ao selecionar textos para estudo, é preciso ter em mente que a escola deve garantir ao aluno o contato com textos
- de diferentes gêneros orais e escritos em circulação na sociedade;
 - adequados do ponto de vista discursivo, semântico e formal;
 - com níveis cada vez mais complexos de organização.
- (MINAS GERAIS, 2009, p.17).
- 6) [...] é importante destacar alguns pontos a serem considerados pelo professor no momento de selecionar os textos e as práticas pedagógicas.
- Usar textos completos é melhor que usar fragmentos [...].
 - Buscar textos em suportes dirigidos ao público juvenil [...].
 - Lembrar que os objetivos de leitura interferem nas estratégias e nos resultados da leitura [...]. (MINAS GERAIS, 2009, p.19).

Uma terceira ação que a Secretaria realiza ao interagir com o professor é a de tentar convencê-lo da necessidade de adotar as concepções de língua/linguagem que apresenta, para que elas guiem a prática docente. Essa ação se manifesta no emprego de diversos recursos persuasivos utilizados na construção do texto. Um deles consiste no uso de períodos com a seguinte estrutura: *É importante X* ou *É preciso X*, em que se torna explícita a tentativa por parte de quem escreve de levar o leitor a crer em uma dada informação ou a praticar uma dada ação.

- 7) **É importante ter** em mente que o aluno já utiliza a língua portuguesa cotidianamente. (MINAS GERAIS, 2009, p.13, grifo nosso).
- 8) **É preciso considerar que** o domínio das variedades cultas é fundamental ao exercício crítico frente aos discursos da ciência, da política, da religião, etc. (MINAS GERAIS, 2009, p.13, grifo nosso).
- 9) **É preciso, porém, levar** o aluno a compreender que ela é um sistema que se modifica pela ação dos falantes nos processos de interlocução. (MINAS GERAIS, 2009, p.14, grifo nosso).

Segundo Koch (2008), as orações que introduzem esses períodos devem ser consideradas como expressões modalizadoras que apresentam estrutura oracional. Isso porque essas orações indicam as intenções e as atitudes do locutor em relação ao conteúdo proposicional da oração seguinte, tradicionalmente classificada como subordinada à oração modalizadora. Ainda conforme Koch (2008, p.138), ao utilizar orações modalizadoras do tipo das encontradas na proposta curricular, “[...] o locutor assume total responsabilidade relativamente ao conteúdo asseverado,

criando, também, para o interlocutor, o dever de crer; em decorrência, apresenta seu discurso como autoritário, não admitindo contestação.”

Outro importante recurso empregado no texto para tentar convencer o professor a adotar as concepções apresentadas na proposta é a estrutura *não X, mas Y*, como as que seguem:

- 10) [...] a coerência e a coesão **não** são qualidades dos textos em si, **mas** se produzem no contexto, com base no trabalho linguístico dos interlocutores e em seus conhecimentos compartilhados. (MINAS GERAIS, 2009, p.14, grifo nosso).
- 11) [...] ensinamos linguagem, **não** para “descobrir” o verdadeiro significado das palavras ou dos textos, nem para conhecer estruturas abstratas e regras de gramática, **mas** para construir sentidos, sempre negociados e compartilhados, em nossas interações. (MINAS GERAIS, 2009, p.12, grifo nosso).
- 12) A língua **não** é um todo homogêneo, **mas** um conjunto heterogêneo, múltiplo e mutável de variedades, com marcas de classes e posições sociais, de gêneros e etnias, de ideologias, éticas e estéticas determinadas. (MINAS GERAIS, p.12, grifo nosso).

Estruturas como essas são recorrentes no texto da proposta e constituem uma estratégia interessante, por meio da qual se apresenta como falso ou ultrapassado o conhecimento X, para se apresentar como correto ou atual o conhecimento Y. Segundo Guimarães (2007), nesse tipo de construção, na qual o *mas* vem depois de uma negação, o conector introduz um comentário do locutor que se opõe ou ao que disse o próprio locutor, ou ao que disse um interlocutor suposto ou real. Na proposta curricular, a estrutura *não X, mas Y* parece ter por função negar um conhecimento X, atribuível ao interlocutor (o professor), e afirmar um conhecimento Y, que o locutor (a Secretaria) quer ensinar.

As instâncias que interagem por meio da proposta curricular e as ações participativas que realizam nessa interação são esquematizadas no quadro 1.

Instâncias agentivas	Ações participativas
Secretaria de Educação	1. propor tópicos 2. instruir 3. convencer
Professor	1. conhecer os tópicos 2. selecionar os tópicos 3. obter conhecimentos

Quadro 1 – Instâncias agentivas e ações participativas.

A definição das instâncias agentivas e das ações participativas que cabem a cada uma delas permite tratar de um terceiro e último aspecto próprio da dimensão situacional do discurso. Esse aspecto diz respeito à imagem que o discurso projeta da sua instância de destinação.

No caso em análise, aspectos textuais e discursivos empregados na construção da proposta curricular funcionaram como pistas importantes para se conhecerem as ações participativas realizadas pelos interactantes envolvidos. Agora, ações participativas realizadas pela instância de produção podem funcionar como recurso para se obter uma representação do modo como essa instância (a Secretaria) “imagina” aquele a quem seu texto se direciona (o professor). Em outras palavras, essas ações fornecem informações úteis para conhecermos o professor a quem a proposta é endereçada.

Primeiramente, esse professor parece ser visto como alguém a quem é preciso mostrar ou apontar os tópicos com os quais os alunos devem ter contato ao longo do ano letivo. Para suprir essa primeira carência que se atribui ao professor, a Secretaria age propondo os tópicos. Entretanto essa carência não será efetivamente suprida, se o professor não for dotado de conhecimentos atuais sobre o seu domínio de ensino. Na busca por suprir essa segunda carência, a Secretaria age, ensinando o que supostamente o professor desconhece: as concepções atuais de língua/linguagem e o modo como ensinar conforme essas novas concepções. Por fim, é preciso falar a esse professor, convencendo-o de que essas novas concepções devem guiar a prática docente e de que o ensino tradicional, isto é, o ensino exclusivo da gramática deve ser abandonado, em favor do ensino do texto e das suas condições de produção e de recepção. A ação de convencer esse professor parece de abandonar a prática que vem realizando se dá por meio de diferentes recursos. Desses recursos fazem parte as estruturas *É importante X e não X, mas Y*, bem como os conectores, dos quais falaremos mais detidamente no próximo item.

Forma de organização relacional

Como a atuação dos conectores na marcação das relações de discurso revela grande complexidade, o estudo dessas marcas não pode levar em conta apenas as instruções que carregam. Por esse motivo, o estudo dos conectores, no modelo modular, resulta da combinação de informações referentes a essas instruções, ao mundo construído referencialmente no discurso e ao processo de negociação que subjaz a toda interação.

Na descrição que o modelo propõe da organização discursiva, a noção de processo de negociação ocupa um lugar central. Para o modelo, toda interação

verbal se caracteriza por um processo de negociação em que os interactantes iniciam proposições, reagem a elas e as ratificam. Conforme Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p.57, tradução nossa), “toda intervenção linguageira (cumprimento, asserção, pedido, etc.) constitui uma proposição, que desencadeia um processo de negociação entre os interactantes”. Assim, um diálogo em que uma pergunta (Que horas são?) é seguida de uma resposta (São nove horas.) evidencia um processo em que uma proposição (a pergunta) desencadeia uma reação (a resposta).

Entretanto, nas interações efetivamente realizadas, as fases desse processo de negociação (proposição, reação, ratificação) assumem configurações complexas, raramente se reduzindo à intervenção de um único enunciado. Na interação mediada por texto oral, a pergunta de um entrevistador, por exemplo, pode levar o entrevistado a responder por meio de um turno complexo formado por vários enunciados. Da mesma forma, na interação mediada por texto escrito, uma reportagem composta de muitos enunciados constitui uma proposição, que pode levar o leitor a reagir por meio de uma carta endereçada ao jornalista, também composta de muitos enunciados.

Ao produzir intervenções complexas, o interactante, tendo em vista seus objetivos comunicativos, pode introduzir argumentos para defender um ponto de vista, rejeitar uma ideia com a apresentação de contra-argumentos, fazer comentários sobre partes de seu texto, reformular ideias, tornando-as mais claras para seu interlocutor, enumerar os sucessivos eventos de uma narração, etc. (ROULET, 2006). Essas diferentes manobras ou ações linguageiras deixam marcas no discurso, das quais fazem parte os conectores. Dessa forma, os conectores podem atuar na marcação das diferentes relações discursivas entre os constituintes de um texto, quando o seu produtor executa ações linguageiras, como argumentar ou contra-argumentar.

Tratando especificamente da proposta curricular, é possível considerá-la como a primeira fase de um processo de negociação entre a Secretaria de Educação e o professor. Nesse sentido, a proposta constitui uma proposição à qual o professor pode reagir de diferentes maneiras: elaborando seu programa de aulas, redigindo um resumo das informações que considera mais importantes, fazendo um esquema para posterior discussão com colegas de trabalho, etc. Por ser formada de seções e subseções, a proposta constitui uma intervenção complexa, cujos constituintes textuais podem ser ligados por diferentes relações discursivas. Em outras palavras, ao interagir com o leitor, o produtor do texto produz constituintes textuais que estão a serviço de seus objetivos comunicativos e que, por isso mesmo, podem exercer diferentes funções, tais como as de argumento, contra-argumento, reformulação, etc.

Como convencer e instruir são, basicamente, os objetivos comunicativos que a Secretaria busca alcançar nas três seções iniciais da proposta curricular, era esperado que seus constituintes textuais exibissem uma função preferencialmente argumentativa. Essa expectativa se confirmou com o levantamento das relações discursivas marcadas por conectores nessas seções da proposta. Esse levantamento permitiu estabelecer o quadro 2, em que se verificam os conectores, o número de ocorrências de cada conector e a relação discursiva que eles marcam.

Argumentação	Contra-argumentação	Reformulação	Sucessão
Assim (7) Por exemplo (6) Portanto (5) Para (5) Conseqüentemente (3) Pois (conclusivo) (3) De forma a (3) Além de (3) Uma vez que (3) Por isso (2) Para que (2) Porque (2) Se (2) Pois (explicativo) (1) Até porque (1) Já que (1) Então (1) Desse modo (1)	Mas (16) Porém (5) Ainda que (1) Entretanto (1)	Ou seja (5) Em outras palavras (1) Enfim (1)	Em seguida (2) Depois (1)
Total: 51/84	23/84	7/84	3/84

Quadro 2 – Conectores encontrados nas três seções iniciais da proposta curricular.

Nas três seções iniciais da proposta, as relações discursivas que apresentam um maior número de conectores, explicitando-as, são as relações de argumento, de contra-argumento e de reformulação. A outra relação discursiva que aparece marcada por conectores é a de sucessão. Porém, foram encontradas apenas duas ocorrências de “em seguida” e uma de “depois”, quantidade considerada pouco significativa se comparada à quantidade de conectores que marcam outras relações.

No quadro 2, o que mais chama a atenção é a grande quantidade de conectores que marcam a relação de argumento e o número de vezes que se empregou o

conector “mas”. Nas seções iniciais da proposta, o “mas” explicita dezesseis relações de contra-argumento. Dessas dezesseis relações, dez apresentam a estrutura *não X, mas Y*. Como já dissemos, nesse tipo de estrutura em que o “mas” vem depois de uma negação, o conhecimento X é apresentado como falso ou ultrapassado, para que o conhecimento Y seja apresentado como correto ou atual. Se, conforme a análise realizada, essa estrutura busca invalidar o conhecimento (X) do interlocutor (professor), as dez ocorrências dessa estrutura parecem fornecer uma pista importante para se conhecer a imagem que a proposta curricular projeta da sua instância de destinação. Invalidando ou negando conhecimentos sobre linguagem e ensino que se atribuem ao interlocutor, a estrutura *não X, mas Y* auxilia na construção da imagem de um professor a quem é preciso apresentar as concepções atuais de língua/linguagem, bem como os procedimentos a serem adotados para ensinar conforme essas novas concepções.

Quanto aos conectores que marcam relações de argumento, é preciso considerar que, embora todos sejam marcadores da relação genérica de argumento, cada um possui especificidades as quais se referem às instruções que carregam, instruções que vão ter impacto sobre a forma como conectam informações. É essa especificidade de cada conector que nos leva a propor um segundo quadro, cujo objetivo é cercar um pouco mais as relações específicas que marcam os conectores argumentativos apresentados na primeira coluna do quadro 2.

Conclusão	Finalidade	Explicação	Exemplificação	Explicação suplementar	Argumentação potencial
Assim (7) Portanto (5) Pois (conclusivo) (3) Consequentemente (3) Por isso (2) Então (1) Desse modo (1)	Para (5) De forma a (3) Para que (2)	Uma vez que (3) Porque (2) Pois (explicativo) (1) Até porque (1) Já que (1)	Por exemplo (6)	Além de (3)	Se (2)
Total: 22/51	10/51	8/51	6/51	3/51	2/51

Quadro 3 – Conectores argumentativos.

A sequência deste trabalho terá por objetivo detalhar um pouco mais a forma como cada um dos grupos de conectores apresentados no quadro 3 atua na marcação de relações discursivas, investigando em que medida o seu emprego pode decorrer da imagem que o discurso da proposta curricular projeta de seu leitor-alvo, o professor. Por motivo de espaço, não será realizada a análise de todos os conectores de cada grupo, mas apenas daqueles cujo emprego parece evidenciar mais a forma como o produtor do texto “imagina” o professor e busca guiar a sua interpretação.

Conclusão

Na abordagem modular, os conectores que marcam esse tipo de relação compartilham a característica de introduzir um constituinte que é principal em relação ao constituinte antecedente. Isso significa que a informação a qual introduzem é fundamental para a argumentação construída no texto em que aparecem, já que conclui uma informação ativada no enunciado anterior ou mesmo em porções maiores do texto (ROULET, 2003). Portanto, na forma de organização relacional, esses conectores articulam constituintes do texto, indicando o estatuto principal do constituinte que introduzem, bem como a natureza conclusiva desse constituinte. A atuação de dois conectores desse tipo pode ser verificada no seguinte trecho:

- 13) Considerando as dimensões da recepção e da produção, é preciso observar que interpretar e produzir textos de determinado gênero são tarefas que podem apresentar diferentes graus de exigência quanto à ativação e à articulação de habilidades. **Assim**, em determinada etapa da aprendizagem, um aluno pode ser capaz de ler uma reportagem, mas não de produzir um texto desse gênero. Vale ainda lembrar que há gêneros que os usuários só precisam interpretar, mas não produzir. Constitui, **portanto**, critério de seleção a distinção entre a competência de leitura e a de produção, uma vez que elas não são equivalentes, nem caminham *pari passu*, de forma sincronizada. (MINAS GERAIS, 2009, p.18, grifo nosso).

O conector “assim” introduz um constituinte por meio do qual se informa (ensina) ao leitor que “um aluno pode ser capaz de ler uma reportagem, mas não de produzir um texto desse gênero”. Esse constituinte funciona como uma conclusão para a informação de que “interpretar e produzir textos de determinado gênero são tarefas que podem apresentar diferentes graus de exigência quanto à ativação e articulação de habilidades”.

É de se notar que a informação que antecede o conector não está diretamente relacionada com o trabalho do professor, porque não especifica o contexto em que as ações de produzir e de interpretar textos devem ser tomadas. Porém a conclusão que “assim” introduz parece ter por função mostrar de que forma o professor, no contexto da sala de aula, deve encarar a produção e a interpretação de textos, considerando as etapas de aprendizagem dos alunos. Dessa forma, ao articular esses constituintes, o “assim” parece indicar de que maneira os conhecimentos sobre linguagem, apresentados no segmento que antecede o conector, devem ser tomados num contexto específico (o da sala de aula) no segmento que sucede esse conector.

Já o conector “portanto” introduz a conclusão de todo o parágrafo, o qual foi construído com o fim de levar o leitor a concluir que “[...] constitui critério de

seleção a distinção entre a competência de leitura e a de produção, uma vez que elas não são equivalentes, nem caminham *pari passu*, de forma sincronizada.” o papel do “portanto” consiste em indicar que o produtor do texto toma as informações ativadas antes do conector como evidências ou verdades, das quais não se pode concluir senão as informações que esse conector introduz. Do ponto de vista desse produtor, o leitor deve (tem que) entender que a produção e a interpretação de textos requerem diferentes graus de habilidades e que isso deve ser levado em conta no momento de selecionar os gêneros a serem trabalhados na escola.

Ainda que de forma pouco aprofundada, a análise dos conectores “assim” e “portanto” sugere que, na proposta curricular, o emprego de conectores conclusivos parece ser decorrente da tentativa do produtor do texto de guiar a interpretação do leitor. Porque supostamente esse leitor desconhece concepções atuais de linguagem e de ensino, é preciso guiar a sua leitura, fornecendo, no segmento que precede o conector, essas novas concepções e indicando, no segmento que o sucede, a forma como elas devem ser trabalhadas em sala de aula. Nessa perspectiva, os conectores conclusivos parecem atuar, na proposta, como marcas que fazem a articulação entre um conhecimento até então desconhecido do leitor e a forma como aplicar esse conhecimento no ensino da língua. A ligação que é possível perceber entre ações participativas da instância de produção (instruir e convencer) e a atuação dos conectores conclusivos na articulação de constituintes da proposta curricular parece explicar o porquê de esse tipo de conectores ser o mais empregado: 22 ocorrências.

Finalidade

Logo de início, apresentamos trechos da proposta curricular em que constituintes textuais estabelecem uma relação específica de finalidade marcada por um dos conectores desse grupo:

- 14) O sentido do ensino e da aprendizagem impõe a ampliação de horizontes, **de forma a** reconhecer as dimensões estéticas e éticas da atividade humana de linguagem, só ela capaz de tornar desejada a leitura de poemas e narrativas ficcionais. (MINAS GERAIS, 2009, p.12, grifo nosso).
- 15) No ensino de Língua Portuguesa, a diretriz acima implica abandonar a ideia de que é preciso ensinar tudo sobre determinado assunto de uma só vez, **para que** o aluno possa avançar. (MINAS GERAIS, 2009, p. 16, grifo nosso).
- 16) [...] as oportunidades de aprendizagem devem ser ricas, variadas, recursivas, **de forma a** permitir que o aluno estabeleça relações entre os conceitos, seja no interior da disciplina seja entre as disciplinas e áreas. (MINAS GERAIS, 2009, p. 17, grifo nosso).

- 17) [...] assim como outras linguagens, ela [a língua portuguesa] deve ser vista como ferramenta semiótica essencial **para que** o ser humano transcenda os limites de sua experiência imediata e possa pensar sobre seu próprio pensamento. (MINAS GERAIS, 2009, p. 17, grifo nosso).

É interessante notar que, em todos os trechos acima, o produtor do texto fornece informações específicas sobre ensino e aprendizagem, utilizando alguns recursos linguísticos que são próprios do tipo injuntivo, ou que são equivalentes a esses recursos. Assim, no trecho 14, a palavra “impõe” implica a existência de um dever para o professor, que tem que ser capaz de ampliar seus próprios horizontes, a fim de trabalhar corretamente com o texto literário em sala de aula. Em 15, o verbo no infinitivo “abandonar” também aponta para um dever a ser realizado pelo professor, qual seja o abandono de uma determinada concepção de ensino. Em 16 e em 17, essa busca por impor uma forma “correta” de ensinar se manifesta com a presença do verbo “dever”.

Outra observação importante diz respeito ao fato de que, em todos os constituintes introduzidos pelo conector destacado nos trechos acima, o aluno constitui explícita ou implicitamente a meta/o alvo da ação que deve ser praticada pelo professor. Em 15, por exemplo, o avanço do aluno é decorrente do abandono pelo professor da ideia de que se deve ensinar tudo de uma vez. Já em 16, o que vai permitir ao aluno estabelecer relações entre os conceitos é a criação pelo professor de oportunidades de aprendizagem ricas, variadas e recursivas. A colocação do aluno como alvo das ações a serem realizadas pelo professor deixa ainda mais evidente o caráter instrucional dos trechos retirados da proposta, em que se verifica uma relação específica de finalidade.

Nesses trechos, o estabelecimento das relações de finalidade parece estar intimamente relacionado aos aspectos interacionais. A instância de produção instrui a instância de recepção a realizar uma dada ação, em benefício de um terceiro. Fica claro, portanto, que as relações de finalidade podem funcionar como pistas importantes para se compreender o processo de negociação que se instaura entre os interactantes¹.

Explicação

De modo geral, os conectores que marcam esse tipo de relação introduzem uma informação que visa a funcionar como argumento para *sustentar*, *explicar*, *justificar* um dado ponto de vista. No entanto cada conector apresenta especificidades semânticas que vão se manifestar na marcação das relações

¹ Adotando perspectiva teórica diversa da nossa, Dias (2001) propõe um estudo das cláusulas finais, em que evidencia que esse tipo de cláusulas pode exercer papel importante na explicitação do processo interacional.

entre constituintes e que dizem respeito às diferentes acepções dos verbos em itálico. Assim, dois conectores pertencentes a esse grupo podem apresentar características específicas que fazem com que um introduza uma justificativa, e o outro introduza uma explicação, o emprego de um ou de outro sendo motivado por razões de ordem pragmática ou situacional. É o que a análise do seguinte trecho da proposta curricular permite mostrar.

- 18) Não se pode negar que é tarefa da escola ensinar o português padrão, **já que** esse, geralmente, o aluno não domina. (MINAS GERAIS, 2009, p.15, grifo nosso).

Ao caracterizar a relação específica entre segmentos P e Q ligados pelo conector “já que”, Vogt (1989, p.60) considera que “a proposição Q é apresentada como uma evidência tal que, se o ouvinte a admite, ele será forçado a admitir P”. Assim o segmento Q, introduzido pelo “já que” é apresentado como uma evidência “da qual se vai deduzir P”.

Esse caráter inferencial da relação marcada pelo conector “já que” torna-se evidente ao manipularmos o trecho retirado da proposta:

Geralmente, o aluno não domina o português padrão, **logo** não se pode negar que é tarefa da escola ensiná-lo.

Com o “já que”, o produtor do texto tenta levar o leitor a crer que o não domínio do português padrão pelo aluno é uma evidência de que é tarefa da escola ensinar essa variedade da língua, forçando, pois, o leitor a admitir como verdadeiro o segmento que precede o conector. No trecho manipulado, o segmento “Geralmente, o aluno não domina o português padrão” perde o caráter de evidência, não sendo o leitor forçado a admitir como verdadeiro o segmento “não se pode negar que é tarefa da escola ensiná-lo”.

Outro trecho da proposta que merece atenção é o seguinte:

- 19) Contemplar a diversidade [de uso da língua] não significa, porém, pretender ensinar todos os gêneros – **até porque** eles são praticamente em número ilimitado, criam-se e recriam-se historicamente – nem ensinar todos os gêneros de uma só vez. (MINAS GERAIS, 2009, p.17, grifo nosso).

Nesse trecho, o papel do conector “porque” se torna mais complexo em virtude da presença do advérbio “até”. Tomando como base as observações de Guimarães (2007) sobre o “até”, consideramos que, no trecho 19, o advérbio atua como um operador cuja função consiste em fortalecer a explicação que introduz. É preciso apontar, no entanto, que o “até” tem incidência não sobre o conteúdo proposicional do segmento introduzido pelo “porque”, o que a ausência do conector evidencia:

Contemplar a diversidade [de uso da língua] não significa, porém, pretender ensinar todos os gêneros – **até** eles são praticamente em número ilimitado, criam-se e recriam-se historicamente – nem ensinar todos os gêneros de uma só vez.

O operador argumentativo “até” parece atuar sobre a carga semântica do conector “porque”, fortalecendo o seu papel de introdutor de explicações.

Essas análises permitem mostrar que, na proposta curricular, o emprego de conectores explicativos parece decorrer da tentativa do produtor do texto de levar o leitor a aderir às propostas defendidas. Porque precisa convencer o leitor a adquirir novos conhecimentos com os quais modificar a prática docente, o produtor do texto tenta guiar a sua interpretação, lançando mão de vários recursos, como os conectores explicativos.

Exemplificação

Na relação de exemplificação, o produtor do texto busca apresentar uma prova (factual ou não) que forneça evidências para o ponto de vista que defende. Por isso, os marcadores desse tipo de relação específica, como o “por exemplo”, inserem-se no conjunto maior dos conectores que marcam a relação genérica de argumento. Especificamente, a relação de exemplificação, independentemente do emprego de um marcador, constrói-se sobre uma relação de particularização/generalização, que se realiza de diferentes maneiras, estabelecendo diversos tipos de movimento: do abstrato ao concreto, da pluralidade à singularidade, da possibilidade à realização efetiva, etc. (ROSSARI, 2000). Conforme Rossari (2000), o objetivo do segmento que tem por função exemplificar uma informação anteriormente expressa é facilitar a tarefa do destinatário, tarefa que não consiste apenas em compreender uma afirmação, mas também em aceitar a verdade de uma asserção ou executar um pedido.

No texto da proposta curricular, o conector “por exemplo” marca seis relações de exemplificação em que se vai do abstrato ao concreto, como em:

- 20) No ensino de Língua Portuguesa, a diretriz acima implica abandonar a ideia de que é preciso ensinar tudo sobre determinado assunto de uma só vez, para que o aluno possa avançar. Implica também compreender que explicar bem a matéria em uma aula expositiva e, em seguida, fazer exercícios de aplicação não garante que o aluno desenvolva necessariamente as competências desejadas. Estudar, **por exemplo**, tudo sobre coesão textual, obedecendo a uma organização lógica inspirada em uma teoria sobre a língua, não garante que o aluno vá produzir textos mais coesos. (MINAS GERAIS, 2009, p.16-17, grifo nosso).

ou da pluralidade à singularidade, como em:

- 21) Vale frisar que o aluno deve ter oportunidade de compreender o caráter histórico e dinâmico dos conceitos. Os conceitos de texto, gramática, erro linguístico com que se opera hoje na disciplina, **por exemplo**, sofreram significativas modificações nas últimas décadas [...]. (MINAS GERAIS, 2009, p.16, grifo nosso).

Em todas as ocorrências do “por exemplo”, esse conector introduz exemplos cuja função é fazer com que o leitor, ao mesmo tempo, compreenda e aceite os conhecimentos sobre linguagem e ensino expressos antes do conector. Ou seja, os exemplos são apresentados, porque se supõe que o leitor encontrará dificuldades para compreender e aceitar os conhecimentos sobre linguagem e ensino, já que supostamente os desconhece. Dessa forma, a presença do conector “por exemplo” marcando relações de exemplificação também decorre das propriedades situacionais da interação mediada pela proposta curricular.

Explicação suplementar

Exibindo uma atuação semelhante à da expressão conectiva “além disso”, o “além de” articula dois argumentos que apresentam um mesmo peso ou valor (GUIMARÃES, 2007). É o que se verifica no trecho abaixo, retirado da proposta curricular:

- 22) **Além de** levar em consideração a variação linguística nas dimensões dos dialetos – do [+ culto] ao [- culto] – e dos registros – do [+ formal] ao [- formal] –, é preciso ainda ter em mente que a língua oral e a língua escrita não são compartimentos estanques, mas que formam um contínuo. (MINAS GERAIS, 2009, p.15, grifo nosso).

Nesse trecho, conhecimentos considerados necessários à prática do professor são articulados por meio do conector “além de”, o que pode ser representado da seguinte forma:

Além de levar em consideração *X*, é preciso ter em mente *Y*.

Buscando instruir o leitor, a instância de produção emprega o conector “além de” para articular os conhecimentos *X* e *Y*, que supostamente esse leitor desconhece.

Revelador dessa imagem que o produtor do texto projeta do leitor é o emprego da estrutura *É preciso ter em mente X*. Digo ao meu leitor que é preciso ter em mente determinados conhecimentos, porque suponho que ele não os possui. Como já se mostrou neste trabalho, são recorrentes, na proposta, os períodos encabeçados por orações modalizadoras (*É preciso X. É necessário Y*), cuja função,

nesse texto específico, é a de introduzir conhecimentos em que se acredita serem desconhecidos do leitor.

Argumentação potencial

Inserido no conjunto dos conectores argumentativos, o conector “se” apresenta um funcionamento complexo, uma vez que “seu valor fundamental é permitir a realização sucessiva de dois atos ilocucionais: 1º) pedir ao ouvinte que imagine ‘p’; 2º) introduzido o diálogo nesta situação imaginária, afirmar aí ‘q’” (DUCROT, 1977, p.179). Essa definição proposta por Ducrot constitui uma caracterização geral a partir da qual ele descreve os diversos empregos de “se” no discurso. Desses empregos, dois interessam particularmente por darem conta das duas ocorrências do “se” encontradas nas seções iniciais da proposta curricular.

Em muitos empregos do conector “se”, o produtor do texto estabelece uma relação de dependência entre as proposições que reúne. Isso porque, “na medida em que se peça ao ouvinte para colocar-se na hipótese ‘p’ antes de anunciar-lhe ‘q’, dá-se a entender que há certa dependência entre ‘p’ e ‘q’” (DUCROT, 1977, p.180). Nesses casos, a proposição “p”, que antecede o conector, funciona como uma condição necessária para que a proposição “q” seja tomada como verdadeira pelo interlocutor, o que leva à seguinte ideia: “‘q’ é verdadeiro somente se ‘p’ for verdadeiro” (DUCROT, 1977, p.181). Essa é a caracterização que Ducrot propõe para o que ele denomina o “se *standard*”. No trecho abaixo, extraído da proposta curricular, o “se” parece exibir um funcionamento que permite defini-lo como “*standard*”.

- 23) [É necessário] levar o aluno a ter contato com outras gramáticas, além daquela da língua padrão. E essa tarefa será mais produtiva **se** o aluno tiver a oportunidade de observar os fatos linguísticos ocorrendo em situações concretas de comunicação [...]. (MINAS GERAIS, 2009, p.15, grifo nosso).

Essa interpretação pode ser confirmada com a inserção de “somente” antes do conector:

[É necessário] levar o aluno a ter contato com outras gramáticas, além daquela da língua padrão. E essa tarefa será mais produtiva **somente se** o aluno tiver a oportunidade de observar os fatos linguísticos ocorrendo em situações concretas de comunicação [...].

Nesse trecho, a observação dos fatos linguísticos (proposição “p”) é apresentada como condição necessária para que a tarefa do professor seja mais produtiva (proposição “q”).

Entretanto, em outros empregos do “se”, “o que a suposição condiciona [...] não é o conteúdo afirmado, mas a importância que há em afirmá-lo” (DUCROT, 1977, p.188). Nesses casos, o conector equivale a “se é verdade que” e é definido por Ducrot como “se opositivo”. Proposições cuja relação é marcada pelo “se” com valor opositivo não estabelecem uma relação de dependência, não sendo a proposição “p” condição necessária para que a proposição “q” seja tomada como verdadeira. Aqui, “p” parece funcionar muito mais como uma “moldura” provisoriamente construída no interior da qual a proposição “q” será interpretada (HIRATA-VALE, 2001). O trecho abaixo traz a segunda e última ocorrência do “se” nas páginas iniciais da proposta curricular, ocorrência que pode ser interpretada como a de um “se” opositivo.

- 24) **Se** a linguagem é atividade interativa em que nos constituímos como sujeitos sociais, preparar para a vida significa formar locutores/autores e interlocutores capazes de usar a língua materna para compreender o que ouvem e leem e para se expressar em variedades e registros de linguagem pertinentes e adequados a diferentes situações comunicativas. (MINAS GERAIS, 2009, p.13, grifo nosso).

A inserção de “se é verdade que” confirma a interpretação.

Se é verdade que a linguagem é atividade interativa em que nos constituímos como sujeitos sociais, preparar para a vida significa formar locutores/autores e interlocutores capazes de usar a língua materna para compreender o que ouvem e leem e para se expressar em variedades e registros de linguagem pertinentes e adequados a diferentes situações comunicativas.

Ao contrário do “se” *standard*, o “se” opositivo não marca uma relação de dependência entre as proposições, o que bloqueia a presença de “somente” antes do conector. A proposição “p” parece trazer um conhecimento que o produtor do texto julga dever compartilhar com o professor, antes de introduzir a proposição “q”.

Considerações finais

O estudo apresentado neste artigo permitiu evidenciar aspectos importantes da relação instaurada entre a instância de produção da proposta curricular do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2009) e a instância de destinação dessa proposta, o professor de português da rede estadual de ensino. Considerando a proposta curricular como o “lugar” onde agentes específicos se associam para participar de uma prática social, a análise procurou, num primeiro momento, investigar quais ações participativas são

realizadas pelos agentes nessa prática. Feito isso, foi possível caracterizar a imagem que a instância de produção projeta da instância de destinação. Uma vez que a imagem do professor é a de um profissional que precisa conhecer novas concepções de língua e linguagem e o modo como ensinar conforme essas concepções, é preciso guiar a sua leitura, o que se tenta fazer por meio de diferentes mecanismos linguísticos.

Centrando a atenção no emprego dos conectores, o estudo procurou verificar em que medida esse emprego é decorrente da maneira como a Secretaria de Educação “imagina” o professor ao qual se dirige. O que se constatou foi que os conectores que marcam a relação genérica de argumento são empregados com a função de direcionar a leitura do professor, seja apresentando conclusões, seja fornecendo justificativas, explicações ou exemplos. Dessa forma, o estudo aqui empreendido dos conectores presentes na proposta curricular do Estado de Minas Gerais permitiu evidenciar que o seu emprego não constitui uma simples estratégia de junção ou conexão de segmentos linguísticos. Ao contrário, tornou-se claro que o emprego de conectores, na proposta, decorre diretamente de aspectos situacionais do discurso, como a identidade dos interlocutores, as ações que realizam para alcançar seus objetivos e as imagens que projetam de si e do outro.

Agradecimentos

Agradeço a Janice Marinho, Delaine Cafiero e Helcira Lima, integrantes do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso, pelas discussões esclarecedoras sobre o papel dos conectores e sobre o texto da proposta curricular de Minas Gerais.

CUNHA, G. X. The role of the argumentative connectors in the text of the curriculum of the state of Minas Gerais. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.203-222, 2010.

- *ABSTRACT: By verifying aspects of the relationship set forth between the Department of Education of the state of Minas Gerais, Brazil, and the teachers of Portuguese of that state, this paper analyzes the use of connectors in the text of the curriculum. The theoretical underpinning of the study is the Modular Approach to Discourse Analysis, which has the tools to help answer the following question: Does the use of the connectors mirror the Department's view of the teachers? The results show the pervasive use of the connectors to mark the generic discourse relation of argument. With a strong bias, the connectors drive the teacher's reading by signaling the information they mark as arguments, justifications, explanations, or examples, to convince teachers that novel language conceptions should guide their classroom practices.*
- *KEYWORDS: State curriculum. Connectors. Argumentation. Modularity.*

REFERÊNCIAS

DIAS, N. B. *A articulação das cláusulas de finalidade: uma análise funcionalista*. *Scripta*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.67-76, 2001.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. São Paulo: Cultrix, 1977.

FILLIETTAZ, L. La place du contexte dans une approche praxéologique du discours. Le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. *Pratiques*, Metz, n.129-130, p.71-88, 2006.

GUIMARÃES, E. *Texto & argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

HIRATA-VALE, F. B. M. *Articulação de orações no português escrito no Brasil: as orações condicionais*. *Scripta*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.126-142, 2001.

KOCH, I. V. *Argumentação e linguagem*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAS GERAIS. *Proposta Curricular*. Português: ensinos fundamental e médio. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2009. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/{BB6AC9F9-ED75-469E-91A4-40766F756C2D}_LIVRO%20DE%20PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2009.

ROSSARI, C. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2000.

ROULET, E. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K. (Ed.). *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006. p.115-131.

_____. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. In: MARI, H. et al. (Org.). *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE: UFMG, 2003. p.149-178.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

VOGT, C. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções porque, pois e já que. In: _____. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1989. p.43-60.

Recebido em agosto de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.

(IN-) CERTEZAS NO DIZER: UM ESTUDO SOBRE AS PARTÍCULAS EVIDENCIAIS EM PARKATÊJÊ

Marília de Nazaré FERREIRA*

- **RESUMO:** Este artigo tem como objetivo descrever o comportamento de um conjunto de partículas relacionadas à evidencialidade em Parkatêjê, língua Timbira pertencente ao agrupamento genético Macro-Jê e falada no sudeste do estado do Pará. A noção de evidencialidade reflete a relação subjetiva do falante com a informação veiculada, englobando atitude e comprometimento do falante com o dito e com a origem da informação. Essa postura epistemológica incidirá no *status* da credibilidade dada à informação. Com base em Ferreira (2003, 2005), afirma-se que a língua Parkatêjê apresenta um sistema de partículas evidenciais específicas, utilizadas para codificar as diferentes experiências cognitivas que constituem o conhecimento expresso em um dado conteúdo proposicional. Em outras palavras, o uso dessas partículas indica se a ocorrência foi presenciada pelo falante; ou se esse, por meio de alguma evidência visual e/ou auditiva, pode deduzir que determinado fato aconteceu; ou ainda se ele simplesmente “ouviu dizer” acerca de algo. À luz dos estudos realizados por Chafe (1986), Chafe e Nichols (1986), Delancey (1997, 2001), Dendale e Tasmowski (2001) e Aikhenvald e Dixon (2001), os dados da língua foram analisados chegando-se à hipótese de um sistema de partículas evidenciais com termos reportativo, dubidativo e inferencial.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Línguas indígenas. Parkatêjê. Evidencialidade. Modalidade. Fonte da informação.

A língua e o povo Parkatêjê¹

O povo parkatêjê, também conhecido na literatura especializada como Gavião do Pará, vive em uma aldeia localizada no município de Bom Jesus do Tocantins,

* UFPA – Universidade Federal do Pará. Faculdade de Letras – Instituto de Letras e Comunicação. Belém – PA – Brasil. 66.075-001 – marilia@ufpa.br

¹ Até o ano 2000, o grupo indígena conhecido como Parkatêjê era constituído por indivíduos remanescentes de dois povos timbiras, os quais conviveram no mesmo espaço geográfico por um pouco mais de três décadas. Um desses grupos sempre se autodenominou Parkatêjê, e o outro, originário do Maranhão, ao se separar do primeiro, assumiu o nome Kyjkatêjê, o qual foi estendido também à língua falada por eles. As línguas são muito próximas, sendo necessário ainda observar em que aspectos elas se diferem. A situação linguística desses dois povos também é distinta, visto que, entre os Kyjkatêjê, as crianças ainda estão aprendendo a língua indígena. Efetivamente, no entanto, nas duas aldeias, a língua majoritariamente falada é o português, devido a inúmeros fatores, dentre os quais se destaca a proximidade da aldeia em relação aos municípios circundantes. A denominação da aldeia Parkatêjê evidencia essa proximidade. A aldeia é chamada Kupejipôkti, cujo significado é terra “rodeada pelos não índios”.

às proximidades de Marabá, e soma aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas. Pouco mais de 10% dessa população ainda fala a língua que pode ser considerada como em perigo de extinção, uma vez que as crianças não mais aprendem parkatêjê como sua primeira língua.

A língua Parkatêjê pertence ao agrupamento linguístico Macro-Jê. Trata-se de uma língua cujo sistema fonético-fonológico é característico de línguas Jê, considerando-se que as vogais predominam sobre as consoantes. Dentre outras características também partilhadas com outras línguas geneticamente semelhantes, tem-se o fato de o Parkatêjê ser uma língua posposicional, em que a ordem básica dos constituintes em orações independentes é predominantemente Sujeito-Objeto-Verbo. O genitivo precede o nome. Há a marcante ocorrência dos prefixos relacionais, traços comuns também a línguas Tupi e Caríb.

Os verbos em Parkatêjê ocorrem prototipicamente como núcleos de predicados e estão associados às categorias de tempo, aspecto e modo, codificadas por partículas que ocupam posições determinadas na sentença. Há classes verbais na língua, dentre as quais a dos verbos ativos e estativos, que estão relacionadas ao sistema de marcação de caso que conjuga a ocorrência da cisão do S e a ergatividade cindida, cujo condicionamento são as categorias de tempo, aspecto e modo. A língua opera, então, numa base Nominativa-Acusativa, se as orações estão no tempo não passado, e em uma base Ergativa-Absolutiva, quando no tempo passado e aspecto perfectivo, em conformidade com as observações de Dixon (1994).

O *corpus* utilizado para a análise apresentada neste artigo consiste em um conjunto de dados coletados por mim em diferentes momentos de meu trabalho de pesquisa junto ao povo parkatêjê, com o qual comecei a trabalhar em 2000.

Metodologia

A metodologia utilizada para a feitura deste trabalho é aquela concernente à linguística descritiva que inclui: (i) a pesquisa de campo, com viagens ao local em que a língua é falada, momento em que se realiza a coleta de dados; (ii) a análise do material obtido nessas coletas com fases distintas de transcrição, análise, organização, comparação com outros dados da língua e de línguas aparentadas, elaboração e refutação de hipóteses. A etapa de observância das hipóteses é realizada com o auxílio dos falantes da língua.

A orientação teórica deste artigo é funcional, e a análise dos dados foi realizada com base nos trabalhos de Chafe (1986), Chafe e Nichols (1986), Delancey (1997, 2001), Dendale e Tasmowski (2001) e Aikhenvald e Dixon (2001), cujas ideias principais são apresentadas a seguir.

A evidencialidade

Em todas as línguas humanas, há formas para se indicar a origem da informação, o que pode ser manifesto gramatical ou lexicalmente. Todas as línguas humanas, nesse sentido, apresentam formas para apontar ou ocultar a fonte da informação em uma determinada cadeia de elocução, o que é uma estratégia comunicativa fundamental para os falantes.

Algumas línguas apresentam sistemas evidenciais elaborados em que há marcas linguísticas específicas as quais são utilizadas para codificar as diferentes experiências cognitivas constitutivas de um dado conteúdo proposicional. Outras, não, uma vez que nem todas as línguas têm a evidencialidade como uma categoria gramatical, o que aponta para a necessidade de se delimitar os domínios categoriais da evidencialidade, questão fora do escopo do presente trabalho.

Conforme Jacobsen (1986), citado por Dendale e Tasmowski (2001), o termo evidencialidade foi primeiramente visto em uma compilação feita por Franz Boas em 1947. Todavia Jakobson (1957), com a publicação do livro *Shifters, verbal categories and the Russian verbs*, popularizou o uso do termo Evidencial como rótulo para uma categoria verbal que sinalizava acerca da fonte da informação sobre a qual a afirmação do falante estava baseada.

Antes disso, no entanto, Boas (1911) e Sapir (1921), segundo Dendale e Tasmowski (2001), já aceitavam a importância do domínio semântico da evidencialidade centrado na fonte da informação ou no conhecimento do falante. De lá para cá, as referências feitas à fonte de informação são vinculadas a atitudes sobre o *status* epistêmico da informação, uma vez que, de acordo com Dendale e Tasmowski (2001), os marcadores linguísticos que codificam tais domínios semânticos são os mesmos geralmente.

De acordo com Aikhenvald e Dixon (2001), a evidencialidade é uma categoria gramatical obrigatória cujo primeiro significado é a fonte de informação. Segundo a terminologia de Chafe (1986), em seu sentido amplo, essa noção estaria relacionada à fonte da informação quanto à questão de se o falante realmente viu aquilo sobre o que ele está falando, ou se ele apenas tece conjecturas sobre a ocorrência de um dado evento baseado em alguma evidência, ou ainda se alguém lhe contou um determinado fato, ou se ele apenas ouviu falar sobre tal fato. Aikhenvald e Dixon (2001) afirmam que todas as línguas têm algum mecanismo para expressar a fonte de informação, muito embora nem todas as línguas tenham a evidencialidade como uma categoria gramatical. Línguas como o inglês, o japonês e o português utilizam significados lexicais para especificar opcionalmente a fonte da informação.

Assumindo o enfoque cognitivo e ampliado de Chafe (1986), que ultrapassa a relação do dito com a origem da informação, observa-se que a evidencialidade no discurso reflete uma relação subjetiva do falante com a informação veiculada, o que envolve atitude e comprometimento do sujeito com o dito e com a origem da informação. Dessa forma, tal postura epistemológica pode afetar o *status* da informação no que diz respeito à credibilidade.

A distinção entre evidencialidade e modalidade conceitualmente observada quando, de um lado aponta para os atos de indicação da fonte de informação (Evidencialidade) e de outro, para os atos de indicação de comprometimento do falante com relação à verdade da informação (Modalidade Epistêmica), nem sempre é muito clara. Dendale e Tasmowski (2001), ao citar os trabalhos de Boas (1947) e de Sapir (1921), afirmam que a natureza da relação entre esses dois domínios é um grande problema para os estudiosos do tema.

Ao que tudo indica, a posição mais encontrada na literatura sobre evidencialidade e modalidade é a de inclusão, em que uma noção está atrelada à outra, ou seja, um domínio encontra-se dentro do escopo semântico do outro. Há aí duas possibilidades: uma em que se admite que a função dos marcadores evidenciais é indicar o grau de compromisso do falante com a verdade da sua proposição. Tal posição é a de Chafe (1986), que concebe a modalidade epistêmica no domínio da evidencialidade.

A outra posição, defendida por Palmer (1986), localiza a evidencialidade no escopo da modalidade epistêmica. Assim o grau de comprometimento do falante com aquilo que ele diz pode incluir o “ouvir dizer”, ou discurso reportado, e a inferência, ou experiência sensorial.

Para Palmer (1986), então, é possível a divisão da modalidade epistêmica em: (i) julgamentos – o falante especula sobre um fato, apresenta uma dedução, envolvendo opiniões e conclusões – e (ii) evidenciais – o falante cita uma informação sobre a qual ouviu falar, ou se baseia em inferências relacionadas a experiências sensoriais. Com base nesses dois tipos básicos de modalidade epistêmica, Givón, de acordo com Palmer (1986), sugere a existência de três tipos de proposições:

- 1) As proposições declarativas que não necessitam de justificativas evidenciais.
- 2) As proposições evidenciais que pedem justificativas evidenciais.
- 3) Os julgamentos que são proposições realizadas com dúvida, como hipóteses, sob desafio do ouvinte e que, por isso, carecem de justificativa evidencial.

A modalidade epistêmica relaciona-se aos domínios da possibilidade e da necessidade e se refere ao comprometimento do falante com aquilo que ele

está dizendo. A evidencialidade, por sua vez, refere-se à fonte de evidência que o falante tem para sua afirmação. Se for direta, entende-se que o falante testemunhou a ação (por meio do visual, do auditivo ou potencialmente com os outros sentidos). Se for indireta, indica que o falante não testemunhou pessoalmente a ação, mas ou a deduziu, ou ouviu falar sobre ela (a informação é dada por terceiros).

Uma terceira possibilidade é conceber a modalidade epistêmica e a evidencialidade separadamente, uma vez que elas codificam domínios cognitivos distintos, embora muito geralmente se utilizem da mesma forma de marcação linguística.

Outro aspecto concernente à modalidade epistêmica e à evidencialidade é o fato de não haver consenso entre os linguistas quanto ao fato de categorizá-las como gramaticais.

Segundo Lazard (2001), há dois critérios que precisam ser observados a fim de classificar uma forma evidencial como gramatical. Primeiramente, a forma deve fazer parte de um sistema gramatical da língua. Seu conteúdo semântico-pragmático deve estar relacionado à fonte de informação.

Esses critérios implicam o fato de que há línguas em que a expressão da evidencialidade é gramatical e outras em que tal categoria é realizada por outras expressões. Logo há línguas que apresentam um sistema gramatical de marcadores evidenciais com diferentes formas usadas para indicar a origem do conhecimento ou da informação. E outras que fazem uso de outras expressões, de estratégias discursivas com esse fim.

Com base nessas informações e observando os dados da língua Parkatêjê, aderi à proposta de Palmer (1986) admitindo que a evidencialidade esteja localizada no escopo da modalidade epistêmica. Com base nessa concepção, aceita-se que o grau de comprometimento do falante com aquilo que ele diz pode incluir o “ouvir dizer”, ou discurso reportado, e a inferência, ou experiência sensorial, fatos observados na língua em estudo.

Na próxima seção, descreverei o sistema de evidenciais em Parkatêjê.

O sistema evidencial da língua Parkatêjê

De acordo com Palmer (1986), pelo fato de a evidencialidade estar na área de abrangência da modalidade epistêmica, é possível incluir entre as noções por ela codificadas o discurso reportado e a inferência.

Para Willet (1988), os tipos de evidência se subdividem, primeiramente, em: direta e indireta. Por evidência direta, entende-se aquela que foi testemunhada

pelo falante, por isso tal evidência é dita atestada. O canal pelo qual se dá esse testemunho pode ser o visual, o auditivo e todos os outros que abarcam os outros sentidos. Por evidência indireta, entende-se aquela que é reportada ou inferida pelo falante. Se reportada, a informação é proveniente de segundos, terceiros ou ainda pode ser oriunda de crenças ou do folclore de um povo. A evidência inferida é aquela obtida pela observação de resultados por meio de qualquer um dos sentidos. O falante, embora não tenha testemunhado um dado evento, pode observar resultados a ele claramente relacionados. Por exemplo, alguém diz “Choveu a noite toda.” Embora no momento da enunciação não esteja mais chovendo, o falante observa o jardim e infere (visualmente) que choveu.

À primeira vista, a marcação da fonte da informação nessa língua depende da escolha do falante, sendo que a evidência obtida diretamente pelo falante, isto é, atestada por ele em primeira mão, seja através de quaisquer sentidos, é não marcada, exceto se o falante deseja aludir a tal fato afirmando/confirmando sua ocorrência da qual o mesmo foi uma testemunha ocular. Para isso, o falante faz uso da partícula validacional *hêt*, que tem caráter enfático. Esse termo não aparece em outros contextos combinando-se com nenhum outro termo evidencial, exceto com o reportativo *pêpia* com o qual coocorre em exemplos como o que é apresentado em (1). Observe-se o exemplo abaixo²:

1) pêpia hêt aiku (kaxêr) kãm: jê wa ka mũ

REP ENF PRlua LOC VOC eu FUT DIR

ata nêhi

DEM mesmo

“Diz que a Lua deu certeza para ele: Jê, eu vou fazer aquilo mesmo.”

O diagrama proposto por Willet (1986), segundo Dendale e Tawmoski (2001), ilustra essas noções com muita propriedade e traduz, com singularidade, o sistema evidencial da língua parkatêjê, que apresenta termos específicos para marcar os tipos de evidência.

² As abreviaturas que constam neste trabalho são: 3 (terceira pessoa singular); 3PL (terceira pessoa do plural); DEM (demonstrativo); DIR (direcional); ENF (enfático); FUT (futuro); INF (inferencial); INT (interrogativo); LOC (locativo); MIR (mirativo); NEG (negação); POSP (posposição); PR (passado remoto); REP (reportativo); RNC (relacional de não contiguidade); VOC (vocativo).

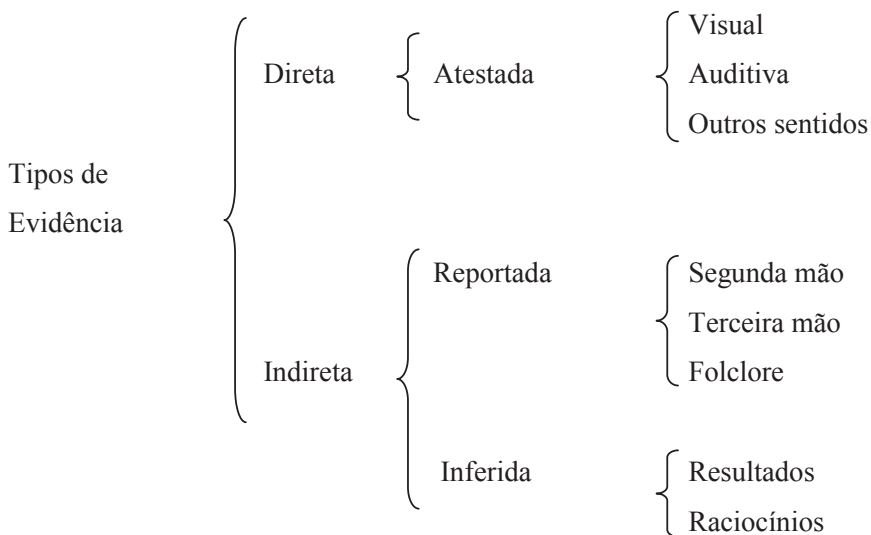


Figura 1 – Esquema tipológico de evidenciais proposto por Willet (1986), segundo Dendale e Tawmoski (2001).

Vale mencionar que o reportativo de terceira mão *pêpia* tem como escopo todo o período que está sendo narrado pelo falante. Já a partícula validacional *hêt* refere-se à promessa feita pela Lua ao Sol, em que empenha sua palavra.

Com bases em todas as informações aqui apresentadas, postulo que a língua apresenta dois termos reportativos cuja ocorrência está condicionada à categoria tempo. Um deles, *pêpia*, é constituído por uma partícula discursiva inicial usada em textos narrativos míticos e pela forma *pia*, que é uma partícula dubidativa. A partícula *pêpia* está associada ao passado remoto e se ajusta ao caráter de reportativo de terceira mão devido a tal interação com o tempo. A outra forma reportativa – *piaxwan* – foi encontrada em outros contextos também de tempo passado embora não remoto.

Os exemplos que seguem foram retirados de narrativas tradicionais do povo parkatêjê. A ocorrência (2) pertence a um texto mítico em que são narrados episódios sobre a criação do mundo, logo o texto trata de um tempo passado muito distante, e a narrativa já é parte do que consideraríamos folclore em nossa cultura.

O trecho selecionado apresenta a fala do Jacaré que, ao atravessar a Lua, a quem chama de “sobrinho”, de um lado a outro do rio, precisa convencê-la de que não lhe fará mal algum. Como o falante não testemunhou o fato e a evidência de sua ocorrência é indireta, a partícula evidencial é reportativa, vinculada ao folclore dos parkatêjê:

2) pēpia mīti kām amjjarê: ituware waka a-krê
REP jacaré POSP dizer sobrinho eu FUT 2-comer

inũare i-kupa inũare
NEG 1-ter.medo NEG

“Dizem que o Jacaré disse: – Sobrinho, eu não vou te comer. Não tenha medo de mim!”

Ambos os termos reportativos, embora claramente constituídos de dois elementos, jamais ocorrem separadamente com o mesmo valor de significação. Além disso, eles têm posição de ocorrência entre as partículas de tempo e aspecto no início da sentença, ou antecedendo-as na introdução do enunciado. Sua ocorrência em outro ponto da sentença não foi atestada. Tais termos podem coocorrer com o inferencial (*mã̃r*). O significado de tal combinação tem a finalidade de distanciar o falante da responsabilidade do fato que foi por ele reportado.

Considero que o morfema *pia*, que compõe ambas as formas reportativas (pē**pi**a e pi**ax**wan), é a mesma forma que ocorre também nas expressões interrogativas da língua, sendo que, em alguns outros contextos, parece comportar-se como uma partícula interrogativa por si só. Tenho tratado tal partícula como dubidativa³, devido ao significado que ela imprime aos contextos nos quais ocorre. Esse termo dubidativo pode combinar-se com outras partículas para constituir os termos reportativo, ou pode ocorrer por si só, conforme já descrevi acima. O falante pode, por exemplo, questionar alguém somente usando a forma **pia**.

Dentro desse conjunto, além da partícula reportativa – que comportaria, na verdade, dois termos de acordo com o tempo do enunciado –, tem-se (i) uma partícula inferencial – a qual é usada com base em resultados visíveis ou em referência não especificada, ou ainda em conhecimento prévio e/ou com base em experiências prévias de situações similares.

O modo como cheguei a essa conclusão sobre a partícula inferencial deu-se em uma situação bem prática. Estava, em uma noite, sentada juntamente com as outras mulheres mais velhas da aldeia, quando uma delas resolveu ir até sua casa. Ao abrir a porta, a mulher sentiu um forte mau cheiro e disse, na língua, que parecia que seu cachorro havia sujado a casa. Nesse contexto, estava a partícula inferencial *mã̃mã̃*.

³ Araújo (em comunicação pessoal) concorda com essa interpretação. A professora Leopoldina Araújo vem trabalhando junto à comunidade Parkatêjê há cerca de quatro décadas. A língua Parkatêjê foi objeto de estudo de sua dissertação de mestrado *Estruturas subjacentes de alguns tipos de frase, declarativas afirmativas do dialeto Gavião-Jê* (ARAÚJO, 1977) e de sua tese de doutorado *Aspectos da língua Gavião-Jê* (ARAÚJO, 1989), além de outros trabalhos.

Da mesma forma que o reportativo, o inferencial ocorre entre as partículas de tempo e aspecto no início da sentença ou antes dessas introduzindo o enunciado. Em alguns exemplos, o inferencial aparece marcado pela posposição *mã* (do benefactivo e do objeto indireto) (exemplo 3) e, em outros, pela posposição *pê* (do malefactivo) (exemplo 4).

Até o presente não nos foi possível mapear qual seria a diferença de significado entre uma e outra ocorrência, mas tal comportamento assemelha-se substancialmente ao dos adverbiais espaçotemporais que, em alguns casos, ocorrem também com uma ou outra posposição.

3) piaxwan rý jũm mũita tik mãmãmã mẽø
 REP já INT DIR DEM estar.prenha INF 3PI

harẽn

RNC-contar

“Dizem que estão falando que (parece que) aquela pessoa já está prenha.”⁴

4) mãmêpê mam mẽø aikrepoti kaxuwa mẽø karê
 INF antes 3PL casa para 3PL roçar

“Parece que eles roçaram (o terreno) antes de fazer a casa grande.”

Com base nos dados, pode-se dizer que a língua contrapõe a evidência direta à evidência indireta e marca somente a última, que pode aparecer como fala reportada ou inferida.

Para referir evidências indiretas reportadas, a língua apresenta dois termos reportativos: um utilizado para informações obtidas de terceira mão e outro para informações de segunda mão. Os contextos se distinguem na base da distinção temporal de ocorrência dos eventos.

Finalmente, a partícula de evidência inferencial apresenta a informação obtida pelo falante com base em resultados ou raciocínios por ele alcançados por meio de dados visuais, auditivos ou outros.

No quadro a seguir, sistematizei as ocorrências das partículas evidenciais em Parkatêjê, tomando como critérios o significado, a categoria, a especificação e o tipo sentencial em que ocorrem.

⁴ A tradução “Dizem que estão falando que parece que aquela pessoa já está prenha.” me foi dada por meu auxiliar de pesquisa Jathiaty.

Partícula	Significado	Categoria	Especificação	Tipo de Sentença
Pêpia	'dizem que'	Evidencial	Reportativo (informação de segunda mão)	Declarativa (passado remoto)
Piaxwan	'dizem que'	Validacional	Reportativo (informação de segunda mão)	Declarativa (passado recente)
Mãmã Mârpê	'parece que; talvez'	Validacional	Inferencial	Declarativa (presente/passado recente)
Hêt	'com certeza'	Validacional	Visual/Não visual	Declarativa (passado remoto e recente)

Quadro 1 – Partículas evidenciais em Parkatêjê.

Para resumir a semântica dos termos evidenciais na língua, elaborei o quadro seguinte em que aparecem as categorias de partículas evidenciais que constam em nosso banco de dados da língua Parkatêjê:

Termo	Uso
Reportativo	Para reportar eventos sobre os quais o falante ouviu falar, sem ter tido nenhuma participação neles.
Inferencial	Para indicar situações às quais o falante tem acesso ou pelos resultados visíveis/audíveis, ou de qualquer outra ordem de um evento.
Validacional	Para validar determinado evento ao qual o falante assistiu, de que participou ou do qual ele tem convicção da ocorrência.

Quadro 2 – Semântica dos evidenciais em Parkatêjê.

As partículas evidenciais que ocorrem na língua Parkatêjê pertencem a várias classes de palavras: *mãr* tem um comportamento adverbial, uma vez que, em uma sentença, essa palavra pode ocorrer quase que livremente em várias posições; os outros elementos funcionam como partículas.

Miratividade⁵ em Parkatêjê?

Estudos recentes (DENDALE; TASMOWSKI, 2001; CHAFE; NICHOLS, 1986) já têm discutido o fato de noções como evidencialidade e miratividade

⁵ Tradução minha para *mirativity* do inglês.

serem relacionadas. Como já vimos, o domínio semântico da evidencialidade relaciona-se à fonte de informação que subjaz às asserções que um falante produz. Todavia, como bem pontua Willet (1988), não há consenso entre quais sejam as fronteiras nocionais (exatas) da evidencialidade (DENDALE; TASMOWSKI, 2001).

Outros estudiosos, dentre os quais se destaca Delancey (1997), têm debatido acerca da independência conceitual de noções como a miratividade, muito embora reconheçam que há algum relacionamento entre esta e a evidencialidade.

Conforme Dendale e Tasmowski (2001, p.343), “[...] o subdomínio situado entre a evidencialidade (fonte direta da informação) e a modalidade (a atitude do falante: surpresa) [...]” é miratividade.

Seguindo Delancey (1997), Dickinson (2000) afirma que a miratividade pode ser uma categoria semântica universal e que todas as línguas provavelmente têm uma maneira de codificar um evento ocorrido ou um estado vivenciado fora das expectativas de normalidade.

Ainda de acordo com Dickinson (2000), é possível encontrar sistemas que:

- 1) fundem evidencialidade, miratividade e modalidade epistêmica (ela exemplifica com as construções *must-have* da língua inglesa);
- 2) fundem evidencialidade e miratividade (como é o caso do turco);
- 3) apresentam a modalidade epistêmica distintivamente independente da evidencialidade.

Entretanto diferenciar sistemas evidenciais de miratividade não é uma tarefa simples.

A língua Parkatêjê apresenta um termo que, ao ser utilizado por um falante, parece implicar uma interpretação mirativa, ou seja, o falante refere-se ao evento (ou estado) como inesperado, surpreendente no sentido de desviar-se das expectativas comuns e tomadas como certas. A informação dada é não esperada, então.

O termo *xàmta* (-are) pode aparecer com ou sem a ênfase – are – e é usado em contextos em que a informação nova é não esperada. Dessa forma, a partícula *xàmta* ocorre para sublinhar que um dado fato é inesperado, de acordo com Delancey (1997). Alguns exemplos com esse termo seguem abaixo. A ocorrência (5) foi retirada de uma narrativa tradicional. No contexto, estão o Sol e a Lua ocupados em fazer os homens, na visão cosmológica dos Parkatêjê, para a criação da humanidade. O Sol estava no rio e percebe que vem uma cabaça na correnteza. Ele quebra a cabaça e retira dela o primeiro índio ainda bebê. Então ele deixa

esse bebê índio à margem do rio para que ele se seque. De repente, aparece mais uma cabaça descendo o rio, e então o Sol enuncia o exemplo (5).

5) pēpia xàmtare mēkrare ita amnē mō
REP MIR criança DEM para cá ir

“Dizem que o Sol se surpreendeu: essa criança vem para cá!”

A ocorrência (6) foi coletada em situação informal, quando a mãe de um rapaz que havia viajado para Belém é avisada de que ele havia voltado antes do tempo previsto. A mulher saiu correndo de onde estava sentada em sua casa, a fim de certificar-se da notícia, e, ao ver o filho, ela falou: *xàmtare!*

6) xàmtare! i-kra kato
MIR 1-filho chegar

“(Vejam!) Meu filho chegou!”

Há algumas dezenas de ocorrência dessa partícula em contextos semelhantes quanto ao fato de serem inesperados. Todavia é necessário ainda observar um pouco mais a ocorrência da partícula *xàmta* em Parkatêjê.

Concluindo

Das correlações dos evidenciais com outras categorias em Parkatêjê, posso afirmar, com base no banco de dados coletados, que: (i) as partículas evidenciais ocorrem em sentenças declarativas simples. Nas sentenças dependentes, atestamos a ocorrência dos reportativos (*pēpia* e *piaxwan*), do inferencial (*mãmã*), bem como do validacional (*hêt*); (ii) os termos reportativo, validacional e inferencial ocorrem também nas declarativas negativas; (iii) tais termos somente foram encontrados em referência a uma terceira pessoa, nunca usados em referência à primeira pessoa, em situações de o falante estar falando de si mesmo; (iv) nas interrogativas, parece haver restrição de uso dos evidenciais, tendo sido atestada somente a ocorrência do dubidativo; (v) não atestamos, até o momento de elaboração deste artigo, a ocorrência de nenhum desses termos nas sentenças imperativas.

De acordo com Aikhenvald e Dixon (2001), a existência da evidencialidade pressupõe o requerimento de citar a fonte de uma dada informação explicitamente, e isso pode se dar lado a lado com determinadas atitudes e práticas culturais.

Assim sendo, ainda é necessário verificar certos contextos em que os evidenciais poderiam aparecer, tais como: o vocabulário utilizado pelos pajés – já que, em princípio, esses teriam alguns estados de onisciência. Uma questão é saber se será possível adentrar esse universo linguístico –; a narração de sonhos – os quais não pertencem supostamente ao “mundo real” –; a descrição de estados doentes de outrem etc. Além disso, é imperativo verificar a coocorrência dessas partículas evidenciais com a modalidade na língua.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de auxílio financeiro (CNPq 400736/2007-1 – EDITAL MCT/CNPQ 50/2006 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) para a realização da pesquisa de campo para coleta de dados junto aos Parkatêjê.

FERREIRA, M. N. O. Saying (un-)certainties: a study of evidential particles in Parkatêjê. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.223-236, 2010.

- *ABSTRACT: This paper describes a set of particles related to evidentiality in Parkatêjê, an indigenous Timbira language, which belongs to the Macro-Jê genetic group, and is spoken in the southeast of the state of Pará, Amazon region, Brazil. The notion of evidentiality is defined as a subjective relation of the language users with the information which marks their attitude and commitment towards what they have said in relation to the available source of information. Such epistemological position gauges the credibility of the reported information. According to Ferreira (2003; 2005), Parkatêjê has a set of evidential particles used to code different cognitive experiences associated with a particular propositional content. In other words, the use of those particles signals whether the reported information was witnessed by the language user, whether the language user knew the fact using any other visual, auditive senses by inference, or whether the language user simply uses hearsay information. Based on Chafe (1986), Chafe and Nichols (1986), Delancey (1997, 2001), Dendale and Tasmowski (2001) and Aikhenvald and Dixon (2001), the results show that Parkatêjê has a rich evidential particle system that allows its users to express reported, asserted, or deduced information.*
- *KEYWORDS: Indigenous language. Parkatêjê. Evidentiality. Modality. Information source.*

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. (Ed.). *Studies in evidentiality*. Typological studies in Language. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

ARAÚJO, L. M. de S. *Aspectos da língua Gavião-Jê*. 1989. 2 v. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Estruturas subjacentes de alguns tipos de frase, declarativas afirmativas do dialeto Gavião-Jê*. 1977. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.

CHAFE, W. Evidentiality in English conversation and academic writing. In: CHAFE W.; NICHOLS J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986. p.261-272.

DELANCEY, S. The mirative and evidentiality. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.371-384, 2001.

_____. Mirativity: the grammatical marking of unexpected information. *Linguistic Typology*, Berlin, v.1, n.1, p.33-52, jan. 1997.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.339-348, mar. 2001.

DICKINSON, C. Mirativity in Tsafiki. *Studies in Language*, Amsterdam, v.24, n.2, p.379-421, 2000.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FERREIRA, M. *Morfossintaxe da língua Parkatêjê*. Munique: Lincom-Europa. 2005.

_____. *Estudo morfossintático da língua parkatêjê*. 2003. 276f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

JAKOBSON, R. Shifters, verbal categories, and the Russian verb. In: JAKOBSON, R. *Selected writings: II word and language*. Paris: Mouton, 1957. p. 130-153.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.339-348, mar. 2001.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: University Press, 1986.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, Amsterdam, v.12, n.1, p.51-97, 1988.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em fevereiro de 2010.

TEORIA DA OTIMIDADE, GRAMÁTICA HARMÔNICA E RESTRIÇÕES CONJUNTAS

Ubiratã Kickhöfel ALVES*

- RESUMO: A Teoria da Otimidade, *Standard* (PRINCE; SMOLENSKY, 1993) ou Estocástica (BOERSMA; HAYES, 2001), opera sob a noção de dominância estrita. Diferencia-se, nesse aspecto, do modelo teórico da Gramática Harmônica (LEGENDRE; MIYATA; SMOLENSKY, 1990; SMOLENSKY; LEGENDRE, 2006), na qual a avaliação do candidato ótimo considera o caráter cumulativo de todas as violações incorridas por cada um dos candidatos a *output*. Ao considerarmos tal caráter cumulativo da Gramática Harmônica, questionamos a efetiva necessidade de formação de restrições conjuntas à luz de tal modelo teórico. Frente a tal questionamento, foram realizadas simulações computacionais, através do *software* Praat (BOERSMA; WEENINK, 2009), à luz dos algoritmos de aprendizagem vinculados aos dois modelos. As respostas fornecidas pelos algoritmos evidenciam que o modelo da Gramática Harmônica consegue convergir em sistemas que só se mostrariam passíveis de aprendizagem, via OT Estocástica, através de restrições conjuntas. Os resultados apontados incitam a discussão a respeito do papel do mecanismo de Conjunção Local sob a Gramática Harmônica, bem como evidenciam a necessidade de uma reflexão acerca das implicações do uso de um ou outro modelo de análise linguística.
- PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Otimidade. Gramática Harmônica. Conjunção Local. Restrições Conjuntas. Algoritmos de Aprendizagem.

Introdução

A noção de dominância estrita é um dos principais aspectos caracterizadores da Teoria da Otimidade, tanto em sua versão *Standard* (PRINCE; SMOLENSKY, 1993) quanto sob sua versão Estocástica (BOERSMA; HAYES, 2001). Sob tal aspecto, candidatos que apresentam marcas de violação na restrição mais altamente ranqueada são automaticamente eliminados na disputa pelo *status* de ótimo, independentemente do número de marcas de violação incorridas por este mesmo candidato nas restrições mais baixas na hierarquia. Em outras palavras, considerando-se a existência de um *ranking* de restrições do tipo $C_1 \gg C_2 \gg C_3$, candidatos que violam C_1 serão automaticamente excluídos, pois a violação da restrição mais alta caracteriza-se como condição suficiente para

* UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras – Departamento de Línguas Modernas. Porto Alegre – RS – Brasil. 91570-000 – ukalves@gmail.com.

a eliminação. Ao seguirmos essa linha de análise, podemos ter, como *output* ótimo, um candidato que incorra um número muito maior de violações do que as incorridas pelos candidatos eliminados; em tal caso, tais violações, ainda que em número muito maior, ocorrem sobre as restrições de *status* mais baixo na hierarquia. Em suma, com a eliminação de um candidato através da violação da restrição mais altamente ranqueada, restrições mais baixas mostram-se, portanto, irrelevantes.

Uma consequência direta da noção de ranqueamento estrito está na impossibilidade de, através de restrições, expressar a gramática de sistemas que admitem uma ou outra estrutura marcada, mas não duas violações de marcação em um mesmo domínio. Para exemplificarmos o aqui dito, consideremos três restrições, C_1 , C_2 e C_3 , sendo as duas primeiras de marcação e a última de fidelidade¹. Através do *ranking* $C_3 \gg C_2 \gg C_1$, vemos que a língua permite *outputs* fiéis que violem C_2 ou C_1 , conforme expresso em (1).

(1)

	C_3	C_2	C_1
☞ a		*	
b	*!		
a_1	*!		
☞ b_1			*

Considerando-se o ranking em questão, candidatos que violam ambas as restrições também se sagram ótimos, conforme vemos em (2).

(2)

	C_3	C_2	C_1
a_2	*!		
☞ b_2		*	*

Como explicitar sistemas que, conforme já afirmado, permitem uma ou outra estrutura marcada, mas não a violação das duas restrições de marcação em um

¹ Ao seguirmos Fukazawa e Miglio (1998), consideramos que o processo de conjunção deve ser limitado a restrições de uma mesma família, o que explica definirmos tanto C_1 quanto C_2 como restrições de marcação. A presença de C_3 no exemplo em questão caracteriza o conflito clássico da OT entre marcação e fidelidade.

mesmo domínio?² Promover o *status* hierárquico de ambas as restrições não pode ser a solução, uma vez que o ranqueamento em questão permitiria apenas candidatos não marcados, e, conforme já afirmado, o sistema desejado deve levar, também, a *outputs* fiéis quando apenas uma das restrições de marcação esteja sendo violada. A impossibilidade de expressar o sistema em questão advém da própria noção de dominância estrita: o candidato 'a₂' não pode se sagrar ótimo em função de a marca de violação de C₃ já eliminá-lo, independentemente das marcas de violação de 'b₂' sobre C₁ ou C₂. O fato de o perdedor estar violando uma ou as duas restrições de marcação mostra-se irrelevante, visto que fidelidade, mais altamente ranqueada para garantir a emergência dos candidatos 'a' e 'b₁', está sendo desrespeitada.

Para dar conta de sistemas que aceitem, sob uma mesma gramática, os *outputs* 'a', 'b₁' e 'a₂', a solução encontrada, na Teoria da Otimidade, encontra-se no mecanismo de Conjunção Local. Proposto por Smolensky (1995), o esquema de conjunção de restrições pode ser da seguinte forma definido:

(3)

Conjunção Local de Restrições (SMOLENSKY, 1995): a Conjunção Local de duas restrições C e C em um domínio D, C & C é violada sempre que ambas as restrições C e ¹C são violadas dentro de um ²dado domínio.

À luz da Teoria da Otimidade, restrições conjuntas associam duas restrições já baixas no *ranking*. Para verificarmos o papel exercido por uma restrição conjunta, o *tableau* em (4), de caráter explicativo, tem o objetivo de demonstrar a ação da Conjunção Local em uma hierarquia de restrições:

(4)

	[C ₁ & C ₂]	C ₃	C ₂	C ₁
a ₂		*		
b ₂	*!		*	*

Vemos, a partir dos pares de candidatos acima, a ação da conjunção das restrições C₁ e C₂ formando uma restrição conjunta que, estando altamente ranqueada, exclui o candidato 'b₂'. Considerando-se que C₁ e C₂ sejam restrições de marcação, concluímos que a língua em questão permite uma estrutura

² Para exemplos de situações hierárquicas semelhantes, encontráveis nas línguas do mundo, aconselhamos a leitura de Itô e Mester (1998). Os autores, dentre vários outros exemplos, mencionam a neutralização de obstruintes vozeadas em coda do alemão, língua que permite a violação, ou da restrição *NoCoda* ou de **Voiced Obstruent*, mas não a violação de ambas as restrições ao mesmo tempo.

marcada ou outra, mas não as duas ocorrendo ao mesmo tempo no mesmo domínio. A restrição conjunta $[C_1 \& C_2]$ impede justamente esses casos. Em outras palavras, ainda que C_1 e C_2 já estejam baixas no *ranking*, elas podem, ainda, ter seus efeitos sentidos contra a restrição C_3 . Cabe dizer que, ainda que restrições como $[C_1 \& C_2]$ consigam expressar a ação conjunta de duas restrições que já se encontram baixas no sistema, não parece haver, entre os estudiosos, um consenso acerca dos aspectos basilares da Teoria da Conjunção Local. Questões como a universalidade do Operador de Conjunção '&' e a formação das restrições na aquisição de linguagem, além de tentativas de limitação de tal operador, com vistas a impedir uma ação exagerada e um acréscimo desnecessário do número de restrições, encontram-se em pleno debate na literatura (ITO; MESTER, 1998; BAKOVIC, 1999, 2000; FUKAZAWA, 1999, 2001; FUKAZAWA; MIGLIO, 1998; MORETON; SMOLENSKY, 2002; LUBOWICZ, 2002, 2006, 2007; BONILHA, 2003, 2005; ALVES, 2008).

Uma vez que a Conjunção Local é o resultado da noção de dominância estrita da OT, questionamo-nos se um modelo de análise que não use desse critério pode vir a não carecer da formação de restrições adicionais, para expressar o efeito cumulativo de duas restrições mais baixas. Um modelo que opera sob restrições, mas desconsidera a noção de dominância estrita, é a Gramática Harmônica (LEGENDRE; MIYATA; SMOLENSKY, 1990; SMOLENSKY; LEGENDRE, 2006). Em tal modelo, que tem sido empregado em uma série de trabalhos recentes (PATER, 2005, 2008, 2009; PATER; JESNEY; TESSIER, 2007; TESSIER, 2007; BOERSMA; PATER, 2008; COETZEE; PATER, 2009; GOLDRICK; DALAND, 2009; ALVES, 2009) como uma abordagem alternativa à OT, a organização das restrições dá-se por pesos numéricos que apresentam caráter cumulativo na escolha do candidato ótimo, caracterizando “efeitos de gangue” entre as restrições. Dessa forma, na escolha do candidato ótimo, todas as restrições exercem papel importante: é possível, dessa forma, que o candidato ótimo seja um que viole restrições com maior valor numérico (mais altas no sistema) em função de os candidatos perdedores apresentarem um número alto de violações nas restrições com *status* mais baixo na gramática da língua em questão. Em outras palavras, a violação da restrição mais alta não é eliminatória nesse modelo teórico. Considerada tal característica, um exercício teórico importante diz respeito à verificação da possibilidade de ação conjunta de restrições: é possível que um candidato que viole a restrição mais alta sagre-se ótimo em função de os candidatos perdedores estarem violando, individualmente, um conjunto de restrições mais baixas, as quais, somadas, exercerão um efeito cumulativo que poderá vir a apresentar um peso superior ao possibilitado pela violação da restrição mais alta³.

³ Conforme será visto em breve, para a determinação do peso da Harmonia de um candidato, que determina os efeitos de gangue, é necessário considerar todas as restrições que violam tal candidato, uma vez que todas elas terão seus pesos somados.

Ao indagarmos acerca da possibilidade de o caráter cumulativo da HG exercer papel semelhante ao das restrições conjuntas que operam sob os modelos de dominância estrita, o presente trabalho tem por objetivo verificar a capacidade de o modelo da Gramática Harmônica operar sem a necessidade de restrições conjuntas. Tal verificação se fará possível por meio da simulação do processo de aquisição de linguagem, ao utilizarmos, na simulação computacional, os algoritmos associados a cada um dos modelos teóricos: o OT-GLA (BOERSMA; HAYES, 2001), algoritmo associado à Teoria da Otimidade Estocástica⁴, e o HG-GLA (BOERSMA; PATER, 2008; BOERSMA; WEENINK, 2009), vinculado à Gramática Harmônica. Por meio da simulação do processo de aquisição nesses dois algoritmos, hipotetizamos que, sem a restrição conjunta, o algoritmo vinculado à OT Estocástica não conseguirá convergir, ou seja, nunca atingirá o estágio final da gramática quando o sistema a ser atingido, ainda que permita a emergência de candidatos fiéis com violações sobre uma ou outra restrição de marcação, rejeite, por sua vez, *outputs* fiéis que apresentem violações sobre essas duas restrições de marcação referentes a um mesmo domínio. Por sua vez, hipotetizamos que a Gramática Harmônica conseguirá convergir no estágio final da gramática em questão, utilizando-se apenas três restrições, C_1 , C_2 , e C_3 , de modo a dispensar a Conjunção Local dentro desse modelo teórico. Os resultados das simulações em HG propiciarão, portanto, não somente uma discussão acerca de como se dá a avaliação de candidatos nesse construto teórico, mas, sobretudo, uma reflexão acerca da existência do Operador de Conjunção Local '&' em tal modelo de análise linguística.

O artigo é organizado da seguinte forma: apresentamos, no que segue, os principais aspectos teóricos que diferenciam a OT Estocástica da Gramática Harmônica, além de serem feitos esclarecimentos acerca dos algoritmos associados a cada um dos modelos. Estabelecidas tais diferenças, apresentamos, então, o resultado das simulações computacionais do processo de aquisição da gramática-alvo, através do *software Praat – Version 5.1.13* (BOERSMA; WEENINK, 2009), sob ambos os algoritmos. O trabalho é encerrado com uma discussão teórica acerca das diferenças entre a Teoria da Otimidade e a Gramática Harmônica, voltada não somente para a avaliação dos candidatos e para os conjuntos de restrições de ambos os modelos, mas também para as implicações de realizarmos análises linguísticas sob um ou outro modelo teórico.

⁴ Neste trabalho, utilizamos a Teoria da Otimidade em sua versão Estocástica (BOERSMA; HAYES, 2001), uma vez que o *Constraint Demotion Algorithm* (TESAR; SMOLENSKY, 1993, 1996, 1998, 2000), algoritmo de aprendizagem ligado à OT Standard, não é capaz de dar conta de dados variáveis. Para maiores detalhes acerca da superioridade do *Gradual Learning Algorithm*, algoritmo desenvolvido à luz da OT Estocástica, aconselhamos a leitura de Bonilha (2005).

Referencial teórico

Antes de iniciarmos a descrição e discussão dos índices numéricos fornecidos pelos algoritmos de aprendizagem associados aos modelos da Teoria da Otimidade e da Gramática Harmônica, julgamos importante explicitar as diferenças entre esses dois modelos teóricos, sobretudo no que diz respeito à escolha do candidato ótimo. Dessa forma, nas seções que seguem, descreveremos os principais aspectos da Teoria da Otimidade Estocástica e da Gramática Harmônica, respectivamente. Através da descrição individual de cada modelo, acreditamos deixar ainda mais clara, também, a questão de investigação que norteia o presente estudo: a verificação de o modelo da Gramática Harmônica, ao contrário da Teoria da Otimidade, dispensar o mecanismo de Conjunção Local.

A OT Estocástica

Na OT Estocástica (BOERSMA; HAYES, 2001), as restrições recebem valores numéricos para atuarem ao longo de uma escala. Cada vez em que há avaliação de candidatos, tais valores são convertidos em um ranqueamento correspondente. O ranqueamento em questão, resultante da conversão dos valores numéricos em hierarquia, segue as mesmas premissas de avaliação do modelo *Standard* da OT, a partir do qual o candidato ótimo é aquele que obedece às restrições mais altamente ranqueadas, independentemente do número de violações incorridas por tal candidato às restrições de *status* mais baixo na gramática. Vejamos tal noção de dominância estrita no *tableau* que segue:

(5)

	C_2	C_1
[Output1]	*!	
☞ [Output2]		***

De acordo com o *tableau* em (5), o candidato ótimo é [Output2], pois ele não viola a restrição mais altamente ranqueada na hierarquia, ainda que tenha desrespeitado a restrição mais baixa três vezes. Nas análises à luz da OT, a eliminação dos candidatos se dá a partir da restrição mais alta: assim, [Output 1] já é eliminado pela restrição C_2 , o que fica claro pela marca de violação fatal “!”, que simboliza a exclusão do candidato. Tal aspecto, conforme veremos em breve, constitui a principal característica que diferencia a Teoria da Otimidade do modelo da Gramática Harmônica. Não interessa para a OT Estocástica o número

de violações incorridas por uma violação mais baixa, se restrições mais altas estiverem sendo violadas; se uma restrição mais alta estiver sendo violada por dado um candidato, tal candidato será, indiscutivelmente, excluído.

Conforme explicam Coetzee e Pater (2009), um aspecto importante da OT Estocástica diz respeito ao fato de ela ser acompanhada de uma teoria de aprendizagem, sendo vinculada a um algoritmo chamado de Algoritmo de Aprendizagem Gradual (GLA, do inglês *Gradual Learning Algorithm*). De acordo com os princípios de funcionamento do algoritmo em questão, o aprendiz recebe um mapeamento *input-output* de cada vez, e o estado corrente da gramática determina o *output* ótimo. Quando o *output* gerado difere dos dados da evidência positiva, o aprendizado acontece. O GLA atualiza o valor das restrições, de modo a subtrair um valor x^6 dos valores das restrições que são mais violadas na forma correta do que no “erro” do aprendiz, além de adicionar um valor x a todas as restrições que são violadas no candidato com erro. A hierarquia de restrições, conforme vimos, é estabelecida em função dos valores a serem assumidos pelas restrições de tal escala numérica.

Ao nos referirmos ao GLA, julgamos fundamental ressaltar o seu caráter estocástico, de acordo com o qual o ranqueamento é afetado por um dado valor de ruído (*noise*) estatístico⁶ a cada momento de avaliação de candidatos. O valor numérico das restrições a ser promovido ou demovido pelo algoritmo corresponde ao ponto central de uma faixa ou gama de valores probabilísticos que podem vir a ser assumidos pela restrição em questão, em um dado momento de produção. Em função do ruído, a cada momento de fala, as restrições podem assumir um índice numérico distinto, caracterizado por Boersma e Hayes (2001) como “ponto de seleção”. Em avaliações (momentos de produção linguística) sucessivas, restrições que apresentam tais valores centrais próximos um do outro poderão variar em termos de ranqueamento. Assim, é possível que, em um dado momento de produção, uma restrição C_1 assumia um ponto de seleção mais alto do que C_2 , enquanto que, em outros momentos, C_2 assumia um valor de ponto de seleção mais alto do que C_1 ⁷, ainda que, por exemplo, o valor central de C_1 seja superior ao de C_2 .

⁵ O valor x , que corresponde à taxa de incremento/decremento do algoritmo, é definido, na simulação computacional, através do valor de *plasticidade*, que pode ser definido pelo pesquisador no *software Praat*.

⁶ O valor de ruído *default* do algoritmo computacional sugerido em Boersma e Hayes (2001) é 2.0.

⁷ Boersma e Hayes (2001) chamam a atenção para o fato de que, ainda que o ponto de seleção possa compreender qualquer índice numérico dentro da faixa de valores, ele é mais provável de assumir pesos numéricos mais próximos do ponto central de tal gama de valores (ou, conforme chamam Boersma e Hayes (2001), do *ranking value* – “valor de ranqueamento” ou “valor central”). Por exemplo, considerando-se uma restrição C_1 , que apresenta valor central 67 e uma faixa que vai de 62 a 72, é mais provável que o ponto de seleção venha a assumir um índice numérico tal como 66, 67 ou 68 em vez de 62 ou 72, ainda que esses últimos sejam também probabilisticamente possíveis.

Conseguimos, desse modo, expressar a ocorrência de *outputs* variáveis em uma língua: a variação ocorre porque, em alguns momentos de conversão dos valores numéricos em *rankings*, as restrições apresentam uma relação hierárquica $X \gg Y$, enquanto que, em outros momentos, a relação $Y \gg X$ pode ocorrer. Isso somente acontece quando ambas as restrições apresentam valores centrais bastante próximos, de modo que o valor de ruído propicie que, em alguns momentos de avaliação, X apresente valor mais alto do que Y e, em outros momentos, Y consiga expressar valores mais altos do que X. Considerar que uma restrição domina categoricamente outra, de modo que a segunda nunca possa vir a apresentar um valor de ponto de seleção (e, conseqüentemente, um *status* hierárquico) mais alto do que a primeira, significa que, na escala contínua em questão, as duas restrições apresentam valores centrais bastante afastados, para que não haja um *overlap* em suas gamas de possíveis valores de ponto de seleção e, desse modo, não seja possível uma inversão hierárquica no momento da avaliação.

O GLA revela-se um algoritmo poderoso se comparado ao seu antecessor, o Algoritmo de Democção de Restrições (vinculado à OT *Standard*), por ser capaz de modelar o processo de variação linguística. Apesar dessa grande vantagem, uma série de trabalhos (PATER, 2005, 2008; PATER; JESNEY; TESSIER, 2007; TESSIER, 2007; BOERSMA; PATER, 2008) demonstra a incapacidade de tal algoritmo em convergir, ou seja, em chegar a resultados numéricos que sejam convertidos em uma gramática⁸. Em outras palavras, “[...] existem línguas que podem ser representados pela OT (e, portanto, pela OT Estocástica), mas não conseguem ser aprendidas pelo GLA.” (BOERSMA; PATER, 2008, p.2). Dadas as limitações do algoritmo vinculado ao modelo em questão, Boersma e Pater (2008) apontam como solução um algoritmo baseado em um modelo que desconsidera a noção de ranqueamento com dominância estrita de restrições, pelo fato de tomar como premissa a ação cumulativa de todas as restrições envolvidas na avaliação dos candidatos. Tal algoritmo, capaz de convergir em padrões que não conseguiam ser expressos pela OT Estocástica, mostra-se vinculado aos preceitos da Teoria de Gramática Harmônica (LEGENDRE; MIYATA; SMOLENSKY, 1990; SMOLENSKY; LEGENDRE, 2006).

A Gramática Harmônica

Ainda que o primeiro trabalho à luz da Gramática Harmônica tenha sido publicado em 1990 (LEGENDRE; MIYATA; SMOLENSKY, 1990), antes mesmo

⁸ Para uma discussão mais detalhada das limitações de convergência do algoritmo vinculado à OT Estocástica, aconselhamos a leitura da obra de Pater (2008), em que o autor descreve o chamado “Problema dos *Rankings* WLW”, considerado o maior caso de não convergência do algoritmo em questão.

do texto fundador da Teoria da Otimidade (PRINCE; SMOLENSKY, 1993), foi em 2006, com o lançamento da obra *The harmonic mind* (SMOLENSKY; LEGENDRE, 2006), que o modelo começa a ser retomado pelos estudiosos, sobretudo como uma alternativa a algumas das limitações de convergência apresentadas pela OT Estocástica, conforme já discutido.

Assim como na OT Estocástica, o modelo da Gramática Harmônica também opera com restrições que apresentam caráter numérico. Entretanto tal modelo diferencia-se da OT Estocástica sobretudo no que diz respeito à avaliação do candidato ótimo. Conforme explicam Jesney e Tessier (2007), a HG, de modo semelhante à OT, apresenta três componentes: GEN, módulo da gramática capaz de tomar um *input* e criar infinitas possibilidades de forma de saída para tal representação; CON, o conjunto universal de restrições violáveis; e EVAL, módulo da gramática que realiza a avaliação dos candidatos, capaz de apontar o candidato ótimo a partir dos preceitos de seleção do modelo teórico. A diferença entre a Teoria da Otimidade e a Gramática Harmônica reside neste último componente, uma vez que os preceitos de avaliação do candidato ótimo são distintos sob cada um dos dois modelos.

A diferença entre a OT Estocástica e a HG, em termos de avaliação, encontra-se na noção da dominância estrita que é a base da OT, mas não da HG. Conforme já dissemos, sob a concepção de dominância estrita, as restrições com *status* mais baixo fazem-se relevantes apenas nos casos em que as restrições mais altas não se mostram capazes de decidir o *output* ótimo em função de empates entre candidatos frente a tais restrições. Isso fica claro em (6), em que apresentamos um *tableau* sob o modelo da Teoria da Otimidade:

(6)

	C_3	C_2	C_1
[<i>Output1</i>]	*!		
☞ [<i>Output2</i>]		*	*
[<i>Output3</i>]		**!	

No *tableau* em (6), a restrição C_3 não se mostra capaz de decidir o candidato ótimo em função de um empate entre [*Output2*] e [*Output3*] sob tal restrição. A decisão, então, recai para a restrição C_2 , que define [*Output2*] como o resultado da gramática. Uma vez que a decisão foi tomada pela restrição C_2 , a restrição C_1 não exerce papel algum na escolha do candidato ótimo.

Na Gramática Harmônica, independentemente de seus pesos, todas as restrições exercem papel na escolha da forma de saída. Tais restrições, no momento de avaliação do candidato ótimo, não são convertidas em ranqueamentos estritos; permanecem, dessa forma, com seus valores numéricos, que desempenharão efetivo papel no cálculo que leva à escolha do candidato ótimo. Sob a HG, o candidato selecionado pela gramática é aquele que apresenta o maior valor numérico de Harmonia (H). Tal valor é obtido ao multiplicarmos cada marca de violação do candidato pelo valor da restrição violada e, após isso, somarmos todos os resultados dessas multiplicações referentes ao candidato em questão. O *tableau* em (7), elaborado com base no exemplo fornecido por Pater (2009), demonstra como se dá a escolha do candidato ótimo, à luz da HG.

(7)

	2	1	
	C_2	C_1	H
[Output1]	*		-2
[Output2]	*	*	-3
☞ [Output3]		*	-1
[Output4]		**	-2

Com base em Legendre, Sorace e Smolensky (2006), consideramos, no modelo em questão, que cada violação das restrições corresponde a um índice negativo no cálculo da harmonia do candidato. Visto o *tableau* acima, vemos que o candidato ótimo é [Output3], pelo fato de apresentar o índice mais alto de Harmonia, ou seja, o mais próximo de 0.

Ainda que o *tableau* em (7) consiga demonstrar a lógica de avaliação dos candidatos à luz da HG, poderíamos pensar, em princípio, que a adoção desse princípio de avaliação resultaria, em todos os casos, nos mesmos *outputs* ótimos obtidos através de uma avaliação via Teoria da Otimidade. De fato, ao considerarmos o *tableau* em (7) à luz da OT Estocástica, sob uma perspectiva de dominância estrita, o candidato ótimo também seria o mesmo. Isso ocorre porque, à luz da OT Estocástica, os pesos em questão seriam convertidos no *ranking* $C_2 \gg C_1$. Dado esse *ranking*, a restrição mais alta excluiria os dois primeiros candidatos, sendo que a decisão cairia para a restrição C_1 , que avaliaria como ótimo o candidato com menor número de violações. Em outras palavras, na Teoria da Otimidade, em função de um empate de candidatos na restrição mais alta, a restrição mais baixa exerce, também, papel na gramática.

Entretanto, o diferenciado funcionamento de EVAL à luz da Teoria da Otimidade Estocástica e da Gramática Harmônica pode resultar em diferentes *outputs* ótimos, em função do modelo adotado. Para evidenciarmos a diferença entre os dois modelos, apresentamos o *tableau* em (8), elaborado com base em Boersma e Pater (2008, p.27):

(8)

	1.5	1.0
	C_2	C_1
HG: φ [<i>Output1</i>]	*	
OT: φ [<i>Output2</i>]		**

Conforme vemos no *tableau* em (8), enquanto que uma avaliação à luz da noção de dominância estrita da OT leva à produção de [*Output2*], a submissão dos candidatos aos princípios de avaliação da Gramática Harmônica leva à emergência de [*Output1*]. A diferença reside no fato de o candidato [*Output2*], tomado como menos harmônico pela HG e ótimo pela OT, violar duas vezes a restrição C_1 , que apresenta peso mais baixo no sistema. À luz da dominância estrita, a restrição C_1 não exerce efeito algum na eliminação dos candidatos para a escolha do ótimo, pois a decisão do *output* efetivamente produzido já foi feita pela restrição C_2 . Entretanto, para a avaliação da HG, todas as restrições exercem efeito no cálculo do valor de Harmonia. A dupla violação de C_1 levou o candidato em questão a exibir um valor de Harmonia de -2, diferentemente do candidato [*Output1*] que apresenta uma Harmonia de -1.5, ou seja, mais próxima de 0. Fica claro, assim, o fato de que a adoção de um ou outro modelo de análise exerce implicações diretas na escolha do candidato ótimo.

Ainda no que diz respeito à avaliação dos candidatos à luz da Gramática Harmônica, precisamos mencionar o efeito cumulativo possível de ser exibido pelas restrições, na escolha do *output* ótimo. Para tal verificação, apresentamos o *tableau* em (9), que expressa tal efeito de cumulatividade⁹.

⁹ Para maiores detalhes acerca das vantagens da noção de cumulatividade, em sua capacidade de expressar efeitos de *output* que não seriam atingidos através da Teoria da Otimidade, aconselhamos a leitura de Pater (2009) e de Coetzee e Pater (2009).

(9)

	1.5	1	1	
	C_3	C_2	C_1	H
HG: φ [Output1]	*			-1.5
OT: φ [Output2]		*	*	-2.0

Vemos, no *tableau* em (9), novamente um candidato ótimo que não seria selecionado sob a avaliação à luz dos preceitos da Teoria da Otimidade. Ainda que viole a restrição com maior peso, o candidato [Output1] é selecionado como ótimo, uma vez que [Output2] viola duas restrições que, ao terem seus pesos somados, levam a um valor de harmonia ainda mais baixo do que o apresentado por [Output1]. Encontramos em (9), portanto, a ação da cumulatividade de todas as restrições que exibem o fenômeno referido como “Efeito de Gangue” (PATER; JESNEY; TESSIER, 2006; JESNEY; TESSIER, 2007; BOERSMA; PATER, 2008; PATER, 2009; COETZEE; PATER, 2009).

A Gramática Harmônica também se encontra associada a um Algoritmo de Aprendizagem. A simulação computacional de tal Algoritmo encontra-se, também, disponibilizada através do *software Praat*¹⁰. O algoritmo em questão, assim como o GLA, apresenta um valor de ruído, que, somado aos pesos das restrições, pode dar conta da variação nas formas de *output*. Em função de tal característica, Boersma e Pater (2008) denominam tal algoritmo de HG-GLA, pelo fato de, assim como na versão do algoritmo OT-GLA de Boersma e Hayes (2001), expressar a gradualidade do processo de aquisição e as possíveis variações nas formas de *output*. No que diz respeito ao funcionamento, os dois algoritmos diferenciam-se nos procedimentos de incremento/decremento do valor das restrições: ao passo que, no OT-GLA, o acréscimo/decréscimo dos pesos se caracteriza pela adição de um valor x (correspondente à plasticidade, na simulação computacional) ao valor da restrição em questão, o procedimento de modificação dos índices numéricos das restrições no algoritmo da Gramática Harmônica considera, ainda, o número de violações que uma dada restrição sofre, de modo que uma restrição com um número maior de violações venha a sofrer acréscimos ou decréscimos de maior intensidade a cada rodada do algoritmo.

A variação nos padrões de *output* à luz do HG-GLA ocorre, dessa forma, quando dois candidatos apresentam valores de Harmonia bastante próximos. Nesses casos, é possível que, em função das alterações causadas pelo valor de

¹⁰ De acordo com Coetzee e Pater (2009), o algoritmo em questão foi vinculado ao programa a partir da versão 5.0.01 no ano de 2007.

ruído, em alguns momentos de avaliação, o candidato [*Output1*] apresente uma harmonia superior ao de [*Output2*], enquanto que, em outros casos, o candidato [*Output2*] apresente uma harmonia maior que a de [*Output1*]. Veja-se o exemplo, a seguir, que ilustra o acima afirmado:

(10)¹¹

Valores das restrições (centrais)	Ponto de seleção 1ª avaliação	Ponto de seleção 2ª avaliação
C ₃ : 103	102	100
C ₂ : 76	76	79
C ₁ : 24	24	26

1ª avaliação

	102	76	24	
	C ₃	C ₂	C ₁	H
[<i>Output1</i>]	*			-102
☞ [<i>Output2</i>]		*	*	-100

2ª avaliação

	100	79	26	
	C3	C2	C1	H
☞ [<i>Output1</i>]	*			-100
[<i>Output2</i>]		*	*	-105

Vemos que o valor central da restrição C₃ (103) já se encontra bastante superior ao apresentado por C₂ (76). À luz da OT Estocástica, tal diferença numérica acentuada já seria suficiente para que pudéssemos determinar o ranqueamento categórico C₃>>C₂, a partir do qual [*Output2*] seria invariavelmente escolhido. Entretanto, para a Gramática Harmônica, o que interessa não é a distância de duas restrições específicas, mas sim a

¹¹ Os valores das restrições em (10) foram por nós estipulados para fins de uma melhor exemplificação do argumento.

diferença no valor de Harmonia entre os candidatos. Ainda que o valor de C_3 esteja bastante afastado do de C_2 , a soma dos valores de C_2 e C_1 encontra-se bastante próxima do valor de C_3 . Dessa forma, não é surpreendente o fato de que, em função do ruído aplicado em cada um dos momentos de avaliação dos candidatos em algumas avaliações [*Output1*] apresente uma harmonia mais baixa do que [*Output2*], conforme vemos no *tableau* que representa a primeira avaliação, enquanto que o contrário ocorra em outros momentos de produção linguística. A possibilidade de variação, a partir do ruído estocástico aplicado, concretiza-se em função de os valores de harmonia dos candidatos, formados a partir dos “efeitos de gangue” das restrições, estarem bastante próximos. Dessa forma, para não haver variação nos padrões de *output*, é preciso que o valor de peso de C_3 se encontre suficientemente afastado do valor da **soma** de C_2 e C_1 , uma vez que essas duas últimas restrições agem em conjunto na seleção do candidato ótimo.

Ao considerarmos a noção de cumulatividade, característica do modelo de Gramática Harmônica, questionamo-nos, pois, se restrições conjuntas precisam ser efetivamente propostas nesse modelo. Uma vez que, para a Gramática Harmônica, todas as restrições acabam exercendo papel na escolha do candidato ótimo, ao contribuírem com seus pesos no cálculo dos valores de Harmonia, julgamos necessário checar a possibilidade de obtermos um sistema de gramática que exiba o mesmo efeito da restrição conjunta sem necessariamente com ela contar. Uma vez que a formação de uma restrição conjunta deve sempre operar sob a premissa de não redundância (FUKAZAWA, 1999, 2001; FUKAZAWA; MIGLIO, 1998; BONILHA, 2003, 2005), caso venhamos a atingir os efeitos da ação conjunta de restrições através da cumulatividade, será possível dispensar o operador de conjunção de restrições ‘&’, no modelo teórico em questão. A verificação de tal possibilidade bem como as suas implicações teóricas constituem questões a serem discutidas ao longo do presente trabalho.

As simulações computacionais

Com vistas a verificar a necessidade ou não de restrições conjuntas, também, sob o modelo da Gramática Harmônica, realizamos simulações computacionais à luz dos algoritmos de aprendizagem vinculados à OT Estocástica e à Gramática Harmônica, através do *software Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2009). Sob ambos os algoritmos, alimentamos o sistema, primeiramente, com três restrições, C_1 , C_2 (marcação) e C_3 (fidelidade). O sistema-alvo a ser atingido por ambos os modelos era o mesmo: uma língua que permitisse a violação ou de C_1 ou de C_2 , mas não das duas restrições ao mesmo tempo. Para expressarmos

a impossibilidade de atingirmos tal sistema via OT, retratamos, novamente, os *tableaux* que expressam o esquema de Conjunção Local previamente apresentados em (1) e (2):

(11)

	C_3	C_1	C_2
\ominus a		*	
b	*!		
a_1	*!		
\ominus b_1			*
\oplus a_2	*!		
\ominus b_2		*	*

Conforme aponta a literatura da OT, somente C_1 , C_2 e C_3 não seriam capazes de levar a um sistema que leve à emergência do candidato ' a_2 ', de modo que uma restrição conjunta venha a ser necessária. Por outro lado, conforme também já afirmado, hipotetizamos que somente essas três restrições já são capazes de permitir que o algoritmo vinculado à HG consiga convergir no sistema que apresenta o comportamento desejado. São retratados, no que segue, os resultados das simulações desenvolvidas sob ambos os algoritmos.

Simulações com a Teoria da Otimidade

Conforme já dito, para a simulação via GLA, informamos o algoritmo da existência de três restrições, C_1 , C_2 e C_3 . Para determinarmos o valor inicial das restrições, determinamos que C_1 e C_2 teriam a função de restrições de marcação, ao passo que C_3 funcionaria como uma restrição de fidelidade. Dessa forma, ao considerarmos que, no estágio inicial da aquisição da linguagem, Marcação >> Fidelidade (DEMUTH, 1995; LEVELT, 1995; PATER; PARADIS, 1996; SMOLENSKY, 1996a, 1996b; GNANADESIKAN, 2004; LEVELT; VAN DE VIJVER, 2004; DAVIDSON, JUSCZYK; SMOLENSKY, 2004), determinamos que C_1 e C_2 tivessem peso igual a 100, ao passo que C_3 apresentasse o valor inicial equivalente a 0.

Como sistema a ser adquirido, determinamos que os candidatos ótimos deveriam ser fiéis ao *input* (ou seja, não violar C_3), podendo violar C_1 ou C_2 , mas nunca ambos. Se o candidato violasse ambas as restrições, o *output* infiel, que desrespeita C_3 , deveria sagrar-se alvo.

Após alimentar o algoritmo com 100000 dados¹², os valores das restrições são os seguintes:

(12)

Valor de ranqueamento

C_1 6408.527

C_2 6409.665

C_3 6408.514

Observamos, pelo alto valor de todas as restrições, que o algoritmo não foi capaz de convergir em um estágio final. Conforme explicam Pater, Jesney e Tessier (2007), a não convergência de um algoritmo revela-se através dos altíssimos valores numéricos assumidos pelas restrições. Conforme podemos ver nos resultados em (12), os valores das restrições C_1 , C_2 e C_3 encontram-se na faixa de 6000, valores extremamente altos, sobretudo ao considerarmos que o estágio inicial de aquisição correspondia aos pesos de 100 e 0. Tais valores altos são explicados pelo fato de que, na busca pela gramática-alvo, o algoritmo tende a promover cada vez mais os valores das restrições sem nunca atingir o estágio final. De fato, se o algoritmo fosse rodado novamente, os valores numéricos de tais restrições seriam, ainda, mais altos. Pater, Jesney e Tessier (2007) ainda apontam como outro aspecto caracterizador da não convergência a grande proximidade entre os valores de todas as restrições, o que também pode ser visto em (12). Em outras palavras, vemos, nos resultados da simulação aqui feita, que, uma vez que o algoritmo associado à OT Estocástica não consegue chegar ao sistema-alvo sem restrições conjuntas, os valores das restrições componentes da gramática são cada vez mais aumentados, sem que tais restrições atinjam efetivos pesos que levem à gramática em questão.

Em suma, a não convergência do algoritmo demonstra a incapacidade, por parte da Teoria da Otimidade, de expressar o poder de restrições que, ainda que baixas no *ranking*, exercem ação cumulativa. Com apenas 3 restrições, C_1 , C_2 e C_3 , apenas as seguintes possibilidades de *output* são possíveis: *outputs* sempre fiéis, independentemente das violações sobre marcação; ou candidatos ótimos infíeis, que tendam a respeitar uma ou outra restrição de marcação; ou até ambas. Não é possível, com essas três restrições, expressar um sistema em que fidelidade apenas se faça valer caso uma de duas restrições de marcação (independentemente de qual delas) esteja sendo violada, sendo tal fidelidade, portanto, desrespeitada pelo candidato escolhido caso ambas as restrições de marcação apresentem violações.

¹² Em todas as simulações, no que diz respeito à definição do número de repetições e dos valores de plasticidade, plasticidade inicial e replicações por plasticidade, operamos com os valores *default* fornecidos pelo *software Praat*.

Estando clara a necessidade de evocação de uma restrição conjunta, realizamos uma outra simulação do processo de aquisição à Luz da OT Estocástica, em que acrescentamos uma outra restrição (C_4), que exerceria o papel de uma conjunção entre C_1 e C_2 . Tal restrição também recebeu o valor inicial de 100, assim como as outras restrições que a compõem. Esperávamos garantir, dessa forma, a convergência para o mesmo sistema que havia sido previamente alimentado ao algoritmo: a língua admite *outputs* ótimos que violam ou C_1 ou C_2 , mas não ambos.

Ao considerarmos que, segundo a Teoria da Conjunção Local, restrições conjuntas devem ser formadas apenas quando as suas restrições componentes já apresentarem um *status* mais baixo na gramática, um exercício interessante seria determinar, na definição do estágio inicial do algoritmo, que C_2 e C_1 já apresentam um valor inicial menor do que 100. Isso significaria dizer que a restrição conjunta C_4 seria formada somente apenas os aprendizes receberem uma quantidade de *input* que já permitisse a demção dos valores das restrições de marcação. Ressaltemos, entretanto, que tal implementação referente à determinação do estágio inicial no algoritmo não exerce efeito algum na definição do estágio final da gramática (pois, conforme testado, os valores finais sob ambas as possibilidades mantêm-se os mesmos), conforme apresentado em (13). Em função de tal constatação, bem como por fins de delimitação, definimos, no presente trabalho, valores iguais (100) para a caracterização dos pesos iniciais de C_1 , C_2 e C_4 ¹³.

Após informarmos o algoritmo acerca do mesmo sistema-alvo, os resultados numéricos fornecidos pelo OT-GLA bem como os tableaux resultantes desses valores são a seguir expressos:

(13)

C_4	100.00	101.091
C_3	75.500	75.823
C_2	63.440	67.213
C_1	61.060	61.459

¹³ No que diz respeito à Teoria de Gramática Harmônica, considerando-se o estágio inicial de aquisição em que as restrições de marcação apresentam pesos bastante superiores aos de fidelidade, podemos dizer que as estruturas marcadas somente começam a emergir após a demção de marcação e a promoção de fidelidade. Ou seja, ainda que, em termos de mecanismos formais, o efeito de gangue esteja disponível desde o primeiro estágio de aquisição de linguagem, ele somente começa a se fazer sentir à medida que as crianças vão descobrindo os pesos corretos das restrições, através da promoção de fidelidade, motivada pela evidência positiva com exemplares de estruturas marcadas, movimentação essa prevista pelo algoritmo.

	101.091	75.823	67.213	61.459
	C_4	C_3	C_2	C_1
a_2		*		
b_2	*!		*	*

Verificamos, na simulação em questão, a capacidade de o algoritmo convergir, isto é, encontrar um estado numérico final para as restrições que compõem a gramática. Conforme podemos ver em (13), C_3 apresenta o valor de 75.500, que se mostra mais de 10 pontos superior aos valores de C_1 (63.440) e C_2 (61.060). À luz do Algoritmo de Aprendizagem Gradual de Boersma e Hayes (2001), uma distância superior a 10 pontos nos valores de restrições indica que não haverá, nos diversos momentos de avaliação (produção linguística), a variação hierárquica entre as restrições que apresentam tal distância. Dessa forma, C_3 domina categoricamente C_1 e C_2 , e permite que um *output* que viole uma das duas restrições venha a se sagrar como ótimo. C_1 e C_2 , por apresentarem valores numéricos bastante próximos (63.440 e 61.060, respectivamente), podem variar em *status* hierárquico em diferentes momentos de produção linguística; tal fato, entretanto, não exerce efeitos no resultado final da gramática, uma vez que ambas já apresentam um valor bastante inferior ao de C_3 .

A proibição à violação de duas restrições é expressa por C_4 , que exerce o papel de restrição conjunta no sistema em questão. É importante notar que tal restrição não sofreu nenhuma promoção ou demissão por parte do algoritmo, uma vez que seu valor inicial já era altamente ranqueado. A restrição conjunta, com um valor bastante superior e afastado das outras restrições, não permite que, em situação alguma, o candidato que viole as duas restrições de marcação, ao mesmo tempo, venha a emergir. De fato, no caso em questão, a restrição conjunta deve dominar tanto C_3 quanto as restrições individuais que a compõem, pré-requisito que se mostra plenamente obedecido após a aplicação do algoritmo¹⁴.

Em suma, comprovamos, através da simulação à luz da Teoria da Otimidade Estocástica, uma questão já bastante discutida na literatura: restrições conjuntas são necessárias no modelo da Teoria da Otimidade, pelo fato de, na avaliação dos candidatos, as restrições não apresentarem ação cumulativa, por operarem sob a noção de dominância estrita. No que segue, contrastaremos tais resultados com os índices numéricos obtidos do algoritmo associado à Gramática Harmônica.

¹⁴ É importante notar que tal condição foi obedecida em função da evidência positiva fornecida ao algoritmo. De fato, a aplicação computacional do algoritmo em si não diferencia C_4 das outras restrições; isso quer dizer que o algoritmo trata restrições conjuntas da mesma maneira que trata restrições simples. A determinação de C_4 como restrição conjunta é, na verdade, uma determinação extrínseca por parte do analista, uma vez que o mecanismo de conjunção local, conforme já dissemos, não se encontra incorporado ao algoritmo.

Simulações com a Gramática Harmônica

Uma vez que o modelo da Gramática Harmônica opera a partir da noção de restrições que agem cumulativamente para a determinação do índice de Harmonia de cada candidato, hipotetizamos que o algoritmo se mostrará capaz de convergir em uma gramática que, ao contar apenas com as restrições C_1 , C_2 e C_3 , permita *outputs* ótimos que violem ou C_1 ou C_2 , mas não as duas juntas. Para a simulação computacional¹⁵, foram fornecidas exatamente as mesmas informações que haviam sido providas ao OT-GLA, tanto no que diz respeito à descrição estrutural das restrições e ao estado inicial da gramática, quanto ao sistema-alvo a ser atingido. Os resultados da simulação, à luz do algoritmo associado à Gramática Harmônica, são apresentados em (14).

(14)

valor de ranqueamento	ponto de seleção
C_3 75.628	76.807
C_2 61.587	62.804
C_1 62.784	60.809

	C_3	C_2	C_1	Harmonia
☞ a		*		-62.804
B	*!			-76.807
a_1	*!			-76.806
☞ b_1			*	-60.809
☞ a_2	*!			-76.807
b_2		*	*	-123.612

Verificamos que o algoritmo conseguiu, mesmo com apenas três restrições, convergir no estágio final desejado em que os candidatos 'a', ' b_1 ' e ' a_2 ' saíram-se ótimos, a partir de uma única gramática. Isso se deve à ação cumulativa

¹⁵ Dentre as opções de perfil de Gramática Harmônica fornecidas pelo Praat, foi selecionada a opção "Linear OT". Reconhecemos, entretanto, que, para a simulação em questão, na qual as restrições não atingem valores numéricos negativos, as opções "Harmonic Grammar" e "Positive HG" seriam igualmente eficientes. Para uma vantagem da opção "Linear OT" sobre as outras opções de modalidades de Gramática Harmônica oferecidas pelo software Praat, aconselhamos a leitura de Boersma e Pater (2008) e Coetzee e Pater (2009).

das restrições C_2 e C_1 : na disputa entre $'a_2'$ e $'b_2'$, é o primeiro candidato que se sagra ótimo, uma vez que o seu valor de Harmonia ($'a_2'$: - 76.807) é bem superior (mais próximo de zero) ao do candidato $'b_2'$, cuja harmonia (-123.612) é o resultado dos valores de ponto de seleção de C_2 e C_1 , ou seja, da ação cumulativa de duas restrições. O valor de $'a_2'$ (-76.807), por sua vez, corresponde ao valor do ponto de seleção de C_3 , única restrição violada por este candidato. Ressaltemos, ainda, que os valores de Harmonia de $'a_2'$ e $'b_2'$ se mostram bastante afastados, o que caracteriza, à luz da HG, o caráter categórico, invariável, da forma de saída.

A partir da observação de (14), cabe ressaltar, ainda, que o resultado obtido pela HG não se faria possível à luz da Teoria da Otimidade. Uma vez que a OT Estocástica converte os valores numéricos em *rankings* de restrições, que operam sob a noção de dominância estrita, $'a_2'$ nunca poderia vir a emergir como ótimo, no sistema em questão, pelo fato de violar a restrição mais altamente ranqueada. Sob a perspectiva da OT, C_1 e C_2 já não exercem papel algum, uma vez que C_3 já sofreu uma violação fatal. Por sua vez, para a HG, todas as restrições exercem efeito no cálculo da Harmonia. A partir da ação cumulativa de restrições (o que pôde ser visto em (14), através do “efeito de gangue” entre C_1 e C_2), é possível, ao contrário do que ocorre na OT, garantir a emergência de a_2 .

Ainda que, na simulação que acabamos de retratar, já tenha sido sugerido o caráter redundante de uma possível restrição conjunta, considerando-se as restrições utilizadas na Gramática Harmônica, realizamos, também sob o algoritmo vinculado à HG, uma simulação que acrescentasse uma restrição conjunta ao sistema, assim como havíamos feito ao operarmos com a OT Estocástica. Novamente, os valores do sistema inicial bem como os da gramática-alvo foram os mesmos realizados na simulação à luz do modelo anterior. Os resultados dos valores das restrições são apresentados em (15).

(15)

	valor de ranqueamento	ponto de seleção
C_4	100	101.087
C_3	74.654	72.697
C_1	63.446	62.964
C_2	61.900	61.864

	C_4	C_3	C_1	C_2	Harmonia
\curvearrowright a				*	-61.864
B		*			-72.697
a_1		*			-72.697
\curvearrowright b_1			*		-62.964
\curvearrowright a_2		*			-72.697
b_2	*		*	*	-225.915

Também com a inclusão da restrição conjunta, o algoritmo consegue convergir para a gramática desejada. Entretanto, ao compararmos os resultados de ambas as simulações realizadas à luz da HG, fica bastante claro o caráter redundante da restrição conjunta representada por C_4 , uma vez que a sua retirada do sistema não implica diferenças nos padrões de *output* que se sagram como ótimos. De fato, ao observarmos a gramática adquirida em (15), vemos que uma possível retirada de C_4 do sistema (o que levaria à gramática expressa na simulação anterior) não afetaria nenhum padrão de *output*. A restrição conjunta, dessa forma, exhibe caráter redundante na Gramática Harmônica, em função do caráter cumulativo de todas as restrições, no estabelecimento dos valores de Harmonia de cada candidato a *output*.

Em suma, ao passo que a Conjunção de Restrições pode vir a se mostrar necessária na Teoria da Otimidade, o modelo da Gramática Harmônica, que não opera sob a noção de dominância estrita, dispensa a ação do mecanismo de conjunção local. Confirmada a hipótese de que a análise à luz da Gramática Harmônica dispensaria a formação da restrição conjunta, é preciso refletir a respeito das diferenças entre OT Estocástica e Gramática Harmônica na análise dos sistemas linguísticos. Tal reflexão teórica será desenvolvida no que segue.

Discussão e considerações finais

Neste trabalho, apresentamos os resultados de simulações computacionais do processo de aquisição de linguagem à luz de dois distintos modelos teóricos: a Teoria da Otimidade Estocástica e a Gramática Harmônica. Verificamos a capacidade de convergência, por parte de ambos os algoritmos, em sistemas em que um candidato fiel com violações em ambas as restrições de marcação (C_1 e C_2) não possa emergir como ótimo, ainda que a produção de candidatos fiéis que apresentem violações em apenas uma das restrições seja permitida. Para

isso, realizamos simulações em cada um dos algoritmos sob duas condições: (a) simulações com apenas três restrições, C_1 , C_2 (marcação) e C_3 (fidelidade); (b) simulações com quatro restrições, contando, portanto, com a restrição C_4 , que corresponde à conjunção de C_1 e C_2 .

Os resultados das simulações computacionais com os dois algoritmos demonstraram que, na condição experimental expressa em (a), apenas a Gramática Harmônica conseguiu chegar ao sistema-alvo. Conforme hipotetizávamos, a noção de dominância estrita, que rege a OT Estocástica, impede que obtenhamos um sistema que permita candidatos fiéis que incorram a violação ou de C_1 , ou de C_2 , mas não de ambas. Por outro lado, tal efeito é atingido através da ação conjunta das restrições na avaliação dos candidatos à luz da HG. Uma vez que, para a Gramática Harmônica, todas as restrições acabam exercendo papel na escolha do candidato ótimo, ao contribuírem com seus pesos no cálculo dos valores de Harmonia, conseguimos obter um sistema de gramática que exhibe o mesmo efeito da restrição conjunta sem necessariamente com ela contar. Na OT Estocástica, por sua vez, tal condição só foi atingida sob a condição experimental expressa em (b): de fato, a gramática desejada só conseguiu ser atingida ao ser acrescentada a restrição C_4 , que corresponderia à conjunção de C_1 e C_2 .

Os resultados das simulações representam o início de uma discussão a respeito da necessidade de restrições conjuntas, bem como a ação do operador '&' sob ambos os modelos. Através das simulações realizadas à luz da HG-GLA, verificamos a capacidade de convergência na gramática esperada mesmo sem a existência de restrições conjuntas; de fato, à luz do HG-GLA, o acréscimo da restrição C_4 apresentou caráter completamente redundante, uma vez que o sistema já havia sido capaz de convergir apenas com as restrições C_1 , C_2 e C_3 .

Frente a tais constatações, devemos discutir a necessidade de considerarmos, como constituinte do quadro CON na Gramática Harmônica, o operador de conjunção local '&'. Uma vez que a formação de uma restrição conjunta deve sempre operar sob a premissa de não redundância (FUKAZAWA, 1999, 2001; FUKAZAWA; MIGLIO, 1998; BONILHA, 2003, 2005; ALVES, 2008), ou seja, não pode haver uma restrição conjunta que atinja exatamente os mesmos resultados que seriam alcançados por restrições simples, os efeitos de cumulatividade da HG dispensam o fenômeno de conjunção de restrições. Assim sendo, chegamos à conclusão de que a HG se diferencia da OT não somente no que diz respeito à ação de EVAL; de fato, os resultados das simulações apontam, também, para diferenças consideráveis no módulo CON de cada um dos modelos, uma vez que o operador '&' e todas as restrições passíveis de serem por ele formadas tornam-se desnecessárias na HG.

Acreditamos que as conclusões aqui apresentadas exercem consequências de caráter formal bastante importantes. Primeiramente, dispensar a ação de

restrições conjuntas implica um menor número de restrições para a análise de modo a caracterizar a análise à luz da HG como mais econômica e formalmente simples. Mais do que isso, dispensar a ação do operador '&' pode vir a representar a resolução de um dos temas de discussão mais polêmicos da OT: a Conjunção Local. Conforme já expressei, até o presente momento dos avanços das análises em OT, parece não haver um consenso, na literatura, acerca dos critérios de formalização de restrições conjuntas, bem como das limitações que devem ser impostas sobre o mecanismo formador de tais restrições. A análise via HG, dessa forma, distancia-se de tal discussão, uma vez que não precisa recorrer a tal mecanismo.

Mais estudos são necessários a partir de tais constatações, para que possamos discutir a natureza de CON sob a Gramática Harmônica. Nesse sentido, acreditamos que as diferenças entre os dois modelos possam ser mais bem entendidas também a partir do estudo das teorias de base cognitiva que servem para o estabelecimento de cada uma das propostas teóricas. Ao considerar os pesos de todas as violações em cada uma das restrições, a Gramática Harmônica retoma os pressupostos das simulações conexionistas voltadas à aquisição linguística. Assim, no que concerne à avaliação de candidatos, a HG abandona um dos aspectos de caráter mais fortemente simbólico da Teoria da Otimidade: a dominância estrita. Por sua vez, os efeitos de gangue e ações cumulativas da HG retomam a noção de um processamento distribuído, em que os diversos pesos atuam em conjunto na escolha da forma de *output* efetivamente produzida. De fato, uma vez que tal modelo opera sob a noção de pesos, os sistemas harmônicos da HG podem ser facilmente simulados em redes conexionistas, de modo a constituírem “[...] um mediador entre as descrições dos níveis mais altos de cognição, que caracterizam a Teoria da Otimidade plenamente simbólica, e os níveis mais baixos de cognição, definidos puramente em termos de redes conexionistas.” (LEGENDRE; SORACE; SMOLENSKY, 2006, p.339).

Conforme verificado no presente trabalho, diferentes maneiras de avaliar o candidato ótimo têm implicações sobre o próprio quadro de restrições possíveis de ser adotadas em cada um dos modelos. A HG, nesse sentido, dispensa restrições conjuntas, constatação de grande relevância ao procedermos a um levantamento das diferenças entre essas duas propostas teóricas. Dadas as diferenças não somente nos procedimentos de análise, mas nas teorias de base e nos componentes que caracterizam as restrições, verificamos, dessa forma, uma instigante agenda de pesquisas futuras que, ao se voltar para as implicações do emprego de uma ou outra Teoria, mostra-se de suma importância para os pesquisadores voltados ao entendimento dos modelos de análise linguística. Em suma, as diferentes formas de avaliação do candidato ótimo à luz da OT e da HG representam mais do que mecanismos procedimentais de análise. Elas

refletem, também, as concepções de “cognição” e de “gramática” que servem como alicerces teóricos para o desenvolvimento de tais propostas.

ALVES, U. K. Optimality theory, harmonic grammar, and conjoined constraints. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.237-263, 2010.

- **ABSTRACT:** *Optimality Theory (OT), in both Standard (PRINCE; SMOLENSKY, 1993) and Stochastic (BOERSMA; HAYES, 2001) versions, operates under Strict Domination. It differs from Harmonic Grammar (LEGENDRE, MIYATA; SMOLENSKY, 1990; SMOLENSKY; LEGENDRE, 2006), in which the choice of the optimal output is based on the cumulative effect obtained from the ranking values of all violated constraints. As we consider the role of this “gang effect” in Harmonic Grammar (HG), we inquire whether conjoined constraints are really necessary under this framework. To answer this question, we ran computer simulations with the OT and HG learning algorithms in Praat (BOERSMA; WEENKINK, 2009). The results provided by the two algorithms show that the HG model is able to converge to systems that would only be achievable, under OT, via conjoined constraints. These results, in turn, motivate a discussion on the role of Local Conjunction in HG, besides shedding light on the debate on the implications of using either OT or HG.*
- **KEYWORDS:** *Optimality Theory. Harmonic Grammar. Local Conjunction. Conjoined Constraints. Learning algorithms.*

REFERÊNCIAS

ALVES, U. K. A epêntese vocálica na aquisição das plosivas finais do inglês (L2): tratamento pela OT Estocástica e pela Gramática Harmônica. In: SIMPÓSIO SOBRE VOGAIS, 2., 2009, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG: SIS-VOGAIS, 2009. Disponível em: <http://relin.lettras.ufmg.br/probravo/pdf_sisvogais/parlato.pdf/> Acesso em: 19 ago. 2009.

_____. *A aquisição das sequências finais de obstruintes do inglês (L2) por falantes do Sul do Brasil: análise via Teoria da Otimidade*. 2008. 335f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BAKović, E. *Harmony, dominance and control*. 2000. 327f. Ph.D. Dissertation (Doctor of Linguistics) – Rutgers University, New Jersey, 2000.

_____. Assimilation to the unmarked. In: ALEXANDER, J.; HAN, N.-R.; FOX, M. M. (Ed.). *Proceedings of the 23rd annual penn linguistics colloquium*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1999. p.1-16.

BOERSMA, P.; HAYES, B. Empirical tests of the Gradual Learning Algorithm. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.32, n. 1, p. 45-86, winter 2001.

BOERSMA, P.; PATER, J. *Convergence properties of a gradual learning algorithm*

for harmonic grammar. Amsterdam: University of Amsterdam, UMass Amherst, 2008. (Manuscript).

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer: version 5.1.07*. 2009. Disponível em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>> Acesso em: 19 ago. 2009.

BONILHA, G. F. G. *Aquisição fonológica do português brasileiro: uma abordagem conexionista da Teoria da Otimidade*. 2005. 389f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Conjoined constraints and phonological acquisition. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v.2, n.2, p.7-30, 2003.

COETZEE, A. W.; PATER, J. The place of variation in phonological theory. In: GOLDSMITH, J.; RIGGLE, J.; YU, A. (Org.). *The handbook of Phonological Theory*. 2. ed. Malden: Blackwell, 2009. p.1-38.

DAVIDSON, L.; JUSCZYK, P.; SMOLENSKY, P. The initial and final states: theoretical implications and experimental explorations of Richness of the Base. In: KAGER, R.; PATER, J.; ZONNEVELD, W. (Ed.). *Fixing priorities: constraints in phonological acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.321-368.

DEMUTH, K. Markedness and the development of prosodic structure. In: THE NORTH-EAST LINGUISTICS SOCIETY, 1995, Amherst. *Proceedings...* Amherst: GLSA Publications, 1995. v.25, p.13-25.

FUKAZAWA, H. Local conjunction and extending Sympathy Theory: OCP effects in Yucatec Maya. In: LOMBARDI, L. *Segmental Phonology in Optimality Theory: constraints and representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p.231-260.

_____. *Theoretical implications of OCP effects on features in Optimality Theory*. 1999. 296 f. Ph.D. Dissertation (Doctor of Linguistics) – University of Maryland, College Park, Maryland, 1999.

FUKAZAWA, H.; MIGLIO, V. Restricting conjunction to constraint families. In: SAMIIAN, V. (Ed.). *Proceedings of WECOL'96*. Fresno: California State University, 1998. p.102-117.

GNANADESIKAN, A. Markedness and faithfulness constraints in child phonology. In: KAGER, R.; PATER, J.; ZONNEVELD, W. *Constraints in Phonological Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.73-108.

GOLDRICK, M.; DALAND, R. Linking speech errors and phonological grammars: insights from Harmonic Grammar networks. *Phonology*, Cambridge, v.26, p.147-185, 2009.

ITÔ, J.; MESTER, A. Markedness and Word Structure: OCP Effects in Japanese. *Rutgers Optimality Archive*, New Brunswick, n.255, 1998. Disponível em: <www.roa.rutgers.edu>. Acesso em: 20 jul. 2007.

JESNEY, K.; TESSIER, A. Re-evaluating learning biases in Harmonic Grammar. In: BECKER, M. (Org.). *University of Massachusetts Ocasional Papers in Linguistics*, 36: papers in theoretical and computational phonology. Amherst: GLSA, 2007. p.1-42.

LEGENDRE, G.; MIYATA, Y.; SMOLENSKY, P. Can connectionism contribute to syntax? Harmonic Grammar, with an application. In: ZIOLKOWSKI, M.; NOSKE, M. DEATON, K. (Org.). REGIONAL MEETING OF THE CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 26, 1990, Chicago. *Proceedings...* Chicago: Chicago Linguistic Society, 1990. p.1-16.

LEGENDRE, G.; SORACE, A.; SMOLENSKY, P. The Optimality-Theory – Harmonic Grammar Connection. In: SMOLENSKY, P.; LEGENDRE, G. *The Harmonic Mind*. Boston: MIT, 2006. p.339-402.

LEVELT, C. C. *Unfaithful kids*: place of articulation patterns in early vocabularies. Maryland: University of Maryland, 1995.

LEVELT; C. C.; VAN de VIJVER, R. Syllable types in cross-linguistic and developmental grammars. In: KAGER, R.; PATER, J.; ZONNEVELD, W. *Constraints in Phonological Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.204-218.

LUBOWICZ, A. Restricting local conjunction. In: OLD WORLD CONFERENCE IN PHONOLOGY 2, 2007, Norway. Disponível em: <<http://www.rcf.usc.edu/~lubowicz/docs/ocp-2-handoutwebpage.pdf>. 2005>. Acesso em: 22 jul. 2007.

_____. Locality of Conjunction. In: ALDERETE, J.; HAN, C.; KOCHETOV, A. (Org.). WEST COAST CONFERENCE ON FORMAL LINGUISTICS 24, 2006, Somerville. *Proceedings...* Somerville: Cascadilla Press, 2006. p.254-262.

_____. Derived environment effects in Optimality Theory. *Lingua*, Amsterdam, v.112, n.4, p.243-280, 2002.

MORETON, E.; SMOLENSKY, P. Typological consequences of local constraint conjunction. In: WEST COAST CONFERENCE ON FORMAL LINGUISTICS, 21., 2002, Cambridge. *Proceedings...* Cambridge: Cascadilla Press, 2002.

PATER, J. Weighted constraints in Generative Linguistics. *Cognitive Science*, Norwood, v.33, p.999-1035, 2009.

_____. Gradual learning and convergence. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.39, n.2, p. 334-345, 2008.

_____. Non-convergence in the GLA and variation in the CDA. *Rutgers Optimality Archive*, New Brunswick, n.780, 2005. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

PATER, J.; JESNEY, K.; TESSIER, A. Phonological acquisition as Weighted Constraint Interaction. In: BELIOKOVA, A.; MERONI, L.; UMEDA, M. (Ed.). CONFERENCE ON GENERATIVE APPROUCHS TO LANGUAGE ACQUISITION – NORTH AMERICA, 2., 2007. *Proceedings...* Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2007.

PATER, J; PARADIS, J. Truncation without templates in child phonology. In: STRINGFELLOW, A.; CAHANA-AMITAY, D.; HUGHES, E.; ZUKOWSKI, A. (Org.). ANNUAL BOSTON UNIVERSAL CONFERENCE ON LANGUAGE DEVELOPMENT, 20., Somerville, 1996. *Proceeding...* Somerville: Cascadilla Press, 1996.

PRINCE, A; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1993.

SMOLENSKY, P. On the internal structure of the constraint component Con of UG. *Rutgers Optimality Archive*, New Brunswick, n.118, 1996a. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

_____. The Initial State and 'Richness of the Base' in Optimality Theory. *Rutgers Optimality Archive*, New Brunswick, n.118, 1996b. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

SMOLENSKY, P.; LEGENDRE, G. *The harmonic mind: from neural computation to Optimality-Theoretic grammar*. Cambridge: MIT, 2006.

TESAR, B.; SMOLENSKY, P.. *Learnability in Optimality Theory*. Cambridge: MIT, 2000.

_____. Learnability in Optimality Theory. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.29, p.229-268, 1998.

_____. *Learnability in Optimality Theory*. long version. *Rutgers Optimality Archive*, New Brunswick, n.156, 1996. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

_____. The learnability of Optimality Theory. In: ARANOVICH, R. et al. *Proceedings of the Thirteenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. Stanford: CSLI, 1993. p.122-137,

TESSIER, A. *Biases and Stages in Phonological Acquisition*. 2007. 305f. Ph.D. Dissertation (Doctor of Linguistics) – University of Massachusetts, Amherst, 2007.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em dezembro de 2009.

DESCRIÇÃO DAS LÍNGUAS SINALIZADAS: A QUESTÃO DA TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

Leland McCLEARY*

Evani VIOTTI**

Tarcísio de Arantes LEITE***

- **RESUMO:** A questão da transcrição, padronização e informatização de dados de língua em uso natural tem recebido grande atenção dos linguistas. No caso de línguas sinalizadas, essa questão ganha uma nova dimensão, na medida em que não existe um sistema de escrita amplamente aceito para essas línguas. O objetivo deste artigo é de apresentar uma proposta de sistema de transcrição para *corpora* de discurso em língua de sinais, suficientemente detalhado e padronizado, de modo a possibilitar análises linguísticas de diversos níveis (fonológico, morfológico, sintático, semântico-pragmático, discursivo), bem como análises comparativas com outras línguas de sinais. Depois de uma experiência piloto feita por meio do uso de um editor de texto comum, passamos ao uso do *software* ELAN, do Max Planck Institute for Psycholinguistics, que possibilitou a sincronização da imagem do vídeo com a transcrição, viabilizando uma observação mais acurada dos sinais. Passamos, também, a analisar outras propostas de transcrição de línguas sinalizadas, para chegar a padronizar nosso sistema, de modo a possibilitar sua disponibilização, no futuro, para toda a comunidade de pesquisadores de línguas de sinais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Descrição linguística. Línguas de sinais. Transcrição de dados. Multimodalidade. ELAN. *Corpora*.

A transcrição de línguas de sinais

A transcrição de dados linguísticos é uma questão que vem sendo discutida nos estudos de língua em uso desde que as primeiras tecnologias para registro de sons começaram a ser utilizadas por pesquisadores, na primeira metade do século XX. Até a década de 1990, era comum encontrarem-se declarações de pesquisadores sobre a importância de manter, simultaneamente aos dados

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Modernas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – mcleary@usp.br

** USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Linguística. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – viotti@usp.br

*** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão – Coordenadoria Especial de Artes. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – tleite@cce.ufsc.br

gravados, um registro dos dados em forma escrita (CHAFFE, 1994). Contudo, diante da velocidade com que as tecnologias têm-se desenvolvido nos últimos anos, o que parecia perfeitamente justificável há apenas uma década (considerando as vantagens de manipulação e análise de dados escritos em contraposição aos dados analógicos) passa a ser hoje colocado em questão. Com o surgimento da tecnologia digital, por exemplo, muitos pesquisadores têm questionado em que medida a escrita continuará ou não a desempenhar um papel central nas análises linguísticas nos próximos anos (ARMSTRONG; STOKOE; WILCOX, 1995).

Uma resposta para essa questão exigirá ainda muito tempo de trabalho e um esforço de adaptação a essas novas tecnologias. Além disso, no mínimo três importantes fatos sobre a transcrição apontam para a preservação da escrita como importante ferramenta de apoio na pesquisa linguística: i) a transcrição exige do pesquisador uma observação minuciosa e contínua dos dados “crus”, disciplinando o trabalho de análise de tal maneira que o pesquisador passa progressivamente a enxergar aspectos linguísticos que até então lhe passavam despercebidos; ii) o processo de transcrever a língua por meio de símbolos discretos e limitados promove uma “redução” ou simplificação dos dados, exigindo uma padronização, independente do nível de detalhamento do sistema usado; iii) na divulgação de resultados para a comunidade científica, a escrita (seja ela impressa ou digital) ainda é, de longe, o instrumento mais utilizado em todo o mundo, justamente pela simplificação e padronização que atinge.

No caso das línguas orais, a transcrição de dados de língua em uso é facilitada pela disponibilidade do sistema alfabético. Há milhares de anos, esse sistema quase fonológico vem sendo adaptado para a representação da fala em diversas línguas. Já no caso das línguas de sinais, a questão é mais complexa. Até hoje, não existe um sistema de escrita de línguas de sinais que seja amplamente aceito e que possa servir de base para o desenvolvimento de um sistema de transcrição apropriado para essa modalidade de língua. Por um lado, essa falta de um sistema de escrita preserva a corporalidade original das línguas de sinais, por não fixar uma imagem gráfica e estática como ortografia padrão para sinais essencialmente dinâmicos (McCLEARY, 2003; McCLEARY; VIOTTI, 2007). Por outro lado, no entanto, essa falta dificulta a análise linguística, na medida em que o sistema de escrita serviria de ferramenta básica para o início da construção de um sistema de transcrição, e na medida em que não existem *corpora* de textos escritos em línguas de sinais por onde começar a investigação.

Desde meados dos anos 1960 até hoje, têm sido apresentadas várias propostas de representação das línguas de sinais¹. Entretanto nenhum dos sistemas propostos tem recebido a aceitação geral das comunidades surdas como uma

¹ Os sistemas propostos vão desde aqueles que são mais codificados/analíticos, como o sistema de William Stokoe (STOKOE, 1978; STOKOE; CASTERLINE; CRONEBERG, 1965), até aqueles que são mais gráficos/

ferramenta ortográfica, nem da comunidade linguística como uma ferramenta de análise. Para driblar essa dificuldade, de maneira geral, tem sido adotada uma variação de um sistema de glosas, em que uma palavra em inglês (ou em outra língua oral) é grafada em maiúsculo como representação do sinal manual com sentido equivalente. Sinais não manuais podem ser representados por códigos sobrescritos, e usos do espaço de sinalização podem ser indicados por letras ou números subscritos. No Brasil, esse sistema tem sido adotado em trabalhos acadêmicos com algumas variações desde 1984, com a publicação dos textos pioneiros de Ferreira Brito (ver, por exemplo, Ferreira Brito (1995), Felipe (1988, 1998), Quadros (1999), Santos (2002), Chan-Vianna (2003) e Finau (2004)).

Tomadas as devidas precauções metodológicas, esse tipo de transcrição pode ser considerado razoavelmente apropriado para estudos que se desenvolvam a partir de intuições de falantes bilíngues, com enunciados eliciados ou apresentados isoladamente. Entretanto, para a apresentação e análise de trechos de discurso espontâneo ou semiespontâneo, o sistema de glosas simples é bastante limitado. Por mais criativos que sejam os recursos utilizados para a complementação das informações trazidas pelo sistema de glosas, na maioria das vezes, os fenômenos sob análise acabam por não ser registrados de forma sistemática, prejudicando a sustentação empírica dos trabalhos. Por exemplo, Finau (2004) faz suas transcrições de narrativas utilizando glosas (acompanhadas de sobrescritos e subscritos) e as complementa com figuras tiradas da filmagem em vídeo que correspondem a cada sinal manual, às vezes acrescentando setas na própria figura para marcar movimento. Esse recurso serve como apoio ao leitor, porém o seu uso não sistemático prejudica a validação empírica das análises. Pereira e Nakasato (2002), por sua vez, intercalam as glosas dos sinais manuais com comentários, entre parênteses. Tal apresentação dos dados acaba ocultando fenômenos importantes para uma análise textual, como repetições, paralelismos estruturais e subordinação. Ao mesmo tempo, mistura a descrição com a interpretação. Explicações, como “expressão facial de pergunta” [ou de concordância/de entender/de atenção] são ambíguas entre descrições de um determinado conjunto convencionalizado de traços faciais e interpretações globais e intuitivas da expressão facial naquele contexto específico.

É comum verificar, em trabalhos que trazem uma tradução livre junto à transcrição por glosas, que há várias informações na tradução que, aparentemente, não têm equivalente na transcrição. São informações presentes no discurso original que vão continuar a escapar de análise sistemática enquanto não estiverem registradas em algum tipo de transcrição ou descrição formal. Embora essa situação se repita nos estudos das línguas de sinais de maneira geral, é

icônicos, como o sistema de SignWriting, de Valerie Sutton (1996), ambos baseados em traços (ou parâmetros) distintos (MARTIN, 2000).

ainda mais presente no caso da língua de sinais brasileira (libras), pela falta de descrições empíricas sistemáticas. Por isso, desde o início de nosso projeto, tivemos a intenção de dar um caráter eminentemente descritivo ao nosso trabalho de transcrição.

Ao mesmo tempo, temos consciência de que o objetivo de uma transcrição não deve ser – e nem poderia ser – o de registrar absolutamente tudo o que foi gravado, mas sim o de registrar aquilo que é significativo para os usuários da língua. Para tanto, o pesquisador responsável pela transcrição deve valer-se do conhecimento que ele e seus informantes têm sobre a língua que está sendo transcrita. Esse fato leva a um paradoxo: por mais que o pesquisador se esforce para fazer um registro fiel dos dados, para se eximir de uma responsabilidade analítica em um primeiro momento e para proteger os dados de um viés que é produto do seu estado de conhecimento parcial, ele não pode escapar da natureza interpretativa do processo de transcrição (DU BOIS et al., 1990). Para conciliar essas duas exigências, o pesquisador deve se manter consciente de tudo o que sabe sobre a língua (e sobre outras línguas de sinais e sobre línguas em geral) enquanto procura registrar os fatos de uma forma o menos enviesada possível.

É inegável que a tarefa de decidir quais aspectos dos dados gravados são funcionalmente significativos e merecem ser transcritos é árdua e, muitas vezes, arbitrária, mesmo no caso de transcrição de discursos feitos em línguas orais bastante estudadas. No caso das línguas de sinais, das quais ainda sabemos muito pouco, a tarefa de transcrição se torna particularmente complexa. O pesquisador precisa constantemente tomar decisões sobre o que registrar e o que não registrar, sem saber ao certo a relevância daquela observação para o funcionamento da língua. Tendo em vista esse contexto, o objetivo deste trabalho é o de apresentar uma proposta de sistema de transcrição para *corpora* de discurso em línguas de sinais, que apresente um nível de detalhamento e padronização de modo a permitir análises linguísticas de diversos níveis – fonológico, morfológico, sintático, pragmático e discursivo – bem como análises comparativas com outras línguas de sinais. Na seção a seguir, apresentamos um resumo de uma experiência piloto, cujos detalhes podem ser encontrados em McCleary e Viotti (2007). Naquele trabalho, apenas apontamos possíveis caminhos para a informatização e padronização do *corpus*, ainda, na época, em fase exploratória. Neste trabalho, após resumir as conclusões da experiência piloto, elaboramos, na terceira seção, as medidas tomadas durante o processo de informatização do *corpus*, levando em conta a pertinência das decisões de outros pesquisadores na construção de diversos *corpora* de línguas de sinais ao redor do mundo (e.g. CRASBORN; VAN DER KOOIJ; MESCH, 2004; EFTHIMIOU; FOTINEA, 2007; HANKE, 2000; LEESON; SAEED; BYRNE-DUNNE, 2006; SCHEMBRI, 2008).

Uma experiência piloto em transcrição da língua de sinais brasileira

Em 2002, demos início à formação de um *corpus* de língua de sinais brasileira e ao desenvolvimento de um sistema de transcrição de dados de línguas de sinais que atendesse aos nossos propósitos: registrar longos trechos de discurso de forma criteriosa, seguindo parâmetros de padronização, de modo que o *corpus* pudesse ser utilizado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Uma primeira decisão adotada foi a de iniciar o *corpus* utilizando como base o discurso produzido por surdos adultos fluentes em libras. Tal decisão foi tomada pelo fato de termos constatado, em uma experiência prévia com dados eliciados de falantes bilíngues fora de contextos interacionais, vários tipos de interferência do português na produção em libras. Essa observação vinha ao encontro de alertas de pesquisadores de línguas de sinais sobre a necessidade de basear as análises em *corpora* de língua produzida por sinalizadores fluentes (BAKER; PADDEN, 1978; LIDDELL, 2003).

Inicialmente, para a produção desses discursos, decidimos nos valer da técnica de estimular a produção de narrativas com base em histórias contadas a partir de imagens, uma técnica de produção de dados chamada *semiespontânea* (CHAFE, 1994) já em uso em pesquisas com outras línguas de sinais (MORGAN, 1999; RAYMAN, 1999). Optamos por usar uma história encenada e filmada sem o uso de palavras, concebida especialmente para a eliciação de narrativas, conhecida como *a história da pera*. Essa história foi a base de um projeto de comparação de língua falada iniciado por Wallace Chafe nos anos 1970, que já produziu um corpo considerável de análises translinguísticas e interculturais (CHAFE 1980). Tanto quanto possível, procuramos seguir as práticas estabelecidas originalmente para o uso do filme. Em sessões individuais, mostramos o vídeo, em VHS, uma ou duas vezes para cada um dos informantes surdos. A seguir, filmamos cada surdo, em fita digital, contando a história para um usuário de língua de sinais, preferencialmente surdo, posicionado ao lado da câmara.

Em nossa experiência piloto de transcrição de uma das narrativas, propusemos, inicialmente, um sistema de transcrição que se valia de um editor de texto comum, não especificamente concebido para a transcrição de dados linguísticos. Desde logo, procuramos evitar alguns dos problemas identificados na transcrição por glosas de trabalhos afins. Em primeiro lugar, achamos necessário garantir um vínculo unívoco entre a palavra usada para a glosa (que tem a função de nomear o sinal) e a sua forma. De maneira geral, não se tem verificado uma preocupação com essa questão. Levando em conta os sinônimos (sinais distintos que podem receber a mesma glosa), as variações regionais e microrregionais e os muitos processos fonológicos que podem mudar a forma básica de um sinal na sua produção em contexto, fica claro que a forma com que os sinais aparecem no discurso, muitas vezes, não pode ser

recuperada apenas com base nas glosas atribuídas. Além disso, muitas vezes, ao fazer a transcrição de um trecho de discurso sinalizado, o pesquisador *traduz* o sinal, com base no sentido que o sinal tem naquele contexto de uso específico, embora tal tradução nem sempre aponte univocamente para o sinal que está sendo realizado.

Para evitar problemas como esses, ou seja, para padronizar as glosas atribuídas aos sinais e vincular os nomes a uma descrição detalhada de sua forma, decidimos usar, como referência básica, o *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira*, de Capovilla e Raphael (2001), devido a sua ampla distribuição e ao cuidado com que a forma de cada sinal foi descrita. Os sinais usados na narração da história gravada que correspondiam a um sinal do dicionário recebiam, como nome, a palavra em português que aparecia como verbete do dicionário. Desse modo, podíamos garantir que a forma usada para a realização do sinal correspondia à forma descrita no dicionário. Quando o sinalizador usava um sinal que não se encontrava no dicionário, atribuíamos um nome a esse sinal, e esse nome era então convencionalizado como representante daquele sinal. Quando um sinal apresentava uma forma alternativa para um sinal presente no dicionário, acrescentávamos à glosa um número subscrito, prática usada no próprio dicionário para sinais alternativos e sinônimos. Esses sinais diferentes (37% do total dos sinais manuais transcritos nessa experiência piloto) foram registrados e posteriormente descritos, seguindo o padrão de descrição de Capovilla e Raphael (2001).

Uma segunda característica do sistema de transcrição foi consequência de nossa dificuldade em trabalhar com uma transcrição contínua, sem divisões que pudessem indicar alguma unidade gramatical, como sintagmas ou orações. Como ainda não existem critérios linguísticos estabelecidos que possam orientar a segmentação do discurso em unidades mínimas (LEITE, 2008), optamos por fazer uma segmentação do texto baseada no conceito de *unidades ideacionais* proposto por Chafe (1980). Essas unidades – que seriam, mais tarde, redefinidas por Chafe (1994) com o conceito de *unidades entoacionais* – são unidades de processamento cognitivo e linguístico que constituem a base do discurso. Dessa forma, cada unidade ideacional/entoacional foi numerada e colocada em uma linha separada.

Um terceiro aspecto do sistema refere-se à representação dos chamados “sinais não manuais”. Desde a segunda metade da década de 1970, em especial a partir de Liddell (1980), é sabido que muitas funções gramaticais nas línguas de sinais são exercidas por meio desses recursos não manuais, incluindo, por exemplo, movimentos da cabeça e posições das sobrançelas. No entanto, como uma mesma configuração de cabeça, tronco e face pode também ter diferentes funções no discurso, queríamos evitar o uso muito comum na transcrição por

glosas de rótulos com valor gramatical para marcações não manuais, como *tópico*, *pergunta sim-não*, *negação*, *foco*.

Como salientam Du Bois et al. (1990), é preciso traçar um limite entre o que é propriamente a transcrição e as outras atividades analíticas desenvolvidas pelos pesquisadores. A *transcrição* é o registro daquilo que é diretamente observado na gravação. As demais atividades, que Du Bois et al. (1990) chamam *codificação*, envolvem registros de análise propriamente gramatical, feitos com base na transcrição e, por esse motivo, dizem respeito a níveis mais altos de interpretação e análise. Embora saibamos que a distinção entre transcrição e codificação não pode ser feita de maneira categórica, optamos por valorizar a transcrição, resistindo à tendência de utilizar rótulos, como os mencionados acima, como precaução contra a imposição prematura de categorias gramaticais. Atribuir esses rótulos precipitadamente, sem antes realizar as devidas análises, pode mascarar algumas diferenças sutis na produção dos sinais não manuais que podem vir a se mostrar significativas.

A solução que demos para isso foi a de criar linhas paralelas à linha da glosa, para registrar as marcações não manuais e seu escopo. Chamamos essas linhas *trilhas*. Inicialmente, acima da trilha da glosa, criamos uma trilha para os olhos em que registramos as piscadas ([p]) e a direção do olhar com a seguinte marcação: setas para a direita (>), para a esquerda (<), para cima (^) e para baixo (v). Mais para frente, criamos uma trilha acima da trilha dos olhos para registrar o movimento das sobrancelhas, em que registramos sobrancelhas levantadas (/), sobrancelhas levantadas acompanhadas do cenho franzido (/^\), e cenho franzido (V).

Além das trilhas da glosa, dos olhos e das sobrancelhas, criamos duas outras trilhas abaixo da trilha da glosa. Imediatamente abaixo, registramos se o sinal foi produzido com duas mãos (2m) ou, caso tenha sido realizado com uma só mão, com qual das duas (md/me). Nessa mesma trilha, indicamos o número de repetições do sinal (1x, 2x, etc.), bem como a posição da formação do sinal em relação ao espaço neutro, que é o espaço que fica bem à frente do sinalizador. Usamos setas à direita (>) e à esquerda (<) para marcar esses deslocamentos e nenhuma marcação quando o sinal foi feito no espaço neutro.

Essas quatro trilhas criadas para o detalhamento das marcações manuais e não manuais dispostas acima e abaixo da trilha da glosa acabaram formando uma espécie de pauta. Progressivamente, adicionamos outras trilhas à pauta de transcrição. Imediatamente abaixo da linha das mãos, colocamos uma trilha para indicar a realização simultânea de sinais manuais. Essa realização simultânea ocorre quando cada mão produz um sinal manual diferente ao mesmo tempo ou quando uma mão permanece em sua posição, enquanto a outra mão dá início à formação de outros sinais.

Por fim, acrescentamos uma trilha para a tradução, em português, da unidade ideacional/entoacional sinalizada. Essa trilha é a última de baixo em cada pauta. Entre colchetes, colocamos as palavras em português que não têm correspondentes entre os sinais manuais realizados, mas que são necessárias à boa formação do texto em português. Às vezes, as informações entre colchetes são exigidas pela gramática do português; às vezes, são informações inferidas a partir dos sinais não manuais ou do contexto.

Abaixo, apresentamos um exemplo de uma pauta dessa transcrição piloto:

...../\.....				
<	<	<	<	<
19. AGORA ₂	FALTAR ₁	OBJETO-REDONDO ₁	RESTAR	VAZI@
2m (2x)	2m (2x)	<2m (1x) <	md (1x)	<2m (1x) <
<me BASE-OBJETO.....<				
agora, falta [o] resto [das peras] [na] cesta vazia [à esquerda]				

Figura 1 – Exemplo de pauta de transcrição na experiência piloto.

No centro da pauta, encontra-se a trilha numerada da glosa. Notem que todos os sinais, com exceção de OBJETO-REDONDO, estão grafados em itálico. Isso significa que são todos sinais dicionarizados. Os números subscritos que aparecem junto aos sinais *AGORA* e *FALTAR* são números usados pelo dicionário quando há mais de um verbete com o mesmo nome. No exemplo acima, o sinalizador usou o sinal de *AGORA*, correspondente à segunda entrada do dicionário, e o sinal *FALTAR*, correspondente à primeira entrada do dicionário. O nome OBJETO-REDONDO está sem itálico. Isso significa que esse nome foi dado por nós, ou seja, essa forma de sinal não está dicionarizada. Esse nome vem acompanhado do número 1 subscrito, para indicar que esse é o primeiro (e não o único) sinal associado ao conceito de “objeto redondo” identificado na narrativa.

Imediatamente acima da trilha da glosa, vem a trilha dos olhos: o sinalizador estava olhando para a esquerda durante toda a sinalização dessa unidade ideacional/entoacional. Não há nenhuma marca de piscadas ([p]). Na trilha acima da linha dos olhos, está a marcação do movimento das sobrancelhas: o sinalizador levanta as sobrancelhas simultaneamente à sinalização de *AGORA* e as mantém levantadas até o final da unidade. Essa manutenção das sobrancelhas levantadas é indicada por meio dos pontinhos que aparecem ao longo de toda a trilha.

Na trilha imediatamente abaixo da glosa, estão as marcações relacionadas às mãos: com exceção de *RESTAR* (que foi realizado com a mão direita), todos os demais sinais foram realizados com as duas mãos. Os sinais OBJETO-REDONDO e *VAZI@* foram realizados à esquerda do espaço neutro. As marcações entre parênteses indicam o número de vezes que cada sinal foi realizado.

A trilha que aparece abaixo da linha das mãos mostra que, depois de produzir o sinal OBJETO-REDONDO com as duas mãos, o sinalizador manteve a mão esquerda aberta, abaixando-a ligeiramente para representar o fundo da cesta, enquanto sinalizava *RESTAR VAZI@* com a mão direita. Os pontinhos indicam até quando a mão esquerda se manteve na mesma posição.

Por fim, a última linha é a da tradução para o português. Notem que, como dissemos acima, entre colchetes foram incluídos elementos linguísticos que são necessários para a boa formação do texto em português, como [o], [na], bem como dados que são apreendidos pelo contexto, como [à esquerda], que é deduzido quando levamos em conta o olhar e a espacialização à esquerda dos sinais OBJETO-REDONDO e *VAZI@*.

Um outro cuidado que tomamos diz respeito ao tratamento de uma classe de verbos das línguas de sinais chamados, na literatura, *verbos classificadores*, que Liddell (2003) chama de *verbos depictivos*, e que são chamados *verbos policomponenciais* por Schembri (2003), cuja nomenclatura adotamos. Tipicamente, verbos policomponenciais são aqueles que apresentam uma forma particular, dependendo ou de quem ou quem realiza a ação (e.g., humano, animal, máquina), ou do objeto sobre o qual recai a ação do verbo (redondo, achatado, alongado, etc.), ou da maneira como a ação do verbo é realizada (em linha reta ou curva, movimento suave ou brusco, etc.). Como esses verbos assumem formas variáveis que dependem do contexto imediato e que não podem ser todas dicionarizadas, optamos por transcrevê-los seguidos de uma letra grega, do seguinte modo: PEGAR- α , PUXAR- α , etc. Essa letra grega, por sua vez, é seguida de um índice (e.g., *i*, *ii*, etc.), que aponta para um outro sinal, portador do mesmo índice. É a forma do referente desse sinal coindexado (tal como está convencionalizada na língua) que determina a forma do verbo. O seguinte trecho de transcrição apresenta um exemplo:

59.	<i>HOMEM</i>	VER ₂	CHAPÉU _{4(i)}	CAIR- β_i
um rapaz viu [o] chapéu [que] caiu [no chão]				

Figura 2 – A representação de um verbo policomponencial.

Nesse exemplo, o sinal CHAPÉU₄ vem seguido do índice (i) subscrito. Logo a seguir, aparece o verbo CAIR, seguido da letra grega β , acompanhada do mesmo índice, i: CAIR- β_i . A presença de β junto ao verbo indica que se trata de um verbo policomponencial que já apareceu no discurso com outro formato (indicado por - α). O índice (i) junto a α , aponta para outro sinal que traz o mesmo índice, nesse caso, CHAPÉU. O que a transcrição mostra é que o verbo CAIR, nesse trecho, adquire uma forma que representa, iconicamente, a forma do referente do sinal CHAPÉU. (O verbo CAIR- α estava coindexado com o sinal BICICLETA, o que indica uma configuração de mão e um movimento completamente distintos).

Com essa experiência piloto, comprovamos a importância de várias precauções pouco comentadas na literatura. Destacamos os mais importantes a seguir (maiores detalhes encontram-se em McCleary e Viotti (2007)):

- i) Registramos piscadas na trilha dos olhos, sem saber, naquela ocasião, se elas tinham um estatuto linguístico, ou se eram movimentos naturais das pálpebras, sem qualquer significação particular. Só depois de constatar muita coincidência de piscadas com os limites das unidades indeacionais/entoacionais é que voltamos a procurar – e encontramos – menções na literatura sobre piscadas como indicadores de limites de unidades gramaticais em várias línguas sinalizadas do mundo (BAKER; PADDEN, 1978; WILBUR, 1994; ENGBERG-PEDERSEN, 1999; KANDA et al., 2002; NICODEMOS, 2009; LEITE, 2008).
- ii) Indicamos as mãos que foram usadas na realização de cada sinal. Em princípio, seria possível pensar que essa informação é de caráter lexical e que, sendo assim, a glosa deveria ser suficiente. Entretanto, o registro dessa informação acabou mostrando-se relevante. Observamos que um mesmo sinalizador pode realizar um mesmo sinal quer com a mão direita, quer com a esquerda, dependendo de pelo menos dois fatores: 1) a organização que ele faz do espaço de sinalização; 2) a maneira mais conveniente de produzir sinais em sequência, levando em consideração qual é sua mão dominante. Assim, por exemplo, um sinalizador destro realizaria, prototipicamente, o sinal ÁRVORE com a mão esquerda (a passiva) na horizontal, e a mão direita (a ativa) na vertical. Entretanto o sinalizador pode inverter as mãos, ou seja, tornar a direita passiva e a esquerda ativa, para facilitar, na sequência, a realização de um outro sinal com a mão ativa, deixando a mão passiva imóvel (na posição vertical) para representar a presença da árvore no espaço.
- iii) Essa manutenção de parte de um sinal por uma das mãos por um período superior ao da realização do sinal parece ser bastante frequente, embora só recentemente esse e outros fenômenos afins tenham começado a despertar a atenção da comunidade científica (KANDA et al., 2002; LIDDELL, 2003; DUDIS, 2004; VERMEERBERGEN; LEESON; CRASBORN, 2006). De fato, esse parece ser um recurso gramatical importante. Como mostramos em McCleary e Viotti (2007), esse recurso pode ser usado para estabelecer a relação entre o verbo e seu argumento locativo – ou mesmo – e para estabelecer a temporalidade dos eventos². Esse fenômeno da exploração da mão não dominante na libras, que parece ser um recurso muito produtivo e pouco investigado das línguas de sinais, provavelmente não teria chamado nossa atenção, se não estivéssemos registrando quais eram as mãos que estavam sendo usadas na realização dos sinais.

² Interessantemente, McNeill e Duncan (2005) observam que, em muitas narrativas orais baseadas na história da pera, um fenômeno semelhante pode ser atestado: na gesticulação que acompanha a narrativa, o contador da história faz, inicialmente, um gesto com as duas mãos, mantendo, em seguida, apenas uma delas, liberando a outra para a realização concomitante de um outro gesto, que tem relação com o primeiro.

- iv) Outra inovação do nosso modelo de transcrição é a maneira, demonstrada acima, de representar os verbos policomponenciais. Com o uso de índices, conseguimos capturar a forma dos verbos, sensível ao contexto imediato, e a flexibilidade icônica das línguas de sinais, sem assumir uma posição teórica sobre o estatuto gramatical dessa classe de verbos.

O sistema que começamos a desenvolver em nossa experiência piloto previa certo número de trilhas para capturar várias características das línguas de sinais, detalhando, além dos sinais manuais, as diversas marcações não manuais, como as trilhas das sobrancelhas e dos olhos, já mencionadas, mas também incluindo outras de grande importância, como as que envolvem a parte inferior da face, o torso e a cabeça.

Contudo, ao registrar os movimentos dos olhos e das sobrancelhas e caracterizar o movimento das mãos, a precariedade do uso de videocassete para o acompanhamento da gravação em VHS e de um editor de texto simples para a transcrição dos dados ficou evidente. Não conseguíamos, por exemplo, observar, com nitidez, movimentos mais sutis do rosto e do tronco e, conseqüentemente, não podíamos chegar a uma proposta de transcrição para eles. Nesse ponto, não era mais possível adiar a informatização do *corpus*. Precisávamos de um *software* que permitisse sincronizar a imagem de vídeo com a transcrição e que facilitasse a manipulação do vídeo de modo a viabilizar uma observação mais detalhada da sinalização. Além disso, esperávamos que um *software* apropriado pudesse contribuir para uma melhor formatação e alinhamento das várias trilhas, e permitir buscas e relatórios de vários tipos.

Ao mesmo tempo, tínhamos uma outra preocupação. Apesar de razoavelmente satisfeitos com as soluções encontradas para registrar as marcações não manuais de olhos e sobrancelhas, ainda tínhamos o objetivo de que nosso *corpus* seguisse um padrão de maior difusão. Para isso, estávamos interessados também nas soluções encontradas por outros grupos de pesquisa no âmbito internacional, para ver em que medida não seria interessante adotarmos normas já em uso por esses grupos.

Assim, demos início a uma busca por ferramentas informatizadas que pudessem facilitar e otimizar o processo de transcrição e, também, por diferentes propostas de sistemas de transcrição, em especial as que lidavam com o registro das características dos marcadores não manuais. No que diz respeito ao primeiro aspecto, optamos por adaptar o nosso sistema de transcrição ao ELAN, *software* adotado por um grande número de pesquisas com *corpora* de línguas de sinais ao redor do mundo; no que diz respeito ao segundo aspecto, optamos por utilizar como referência a ampla base de dados de Hanke (2000), trabalho de orientação descritiva que se mostrava bastante compatível com a nossa proposta.

A seguir, serão reportadas as mudanças que foram feitas em relação à proposta inicial da experiência piloto a partir do trabalho de informatização, padronização e ampliação do *corpus* da libras.

Adaptação e padronização do sistema com base no ELAN

Nos últimos anos, o interesse científico por aspectos não verbais da comunicação tem crescido em diversas áreas, além da área de descrição de línguas de sinais: a aquisição de linguagem, a educação, os estudos da gestualidade, a inteligência artificial, a animação gráfica, a interação homem-computador, entre outras. Como consequência, a fim de viabilizar estudos dessa natureza, várias ferramentas que permitem a visualização e a transcrição simultânea de gravações em vídeo têm sido criadas (ANVIL, ELAN, CLAN, SIGNSTREAM, TRANSANA), cada uma delas para fins específicos e com vantagens e desvantagens em relação ao nosso projeto.

Diante da necessidade de informatização do *corpus* da libras, realizamos uma avaliação de cada um desses *softwares* e, depois de examinar as vantagens e desvantagens que essas ferramentas apresentavam, acabamos optando pelo *software* desenvolvido pelo Max Planck Institute for Psycholinguistics: o ELAN (EUDICO Language Annotator). Entre as características do *software* que motivaram a sua adoção está o fato de o programa: i) ser especificamente desenvolvido para descrição e análise linguísticas multimodais; ii) estar sendo amplamente utilizado por pesquisadores de várias línguas, em particular de línguas de sinais; iii) estar sendo constantemente atualizado por meio de novas versões que corrigem problemas e introduzem novos recursos; iv) ser disponibilizado gratuitamente; v) ser compatível com PC; vi) possibilitar o uso de arquivos de vídeo e áudio, o que é importante para transcrição e análise de interação bimodal surdo-ouvinte, bem como para os estudos da gestualidade.

Uma grande vantagem que o ELAN apresenta para a transcrição das línguas de sinais é a possibilidade de visualizar duas ou mais tomadas de vídeo simultaneamente. Em nossa experiência-piloto, trabalhamos apenas com narrativas gravadas em uma única tomada de vídeo, focalizada no espaço de sinalização, o espaço imediatamente na frente da cabeça e do tronco do sinalizador. Entretanto, além dessa tomada, é desejável que pelo menos duas outras sejam usadas em gravações de narrativas: uma com foco no rosto do falante e outra focalizando o sinalizador em perfil. Essa necessidade ficou evidente com o decorrer do trabalho, pela dificuldade que encontramos para anotar alguns sinais não manuais relacionados ao rosto, bem como movimentos sutis do tronco e da cabeça para trás e para frente. A multiplicação de tomadas torna-se imprescindível

quando se trata de gravação de conversas em que é necessário captar diferentes tomadas de ambos os participantes.

A partir da decisão de utilizar o ELAN, demos início à adaptação do nosso sistema de transcrição às características do *software*, buscando estruturar o arquivo do ELAN de modo a capturar aquilo que havíamos conseguido na transcrição piloto tão fielmente quanto possível.

Como mostrado na seção anterior, nosso sistema de transcrição já possuía o formato de uma pauta contendo várias trilhas separadas, cada uma delas relacionada a um aspecto da sinalização sendo registrado. O primeiro passo, então, foi criar trilhas no ELAN que correspondessem às da pauta, utilizando para isso rótulos em inglês – de modo a facilitar, no futuro, o uso do *corpus* por pesquisadores não falantes de português. A tabela 1 mostra as primeiras trilhas que foram criadas a partir dessa adaptação inicial ao *software*:

Tabela 1 – Trilhas do arquivo de transcrição do ELAN adaptadas a partir da experiência piloto.

Trilha	Descrição
IU Translation (Intonation Unit Translation)	Registro da tradução para o português das unidades básicas do discurso na libras
MS-Gloss-BP (Manual Sign Gloss Brazilian Portuguese)	Registro de glosas, em português brasileiro, referentes aos sinais manuais
MS-Gloss-E (Manual Sign Gloss English)	Registro de glosas, em inglês, referentes aos sinais manuais
NMS-Gloss-BP (Non-manual Sign Gloss Brazilian Portuguese)	Registro de glosas, em português brasileiro, referentes aos sinais não manuais
NMS-Gloss-E (Non-manual Sign Gloss English)	Registro de glosas, em inglês, referentes aos sinais não manuais
SMS-Gloss-BP (Simultaneous Manual Sign Gloss)	Registro de glosas, em português brasileiro, referentes aos sinais manuais realizados simultaneamente a outro sinal
Eyebrow	Registro das configurações das sobrancelhas
Eyegaze	Registro das configurações e movimentos do olhar
Hands	Registro de qual mão realiza o sinal

Location	Registro da localização da mão no espaço de sinalização durante a realização do sinal
Repetition	Registro do número de vezes que o movimento constitutivo do sinal é repetido
Dictionary	Registro das páginas dos sinais em Capovilla e Raphael, quando o sinal for dicionarizado
Comments	Registro de comentários sobre a transcrição

Antes de tudo, cabe assinalar que o elevado número de trilhas não acarreta problemas de operacionalidade no ELAN, uma vez que, ao contrário da pauta construída em editor de texto comum, o ELAN fornece uma flexibilidade dinâmica, permitindo que o pesquisador escolha apenas aquelas trilhas que interessam para a transcrição e/ou análise imediata, ocultando as demais. Além disso, há a possibilidade de ordenar essas trilhas na tela de visualização da maneira que melhor convier ao pesquisador.

Diante dessa possibilidade, a adaptação do modelo da experiência piloto ao ELAN se mostrou altamente vantajosa: várias trilhas puderam ser mantidas exatamente como apareciam nas respectivas pautas (a de tradução das unidades entoacionais, a de glosas para sinais manuais, a de sinais simultâneos e a de alguns articuladores não manuais como sobancelha e olhar). Além disso, aproveitando a facilidade operacional do ELAN, pudemos incluir trilhas que têm uma funcionalidade mais evidente em um *corpus* informatizado. É o caso da trilha para comentários, que permite o registro de dúvidas e observações do pesquisador no ponto exato dos dados que as suscitaram. E é o caso também das trilhas com traduções das glosas para o inglês, que futuramente virão a ser úteis no processo de internacionalização do *corpus*.

A mesma facilidade se verificou quando algumas trilhas que agrupavam diferentes tipos de informação tiveram que ser desmembradas. É o caso das características dos sinais manuais (i.e. a localização, o número de repetições e que mão(s) realiza(m) o sinal), que antes apareciam em uma única trilha, mas que, no ELAN, foram separadas em três trilhas individuais. É o caso ainda da informação de o sinal estar ou não dicionarizado, que na experiência piloto aparecia sobreposta à glosa por meio do uso ou não de itálico, mas que no arquivo do ELAN também foi incluída em trilha separada.

Em nenhum desses casos, o desmembramento de informações em mais de uma trilha implicou qualquer prejuízo para o processo de transcrição; ao contrário,

em alguns casos, tais alterações se mostraram até vantajosas em relação ao modelo anterior. Um exemplo é o da trilha específica para “dicionário”, que, além de mostrar se o sinal está ou não dicionarizado, permite também a inclusão de outras informações pertinentes (e.g. a página contendo a entrada com a descrição formal do sinal) que antes eram incluídas e recuperadas em uma tabela separada da transcrição.

Com a adaptação progressiva do sistema de transcrição da experiência piloto ao ELAN, outras mudanças puderam ser progressivamente implementadas, ora decorrentes de estudos tais como os de Moreira (2007) e de Leite (2008), que investigaram aspectos específicos da libras com implicações para o sistema de transcrição; ora decorrentes da continuação das discussões sobre o *corpus*; ora decorrentes da nossa busca pela padronização e pela compatibilização do *corpus* da libras com *corpora* de outras línguas de sinais. Tais frentes motivaram a criação de novas trilhas, que ainda não haviam sido previstas ou que ainda não haviam sido plenamente desenvolvidas na época da experiência piloto, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Novas trilhas criadas a partir do desenvolvimento e padronização do *corpus*.

Trilha	Descrição
Head	Registro das configurações e movimentos da cabeça
Eyelids	Registro das configurações e movimentos de pálpebra
Body	Registro de configurações e movimentos do tronco
Shoulders	Registro de configurações e movimentos dos ombros
Mouth Pictures	Registro dos movimentos bucais perceptíveis visualmente que estão relacionados aos fonemas do português brasileiro (visemas)
Mouth Gestures	Registro dos gestos bucais que não têm relação com a língua portuguesa
G-phases (Gesture Phases)	Registro das fases do gesto que ocorrem durante a sinalização manual
NMS-Gloss (Nonmanual Sign Gloss)	Registro dos sinais que são realizados apenas por meio de sinais não manuais

Nessa nova etapa de desenvolvimento, as convenções de transcrição da língua de sinais alemã (DGS) propostas por Hanke (2000) constituíram um importante ponto de partida para o nosso trabalho, em particular no que diz

respeito à transcrição de sinais não manuais. Um dos motivos é o de que tal projeto já possuía um amplo repertório de articulações não manuais da DGS, fruto de uma larga experiência com a transcrição de *corpora* dessa língua. Um outro motivo, talvez mais importante, é o de que tal registro não envolvia rotulações gramaticais (e.g. tópicos, pergunta sim/não, etc.), mas sim uma codificação mais descritiva dos movimentos e configurações dos articuladores não manuais, semelhante à que vínhamos buscando na constituição do *corpus* da libras.

No que diz respeito às trilhas que constituem a pauta de transcrição, a compatibilização com a proposta de Hanke (2000) trouxe algumas contribuições. Primeiramente, informações que antes estavam indevidamente agrupadas sob uma única rubrica foram separadas. Por exemplo, em nossa concepção inicial, olhar e piscadas apareciam em uma única trilha, mas a consideração das convenções de Hanke e a continuação do trabalho de transcrição mostraram que *olhar* e *pálpebra*, na verdade, constituem articuladores distintos, que podem apresentar diferentes combinações entre si. O mesmo raciocínio se aplica à distinção entre ombro e tronco, que foram apropriadamente separados em duas trilhas no arquivo do ELAN.

Uma segunda convenção importante no trabalho de Hanke (2000), cuja consideração já era vislumbrada, mas não desenvolvida, na experiência piloto (McCLEARY; VIOTTI, 2007), é a distinção entre dois tipos principais de sinais não manuais relativos à parte inferior da face: imagens bucais (*mouth pictures*) e gestos bucais (*mouth gestures*). Dentro do primeiro tipo, registram-se os chamados *visemas*, isto é, as configurações da boca que são relacionadas à língua oral e que são perceptíveis visualmente; dentro do segundo tipo, registram-se gestos realizados com a parte inferior da face – envolvendo dentes, língua, lábios e bochechas – que fazem parte das línguas de sinais e que não estão diretamente relacionados à língua oral (e.g. bochechas infladas, que acompanham um sinal como GORD@).

No que se refere às imagens bucais, em particular, temos optado por utilizar como convenção o repertório de visemas do português brasileiro sensíveis a diferentes contextos fonéticos, desenvolvido por De Martino (2005) – em vez de adotar o IPA (International Phonetic Alphabet), como faz Hanke (2000). Embora o desenvolvimento dessa trilha esteja ainda em seu início, já é possível perceber que a sua transcrição deve ser relevante não apenas para a análise de interferência do português na libras ou de interações bimodais surdo-ouvinte, mas também para a própria análise gramatical da libras. Leite (2008) mostra sua possível relevância para a segmentação do discurso. Na literatura, de maneira geral, considera-se que imagens e gestos bucais não fazem parte da gramática da libras. Entretanto essa posição nos parece equivocada. Assim

como já discutido a propósito das piscadas, os gestos realizados com a parte inferior da face ainda têm seu papel na gramática das línguas de sinais muito pouco compreendido.

Por fim, ainda no que diz respeito à definição das trilhas que devem constituir a pauta de transcrição, optamos, a partir de Leite (2008), por incluir uma nova trilha referente à descrição da estrutura interna dos sinais: a de fases do gesto. A motivação para a criação dessa trilha, em certa medida, é a mesma que nos levou a representar o discurso em pautas: a saber, a necessidade de serem estabelecidos critérios para a segmentação do discurso em unidades mínimas. Nesse caso, porém, a segmentação se refere não a sintagmas ou orações, mas aos próprios sinais manuais.

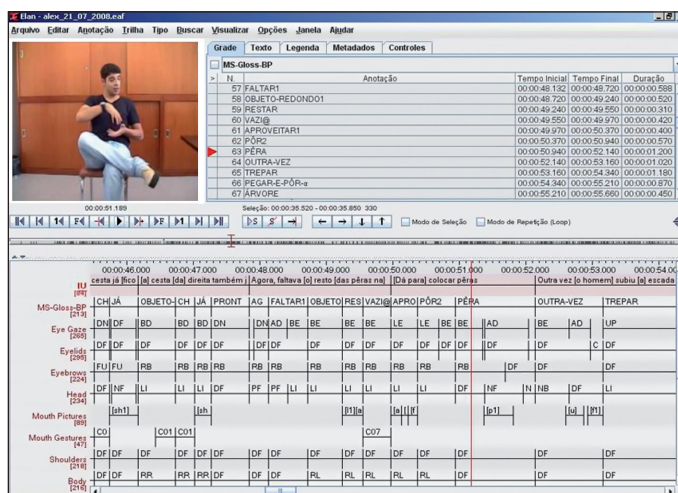


Figura 3 – Tela do ELAN com uma seleção de trilhas.

Na experiência piloto, a marcação do início e do final dos sinais manuais não fazia parte da transcrição, embora estivéssemos cientes do problema teórico de estabelecer o momento em que, em um fluxo de fala, poderíamos afirmar que um sinal começava e outro terminava. A trilha das fases do gesto – que compreende a fase preparatória, a fase expressiva e a fase de retração – foi proposta como uma possível contribuição para esse problema, na medida em que segmenta de maneira bastante objetiva os sinais manuais em fases constitutivas do gesto com base em critérios formais e funcionais (McNEILL 1992; KITA; VAN GIJN; VAN DER HULST, 1997), podendo servir como importante fonte de investigação na segmentação do discurso em unidades menores.

Além dos desenvolvimentos relativos à constituição da pauta de transcrição, foram também realizados alguns desenvolvimentos nas convenções de transcrição para cada uma das trilhas. Em primeiro lugar, aproveitando-nos do

repertório de marcação de sinais não manuais de Hanke (2000), expandimos as possibilidades de transcrição de diversos articuladores, tais como sobrançelha, olhar, cabeça, tronco, entre outros. Essas diferentes possibilidades de transcrição foram inseridas no arquivo-modelo de transcrição do ELAN por meio do recurso de “vocabulário controlado”, um repertório fechado de possibilidades de anotação que pode ser previamente inserido e depois utilizado como base para todos os arquivos de anotação. Por exemplo, a trilha referente às mãos tem, como vocabulário controlado, siglas (aqui colocadas entre parênteses) correspondentes às seguintes configurações: as duas mãos ativas (2h); a mão direita ativa e mão esquerda passiva (rl); a mão esquerda ativa e mão direita passiva (lr); apenas a mão direita ativa (r) e apenas a mão esquerda ativa (l). Esses valores otimizam a transcrição por estarem disponíveis ao pesquisador no momento de inserir um nova anotação.

Em segundo lugar, nós nos demos conta de que a transcrição relativa à informação sobre *qual mão realiza o sinal*, restrita, na experiência piloto, a “2m” (duas mãos), “md” (mão direita) e “me” (mão esquerda), não era capaz de capturar as possíveis trocas de mão em sinais realizados com duas mãos. Como já foi visto logo acima na lista do vocabulário controlado da trilha das mãos, optamos por desmembrar a notação “2m” em duas outras mais específicas (e já com mnemônicos do inglês): “rl” e “lr”.

Por fim, a partir do estudo de Moreira (2007) sobre verbos indicadores na libras, descobrimos que a representação espacial dos sinais manuais na transcrição piloto – envolvendo “frente”, “direita” e “esquerda” – era incapaz de captar distinções significativas de localização em sinais desse tipo. Tendo em vista que verbos indicadores apresentam um ponto de partida e um ponto de chegada distintos (e.g., da esquerda para a direita) e que a sua localização exata no espaço depende tanto de aspectos fonológicos (internos ao sinal) quanto dêiticos (dependentes do contexto), não era mais possível representar a espacialidade dos sinais utilizando apenas uma das três representações estáticas.

A solução foi a proposta de uma matriz espacial de 9 localizações (1, 2 e 3 na altura da cabeça; 4, 5 e 6 na altura do peito; 7, 8 e 9 na altura da cintura) e 2 níveis de profundidade (“A”, sobreposta ao corpo do sinalizador; “B”, no espaço imediatamente à frente do sinalizador), que tem servido como referência para a transcrição da localização dos sinais. Por exemplo, um verbo indicador que se inicia na altura do peito do sinalizador e se move em diagonal, à frente e à direita, teria a sua localização transcrita como “A5-B4”, ao passo que sinais sem mudança espacial significativa recebem uma transcrição simples (e.g., “B5”) dependendo de onde forem realizados.

Sem dúvida, a informatização do processo de transcrição com o uso da ferramenta ELAN trouxe inúmeras vantagens, principalmente no que diz respeito à manipulação do vídeo, à visualização de mais de um vídeo ao mesmo tempo e ao controle sobre a ordenação e o preenchimento de múltiplas trilhas. Isso não significa, porém, que a informatização com uma ferramenta poderosa e flexível como ELAN supera todas as qualidades singelas da nossa pauta original. Comparem, por exemplo, a pauta da Figura 1, da unidade ideacional/entoacional 19, com a seguinte versão da mesma unidade no ELAN:

	00:00:47.500	00:00:48.000	00:00:48.500	00:00:49.000	
Eyebrows	rb				
Eye Gaze	dn	ad	be		
MS-Gloss-BP	AGORA2	FALTAR1	OBJETO-REDON	RESTAR	VAZI@
SMS-Gloss-BP					BASE-OBJETO-L
H-Location	L5	L5	L6	L6	L6
Hands	2h	rl	2h	r	r
Repetition	1x	2x	1x	1x	1x
IU	Agora, falta [o] resto [das pêras] [na] cesta vazia à esquerda				

Figura 4 – Exemplo de pauta de transcrição na experiência piloto.

O que se perde na imagem das trilhas no ELAN é uma confortável iconicidade nas marcações da pauta original, que foram substituídas, aqui, por siglas. Essa perda, no entanto, é compensada pela representação precisa da temporalidade na tela do ELAN, o que, na pauta original, não passa de uma representação temporal impressionística e intuitiva. Quando se trata das coordenações finas de olhar e movimentos do corpo com os movimentos das mãos, e ainda com as fases individuais dos gestos, a precisão temporal assume um papel fundamental para a análise.

Conclusão

O presente artigo relatou o processo de informatização e padronização de um *corpus* inicial da libras constituído a partir de uma experiência piloto (McCLEARY; VIOTTI, 2007). O projeto de formação de *corpus* vem sendo desenvolvido colaborativamente, desde 2002, por pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de Santa Catarina. Espera-se, porém, que o sistema de transcrição elaborado possa futuramente transpor as fronteiras dessas instituições

e servir como um modelo para estudos descritivos sobre a gramática da libras em todo o Brasil.

A questão da transcrição de línguas de sinais traz alguns agravantes em relação à transcrição de línguas orais, pelo fato de não haver um sistema de escrita consolidado para essas línguas. Tendo em vista que a escrita reduz e simplifica a língua (corp)oral, essa ausência implica a necessidade de um complexo sistema de transcrição, capaz de registrar os diferentes aspectos da sinalização que se mostram relevantes para os usuários da língua. No entanto sabemos que não é possível antever quais exatamente seriam esses aspectos, de modo que o nosso sistema de transcrição tem-se caracterizado por um alto nível de detalhamento e um cuidado metodológico para não impor categorias gramaticais prematuramente.

Em um primeiro momento, elaboramos um sistema de transcrição por meio de uma experiência piloto de gravação e transcrição de uma narrativa em libras. Nessa primeira etapa do trabalho, o sistema de transcrição ganhou a forma de pautas numeradas, constituídas por diversas trilhas contendo notações para diferentes aspectos da sinalização. A segmentação do discurso em pautas de transcrição seguiu o critério (ainda um tanto intuitivo) de considerar a coerência informacional de pequenas unidades linguísticas, aproximadamente equivalentes a sintagmas e/ou orações. Essa primeira etapa foi realizada por meio de um equipamento analógico para manipulação dos dados e de um editor de texto comum para a transcrição, o que, por um lado, viabilizou o desenvolvimento inicial do *corpus*, mas, por outro, dificultou uma análise mais cuidadosa de alguns aspectos da sinalização.

Por esse e por outros motivos, a segunda fase desse projeto envolveu uma busca de informatização e padronização do *corpus*. Após uma avaliação dos *softwares* disponíveis para transcrição dos dados, optou-se pelo ELAN. Em seguida, a pauta de transcrição da experiência piloto foi modificada e ampliada, ora pela necessidade de adaptação ao programa, ora por desenvolvimentos decorrentes da própria continuidade nas discussões sobre o *corpus*. Além disso, novas trilhas e novas convenções para algumas delas foram introduzidas em decorrência do desejo de buscar uma padronização do nosso sistema em relação a outros que já vêm sendo desenvolvidos ao redor do mundo, e para esse propósito o trabalho de Hanke (2000) serviu como importante ponto de referência.

Estamos cientes de que novas modificações, decorrentes tanto do trabalho de transcrição quanto do esforço de padronização do *corpus*, deverão ainda ser incorporadas ao sistema de transcrição ao longo dos próximos anos. De fato, uma proposta mais sólida de transcrição da libras só poderá ser alcançada por meio da ampliação do trabalho de registro e transcrição de dados, bem como do conhecimento das soluções adotadas por outros pesquisadores em projetos

afins ao redor do mundo. Esse trabalho minucioso e contínuo, contudo, constitui uma etapa fundamental na consolidação dos estudos linguísticos sobre a libras no Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos ao informante surdo Alexandre Melendez sua valiosa contribuição ao longo desta pesquisa. Contamos com o apoio do CNPq durante a vigência do projeto “Estudos da comunidade surda: formação de *corpus* da Língua de Sinais Brasileira”, (processo 47.9077/2004-5). Agradecemos também o apoio dos Departamentos de Letras Modernas e de Linguística e do laboratório A Escola do Futuro da USP.

McCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. A. Sign language description: the role of transcription. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.265-289, 2010.

- *ABSTRACT: Linguists working with language in use have had great interest in the construction of linguistic corpora, both transcribed and codified by using standardized criteria. In the case of sign languages, these tasks present a special challenge, inasmuch as sign languages do not have a widely accepted writing system. This paper presents a proposal for a transcription system for sign language discourse data which is detailed and standardized enough to allow for different levels of linguistic analysis (phonological, morphological, syntactic, semantic-pragmatic, discourse levels), and for contrastive analysis across sign languages. After toy experience, in which an ordinary text editor was used, we tested ELAN, a software developed by a team at Max Planck Institute for Psycholinguistics. ELAN provides the synchronization of the videotaped image with a transcription in multiple tiers, allowing for a more accurate observation of the signs. It was also analyzed other proposals for transcribing sign languages to standardize our system so as to make it publicly available to the sign language researcher community.*
- *KEYWORDS: Descriptive linguistics. Sign languages. Transcription. Multimodality. ELAN. Corpora.*

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, D.; STOKOE, W.; WILCOX, S. *Gesture and the nature of language*. New York: Cambridge University Press, 1995.

BAKER, C.; PADDEN, C. A. Focusing on the nonmanual components of American Sign Language. In: SIPLE, P. (Ed.). *Understanding language through sign language research*. New York: Academic Press, 1978. p.27-57.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira-libras*. São Paulo: EDUSP, 2001. 2v.

CHAFE, W. L. *Discourse, consciousness, and time*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

_____. *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

CHAN-VIANNA, A. C. *Aquisição de português por surdos: estruturas de posse*. 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CRASBORN, O.; VAN DER KOOIJ, E.; MESCH, J. European cultural heritage online (ECHO): publishing sign language data on the internet. In: CONFERENCE ON THEORETICAL ISSUES IN SIGN LANGUAGE RESEARCH, 8th, 2004, Barcelona. *Proceedings...* Barcelona: ECHO, 2004. Pôster. Disponível em: <http://www.let.ru.nl/sign-lang/echo/docs/Crasborn_etal_TISLR8.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2009.

DE MARTINO, J. M.. *Animação facial sincronizada com a fala: visemas dependentes do contexto fonético para o português do Brasil*. 2005. 170f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DU BOIS, J. W. et al. *Discourse transcription*. Santa Bárbara: University of Santa Barbara, 1990. Mimeografado.

DUDIS, P. Body-partitioning and real-space blends. *Cognitive Linguistics*, Berlin, v.15, n.2, p.223-238, 2004.

EFTHIMIOU, E.; FOTINEA, S-E. Creation and annotation of a Greek Sign Language corpus for HCI. Universal access in human computer interaction: coping with Diversity. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON UNIVERSAL ACCESS IN HUMAN-COMPUTER INTERACTIONS, 4th, 2007, Beijing. *Proceedings...* Beijing: ILSP, 2007. p.657-666. Disponível em: <http://www.ilsp.gt/docs/amea/HCI07FORMATTED_final.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2009.

ENGBERG-PEDERSEN, E. Eye gaze in Danish Sign Language monologues: forms, functions, notation issues. In: WORKSHOP SIGN LINGUISTICS AND DATA EXCHANGE, 3rd, 1999. *Papers...* Siena: INTERSIGN, 1999. v.3, p.33-37.

FELIPE, T. *O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na língua dos sinais dos centros urbanos do Brasil (LSCB)*. 1988. 105f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

FELIPE, T. *A relação sintático-semântica dos verbos na língua brasileira de sinais: Libras*. 1998. 143f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FERREIRA BRITO, L. *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FINAU, R. Os sinais de tempo e aspecto na Libras. 2004. 238f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

HANKE, T. (Ed.). *ViSiCAST Deliverable D5-1: interface definitions*. 2000. Disponível em: <<http://www.visicast.co.uk/members/milestones/ViSiCASTD5-1.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2006.

KANDA, K. et al. Constraints on co-occurrence of manual and non-manual operations in JSL. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION TECHNOLOGY AND APPLICATIONS, 1st, 2002, Melbourne. *Proceedings...* Melbourne: IEEE, 2002. Disponível em: <<http://www.ns.kogakuin.ac.jp/~wwc1015/sig-sile/pdf/ICITA189-17.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

KITA, S.; VAN GIJN, I.; VAN DER HULST, H. Movement phases in signs and cospeech gestures, and their transcription by human coders. In: INTERNATIONAL GESTURE WORKSHOP, 2nd, 1997, Bielefeld. *Proceedings...* Bielefeld: ZIF, 1997. p.23-35.

LEESON, L.; SAEED, J.; BYRNE-DUNNE, D. Moving heads and moving hands: developing a digital corpus of Irish Sign Language. The ‘Signs of Ireland’ corpus development project. 2006. Disponível em: <<http://webbird.tcd.ie/bitstream/2262/1597/1/ITT+paper+vfinal.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

LEITE, T. A. *A segmentação da língua de sinais brasileira (libras): um estudo linguístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos*. 2008. 280f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-25092008-160005/>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

LIDDELL, S. K. *Grammar, gesture, and meaning in American Sign Language*. Cambridge: University Press, 2003.

_____. *American Sign Language syntax*. The Hague: Mouton, 1980.

MARTIN, J. *A linguistic comparison: two notation systems for signed languages: Stokoe notation and Sutton SignWriting*. 2000. Disponível em: <<http://www.signwriting.org/archive/docs1/sw0032-Stokoe-Sutton.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

McCLEARY, L. E. Technologies of language and the embodied history of the deaf. *Sign Language Studies*, Washington, v.3, n.2, p.104-124, 2003.

McCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um

estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, H. (Org.). *Bilinguismo e surdez*: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cênone Editorial, 2007. p.23-96.

McNEILL, D. *Hand and mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

McNEILL, D.; DUNCAN, S. D. Review of S. K. Liddell, grammar, gesture, and meaning in American Sign Language. *Sign Language Studies*, Washington, v.5, n.4, p.506-523, Summer 2005.

MOREIRA, R. L. *Uma descrição da dêixis de pessoa na língua de sinais brasileira*: pronomes pessoais e verbos indicadores. 2007.150f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-13112007-103644/>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

MORGAN, G. Event packaging in British Sign Language discourse. In: WINSTON, E. A. (Ed.). *Storytelling and conversation*: discourse in deaf communities. Washington: Gallaudet University Press, 1999. p.27-58.

NICODEMUS, B. *Prosodic markers and utterance boundaries in American Sign Language interpretation*. Washington: Gallaudet University Press, 2009.

PEREIRA, M. C. C.; NAKASATO, R. Q. Construção de narrativas em língua de sinais brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM LETRAS E LINGUÍSTICAS, 15., 2000, Niterói. *Síntese 2...* Niterói: ANPOLL, 2002. 1 CD-ROM.

QUADROS, R. M. *Phrase structure of Brazilian Sign Language*. 1999. 301f. Tese (Doutorado em Linguística e Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

RAYMAN, J. Storytelling in the visual mode: a comparison of ASL and English. In: WINSTON, E. A. (Ed.). *Storytelling and conversation*: discourse in deaf communities. Washington: Gallaudet University Press, 1999. p.59-82.

SANTOS, D. V. *Estudos de línguas de sinais*: um contexto para a análise da língua brasileira de sinais (Libras). 2002. 378f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SCHEMBRI, A. C. Rethinking “classifiers” in signed languages. In: EMMOREY, K. (Ed.). *Perspectives on classifier constructions in sign languages*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2003. p.3-34.

SCHEMBRI, A. C. The British Sign Language Corpus Project: Open Access Archives and the Observer’s Paradox. In: CONSTRUCTION AND EXPLOITATION OF SIGN LANGUAGE CORPORA WORKSHOP, 2008, Marrackech. *Paper...* Marrackech: BSL, 2008. Disponível em: <<http://www.bslcorpusproject.org/wp-content/uploads/>

bslcp_lrec2008.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2009.

STOKOE, W. *Sign language structure*. Silver Spring: Linstok Press, 1978.

STOKOE, W.; CASTERLINE, D. C.; CRONEBERG, C. G. *A dictionary of American Sign Language*. Washington: Gallaudet College Press, 1965.

SUTTON, V. *SignWriting web site*. La Jolla: Deaf Action Committee for SignWriting, 1996. Disponível em: <<http://www.signwriting.org>>. Acesso em: 15 fev.2006.

VERMEERBERGEN, M.; LEESON, L.; CRASBORN, O. (Ed.). *Simultaneity in signed languages: form and function*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

WILBUR, R. B. Eyeblinks and ASL phrase structure. *Sign Language Studies*, Washington, v.84, p.221-240, 1994.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em dezembro de 2009.

RESENHA /
REVIEW

RESENHA/REVIEW

Luiz Carlos CAGLIARI*

BISOL, L.; BRESCANCINI, C. R. (Org.). *Contemporary phonology in Brazil*. Prefácio de Leda Bisol e Cláudia Regina Brescancini. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008. 333 p.

Apreciação geral sobre o livro

O livro, organizado por Leda Bisol e Cláudia Regina Brescancini, foi publicado pela prestigiosa editora Cambridge Scholars Publishing, Newcastle, UK, em 2008 [ISBN (10) 1-84718-540-1, ISBN (13) 9781847185402]. O livro contém 333 páginas e está dividido em 5 partes (“*Prosodic Phonology*”; “*Historical Change*”; “*Segmental Phonology*”; “*Acquisition*”; “*Indigenous Languages*”). Ao todo a obra apresenta 15 capítulos. Por ser um livro publicado em inglês, seu alcance de divulgação é muito grande, sendo um incentivo para que outras obras sejam publicadas nessa língua.

O livro traz estudos que foram apresentados em um *workshop*, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em abril de 2007. Os autores são todos brasileiros, exceto um coautor, o qual tem trabalhado sistematicamente no Brasil. É do conhecimento geral que temos muitas dificuldades para divulgar nossos trabalhos de Linguística além das nossas fronteiras. Uma saída é publicar em inglês. Por isso, uma obra como *Contemporary Phonology in Brazil* representa uma grande contribuição para a divulgação dos nossos trabalhos na área da fonologia. O livro traz um conjunto de autores de primeira linha, não só pela aplicação de métodos, como pelas inovações teóricas e pelos resultados obtidos em suas análises, colocando a Língua Portuguesa e línguas indígenas brasileiras dentro de modelos descritivos mais avançados hoje. Se o trabalho de produzir ciência linguística em artigos publicáveis é difícil, o de reuni-los em uma obra em uma língua estrangeira não é menos árduo. Devemos agradecer o grande esforço e empenho das organizadoras da obra e parabenizar pelos resultados obtidos.

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística – Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – cagliari@fclar.unesp.br.

Comentários sobre os capítulos

O prefácio (p.xvii - xix), escrito pelas organizadoras da coletânea (Leda Bisol e Cláudia Regina Brescancini), fala da origem dos estudos que geraram os capítulos (*workshop*), da divisão em partes, comentando sucintamente cada uma delas. Informações gerais aparecem também na contracapa do livro. As autoras lembram a importância dos trabalhos de Joaquim Mattoso Câmara para os estudos fonêmicos do português brasileiro e citam, em particular, sua tese de doutorado.¹

Capítulo Um: *Acomodação dos padrões entoacionais em enunciados curtos do português brasileiro: compressão ou truncamento?* (por João Antônio de Moraes e Manuela Colamarco, p.2-21).

No capítulo um, é investigado o que se chama de fenômenos de compressão, de truncamento e de substituição com relação à entoação do dialeto padrão do Rio de Janeiro. Os autores acrescentam mais um parâmetro, que chamam de *transfonologização*. Investigam se expressões que representam uma mesma atitude (ironia, pedido, exclamação) ou estrutura sintática (perguntas Sim/Não), em enunciados maiores (paroxítonos trissilábicos) e menores (monossílabos), trazem o mesmo padrão entoacional ou se os enunciados menores sofrem modificações.

A pesquisa tem uma parte oriunda da análise acústica de enunciados e outra de teste de percepção. Nas conclusões, observam que os enunciados menores conservam as características prosódicas dos enunciados maiores. Na análise acústica, nota-se que algumas variações de F0 são mínimas, como em L% da Fig.1.6 B (p.7). É difícil reconhecer, nesse tipo de variação, um valor contrastivo para o sistema da língua. O texto traz percentuais para os testes de audição que mostram uma grande unanimidade de respostas, o que é surpreendente (p.14, 18 - 20) em se tratando de reconhecimento pela entoação de pedidos e perguntas.

Capítulo Dois: *O acento dos não verbos no português brasileiro em um plano métrico multidimensional* (por José S. de Magalhães, p.22-53).

O autor estuda, dentro do modelo métrico incorporado ao modelo da Teoria da Otimalidade, a atribuição fonológica dos acentos dos não verbos em palavras do

¹ A tese de Mattoso Câmara Jr. foi defendida em 1949. A data de 1953 refere-se à publicação de uma versão da tese de doutorado, defendida em 1949 (HEAD, 1964). A ideia de se analisar as vogais nasais como vogal mais nasal não é nova na história da Língua Portuguesa e remonta à primeira gramática de Fernão de Oliveira (1536).

português do Brasil. A regra *défault* é mantida: o acento cai na penúltima sílaba, se a última não for pesada. As proparoxítonas são excluídas por conta de como são atribuídas as cabeças dos pés (*headedness*) e pela restrição de Fidelidade; as sílabas extramétricas são excluídas naturalmente através da hierarquia das restrições. Estudando o acento principal dos não verbos, o autor considera que todos os pés são trocaicos, através de uma restrição *decendency* do tipo (x □). Os tableaux 2-20 (p. 49) e 2-21 (p.50), avaliando [mólecua/ > [mo.le.cú.la] e [folegó] > [fo.le.gó] analisam possibilidades geradas pela TO, mesmo sendo palavras não existentes na língua.

Capítulo Três: *Acento secundário, redução vocálica e implementação rítmica no português brasileiro* (por Maria Bernadete Marques Abaurre e Flaviane Romani Fernandes Svartman, p.54-81)².

Neste capítulo, o acento secundário do português do Brasil é tratado através da teoria métrica e de avaliações acústicas. A exemplo de outros autores, Aburre e Svartman mostram que o português brasileiro favorece a formação de estruturas rítmicas binárias quando da atribuição dos acentos secundários. Ao estabelecer esses padrões, vários fenômenos fonológicos, como sândi, degeminação, elisão, ditongação, apagamentos e reduções segmentais intervêm para que haja uma otimização prosódica do ritmo da língua.

Diferentemente de outros autores (veja capítulo dois), as autoras partem da aceitação de que os acentos primários não são dados por regras métricas, mas são informações essenciais que todas as palavras da língua trazem consigo (p.55). No caso dos acentos secundários, a informação é dada pós-lexicalmente. A atribuição dos acentos secundários mostra, segundo as autoras, um dos aspectos que mais diferencia o português brasileiro do europeu.³

Na análise acústica realizada, foi detectado um aumento no valor da frequência fundamental (F0) nas sílabas que portavam o acento secundário fonológico. Nesse sentido, haveria uma correlação entre fonética e fonologia.

Com o capítulo três, encerra-se a primeira parte do livro dedicada à fonologia prosódica (p.1-83) e começa a segunda parte, dedicada à mudança histórica (p.84-145).

² Há um erro nos nomes dos autores (p.54); são apenas dois: Maria Bernadete Marques Abaurre e Flaviane Romani Fernandes Svartman.

³ Na página 59, a indicação de tonicidade deveria estar na palavra *na* e não em *cafeteria*.

Capítulo Quatro: *Sândi: um estudo comparativo entre o português arcaico e o brasileiro* (por Gladis Massini-Cagliari, p.84-109).

A autora estuda a ocorrência de sândi externo (na fronteira vocabular) em dois momentos muito distantes da Língua Portuguesa: o arcaico e o atual (brasileiro). Para poder estudar o português arcaico, a autora vem desenvolvendo uma metodologia especial, através da qual é possível fazer algumas hipóteses razoáveis a respeito da pronúncia da língua naquela época através da análise da estrutura poética e musical das cantigas medievais. Com este e outros trabalhos, a autora já tem demonstrado muitos aspectos da fonologia do português arcaico (MASSINI-CAGLIARI, 1999, 2005).

Os resultados mostram que no *corpus* do português arcaico estudado ocorrem 52.8% de elisões, 45.7 de hiatos e 1.5% de ditongação. Foram estudados os casos envolvendo sílabas tônicas e átonas e os processos de sândi. A autora compara os dados do português arcaico com os do português brasileiro atual e discute algumas questões com implicações para a TO como, por exemplo, o fato de a TO não ter um mecanismo de ressilabação, para tratar do sândi, como ele vem sendo normalmente descrito em trabalhos de base derivacional.

Capítulo Cinco: *Prosodização dos clíticos no português brasileiro: análise de documentos do século XIX* (por Elisa Batisti, p.110-122).

O trabalho apresentado no capítulo 5 estuda, a partir de documentos do século XIX escritos no Brasil, o modo como os clíticos se juntam a uma palavra com acento próprio, formando uma palavra fonológica. Tal fato ocorre tipicamente com os clíticos se juntando à palavra seguinte (ver p.110: *ioscompanheiros*).⁴ Os comentários da autora na página 115 mostram a dificuldade em se analisar os dados, quando se trata de descobrir a percepção fonológica em erros de escrita, principalmente quando se trata de hiper / hipossegmentações.

A questão não é somente difícil mas é polêmica: quando o escriba escreve *asinar-mos* ele interpreta o *-mos* como clítico (ênclise)? Na escrita *tam bem*, o escriba acha que são duas palavras ou apenas se lembra que existem uma palavra *tam* e outra *bem*? Por que aparece a escrita *eas pessoas* (p. 118) e não *eas pessoas*? Até onde a escrita é uma fonte de informação prosódica? Por outro lado, os escribas antigos juntavam palavras também por causa do mecanismo de escrita à mão (tipo de pena, tinta, papel, etc.), o que gerou as conhecidas letras cursivas, que

⁴ Na página 112, a autora cita Mattoso Câmara Junior (1984, p.36), que afirma que pessoas com pouca instrução escrevem palavras grudadas, mostrando a prosódia de palavras fonológicas. Contudo é preciso dizer que não são apenas os clíticos que costumam ocorrer aglutinados, mas muitos outros tipos de palavras. Por exemplo, a escrita das crianças em fase de alfabetização apresenta casos de hiper / hipossegmentação, que não podem ser interpretados apenas em função de uma observação prosódica de palavras fonológicas ou grupos de força ou de estruturas semelhantes.

eram escritas aglutinando letras, resultando, às vezes, em aglutinação de palavras também. Esse tipo de escrita tem pouco a ver com a pronúncia de quem escreve, com padrões prosódicos, sendo quase que estritamente um resultado mecânico do processo de escrita.

No estudo apresentado, a autora procura tomar todas as precauções para evitar interpretações indesejáveis, atitude absolutamente necessária nesse tipo de trabalho. Na página 113, a autora cita João de Moraes Madureira Feijó, usando uma edição de 1820. Seria melhor citar a primeira edição de 1740.⁵ Quando Madureira Feijó diz que palavra com hífen são *huma só na pronúnciação* ele está se referindo à ideia semântica contida nas palavras compostas e, obviamente, não na pronúncia falada (*per si separadas*).

Capítulo Seis: *Demoção⁶ de Fidelidade na fonologia histórica do português: uma abordagem baseada em restrições* (por Dermeval da Hora e Rubens Marques de Lucena, p.123-143).

Neste capítulo, as alterações nas estruturas silábicas do português são estudadas do ponto de vista diacrônico e sincrônico. Os autores dizem que, do ponto de vista da consciência fonológica, a simplificação da estrutura silábica na passagem do latim para o português é ainda uma tendência forte (uma *conspiração*).⁷

Todavia, do ponto de vista fonético, não apenas o português europeu, mas também o brasileiro apresenta quedas de segmentos, truncamentos, que acabam gerando sílabas complexas foneticamente ([psina] *piscina*; [pɔtʃ] *pote*; [adʒkɪri] *adquiri*, etc.). Essas duas forças opostas estão bem atuantes no português ainda hoje (CAGLIARI, 2007, p.119).

Seguindo a análise proposta por Holt (1997, p. 118), os autores interpretam o aparecimento da lateral palatal, como fruto de uma assimilação do [l] como [k], resultando no cluster [kɺ], com a conseqüente queda do [k]. Trata-se de uma interpretação muito estranha, foneticamente improvável e historicamente sem evidência para o português (p.139: *auricula* > *orekɺa*; *clamare* > *kɺamar* > [ʃamar]:

⁵ Hoje, muitas das obras antigas sobre a Língua Portuguesa podem ser baixadas gratuitamente de alguns sites, como em <<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/31910.html>>, para a obra de Madureira Feijó.

⁶ O termo *demoção* é uma adaptação do inglês *demotion*, que significa o antônimo de *promotion* (promoção), ou seja, um rebaixamento na hierarquia.

⁷ Tradicionalmente (p.128-129), aceita-se que a escrita do latim era uma espécie de transcrição fonética e que uma palavra como *anno* era realizada foneticamente como [anno], etc. Tal concepção da escrita latina é muito problemática. Segundo Cagliari (1998), tal interpretação significa atribuir à ortografia do latim o caráter de uma transcrição fonética. Essa ideia é ainda mais absurda quando se pensa na organização política e social romana, uma sociedade altamente heterogênea em todos os sentidos. As evidências históricas da pronúncia das palavras que os pesquisadores tiram da escrita do latim, aceitas comumente, não passam de hipóteses, algumas mais aceitáveis e outras menos.

?).⁸ Os autores reconhecem a dificuldade trazida pela análise de Holt, mas mesmo assim a usam.

De acordo com a nota 3 do capítulo, os autores chamam a atenção para o que seria uma interpretação errada considerar os “r” do português como geminada. Todavia alguns fonólogos em trabalhos recentes têm dado essa interpretação para o chamado r-forte do português.⁹

Vem, em seguida, a terceira parte do livro, dedicada à fonologia segmental (p.146-212).

Capítulo Sete: *A metafonía nominal do português brasileiro à luz da teoria da otimalidade* (por Ana Ruth Moresco Miranda, p.146-163).

O capítulo 7 trata de um estudo sobre processos fonológicos vocálicos ligados ao fenômeno da metafonía, mostrando a variação das vogais médias posteriores (altas / baixas) de acordo com processos morfofonológicos de alternância (*osso/ ossos; porco/porca*) ou não (remoto, sonoro). Esse fenômeno já foi estudado por vários fonólogos, como mostra a autora no início do seu texto.

A autora caracteriza a descrição vocálica através da teoria de geometria de traços, usando a propriedade [ATR]. Depois passa para a análise dentro do modelo da TO, em que aparece uma restrição [ATR] atuando juntamente com IDENT, para produzir os *outputs* esperados. A hierarquia dessas duas restrições, divididas em sub-restrições, mostra o poder, às vezes, exagerado, da TO.

Capítulo Oito: *Alomorfa no sistema verbal do português brasileiro: um exercício na OT-CC* (por Luiz Carlos Schwindt, p. 164-176).

Este capítulo trata dos verbos da Língua Portuguesa, analisando os fenômenos de harmonia e de abaixamento vocálicos em verbos da segunda e da terceira conjugação através da TO. A interpretação com *candidate chains* (OT-CC) foi proposta por McCarthy (2007). Essa abordagem permite a avaliação local de candidatos (*inputs*) com formas intermediárias entre os tradicionais *inputs* e *outputs*. Trata-se de mais uma concessão ao modelo inicial da TO. É uma maneira sutil de introduzir algo semelhante à derivação (*chain*) e às regras opacas no modelo da TO.

⁸ Na verdade, Williams (1938), ou na edição de 1961, página 75, citada no capítulo, já apontava para uma possível presença da lateral palatal na passagem do latim para o português nos casos considerados. A análise de Holt (1997) claramente se baseia na interpretação de Williams.

⁹ O próprio Dermeval da Hora organizou um livro com um artigo de Maria Bernadete M. Abaurre e Maria Filomena Spatti Sandalo intitulado “Os róticos revisitados” (HORA; COLLISCHONN, 2003), em que o r-forte é interpretado como uma geminada.

O estudo mostra os resultados de uma investigação estatística dos verbos estudados através do *Dicionário Eletrônico Houaiss* (p.172). Foram feitos também testes de reconhecimento com 35 falantes (p.173), usando-se também verbos inventados, não existentes na língua, mas com estrutura semelhante aos que existem. Os resultados obtidos mostraram uma certa instabilidade no fenômeno de harmonia vocálica no presente do indicativo e do subjuntivo.

Capítulo Nove: *Aspectos de variação na fonologia do português brasileiro: as laterais na coda* (por Gisela Collischonn, p. 177-192).

Como diz o título, o capítulo trata dos alofones ligados tradicionalmente a um arqui fonema /L/ que ocorre em posição de final de sílaba (coda). Os alofones mostram variantes do tipo: i) glide posterior [ʊ] (vocalização); ii) lateral alveolar simples; iii) lateral alveolar velarizada; iv) queda da consoante; v) ressilabação (conferir p. 180: *tal estado = ta les ta do*).

Não é raro autores atribuírem à fala dos dialetos do sul uma lateral alveolar velarizada. Mas, como já mostrei antes (CAGLIARI, 1999), a presença da lateral alveolar é mais típica dos gaúchos do que a lateral velarizada. Esta última é mais típica de alguns dialetos de imigrantes. Além disso, segundo minhas observações, as sequências UL costumam gerar um ditongo crescente [ɔʊ] e não decrescente [uɔ] (CAGLIARI, 1999). Analisando dados do Projeto Varsul, foi feita uma pesquisa para verificar as ocorrências dos alofones da lateral em posição de coda. Dos 327 casos investigados, somente em 132 houve a pronúncia de uma lateral alveolar na coda por falantes de Porto Alegre.

Capítulo Dez: *Sobre a natureza das vogais epentéticas* (por Thaís Cristófaros-Silva e Leonardo Almeida, p. 193-212).

O capítulo 10 traz um estudo da natureza fonética das vogais epentéticas do português brasileiro.¹⁰ Em uma análise acústica, uma vogal epentética deveria apresentar uma duração bem reduzida, quando comparada com a duração de uma vogal regular. Com essa estratégia, seria possível, segundo os autores, detectar as ocorrências das vogais epentéticas e contribuir, assim, para indicar onde ocorre contraste entre os dois tipos de vogais.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que toda discussão sobre vogais epentéticas precisa necessariamente levar em conta a constituição morfológica das palavras, caso contrário, cria-se o impasse apresentado pelos autores na página 194, segundo o qual não se sabe se uma vogal regular sofreu queda ou se houve a inserção de uma vogal epentética.

¹⁰ Em lugar das flechas da página 193, o correto é o [ə].

Um levantamento preliminar geral, baseado na estrutura ortográfica das palavras, mostrou 11.555 vogais regulares e 3.788 epentéticas. Foram consideradas todas as sequências de duas oclusivas com vogal ou não entre elas. Aqui, está em jogo o ponto de partida da análise: as formas básicas das palavras ou a ortografia. E se a língua escrevesse de outro modo as palavras, os resultados seriam diferentes na fala?

Nas análises acústicas¹¹, notam-se valores surpreendentes de duração muito baixos para as vogais epentéticas: média de 30 ms (p.205) ou 33.5 ms (p.207). As durações médias das vogais regulares também apresentam valores surpreendentemente breves: 49.0 ms (p. 207). É sempre preciso distinguir os casos em que há explosão da oclusiva dos casos em que, além disso, ocorre uma breve vogal epentética ou não. Durações próximas de 30 ms favorecem mais uma explosão da oclusiva do que a presença de uma vogal típica, mesmo muito breve.¹²

Na avaliação auditiva (p. 206), não me parece evidente o fato de os falantes saberem se se trata de uma vogal regular ou de uma vogal epentética. Apenas uma análise fonológica, num nível bem abstrato, dá conta da distinção entre ambos os casos¹³.

Com o capítulo onze, começa uma nova parte do livro dedicada à aquisição da linguagem oral.

Capítulo Onze: *Geometria otimalista na aquisição do português?* (por Giovana Ferreira Gonçalves Bonilha, p. 214-236).

Este capítulo faz uma revisão das teorias de geometria de traços para mostrar como se pode tratar de modo adequado, na fonologia, os traços constitutivos dos segmentos. Em seguida, a autora comenta a dificuldade de se lidar com essas estruturas segmentais dentro da TO e se propõe a mostrar algumas soluções, começando pela abordagem de Uffmann (2003), que usa esquemas da geometria de traços para proceder às avaliações *input/output*. Esse modelo é aplicado pela autora para mostrar a evolução da aquisição fonológica em crianças.

¹¹ Na página 195, linha 17, em vez de *vowel* (vogal), o correto seria *consonant* (consoante), pois é do contexto consonantal que se trata.

¹² Quando não ocorre a fase de explosão da primeira oclusiva numa sequência de duas, a primeira oclusiva chama-se travada. A articulação permanece bloqueada na passagem da articulação de uma oclusiva para outra. Este é o caso mais claro de não presença de vogal epentética. Porém não ocorrem no português, a não ser muito raramente na fala ocasional de algumas pessoas.

¹³ Na página 199, há três parágrafos repetidos. Por esse motivo, as notas 6, 8, e 10 da página 210 também são repetidas.

Com um modelo de restrições que estabelecem relações mútuas dentro de um único processo de avaliação dos *outputs*, a autora mostra como se pode estabelecer um caminho típico para a aquisição de vogais e de consoantes. Apesar da complexidade da representação, por motivos da arquitetura da TO e da geometria de traços, o processo em si parece ser bem claro e simples, com uma explicação adequada.

Capítulo Doze: *Aquisição fonológica e teoria fonológica: formalizando padrões que consideram propriedades e segmentos* (por Carmen Lúcia Barreto Matzenauer, p.237-251).

A autora se serve do modelo da TO para explicar alguns fatos da aquisição da linguagem oral. Como esse processo se faz por etapas, a hierarquia das restrições precisa mudar de uma etapa para outra para ir incorporando fatos novos. Obviamente, tal procedimento cria problemas para a arquitetura tradicional da TO.

Para resolver as dificuldades teóricas (p.244), a autora argumenta a favor de haver Escalas de Harmonia, seguindo uma proposta inicial de Kager (1999). Os segmentos são analisados pelas suas propriedades (da geometria de traços) e a avaliação dos *inputs/outputs* se dá através de restrições derivadas diretamente das propriedades fonéticas dos segmentos sob análise. Interrompe-se a hierarquia das restrições e colocam-se as sequências de segmentos adquiridos na aquisição em uma escala de harmonia de restrições, cujo objetivo é produzir um *output* com os todos os elementos já estabelecidos no sistema.

A Parte 5 (p.254-314) é a última e traz três capítulos sobre línguas indígenas brasileiras.

Capítulo Treze: *Línguas indígenas brasileiras: uma breve história e alguma esperança para o futuro* (por Yonne Leite e Bruna Franchetto, p.254-274).

O estudo apresentado no capítulo 13 traz muitas informações detalhadas sobre a história das línguas indígenas brasileiras, com um destaque para a situação atual. Na avaliação das autoras, baseando-se em critérios geralmente admitidos, todas as línguas indígenas brasileiras estão em risco maior ou menor de extinção. Embora haja fatores que possam reverter esse quadro, existe a real possibilidade de não existir mais nenhuma língua indígena brasileira daqui a cem anos. Somente nas últimas décadas, tem havido um esforço científico para registrar as línguas que sobreviveram, e têm aparecido estudos mais adequados sobre algumas delas. As autoras constataam que o esforço não tem a dimensão necessária e que há muito que fazer, como a formação de um grande banco de

dados, o qual muito contribuiria para a preservação de dados dessas línguas. Essa é a esperança do futuro.

Embora este capítulo não trate de uma questão propriamente dita de fonológica, nada mais importante do que registrar e descrever uma língua antes que ela deixe de existir.

Capítulo Quatorze: *A hipótese de classe rítmica e as línguas indígenas* (por Luciana R. Storto e Didier Demolin, p. 275-288).

O capítulo se baseia nos trabalhos de Ramus, Nespor e Mehler (1999) e Ramus, Dupoux e Mehler (2003), que propõem uma metodologia linguisticamente discutível ou mesmo questionável para investigar o caso (surpreendente) de como um bebê percebe o ritmo da linguagem ao nascer (ou antes), apoiando-se em nenhum padrão linguístico, mas apenas na audição de sons vocálicos da línguas que ouve. Os autores (e seus mentores) assumem que os bebês ouvem a fala de modo diferente dos falantes adultos. Segundo eles, o espaço entre vogais cria uma duração que é percebida pelos bebês, a qual irá definir o ritmo da língua que eles vão falar. Por causa dessa metodologia, assumem que as línguas têm muitos tipos de ritmo distribuídos numa escala de variantes. Os três tipos mais tradicionais – acentual, silábico e moraico – seriam apenas alguns dos tipos dessa escala. Apesar de reconhecerem algumas dificuldades (p.278) quanto à metodologia e aos resultados obtidos, os autores consideram que somente a estrutura duracional de um algoritmo proposto, que mede espaços entre as vogais e/ou consoantes, pode ser um parâmetro confiável para se descrever o ritmo.

Para levar adiante uma proposta de análise acústica do ritmo e de comparação entre línguas, usam como material dados de uma língua indígena brasileira, o Karitiana, que, segundo eles, apresenta várias características semelhantes ao japonês¹⁴.

Capítulo Quinze: *O desenvolvimento de creaky voice em proto-mundurukú (tupi)* (por Gessiane Picanço, p. 288-314).

O último capítulo procura explicar a origem da oposição fonológica laringalizado (*creaky voice*), opondo-se a sonoro (modal) em uma língua tupi, o mundurukú, uma vez que essa oposição não é típica das línguas tupi. A origem apontada é a transformação de uma oclusiva glotal em uma articulação vocálica

¹⁴ Na figura 14-3, página 283, a projeção das 13 segmentações sobre o registro acústico não coincide com os fatos a que ela se refere no texto. A transcrição [a ũ] não parece adequada de acordo com os dados acústicos do espectrograma, sendo mais correta a presença de uma vogal do tipo [a ā] com valor vocálico fortemente centralizado.

com a qualidade de *creaky voice*, ou seja, uma oclusiva glotal gerou vogais laringalizadas nessa língua¹⁵. Partiu-se da ideia de encontrar a realização de *creaky voice* nas vizinhanças de uma oclusiva glotal ou em substituição a ela. Na página 292, a figura 15-1 mostra uma concentração de F0 na faixa de 70 a 90 Hz. Com essa frequência é difícil imaginar uma vogal pronunciada com *creaky voice*. O valor de F0 esperado para esses casos seria abaixo de 50 Hz. Apenas duas realizações atingem o nível inferior a 50 Hz no final da vogal. Segundo a autora, o *creaky voice* ocorre tipicamente no final da articulação de uma vogal. Nesse caso, é difícil imaginar um contraste fonológico.

Na página 295, a afirmação: *In intervocalic position the glottal consonant /Ɂ/ tends to be realized as a heavy type of creaky voice on surrounding vowels* (Em posição intervocálica a consoante glotal /Ɂ/ tende a ser realizada como um tipo pesado de *creaky voice* nos arredores vocálicos) é contraditória foneticamente, porque uma consoante oclusiva glotal /ʔ/ não pode gerar um segmento com *creaky voice*, somente um segmento sonoro, como aliás mostra a figura 15-3. Fisiologicamente, um *creaky voice* não é uma sucessão de vibrações modais de oclusivas glotais. O *creaky voice* é um segmento vozeado (*voice*) com F0 muito baixa. Na página 295, a figura 15-3 não traz nenhuma oclusiva glotal, mas apresenta momentos de realização de *creaky voice* (confira ainda p.301)¹⁶.

Apreciação gráfica e editorial da obra

O livro vem com capa dura (*hardcover*) e sobrecapa em papel. Na sobrecapa, na página de trás, há uma apresentação geral da obra e informações sobre os organizadores. O livro é apresentado em um formato bem cuidado, mostrando uma excelente organização interna. As letras, a diagramação, o papel etc. mostram um cuidado especial com a confecção do livro. A tradução dos trabalhos é de ótima qualidade¹⁷.

Infelizmente, um livro dessa qualidade mereceria uma melhor revisão, porque apresenta vários problemas que poderiam ser evitados. Há vários tipos de problemas, a começar pela lista das ilustrações (p.xii-xiii) e das tabelas (p.xiv-xvi): elas trazem apenas a indicação de páginas, sem trazer o conteúdo das ilustrações ou das tabelas. Nos textos, as tabelas e as figuras aparecem sem as respectivas legendas. No cabeçalho do capítulo 1, vem a indicação de capítulo 2 (*Chapter*

¹⁵ O tipo de fonação *creaky voice* é muito comum em todas as línguas como características da qualidade de voz individual. Como propriedade distintiva é muito rara.

¹⁶ Na página 297, a autora diz que Nimuendajú (1883-1945) teve contato com os índios Kuruaya em 1990. A data está obviamente errada.

¹⁷ No entanto há alguns erros, por exemplo, *from Portuguese* no lugar de *to Portuguese* (p.131), *without* no lugar de *with* (p.203), *buy* em vez de *by* (p.223).

Two). Certamente, em uma edição futura, esses problemas desaparecerão. Todavia gostaria de fazer uma observação sobre um aspecto que, na verdade, depende mais do modo como alguns autores produzem seus textos. Trata-se do uso, na minha opinião, indevido de símbolos do IPA ou de outra origem para indicar fatos fonéticos e fonológicos. Por exemplo, na página 7, é estranho que o dialeto carioca padrão tenha o som [ɾ], quando se esperava um [x] ou [ɣ]. Para quem não conhece a língua ou a pronúncia estudada, a indicação incorreta dos símbolos nas transcrições pode dar uma informação errada ou produzir confusão. O uso da escrita ortográfica (confira p. 39, aparece /ca.sa.co/ e p. 49, [mo.le.cú.la], etc.) para indicar pronúncia ou substituindo símbolos nas transcrições fonológicas ou fonéticas é inconveniente, porque esconde como a fala é pronunciada e deixa opaca a interpretação dos fatos analisados. No alfabeto do IPA, o símbolo [ɾ] refere-se a um *flap* retroflexo e não a um *tap* (p. 178). Estudos que seguem Pike (1947) costumam usar *flap* por *tap*, mas trata-se de processos articulatórios diferentes (PULLUM; LADUSAW, 1986, p. 134). Obviamente, um *tap* retroflexo é impossível de se articular. No capítulo 15, o símbolo /□/ é usado de modo ambíguo (oclusiva glotal e laringalização).

Questões metodológicas

Análises acústicas: O capítulo 1 mostra uma metodologia que se generalizou nos últimos anos, porém, sem conseguir descrever linguisticamente o fenômeno da entoação como um fenômeno fonológico. Foram feitas muitas análises acústicas detalhadas, mas sua ligação com os sistemas das línguas é muito incerta e estranha, às vezes. Ainda estamos aguardando o surgimento de uma metodologia que consiga conciliar os fatos fonéticos com os sistemas fonológicos das línguas. No capítulo 2, a contribuição para os estudos do acento no português brasileiro é importante pela metodologia que usa, unindo uma análise métrica com uma análise pela TO. Gostaria de destacar, no capítulo 3, apenas um aspecto metodológico do trabalho: será que toda subida da curva melódica (atribuição de um tom adicional alto H) representa a marcação de um acento secundário, e toda sílaba tônica se caracteriza por ter uma estrutura L*+H (p. 65)? Embora seja uma metodologia em uso atualmente, os resultados que tem produzido, mesmo com muito cálculo estatístico, não costumam refletir a intuição que os falantes têm da língua.

Ao lado de pesquisas acústicas, têm aparecido várias pesquisas baseadas em testes perceptivos, também associadas a análises estatísticas. Por exemplo, o capítulo 9 traz um estudo atualizado da situação da lateral em posição de coda no português brasileiro de hoje, mostrando diferenças com pesquisas anteriores feitas quando a situação da lateral era levemente diferente. Testes de percepção

exigem um comportamento científico muito especial, para que os falantes não inventem dados simplesmente pelo fato de estarem fazendo um teste, situação de enunciação que exige uma resposta. Por outro lado, é uma ferramenta importante para estudar a fala do ponto de vista dos falantes.

No capítulo 10, o ponto de partida da análise (acústica) são dados tirados e interpretados a partir da forma ortográfica das palavras, para saber onde ocorrem vogais epentéticas. Como já foi comentado antes, tal tipo de abordagem é sempre muito problemática. Neste caso, por exemplo, está em jogo o ponto de partida da análise: as formas básicas das palavras ou a ortografia? E se a língua escrevesse de outro modo as palavras, os resultados seriam diferentes na fala?

A metodologia de Ramus, Nespore e Mehler (1999) e Ramus, Dupoux e Mehler (2003), mesmo com as inovações dos autores do capítulo 14, tem gerado alguns trabalhos, quer com relação à aquisição da linguagem, quer com relação à fala dos adultos, com resultados que fogem muito da intuição que os falantes têm de sua língua. Na minha opinião, acabam sendo apenas um jogo estatístico com dados acústicos sem evidências de sua relevância.

A Teoria da Otimalidade: O capítulo 6 contribui não apenas para um estudo de caráter histórico de alguns fatos fonológicos, mas também apresenta e discute fatos importantes da TO. As dificuldades com a maquinaria da TO aparecem em outros capítulos. Por exemplo, no capítulo 7, o estudo mostra os limites a que pode chegar a teoria da otimalidade, quando precisa de uma regra de exceção, um diacrítico para dividir uma categoria de dados de um mesmo fenômeno em duas partes. Isto mostra que a TO é uma teoria aberta demais e altamente manipuladora de seus mecanismos formais para resolver idiossincriticamente muitos problemas de variação das línguas. A opção por estudar o fenômeno da alomorfa verbal na TO tem o intuito de ver o fenômeno com outros olhos e procurar outros tipos de explicação. No capítulo 8, a hierarquização de algumas restrições mostra a dificuldade no tratamento de fenômenos de variação dentro de uma teoria (TO) que, em princípio, deveria ser a mais favorável. Apesar das dificuldades teóricas, a TO continua mostrando que ainda é um bom modelo para explicar fatos fonológicos. No capítulo 11 e, principalmente, no 12, a aplicação da TO para explicar as etapas da aquisição da fala é de difícil solução. Contudo, como acontece com outros capítulos do livro, os estudos apresentados trazem não apenas uma aplicação da TO na análise de dados do português brasileiro, mas contribuem também para uma análise crítica da própria TO.

Outras abordagens: O grande mérito do capítulo 4 está na elaboração de uma metodologia sofisticada para poder analisar fatos fonológicos (e fonéticos) de uma época da língua com relação à qual temos apenas documentos escritos (e partituras, eventualmente). Os resultados obtidos no português arcaico, quando comparados com o sistema fonológico atual da língua, mostram a adequação

metodológica em termos de linguística histórica e contribuem para um melhor conhecimento sobre a história da fonologia da Língua Portuguesa. No capítulo 5, apesar da dificuldade metodológica, a investigação a partir da escrita pode trazer evidências adicionais para a história da fonologia da língua, como conseguiu a autora.

Balço geral da obra.

O livro representa o trabalho atual em fonologia de um grupo de brasileiros. As várias partes da obra mostram como há uma diversidade de subáreas e de abordagens nas investigações fonológicas que estão sendo estudadas no país. Há trabalhos com dados da entoação, do ritmo, da tonicidade primária e secundária, com sândi, com clíticos, com metafoia, alofoia, epêntese, qualidade de voz, com abordagens da fonologia métrica, e da otimalidade. Embora os trabalhos se baseiem em análises de dados, há também uma discussão sobre a maquinaria e a eficácia da teoria da otimalidade (TO) no estudo de alguns tipos de dados. Há trabalhos de linguística histórica, incluindo o português arcaico, de aquisição e de línguas indígenas. Portanto a coletânea cobre uma grande variedade de dados e de abordagens. Os trabalhos descrevem a Língua Portuguesa do Brasil e algumas línguas indígenas brasileiras.

Encontra-se, na obra, uma nova metodologia para os estudos de fonologia histórica (capítulo 4) analisando o fenômeno de sândi no português arcaico e atual. Em outro trabalho (capítulo 9), a autora vai procurar, em fatos da escrita do século XIX, evidências para o processo de prosodização dos clíticos no português brasileiro. Saindo um pouco do tema do livro, mas num capítulo (13) muito importante, há uma discussão sobre política linguística indígena, desmistificando ideias equivocadas e colocando a situação atual dos estudos das línguas indígenas brasileiras num quadro realista de preocupação com a extinção e de esperanças futuras, com as novas tecnologias de arquivamento de dados.

Seguindo o que há de mais atual nos estudos de fonologia, a obra dá um destaque especial para a teoria da otimalidade. Em alguns casos, a simples aplicação da TO leva a análises satisfatórias dos fenômenos estudados; em outros, há uma discussão teórica e sugestões de melhoria do aparato teórico. Nesse sentido, o livro apresenta vários aspectos inovadores. Por outro lado, a teoria métrica é usada na sua abordagem tradicional ou como uma representação que definirá *inputs/outputs* em análises feitas no modelo da TO. Essas inovações no modelo da TO abrem caminho para que outros modelos, inclusive derivacionais ou prosódicos não métricos, possam fazer uma análise prévia dos dados e estabelecer representações para avaliação na TO. Essa questão, certamente, precisa de uma discussão apropriada, porque representa uma mudança importante na TO.

O livro *Contemporary Phonology in Brazil*, organizado por Leda Bisol e Cláudia Regina Brescancini, representa uma obra de grande valor não apenas para os estudos da fonologia do português brasileiro, dentro das abordagens mais atuais, mas também traz contribuições significativas para as teorias aplicadas nas pesquisas realizadas. Recentemente, foi publicado também um outro livro, intitulado *Teoria linguística: fonologia e outros temas*, organizado por Dermeval da Hora e Gisela Collischonn (2003) e um número especial da *Alfa: Revista de Linguística*, organizado por Gladis Massini-Cagliari e Luiz Carlos Cagliari, que traz uma coletânea de artigos sobre a fonologia do português brasileiro. Essas três obras, entre outros tantos trabalhos publicados em anais de congressos e em revistas especializadas, representam uma presença atuante dos fonólogos brasileiros no cenário atual da linguística.

REFERÊNCIAS

ALFA: Revista de Linguística. São Paulo: UNESP, v.52, n.2, 2008. Disponível em: <<http://www.alfa.ibilce.unesp.br/volumes.php>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. São Paulo: Paulistana, 2007.

_____. *Fonologia do português: análise pela geometria de traços e pela fonologia lexical*. Campinas: Edição do Autor, 1999.

_____. A escrita do português arcaico e a falsa noção de ortografia fonética. In: EARLE, T. F. (Org). *Actas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Coimbra: AIL, 1998. v.1, p.57-69.

CÂMARA JUNIOR, J. M. *Problemas de linguística descritiva*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953. Versão da tese de doutorado de 1949, com modificações. (Coleção Rex).

HEAD, B. F. *A comparison of the segmental phonology of Lisbon and Rio de Janeiro*. Ann Arbor: University Microfilms, 1964.

HOLT, D. E. *The role of the listener in the historical phonology of Spanish and Portuguese: an optimality-theoretic account*. Thesis. (Doctor of Linguistics – Ph.D) – Georgetown University, Washington, 1997.

HORA, D. da; COLLISCHONN, G. (Org.). *Teoria linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

KAGER, R. *Optimality theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores: estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. 2005. 348f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Ciências e Letra, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

_____. *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: FCL – UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

McCARTHY, J. *Hidden generalizations: phonological opacity in Optimality Theory*. London: Equinox, 2007.

OLIVEIRA, F. de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Lisboa: Germão Galharde, 1536.

PIKE, K. L. *Phonemics: a technique to reducing languages to writing*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1947.

PULLUM, G. K.; LADUSAW, W. A. *Phonetic symbol guide*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

RAMUS, F.; NESPOR, M.; MEHLER, J. Correlates of linguistic rhythm in the speech signal. *Cognition*, Amsterdam, v.73, n.3, p.265-292, 1999.

RAMUS, F.; DUPOUX, E.; MEHLER, J. The psychological reality of rhythm classes: perceptual studies. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETIC SCIENCES, 15., 2003, Barcelona. *Proceedings...* Barcelona: ICPHS, 2003. p.337-342.

UFFMANN, C. Optimal geometries. In: OOSTENDOORP, M. van.; WEIJER, J. van de. (Ed.). *The internal organization of phonological segments: proceedings of Old World Conference in Phonology 1*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p.27-62.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

Recebido em março de 2009.

Aprovado em janeiro de 2010.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Algoritmos de Aprendizagem, p. 237
Análise do discurso, p. 59, p. 113
Argumentação, p. 203
Autoconfrontação, p. 81
Autoconhecimento, p. 81
Bakhtin, p. 33
Condições de produção, p. 81
Conectores, p. 203
Conjunção Local, p. 237
Corpora, p. 265
Construção Composicional, p. 59
Corrupção, p. 145
Criação, p. 11
Descrição linguística, p. 265
Dialogismo, p. 59
Dicionário, p. 145
Diferencias culturales, p. 129
Dios, p. 129
Discurso, p. 81
Divulgação científica, p. 59
ELAN, p. 265
Enunciação, p. 145
Espanol, p. 129
Evidencialidade, p. 223
Fonte da informação, p. 223
Gêneros digitais, p. 33
Gêneros discursivos, p. 33
Gramática Harmônica, p. 237
Hipertexto, p. 59
História, p. 145
Internet, p. 33
Jurídico, p. 145
Leitura, p. 113
Lengua Española, p. 177
Línguas de sinais, p. 265
Línguas indígenas, p. 223
Linguagem, p. 33
Linguística Enunciativa, p. 177
Livro, p. 11
Materialismo histórico, p. 113
Modalidade, p. 223
Modularidade, p. 203
Multimodalidade, p. 265
Paremiología, p. 129
Parkatêjê, p. 223
Persona, p. 177
Português, p. 129
Práticas editoriais, p. 11
Pronombre, p. 177
Proposta curricular de Minas Gerais, p. 203
Proverbio, p. 129
Psicanálise, p. 113
Restrições Conjuntas, p. 237
Semântica, p. 145
Sujeito, p. 113
Teoria da Otimidade, p. 237
Texto, p. 11
Transcrição de dados, p. 265
Verbo, p. 177

SUBJECT INDEX

- Argumentation, p. 203
Bakhtin, p. 33
Book, p. 11
Compositional Structure, p. 59
Conjoined Constraints, p. 237
Connectors, p. 203
Corpora, p. 265
Corruption, p. 145
Descriptive linguistics, p. 265
Dialogism, p. 59
Dictionary, p. 145
Digital genres, p. 33
Discourse, p. 81
Discourse analysis, p. 59, p. 113
Discourse genres, p. 33
ELAN, p. 265
Enunciation, p. 145
Enunciation Linguistics, p. 177
Evidentiality, p. 223
God, p. 129
Harmonic Grammar, p. 237
History, p. 145
Hypertext, p. 59
Indigenous language, p. 223
Information source, p. 223
Internet, p. 33
Language, p. 33
Law, p. 145
Learning algorithms, p. 237
Linguistic and cultural differences, p. 129
Local Conjunction, p. 237
Materialism, p. 113
Modality, p. 223
Modularity, p. 203
Multimodality, p. 265
Optimality Theory, p. 237
Paremiology, p. 129
Parkatêjê, p. 223
Person, p. 177
Portuguese, p. 129
Production conditions, p. 81
Pronoun, p. 177
Proverb, p. 129
Psychoanalysis, p. 113
Publishing, p. 11
Reading, p. 113
Semantic, p. 145
Scientific publishing, p. 59
Self-confrontation, p. 81
Self-knowledge, p. 81
Sign languages, p. 265
Spanish, p. 129, p. 177
State curriculum, p. 203
Subject, p. 113
Text, p. 11
Text creation, p. 11
Transcription, p. 265
Verb, p. 177

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

ALVES, U. K., p. 237

ANDERSEN, E. M. L., p. 177

CUNHA, G. X., p. 203

FERREIRA, M. N. O., p. 223

GRILLO, S. V. C.; MACEDO, C. C., p. 59

MACHADO, J. C., p. 145

MARIANI, B., p. 113

McCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. A., p. 265

MUNIZ, M. I. A.; NEPOMUCENO, A. R., p. 81

PINHEIRO, P. A., p. 33

SALGADO, L. S., p. 11

ZÁRATE-SÁNDEZ, G., p. 129

ÍNDICE DE RESENHA
REVIEW INDEX

Autor e resenhador
Authors and reviewers

Livro resenhado
Reviewed book

BISOL, L.
CAGLIARI, L. C. (Res), p. 293

Contemporary phonology in Brazil

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Lingüística

1. Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Linguística, *financiada pela* Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – publica trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, incluindo doutorandos de programas de pós-graduação, vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. Não serão aceitos, no entanto, trabalhos de pesquisa produzidos por mestres ou graduados. A revista edita artigos, retrospectivas, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos Estudos Linguísticos.

São aceitas apenas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro parecerista, que também não terá acesso ao nome autor. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

No caso dos textos produzidos por autores convidados, o *peer review* será

realizado pelos membros do Conselho Editorial da revista.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE*, *ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto deverão ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2. Apresentação dos trabalhos

Encaminhamento: Os autores devem realizar o cadastro (Login/Senha) no site da revista (www.alfa.unesp.br), na seção Submissões Online, preencher corretamente o perfil e escolher a opção

“AUTOR”. Após haver realizado esses passos, deve ir para “SUBMISSÕES ATIVAS” e iniciar o processo de submissão através do link “CLIQUE AQUI PARA INICIAR O PROCESSO DE SUBMISSÃO”, no qual irá realizar os cinco passos básicos:

1. Início: Iniciar o processo de submissão, confirmando se está de acordo com as condições estabelecidas pela revista (marcando as caixas de seleção das condições e da declaração de direito autoral) e selecionar a seção artigos;
2. Inclusão de metadados: indicar os dados principais – nome, sobrenome, e-mail, instituição, resumo da biografia, título e resumo;
3. Transferência de manuscritos: realizar a transferência do arquivo para o sistema;
4. Transferência de documentos suplementares: realizar a transferência de arquivos com informações suplementares, que funcionam como um apêndice ou anexo ao texto principal, tais como instrumentos de pesquisa, conjuntos de dados e tabelas, que seguem os padrões de ética de avaliação, fontes de informação normalmente não disponíveis para leitores, ou figuras e/ou tabelas que não podem ser integradas ao texto em si.
5. Confirmação: Concluir a submissão.

Após concluir os cinco passos acima descritos, o autor deve aguardar o

e-mail do editor e, nesse ínterim, pode acompanhar todo o fluxo de seu trabalho, da submissão, aceite, avaliação, re-edição do original até a publicação. Os artigos, após a submissão, são designados aos avaliadores definidos pelo conselho ou editores da revista. A política de seleção dos artigos é definida pelos membros do Conselho Editorial, Consultivo e os Editores da revista, disponibilizadas na seção “Sobre a Revista”, “Processo de Avaliação por Pares”.

3. Preparação dos originais

3.1. Apresentação

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman* de tamanho 12, espaçamento um e meio entre linhas no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão total de 30 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices.

3.2. Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o autor(es) deve(m) obedecer à seguinte sequência:

1. **título** em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples entrelinhas;
2. texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus obje-

- tivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra RESUMO, em caixa alta, duas linhas abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;
3. palavras-chave, no máximo de sete, separadas por ponto, precedidas do termo PALAVRAS-CHAVE, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo. Para maior facilidade de localização do trabalho em consultas bibliográficas, a Comissão Editorial sugere que as palavras-chave correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;
 4. o corpo do texto inicia-se duas linhas abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio entrelinhas;
 5. subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do autor, devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços de um e meio depois do texto que os precede e um espaço um e meio antes do texto que os segue;
 6. agradecimentos, quando houver, seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra **Agradecimentos**;
 7. título do artigo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), inserem-se duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito.
 8. versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do título do artigo em inglês;
 9. versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do abstract;
- OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem seguir a versão em português do título, do *RESUMO* e das *PALAVRAS-CHAVE*;
10. referências, sob o subtítulo **REFERÊNCIAS** alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, separadas por espaço simples, duas linhas abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 3.3.1 abaixo);
 11. duas linhas abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo Bibliografia consultada, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, podem ser indicadas, também em ordem alfabética e cronológica, obras

consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

3.3. Outras instruções

3.3.1. Normas para referências

As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002: espaço simples e um espaço entre cada obra. Caso a obra seja traduzida, solicita-se que se informe o nome do tradutor.

Exemplos:

Livros

Authier-Revuz, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

Coracini, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Capítulos de livros

PECHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.15-50.

Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 1988. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos,** Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos on line

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, Peter. Misturando os idiomas. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

EDITORA plagiou traduções de clássicos. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, p.6, 4 nov. 2007.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. Normalização Documentária para a produção científica da UNESP: normas para

apresentação de referências. São Paulo, 2003. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais...**São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

3.3.2. Citação no texto

O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513).

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a), (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Citações diretas em mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e espaço simples entrelinhas. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e virem destacadas apenas entre aspas.

3.3.3. Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

3.3.4. Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, fotografias, radiografias. As legendas devem ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi).

3.3.5. Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas estatisticamente e quadros para

sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas e quadros insere-se na parte superior, centralizado, e a numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte dos dados, esta deverá ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas.

3.3.6. Anexos e/ou Apêndices.

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e inclusos no limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências bibliográficas ou a bibliografia consultada.

3.3.7. Transferência de direitos autorais – Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o autor AUTORIZA a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa*: Revista de Linguística, entendendo-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado tanto pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), como pela versão impressa, sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO AUTOR do ARTIGO.

SAEPE – Seção de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3301-6275 ou 3301-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
site: <http://laboratorioeditorial.fclar.unesp.br/>

Produção Editorial:



Impressão:



